



LSPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

CARACTERÍSTICAS DOS AGRESSORES SEXUAIS ENCARCERADOS EM
PORTUGAL: CONSUMO DE PORNOGRAFIA, TRANSVERSALIDADE NA ESCOLHA
DE VÍTIMAS E VERSATILIDADE CRIMINAL

Mariana Filipa de Amaral Saramago

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutoramento em Psicologia

Área de especialidade Psicologia Clínica

2018

2018

**CARACTERÍSTICAS DOS AGRESSORES SEXUAIS ENCARCERADOS EM PORTUGAL. CONSUMO DE
PORNOGRAFIA, TRANSVERSALIDADE NA ESCOLHA DE VÍTIMAS E VERSATILIDADE CRIMINAL**
Mariana Filipa de Amaral Saramago



ISPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

CARACTERÍSTICAS DOS AGRESSORES SEXUAIS ENCARCERADOS EM
PORTUGAL: CONSUMO DE PORNOGRAFIA, TRANSVERSALIDADE NA ESCOLHA
DE VÍTIMAS E VERSATILIDADE CRIMINAL

Mariana Filipa de Amaral Saramago

Tese orientada por:

Professora Doutora Isabel Leal

WJCR – William James Center for Research, ISPA-IU

Professor Doutor Jorge Cardoso

CiiEM – Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz, IUEM

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutoramento em Psicologia

Área de especialidade Psicologia Clínica

2018

2018

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Psicologia na área de especialização de Psicologia Clínica realizada sob a orientação da Professora Doutora Isabel Leal e do Professor Doutor Jorge Cardoso, apresentada no ISPA – Instituto Universitário no ano de 2018.

Agradecimentos

O meu sincero agradecimento a todos os indivíduos que aceitaram participar neste estudo, pela sua disponibilidade e boa vontade.

À Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e à então direção do Estabelecimento Prisional da Carregueira, por autorizarem que esta investigação fosse realizada nesse local. Agradeço a todos os técnicos e assistentes operacionais que trabalham no EP da Carregueira e que muito gentilmente me prestaram auxílio na consulta dos processos dos reclusos e no acesso aos mesmos.

Agradeço à Professora Doutora Isabel Leal por me aceitar na Unidade de Investigação/ William James Center for Research e me permitir desenvolver o projeto de doutoramento sob a sua orientação, bem como por me guiar e motivar sempre que foi necessário.

Ao Professor Doutor Jorge Cardoso, por me encaminhar para o programa de doutoramento do ISPA, por ter aceitado orientar esta tese, por todo o apoio ao longo do projeto de doutoramento; muito obrigada pela sua disponibilidade.

O meu sincero agradecimento à Filipa Pimenta, à Raquel Oliveira e às restantes colegas na Unidade de Investigação/ William James Center for Research, pelo apoio, encorajamento e debate de ideias durante estas últimas etapas da investigação.

Ao Professor Doutor João Marôco, por me ter esclarecido sobre várias dúvidas de estatística.

Ao Ricardo Baúto, pelo companheirismo e amizade durante estes longos anos de trabalho nesta área da psicologia. À Professora Doutora Iris Almeida, pela ajuda na disponibilização de recursos e supervisão enquanto psicóloga.

A todas as pessoas que me são queridas e que me têm dado um enorme apoio durante esta longa caminhada, o meu muito obrigada.

Palavras-chave:

Agressores sexuais; pornografia; transversal; versatilidade

Key words:

Crossover; pornography; sex offenders; versatility

Categorias de classificação da tese:

3200 Psychological & Physical Disorders

3236 Criminal Behavior & Juvenile Delinquency

3300 Health & Mental Health Treatment & Prevention

3386 Criminal Rehabilitation & Penology

Comunicações e publicações produzidas como parte da tese de doutoramento

Publicações

- Saramago, M. A., Cardoso, J., Pimenta, F., & Leal, I. (2017). Wilson's Sex Fantasy Questionnaire: Portuguese validation and gender differences. *Psicologia, Saúde & Doenças, 18*(3), 870-879. <http://dx.doi.org/10.15309/17psd180319>
- Saramago, M. A., Cardoso, J., & Leal, I. (2018). *Pornography consumption by sex offenders at the time of the index offense: Characterization and predictors*. Manuscript submitted for publication.
- Saramago, M. A., Cardoso, J., & Leal, I. (2018). *Detected victim crossover patterns and predictors in a Portuguese sample*. Manuscript submitted for publication.
- Saramago, M. A., Cardoso, J., & Leal, I. (2018). *Predicting sexual offenders' specialization/versatility: The role of impulsivity and morality*. Manuscript submitted for publication.

Publicações em Atas de Encontros Científicos

- Saramago, M. A., Cardoso, J., & Leal, I. (2017). Validação preliminar da Medida de Reflexão Sociomoral-Versão Adaptada para uma população forense Portuguesa. In *Atas do 3.º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses*, Lisboa, 28 Setembro 2016 a 1 de Outubro de 2016 (pp. 401-411). Lisboa: Ordem dos Psicólogos Portugueses.

Comunicações Orais

- Saramago, M. A., Cardoso, J., & Leal, I. (2015). Consumo de Pornografia e Fantasias dos Agressores Sexuais. *VII Congresso Internacional da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Psicologia da Justiça*. Centro Hospitalar Conde de Ferreira. Porto, Portugal. Novembro 25 a 27.
- Saramago, M. A., Cardoso, J., & Leal, I. (2016). Perfis Criminais dos agressores sexuais portugueses. *3.º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses*. Centro Cultural da Alfândega do Porto. Porto, Portugal. Setembro 28 a Outubro 1.

Saramago, M. A., Cardoso, J., & Leal, I. (2016). Utilização de pornografia por agressores sexuais portugueses. *3.º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses*. Centro Cultural da Alfândega do Porto. Porto, Portugal. Setembro 28 a Outubro 1.

Saramago, M. A., Cardoso, J., & Leal, I. (2016). Validação preliminar da Medida de Reflexão Sociomoral-Versão Adaptada para uma população forense portuguesa. *3.º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses*. Centro Cultural da Alfândega do Porto. Porto, Portugal. Setembro 28 a Outubro 1.

Capítulo de Livro

Cardoso, J., & Saramago, M. (in press). Pornografia e violência sexual. In M. F. D. S. Paulino & L. C. S. Alho (Eds.), *Comportamento Criminal e Avaliação Forense* (pp. 125-146). Lisboa: PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

RESUMO

O consumo de pornografia constitui uma motivação que pode levar à perpetração de violência sexual por parte de alguns indivíduos. Apesar disso, as características associadas ao consumo de pornografia estão ainda insuficientemente compreendidas, designadamente as dos indivíduos que cometeram agressões sexuais. Paralelamente, existe falta de informação sobre o fenómeno dos agressores sexuais que são transversais na escolha de vítimas de diferentes faixas etárias, de ambos os géneros, em relação às quais podem apresentar diferentes tipos de relacionamentos. Os agressores sexuais transversais tendem a agredir várias vítimas, o que está associado ao risco de reincidência sexual. De igual forma, a versatilidade criminal nos agressores está relacionada com um maior risco de reincidência, sendo comum os agressores sexuais também perpetrarem crimes de outra natureza. Este estudo teve como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento da compreensão das dinâmicas entre os agressores sexuais e as suas vítimas. Especificamente, pretendeu-se: (a) caracterizar vários aspetos do consumo de pornografia por parte dos agressores sexuais na altura em que cometeram o crime e identificar características que distinguem aqueles que utilizaram este tipo de materiais dos que não o fizeram; (b) examinar a prevalência dos agressores sexuais transversais na escolha de vítimas numa amostra portuguesa, bem como verificar se um conjunto de variáveis sociodemográficas e criminogénicas contribuem para a classificação de um agressor como sendo transversal; e (c) testar dois modelos teóricos sobre a etiologia do crime aplicados ao contexto da especialização/ versatilidade criminal em agressores sexuais.

Para a realização do estudo recorreu-se, inicialmente, a uma amostra retrospectiva, através da consulta processual de 261 reclusos do sexo masculino a cumprir penas de prisão por crimes sexuais. Apenas 146 reclusos aceitaram participar nas outras fases da investigação, que inclui uma entrevista sobre o seu histórico de consumo de pornografia, sendo ainda administradas medidas que avaliavam as fantasias sexuais, a impulsividade e o raciocínio moral. Os instrumentos não aferidos para a população portuguesa foram validados no presente estudo.

Os resultados da análise ao consumo de pornografia indicaram que 43% dos agressores sexuais tentavam reproduzir os conteúdos visualizados na pornografia na altura em que cometeram o crime, e que as fantasias sexuais estavam associadas ao consumo de pornografia nessa altura. Os resultados do segundo estudo revelaram que a idade aquando do cometimento do crime, o consumo de álcool, estar divorciado/ separado/ viúvo, e estar empregado contribuíam para a probabilidade de os agressores serem transversais na escolha de vítimas em geral. No terceiro estudo, constatou-se que o raciocínio moral foi o único preditor significativo da especialização/ versatilidade criminal nos agressores sexuais.

Em suma, esta investigação contribuiu com importantes evidências empíricas, possibilitando o desenvolvimento do conhecimento relativamente a várias dinâmicas dos agressores sexuais. Os resultados poderão ter impacto ao nível dos profissionais que trabalham nesta área, seja na avaliação do risco, seja no desenvolvimento de programas de tratamentos adaptados especificamente para as características destes indivíduos.

ABSTRACT

Pornography consumption can be a motivating factor that leads to the perpetration of sexual violence by some individuals. Despite this, few studies have sought to better understand the characteristics associated with the usage of pornography, specifically by individuals who have committed sexual assaults. At the same time, there is a lack of information on the phenomenon of those sexual offenders that cross over in their choice of victims of different age groups, of both genders and with whom they have different relationships. These individuals usually have a greater number of victims, which is a risk factor associated with sexual recidivism. Furthermore, offenders' criminal versatility is related to a greater risk of recidivism, and it is also common for sexual offenders to perpetrate other types of crimes. This study aimed to contribute to a better understanding of these dynamics with sexual offenders. In particular, we intended to: (a) characterize various aspects of pornography consumption by sex offenders at the time of the index offense and to identify features that were able to distinguish between those who used these types of materials and those who did not; (b) to examine the prevalence of crossover sexual offenders victim's choice among a Portuguese sample, as well as to verify if a set of sociodemographic and criminogenic variables contributed to the classification of an offender as being crossover; and (c) to test two theoretical models on the etiology of criminal behaviors applied to the context of criminal specialization / versatility among sex offenders.

To carry out the research, an initial retrospective sample was drawn from the official prison records of 261 male inmates that were serving sentences for sexual crimes. Only 146 inmates agreed to participate in the assessment studies, which included an interview protocol about their history of pornography usage, and measures that assessed sexual fantasies, impulsivity, and moral reasoning. Those measures not previously adapted for the Portuguese context were subsequently validated in the present research.

The results of the pornography consumption analysis indicated that 43% of the sex offenders attempted to reproduce the content visualized in pornography at the time of the index offense, and that sexual fantasies contributed to them having used pornography at the time. The results of the second study revealed that age at the index offense, alcohol abuse, being divorced / separated / widowed, and being employed contributed to the probability of a sexual offender having crossed over in general. In the third article, moral reasoning was the sole significant predictor of criminal specialization / versatility among sexual offenders.

Thus, this research contributed with important empirical evidence, allowing for a better understanding of the state of the art pertaining to several aspects of sexual offending. The results may have also an impact for professionals working in this area, either in risk assessment or in the development of treatment programs tailored specifically to the characteristics of these individuals.

Índice

Índice	xi
Lista de anexos	xvii
Lista de figuras	xviii
Lista de tabelas	xviii
Lista de figuras e tabelas por artigo	xix
Lista de abreviaturas	xx
Introdução	1
Estado da Arte	2
1. Criminalidade	2
1.1. Definição e prevalência em Portugal	2
1.2. Impacto social e económico da criminalidade	3
1.3. Teoria geral do crime	4
1.4. Teoria da ação situacional	5
1.5. Especialização versus versatilidade criminal	7
2. Violência sexual	8
2.1. Definição e prevalência em Portugal	8
2.2. Modelo da motivação-facilitação	10
2.3. O impacto do consumo de pornografia	13
3. Os agressores sexuais	14
3.1. Características diferenciadoras entre os abusadores sexuais de crianças e	15

os violadores de adultos	
3.2. Características diferenciadoras entre os abusadores sexuais de crianças e os ofensores de pornografia de menores	16
3.3. Características diferenciadoras entre os abusadores sexuais de crianças intra e extrafamiliares	18
3.4. Os agressores sexuais transversais	19
3.5. Especialização/ versatilidade criminal entre os agressores sexuais	21
4. Objetivos	22
5. Estrutura da tese	22
5.1. Exploração de conceitos teóricos	23
5.2. Adaptação de instrumentos de mensuração	23
5.3. Resposta aos objetivos	24
6. Método	27
6.1. Participantes	27
6.2. Procedimento	33
6.3. Material	34
6.4. Análise estatística	39
7. Referências	42
Secção Empírica	57
<i>Artigo 1. Pornografia e violência sexual</i>	58
1. Resumo	58

2. Introdução	59
3. Consumo de pornografia	60
4. Efeitos do consumo de pornografia	64
5. Pornografia e perpetração de agressões sexuais	68
5.1. Modelos teóricos sobre o cometimento de agressões sexuais	68
5.2. Efeitos nas atitudes e crenças	71
5.3. Efeitos na agressão sexual	73
5.4. Efeitos nas fantasias sexuais	74
5.5. Efeitos na violência nas relações íntimas	76
6. Considerações finais	77
7. Referências	78
<i>Artigo 2. Wilson's Sex Fantasy Questionnaire: Portuguese validation and gender differences</i>	88
1. Abstract	88
2. Background	89
3. Method	90
3.1. Participants	90
3.2. Measure	91
3.3. Statistical and psychometric analysis	91
4. Results	92

4.1. Confirmatory factor analysis on the original model	92
4.2. Exploratory factor analysis	93
4.3. Confirmatory factor analysis on the new model	94
4.4. Gender differences in sex fantasies	98
5. Discussion	99
6. Acknowledgments	101
7. References	102
<i>Artigo 3. Pornography consumption by sex offenders at the time of the index offense: Characterization and predictors</i>	104
1. Abstract	104
2. Background	105
3. Method	107
3.1. Participants	107
3.2. Measures	107
3.3. Procedure	109
3.4. Data analysis	110
4. Results	112
5. Discussion	116
6. Acknowledgments	120
7. References	120

<i>Artigo 4. Detected victim crossover patterns and predictors in a Portuguese sample</i>	125
1. Abstract	125
2. Background	126
3. Method	130
3.1. The Portuguese judicial system	130
3.2. Participants	131
3.3. Data collection procedure	133
3.4. Dependent variable	133
3.5. Independent variables	134
3.4. Statistical analyses	135
4. Results	136
4.1. Prevalence of victim crossover at index offense	136
4.2. Comparison of detected crossover and non-crossover offenders	138
4.2. Predictors of victim crossover at index offense	139
5. Discussion	143
5.1. Study limitations	148
5.2. Implications and future research	149
6. Notes	149
7. Acknowledgments	150
8. References	150

9. Appendix A – Variables’ coding rules	154
<i>Artigo 5. Predicting sexual offenders’ specialization/versatility: The role of impulsivity and morality</i>	156
1. Abstract	156
2. Background	157
3. Method	159
3.1. Participants	159
3.2. Dependent variable	160
3.3. Independent variables	162
3.4. Control variables	163
3.5. Procedure	163
3.6. Statistical analyses	164
4. Results	167
5. Discussion	171
6. Acknowledgments	175
7. References	176
Discussão Geral e Conclusão	183
1. Reflexões teóricas sobre os resultados	183
2. Limitações metodológicas	191

3. Implicações	193
4. Sugestões de investigação para futuros estudos	194
5. Referências	195
6. Anexos	202

Lista de Anexos

Anexo A – Artigo de validação preliminar da Medida de Reflexão Sociomoral Versão Adaptada numa população forense Portuguesa	202
Anexo B – Questionário sociodemográfico e criminogénico	213
Anexo C – Ofício de autorização da DGRSP	214
Anexo D – Consentimento informado	216
Anexo E – Guião de entrevista semiestruturada sobre o consumo de pornografia	217
Anexo F – SFQ	221
Anexo G – BIS-11	224
Anexo H – SRM-AV	226

Lista de Figuras

Figura 1. O modelo situacional	6
Figura 2. O processo situacional e fatores situacionais chave (relativos à explicação do crime)	12
Figura 3. Modelo da motivação-facilitação da violência sexual	12

Lista de Tabelas

Tabela 1. Características sociodemográficas da amostra global retrospectiva e da subamostra avaliada	29
Tabela 2. Características sociodemográficas da amostra normativa ($N = 1220$)	32
Tabela 3. Medidas utilizadas na investigação	39

Lista de Figuras e Tabelas por Artigos

Artigo 2. Wilson’s Sex Fantasy Questionnaire: Portuguese Validation and Gender Differences

Table 1. Range of the fantasies’ loadings for each factor in the 30-item exploratory model 93

Figure 1. Wilson’s SFQ Portuguese version 24-item model, adjusted to a sample of 624 participants, with covariance between the factors “Sex Fantasies” and “Seduction” fixed in 1. 96

Table 2. Mean (*M*), median (*Mdn*), mode (*Mo*), standard deviation (*Sd*), skewness (*Sk*) and kurtosis (*Ku*) for the 24 items (*N* = 1220) 97

Table 3. Mean (standard deviation) of each fantasy factor for males (*n* = 532) and females (*n* = 687) (independent samples t-test) 99

Artigo 3. Pornography Consumption by Sex Offenders at the Time of the Index Offense: Characterization and Predictors

Table 1. Sample description (*N* = 146) 111

Table 2. Characterization of the pornography used at the time of the index offense by sex offenders (*n* = 60) 112

Table 3. Number of participants that used the different types of pornography at the time of the index offense, and mean level of pornography used, sorted by the former (*n* = 60) 113

Table 4. Logistic regression model on the prediction of pornography consumption at the time of the index offense (*n* = 137) 115

Artigo 4. Detected Victim Crossover Patterns and Predictors in a Portuguese Sample

Table 1. Sample description (*N* = 247) 127

Figure 1. Venn diagram with the detected victim crossover sample (*n* = 55) 131

Figure 2. Representation of the distribution of the targeted victims' ages within the age crossover sample ($n = 44$) 137

Table 2. Logistic regression model on the prediction of victim crossover offending ($n = 70$) 139

Table 3. Logistic regression model on the prediction of victim's age crossover ($n = 72$) 141

Artigo 5. Predicting Sexual Offenders' Specialization/Versatility: The Role of Impulsivity and Morality

Table 1. Descriptive statistics 166

Figure 1. Untransformed diversity index scores across the sex offender subgroups ($n = 83$) 168

Figure 2. Bias-corrected diversity index scores across the sex offender subgroups ($n = 83$) 169

Table 2. Multiple linear regression models predicting offending specialization/versatility based on three versions of the diversity index (D) ($n = 87$) 170

Lista de Abreviaturas

AFC – Análise fatorial confirmatória

AFE – Análise fatorial exploratória

APA – American Psychological Association/ Associação de Psicologia Americana

AVE – Average Variance Extracted

BDSM – Bondage/Discipline, Dominance/submission, and Sadism/Masochism

BIS-11 – Barratt Impulsiveness Scale, version 11/ Escala da Impulsividade de Barratt, versão 11

CFA – Confirmatory Factor Analysis

CFI – Comparative Fit Index

CPP – Código Penal Português

D – Diversity index

DGRSP – Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

DP – Desvio-padrão

e.g. – *exempli gratia*/ por exemplo/ for example

EP – estabelecimento prisional

GFI – Goodness of Fit Index

IC – intervalo de confiança

i.e. – *id est*/ isto é/ that is

KMO – Kaiser-Meyer-Olkin

M – Média / Mean

MMF – modelo da motivação-facilitação

NFI – Normative Fit Index

RMSEA – Root Mean Square Error of Approximation

SFQ – Sex Fantasy Questionnaire/ Questionário de Fantasias Sexuais

SPSS – Statistical Analysis Software Package

SRM-AV – Sociomoral Reflection Measure-Adapted Version / Medida de Reflexão Sociomoral-Versão Adaptada

VIF – Variance Inflation Factor

vs - versus

Introdução

Na literatura vem referido que o consumo de pornografia pode constituir um fator motivacional para a perpetração de agressões sexuais. Vários estudos têm procurado analisar as características do consumo de pornografia por parte de populações normativas. Nomeadamente, a prevalência do recurso à pornografia, o contexto em que decorre, as motivações associadas, os pensamentos ou comportamentos suscitados durante ou após o consumo e os tipos de pornografia utilizados. Contudo, os estudos com populações forenses têm-se focado maioritariamente na utilização de pornografia relacionada com o cometimento dos crimes, não havendo uma pesquisa detalhada que caracterize o seu consumo, ou que identifique características associadas ao mesmo.

Paralelamente, investigações recentes têm chamado a atenção para o facto de uma percentagem elevada de agressores sexuais ser transversal na escolha de vítimas de diferentes faixas etárias, de ambos os géneros e com as quais possuem relações distintas. Estes agressores geralmente abusam de um maior número de vítimas, o que está associado à reincidência sexual. O desconhecimento deste fenómeno por parte de profissionais que trabalham na área pode levar a uma subestimação do nível de risco destes agressores sexuais, bem como facilitar-lhes o acesso a um maior número de vítimas. A literatura sobre a prevalência destes agressores tem sido conduzida somente em estudos anglo-saxónicos, havendo necessidade de analisar igualmente amostras provenientes de outras culturas. Para além disso, existe uma grande falta de conhecimento das características associadas a estes agressores transversais em particular.

Os modelos teóricos sobre a etiologia da criminalidade têm-se focado no papel do autocontrolo e, mais recentemente, na moralidade, entre outros. Porém, as variáveis associadas a estes modelos ainda não foram analisadas no contexto particular da especialização/versatilidade criminal dos agressores sexuais. Este é um tópico importante, pois a versatilidade criminal está fortemente associada a uma maior reincidência.

Esta investigação tem em conta uma amostra retrospectiva baseada nos processos de 261 reclusos a cumprir penas de prisão por crimes sexuais, e uma subamostra de 146 reclusos que aceitaram participar nos estudos subsequentes. Neste último caso, administraram-se medidas de avaliação das fantasias sexuais, da impulsividade e do raciocínio moral, em formato de entrevista. O protocolo incluía também uma entrevista semiestruturada sobre o histórico de consumo de pornografia destes indivíduos.

Deste modo, a tese de doutoramento encontra-se dividida em quatro seções principais. A primeira consiste nos alicerces teóricos que fundamentam a investigação. A saber, definição, impacto e modelos teóricos da criminalidade; prevalência da violência sexual e modelos etiológicos da mesma, incluindo uma subseção sobre o impacto da pornografia na agressão sexual; e características dos diferentes tipos de agressores sexuais. A segunda seção é constituída pela metodologia utilizada nos diferentes estudos que compõem a investigação. Inclui a descrição dos participantes, das medidas utilizadas, dos procedimentos e das análises estatísticas efetuadas. A terceira seção diz respeito à compilação de um artigo de revisão e de quatro artigos científicos que foram desenvolvidos sustentados nesta investigação. Finalmente, na última seção realiza-se uma discussão geral dos resultados dos artigos, bem como das suas limitações metodológicas, impactos, e sugestões para futuros estudos.

Estado da Arte

1. Criminalidade

1.1. Definição e prevalência em Portugal.

Um crime constitui um comportamento humano punido pelas normas legais. Na sua teoria geral do crime, Gottfredson e Hirsh (1990) definem crime como atos de força ou fraude que têm por base interesses egoístas. Por seu turno, a teoria da ação situacional (Wikström, 2014) conceptualiza o crime como qualquer ato que quebre uma norma ou regra de conduta estabelecida na lei. A criminalidade diz respeito à propensão das pessoas para cometerem atos criminosos (Siegmunt, 2016).

No contexto Português, o Código Penal Português (CPP) regula os atos ou omissões passíveis de serem punidos. Salvo certas exceções regulamentadas pela lei em que a negligência é passível de constituir crime, apenas os atos praticados com intenção são considerados crime no CPP.

As forças de segurança Portuguesas distinguem duas classificações de criminalidade – a geral, e o crime violento e grave (Sistema de Segurança Interna, 2018). Na primeira, estão incluídos crimes como a violência doméstica, ofensa à integridade física voluntária simples, furtos e burlas, ameaça e coação, incêndio, ou crimes relacionados com a condução ilegal, entre outros. O crime violento e grave incorpora a ofensa à integridade física voluntária grave, roubos, crimes sexuais, homicídio, entre outros.

Entre 2008 e 2017, houve uma redução de 18.8% na criminalidade geral participada em Portugal, passando de 421.037 para 341.950 crimes registados (Sistema de Segurança Interna, 2018). Especificamente, assistiu-se a uma acentuada diminuição (37.1%) na participação da criminalidade violenta e grave, que se reduziu de 24.317 para 15.303 crimes registados entre estes anos, representando apenas 4.4% de toda a criminalidade reportada participada (Sistema de Segurança Interna, 2018).

Entre outros fatores, esta melhoria fez-se sentir na posição de Portugal no Index Global de Paz (IGP), ranking que mede o nível de paz global de 163 estados e territórios independentes, tendo por base três grandes dimensões: conflitos atuais; militarização; e proteção e segurança. Se em 2007, altura em que foi criado o IGP, Portugal ocupava a 14ª posição, em 2017 estava em terceiro no ranking global dos países mais pacíficos (Institute for Economics & Peace, 2017).

1.2. Impacto social e económico da criminalidade

A criminalidade possui vários impactos a curto e longo prazo, repercutindo-se em efeitos diretos ou indiretos, seja ao nível da vítima, do agressor, dos profissionais que lidam com estes indivíduos ou da própria sociedade em geral (Canter & Youngs, 2016). Alguns dos efeitos diretos da vitimação do crime podem incluir perda de confiança na sociedade; sentimento de culpabilização; lesões físicas; perda financeira; efeitos psicológicos como medo, raiva ou depressão; ou alterações no estilo de vida (Shapland & Hall, 2007). Estes efeitos podem ter impacto nas vítimas do crime, mas também nos seus familiares, colegas ou amigos (i.e., vitimação indireta), por sentirem dificuldade em ajudarem a vítima a lidar com os efeitos do crime (Shapland & Hall, 2007).

A criminalidade tem também um impacto económico na sociedade, envolvendo despesas relacionadas com o sistema judicial; com as perdas e despesas médicas das vítimas; com o trabalho de prevenção do crime por parte de organizações/ agências; com os custos relacionados com o tempo das vítimas, dos ofensores e dos reclusos, que acaba por ser alocado a outras problemáticas que não o emprego, por exemplo; com o encarceramento de indivíduos condenados; com o receio de vitimação; e de dissuasores privados (Anderson, 1999). O valor geral da criminalidade nos Estados Unidos foi estimado em mais de um trilião de dólares anuais (Anderson, 1999). Entre os vários custos, Anderson (1999) estimou que os provenientes da vitimação de crimes violentos e contra a propriedade rondassem os 472\$ bilhões e os custos resultantes da violação, roubos e agressões estivessem perto dos 183\$

bilhões.

Cohen, Piquero e Jennings (2010) analisaram os custos associados ao típico criminoso de longa data/ de carreira (i.e., aquele que comete vários crimes ao longo da sua vida para se sustentar financeiramente), ao ofensor de um único crime, ao indivíduo que comete crimes relacionados com o abuso de álcool ou de drogas, e ao abuso ou negligência de crianças. O primeiro possui custos estimados entre 2,1\$-3,7\$ milhões de dólares americanos; o ofensor de um único crime possui custos associados de 78,500\$; cada abusador de álcool e drogas apresenta valores por volta dos 700,000\$; enquanto os custos de perpetração de abuso ou negligência de crianças se situavam entre os 250,000\$ e os 285,000\$. Os mesmos autores comparam estes valores aos provenientes de gravidezes na adolescência (entre os 120,000\$ e os 140,000\$) e aos decorrentes de problemas na saúde, como nascimentos de bebês prematuros (10,300\$), doença coronária (127,000\$), asma (144,000\$), diabetes (187,000\$) ou aqueles relacionados com os fumadores (260,000\$). Concluíram que os programas e as políticas que se foquem em intervenções na primeira infância para a prevenção e redução da criminalidade têm o potencial de produzir benefícios sociais significativos.

1.3. Teoria geral do crime.

A teoria geral do crime, criada em 1990 por Gottfredson e Hirsh, consiste num dos principais modelos teóricos sobre a etiologia dos comportamentos criminais. Para os autores, os atos criminosos advêm de uma procura por lucro e satisfação de necessidades imediatas. Nesta perspetiva, o constructo central da teoria é o autocontrolo, pois a criminalidade ocorrerá apenas quando um indivíduo não consegue adiar a gratificação perante uma oportunidade que se apresente, limitando-se a pensar a curto-prazo. Acrescentam que alguém com um bom autocontrolo será necessariamente uma pessoa que vive em conformidade com as leis.

Os autores revelam que os indivíduos que cometem crimes, para além de terem um baixo autocontrolo, possuem um conjunto de traços psicológicos, presentes antes da idade adulta. A saber, impulsividade, egocentrismo, temperamento volátil, propensão para o risco, e preferência por tarefas físicas/ manuais. Estes traços não são inatos, mas adquiridos através da socialização com a família durante a infância, sendo a falta de supervisão parental a principal causa do baixo autocontrolo (Siegmunt, 2016). Consideraram ainda que os atos criminosos são todos vulgares e requerem pouca preparação. Neste sentido, para os autores não existirá uma verdadeira diferença entre criminalidade geral e crimes violentos e graves, dado que

todos envolvem uma necessidade de gratificação imediata (Siegmunt, 2016).

Ainda, de acordo com a teoria, os indivíduos com baixo autocontrolo possuem uma maior probabilidade de começarem a cometer crimes em idades precoces, de o fazerem com maior frequência, e de perpetrarem uma maior diversidade de crimes, dependendo da situação (Gottfredson & Hirsh, 1990). Tal deve-se ao facto de estes indivíduos com baixo autocontrolo tenderem a envolver-se em circunstâncias de vida que proporcionam uma maior gama de oportunidades criminais (Gottfredson & Hirsh, 1990).

Alguns autores defendem que a teoria geral do crime é demasiado simplista e que não compreende diferentes facetas da criminalidade, como o crime económico que envolve uma maior complexidade e planeamento por parte dos agressores (Friedrichs & Schwartz, 2008). Apesar da sua visão algo redutiva, vários estudos têm demonstrado que o autocontrolo é de facto uma das mais fortes variáveis preditivas de comportamentos criminais em geral, independente de fatores etários ou culturais (de Ridder, Lensvelt-Mulders, Finkenauer, Stok, & Baumeister, 2012; Fox, 2017; Healey & Beauregard, 2017; Hirtenlehner & Kunz, 2017; Pratt & Cullen, 2000; Rebellon, Strauss, & Medeiros, 2008; Svensson, Pauwels, & Weerman, 2010; Tittle, Antonaccio, Botchkovar, & Kranidioti, 2010; Vazsonyi, Mikuška, & Kelley, 2017; Wolfe, 2015; Wolfe, Reisig, & Holtfreter, 2016). Especificamente, a faceta da impulsividade está associada a um maior risco de perpetração de coação e agressão sexual (Davis, Danube, Stappenbeck, Norris, & George, 2015; Wilhite & Fromme, 2017). Por outro lado, a propensão para o risco foi capaz de prever a perpetração de crimes violentos e contra a propriedade, enquanto o temperamento volátil previu crimes violentos e o consumo de drogas (Conner, Stein, & Longshore, 2009).

1.4. Teoria da ação situacional.

Wikström (2014) desenvolveu recentemente uma teoria sobre a etiologia da criminalidade, cujo constructo central é a moralidade. A moralidade diz respeito a crenças ou ideias internalizadas sobre o certo e o errado que orientam as ações das pessoas (Piquero, Bouffard, Piquero, & Craig, 2016). O autor, na sua teoria da ação situacional, postula que as pessoas cometem atos criminosos porque percebem e optam (seja por hábito ou após alguma deliberação) por esse ato como uma alternativa viável em resposta a uma motivação específica (tentação ou provocação). Esta opção por um ato criminoso face a determinada motivação está dependente de características pessoais (traços ou propensões) em conjunção

com fatores ambientais. O modelo encontra-se representado uma versão simplificada na Figura 1. A ação não resulta exclusivamente das características pessoais ou do meio ambiente, mas sim da situação (i.e., do processo de percepção de alternativas viáveis, que resulta da interação entre as propensões da pessoa e o ambiente).

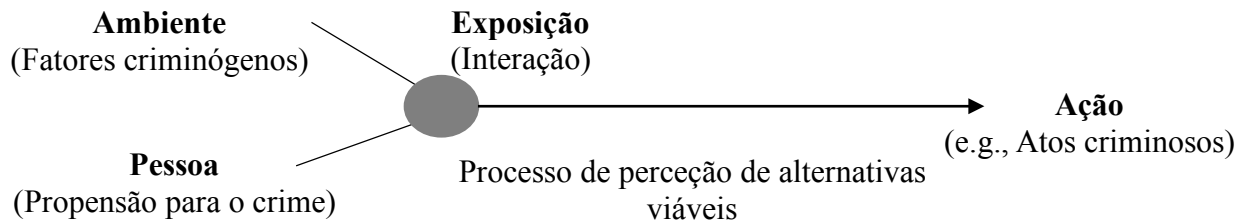


Figura 1. O modelo situacional de Wikström (2014, p. 77).

Para Wikström (2014), a moralidade representa a razão porque as pessoas desenvolvem determinadas propensões e são expostas a certos ambientes, deixando-se conduzir por alguma motivação específica. Segundo este modelo, as pessoas só cometem crimes se as suas propensões morais os encorajar a ver os crimes como opções viáveis dentro de determinados ambientes que favorecem essa quebra da lei. Deste modo, e de acordo com a teoria, existem três fatores situacionais centrais que atuam no processo de interação entre a percepção e a escolha: a motivação inicia o processo de ação, o filtro moral fornece alternativas de ação face a uma determinada motivação, e os controlos (e.g., intoxicação, stress) influenciam a tomada de decisão quando há um conflito entre as normas que orientam a pessoa. A Figura 2 ilustra o processo da tomada de ação relativo à explicação do crime.

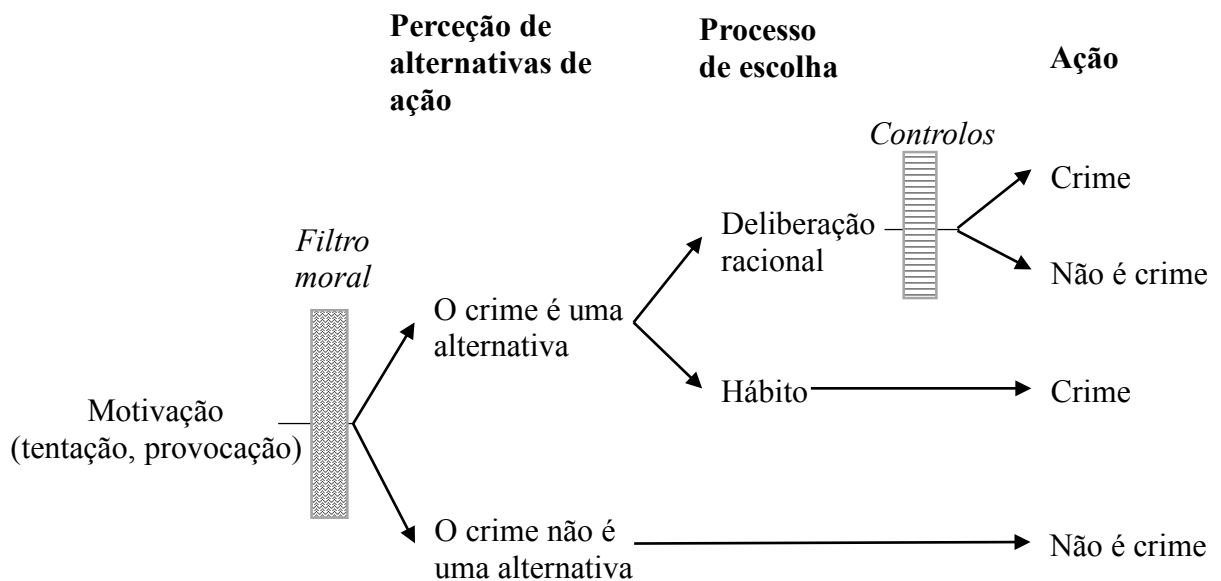


Figura 2. O processo situacional e fatores situacionais chave (relativos à explicação do crime) adaptado por Wikström (2014, p. 79) de Wikström (2011). *Does everything matter? Addressing the problem of causation and explanation in the study of crime.* In J. McGloin, C. J. Sullivan, and L. W. Kennedy (eds.), *When Crime Appears. The Role of Emergence* (London. Routledge).

Nesta perspectiva da teoria da ação situacional, uma pessoa com uma elevada moralidade (i.e., cujos valores são congruentes com as regras morais vigentes) nunca se envolverá em crimes, pois nunca perceberá esse ato como sendo uma alternativa viável. Por outro lado, uma pessoa com baixa moralidade (i.e., cujos valores sobre o certo e o errado diferem das regras morais vigentes) será mais facilmente influenciada por processos internos (e.g., autocontrole) e externos (e.g., dissuasão).

Apesar de ser relativamente recente, vários estudos têm dado legitimidade a esta teoria. Antes de mais, as investigações com amostras provenientes de diferentes meios culturais têm demonstrado que a moralidade constitui um dos preditores mais fortes do cometimento de condutas desviantes e de reincidência, mesmo após se controlarem variáveis sociodemográficas (Antonaccio & Tittle, 2008; de Li, 2004; Hirtenlehner & Kunz, 2016; Ishoy, 2017; Rogers, Smoak, & Liu, 2006; Stams et al., 2006; Svensson et al., 2010; van Vugt et al., 2011; Wang, Lei, Yang, Gao & Zhao, 2017). Paralelamente, estudos que testaram as premissas da teoria constataram que a moralidade era a variável que melhor predizia os comportamentos criminosos ou desviantes e que o autocontrole não tinha nenhum-ou apenas um reduzido efeito no crime, interagindo ao invés com outras variáveis (Gallupe & Baron, 2014; Hirtenlehner & Kunz, 2016; Piquero et al., 2016; Tittle et al., 2010). Outros trabalhos verificaram que o autocontrole tinha um efeito mais significativo no comportamento desviante apenas para indivíduos com baixa moralidade (Hirtenlehner & Kunz, 2016; Schoepfer & Piquero, 2006; Svensson et al., 2010), tendo também sido observado que uma elevada moralidade interage com um elevado autocontrole e dissuasão para reduzir a participação no crime (Antonaccio & Tittle, 2008; Piquero et al., 2016).

Apesar das suas premissas deixarem margem para abranger a explicação dos indivíduos que cometem crimes por hábito e de forma persistente na sua vida, a teoria da ação situacional ainda não foi testada no âmbito da especialização/ versatilidade criminal.

1.5. Especialização versus versatilidade criminal.

Alguns indivíduos cometem um único crime ao longo da sua vida, outros têm tendência para realizar vários crimes da mesma tipologia em condenações subsequentes – os denominados especialistas –, enquanto uma pequena minoria perpetra uma variedade de crimes distintos (e.g., violentos, sexuais, contra a propriedade ou relacionados com o abuso de drogas) – os ofensores versáteis (MacDonald, Haviland, Ramchand, Morral, & Piquero, 2014). A especialização/versatilidade criminal é um dos tópicos mais investigados na criminologia, dado que o envolvimento em comportamentos criminais diversos constitui um fator de risco importante para a reincidência não-violenta, bem como o cometimento de vários crimes sexuais distintos aumenta o risco de reincidência sexual (Hanson & Bussière, 1998).

A literatura indica que os ofensores de múltiplos tipos de crimes são geralmente versáteis, mas que se vão tornando progressivamente especialistas à medida que vão envelhecendo (MacDonald et al., 2014; McGloin, Sullivan, Piquero, & Pratt, 2007; Nieuwbeerta, Blokland, Piquero, & Sweeten, 2011; Piquero, Paternoster, Brame, Mazerolle, & Dean, 1999; Wright, Pratt, & DeLisi, 2008). Existe também uma forte associação positiva entre a frequência do número de crimes cometidos e a versatilidade criminal (McGloin et al., 2007; Sullivan, McGloin, Pratt, & Piquero, 2006). Para além disso, McGloin e colaboradores (2007) constataram que existem outros fatores com impacto na especialização/versatilidade criminal dos ofensores. Os autores observaram que a existência de alterações temporárias na supervisão comunitária, no casamento, e na utilização de álcool e drogas estavam relacionadas com o nível de diversidade criminal. Isto é, os ofensores são mais especialistas quando se encontram casados, e são mais versáteis quando consomem substâncias psicoativas. Paralelamente, o baixo autocontrolo tem sido relacionado com a persistência no envolvimento em carreiras criminais (DeLisi & Vaughn, 2008; Piquero, Moffitt, & Wright, 2007). Todos estes resultados vêm corroborar, em parte, a teoria geral do crime (Gottfredson & Hirsh, 1990), que defende que os indivíduos com baixo autocontrolo tendem a envolver-se em circunstâncias de vida (e.g., intoxicação por álcool) que possibilitam mais oportunidades criminais, que cometerão um maior número de crimes, que estes serão mais variados e iniciarem-se em idades mais precoces.

2. Violência Sexual

2.1. Definição e prevalência em Portugal.

A violência sexual tem sido definida como qualquer contacto (físico ou verbal) sexual

indesejado, podendo envolver penetração (com algum membro do corpo ou objetos) ou não, incluindo a coação para relações sexuais (Basile & Saltzman, 2002). No regime jurídico português, os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual compreendem o abuso sexual de crianças, abuso sexual de menor dependente, abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, abuso sexual de pessoa internada, aliciamento de menor para fins sexuais, atos sexuais com adolescentes, atos exibicionistas, coação sexual, importunação sexual, lenocínio, lenocínio de menor, pornografia de menores, recurso à prostituição de menor, e violação.

Estes crimes possuem consequências negativas graves para a saúde física, psicológica e sexual e das suas vítimas, para além de ter um forte impacto a nível social e económico (ver Basile & Smith, 2011 para uma revisão). Este impacto económico traduz-se em custos diretos associados ao sistema de saúde público, dado que a vitimação sexual pode levar a deterioração da saúde (Colding, 1999), mas também em custos indiretos resultantes da redução na qualidade de vida (Basile & Smith, 2011). Um estudo realizado no estado do Michigan estimou os custos económicos tangíveis e intangíveis da violência sexual nesse estado em 1996 (Post, Mezey, Maxwell, & Wibert, 2002) e concluiu que estes ascendiam a mais de 6,5\$ bilhões de dólares (a maioria proveniente de custos intangíveis). Os mesmos autores sugeriram que a prevenção constitui a melhor forma de redução dos elevados custos associados à violência sexual.

Em Portugal, entre 2014 e 2017, foram detidos 999 indivíduos por crimes contra liberdade e autodeterminação sexual, registando-se uma média de 250 por ano (Sistema de Segurança Interna, 2018). As detenções mais prevalentes foram devidas aos crimes de abuso sexual de crianças, violação, e pornografia de menores, por esta ordem.

No sistema judicial Português, nem todos os indivíduos detidos por crimes sexuais são condenados e apenas uma pequena percentagem destes cumpre penas de prisão efetivas. A Ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, citada pelo Jornal Expresso (2018), referiu que entre 2015 e 2016 foram condenados 696 indivíduos por abuso sexual de crianças, especificamente, e que 523 desses (cerca de 75%) ficaram com penas suspensas. A suspensão das penas pode ocorrer sempre que a moldura penal mais elevada desse crime for igual ou menor que cinco anos, entre outras condições. Estes agressores com penas suspensas são normalmente acompanhados pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) durante o período em que decorre a pena, tendo que frequentar programas de intervenção terapêutica na área da sexologia clínica.

2.2. Modelo da motivação-facilitação.

Seto (2017) desenvolveu recentemente um modelo explicativo da violência sexual – o modelo da motivação-facilitação (MMF). O MMF é baseado nas teorias propostas por Finkelhor (1984) e por Gottfredson e Hirsh (1990). A teoria de Finkelhor (1984) propõe a existência de três fatores motivacionais relacionados com o abuso sexual de crianças – desejo sexual por crianças (pedofilia), identificação emocional com crianças (por oposição a adultos), e dificuldade em sentir-se emocional e sexualmente satisfeito em relacionamentos com adultos. Tal como referenciado previamente, a teoria geral do crime de Gottfredson e Hirsh (1990) estabelece que os indivíduos com baixo autocontrolo tenderão a cometer crimes caso surjam oportunidades para tal. O MMF parte destas premissas para explicar quais as motivações, traços de personalidade e fatores facilitadores associadas ao cometimento de violência sexual em geral.

O MMF distingue três motivações sexuais primárias associadas à violência sexual: (a) parafilias, (b) elevado desejo sexual, e (c) intenso empenho no envolvimento sexual. No Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (American Psychiatric Association – APA, 2002), as parafilias são definidas como *“fantasias intensas e recorrentes sexualmente excitantes, impulsos sexuais ou comportamentos implicando, geralmente: objetos não humanos; o sofrimento ou humilhação do próprio ou do seu parceiro; ou crianças ou outras pessoas sob coação, e que ocorrem durante um período de pelo menos 6 meses”* (p. 566). As principais parafilias que estão na base da violência sexual são a pedofilia ou a hebefilia (preferências sexuais por crianças pré-púberes e púberes, respetivamente); a biastofilia (desejo de cometer atos sexuais coercivos contra pessoas desconhecidas); o sadismo sexual não-consentido (prazer sexual pela inflicção de sofrimento psicológico ou físico a outra pessoa que não o deseja); o exibicionismo (excitação sexual pela exposição da nudez ou de atos sexuais perante outras pessoas contra as suas vontades); e o voyeurismo (prazer sexual pelo visionamento não-consentido de outras pessoas na sua intimidade). Todas estas parafilias são ilegais e criminalizadas no sentido em que envolvem o não-consentimento do alvo, ou a sua incapacidade para tal (e.g., atos sexuais com crianças).

O elevado desejo sexual pode ser influenciado por diversos fatores como a idade, as hormonas, a saúde física e a presença ou qualidade de uma relação amorosa (Seto, 2017). O elevado desejo sexual reflete-se muitas vezes em problemas como preocupação sexual

excessiva, frequência elevada de consumo de pornografia ou de comportamentos masturbatórios, ou solicitação de parceiros sexuais, que podem ter implicações ao nível da saúde, das finanças ou da relação amorosa do indivíduo (Seto, 2017). De acordo com o MMF, um elevado desejo sexual pode constituir uma motivação para a perpetração de violência sexual quando este suplanta inibições que a pessoa possa ter sobre coagir alguém a ter relações sexuais ou envolver-se com quem não o possa consentir legalmente (e.g., crianças).

O empenho sexual diz respeito ao investimento (em termos de tempo, energia ou recursos) na aquisição de novos parceiros sexuais, ao invés do foco no seu parceiro atual ou em filhos que tenha com essa pessoa (Seto, 2017). Tal como o desejo sexual, este esforço é afetado pela idade e por fatores ambientais (Seto, 2017). O MMF cita o trabalho de Lalumière, Harris, Quinsey e Rice (2005), que colocaram a hipótese de que indivíduos com um elevado empenho sexual poderão ter maior probabilidade de cometerem comportamentos sexualmente coercivos, por terem mais oportunidades para tal dada a sua procura constante por novos parceiros sexuais, ou esse empenho poder levar a tentativas mais persistentes e agressivas para superar a relutância ou recusa desses parceiros.

Seto (2017) afirma que essas motivações por si só não são suficientes, pois, de acordo com a teoria geral do crime (Gottfredson & Hirsh, 1990), indivíduos com um elevado autocontrolo conseguiriam resistir a esses impulsos. Neste sentido, e de acordo com o MFM, para a passagem ao ato é necessário que hajam fatores facilitadores, como problemas de autorregulação (i.e., impulsividade, dificuldade em pensar a longo-prazo e imprudência), atitudes ou crenças legitimadoras da violência sexual, alterações no estado da pessoa (e.g., elevado desejo sexual, intoxicação por substâncias psicoativas como o álcool) ou emoções negativas (e.g., raiva, stress ou depressão causados por problemas relacionais ou laborais).

Finalmente, o MMF argumenta que, mesmo havendo motivações e fatores facilitadores, a violência sexual só ocorre quando existem oportunidades para tal (Seto, 2017). Por exemplo, a presença de vítimas vulneráveis (e.g., acesso facilitado a crianças); ausência de alguém responsável que possa intervir se ocorrer uma agressão sexual; e determinadas características temporais ou locais baseadas nas rotinas das vítimas. A Figura 3 ilustra a interação entre os diversos fatores associados à perpetração de violência sexual, que estão na base do MMF.

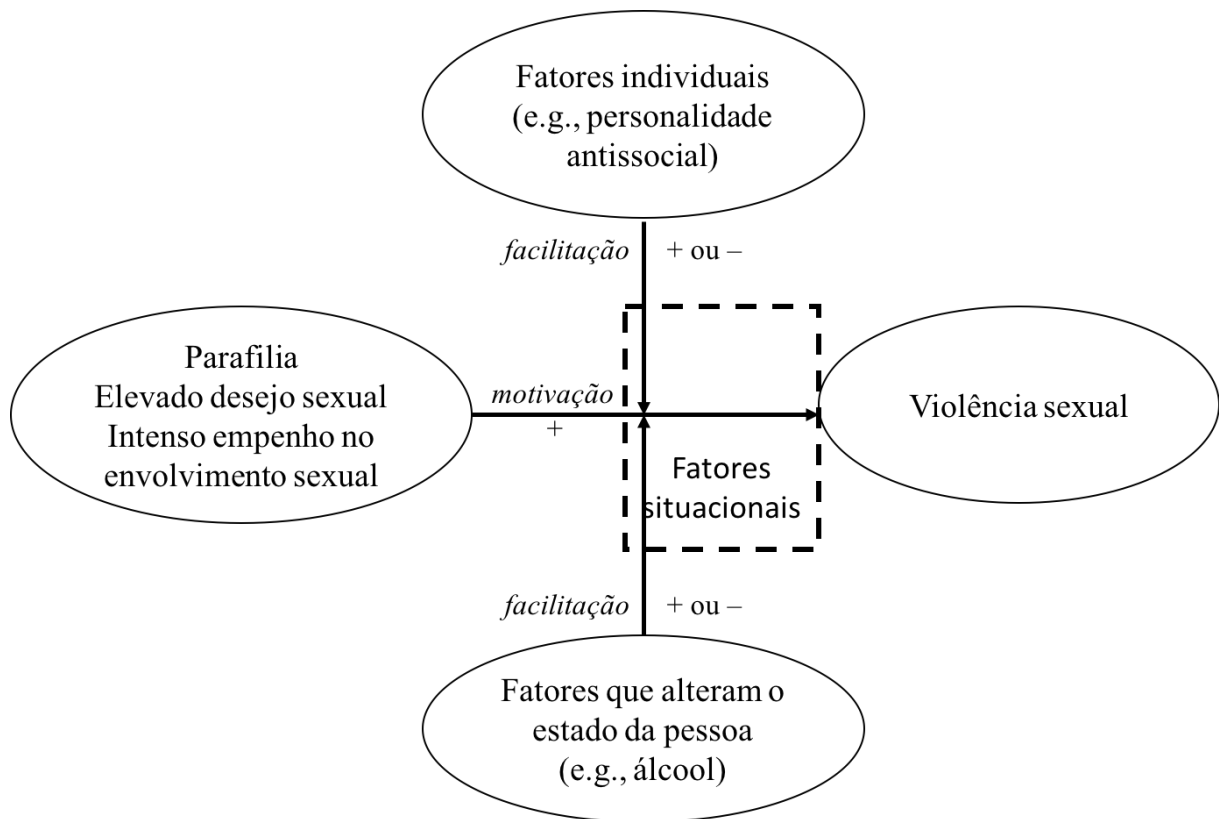


Figura 3. Modelo da motivação-facilitação da violência sexual (Seto, 2017).

Nota. A caixa picotada em volta dos fatores situacionais demonstra que a combinação da(s) motivação(ões), traços individuais, fatores que alteram o estado da pessoa, e fatores situacionais como o acesso a vítimas vulneráveis e a ausência de alguém responsável por perto, aumenta (+) ou diminui (–) o risco da violência sexual.

O MMF é referente à etiologia da violência sexual. Contudo, existem outros fatores relacionados com a persistência no envolvimento em agressões sexuais ao longo da vida. Seto (2017) resumiu quais os fatores de risco identificados na literatura (Hanson & Bussière, 1998; Hanson & Morton-Bourgon, 2005): (a) sexualidade atípica, caracterizada por parafilias (e.g., pedofilia, sadismo sexual, exibicionismo, entre outras) e hipersexualidade (excessiva preocupação sexual e/ ou elevado desejo sexual); (b) atributos individuais associados a comportamentos antissociais e criminosos (e.g., traços de perturbação da personalidade antissocial, crenças ou atitudes legitimadoras da violência, entre outros); e (c) défices interpessoais, expressos por falta de competências sociais, sentimentos de solidão ou dificuldade no estabelecimento e manutenção de relacionamentos amorosos.

Em ambos os casos, da primeira passagem ao ato sexualmente coercivo ou da persistência nesse tipo de comportamentos, a presença de interesses ou fantasias sexualmente

desviantes/ atípicas aparenta ser um dos fatores mais importantes, que distingue os agressores sexuais da restante população criminosa (Seto & Lalumière, 2010).

2.3. O impacto do consumo de pornografia.

Uma forma comum de criar e ampliar fantasias sexuais é a exposição à pornografia (Byrne, & Osland, 2000; Ellis & Symons, 1990; Lalumière et al., 2005; Leitenberg & Henning, 1995; Marshall, 2000; Williams, Cooper, Howell, Yuille, & Paulhus, 2009). Os indivíduos escolhem os materiais pornográficos que coincidem com os seus interesses sexuais e utilizam-nos para estimular a sua excitação sexual (Quayle & Taylor, 2002). A pornografia diz respeito aos materiais sexualmente explícitos que contêm imagens de nudez e representações gráficas de atos sexuais (Rasmussen, 2016). Apesar da maioria dos conteúdos incluir cenas eróticas, em que ambos os parceiros têm prazer e participam nas atividades, uma apreciável quantidade da pornografia mais vendida inclui cenas de violência verbal (e.g., insultos) ou física (e.g., bofetadas na cara, palmadas no corpo, encenações de sexo forçado, entre outras; Bridges, Wosnitzer, Scharrer, Sun, & Liberman, 2010).

Uma elevada frequência do consumo de pornografia pode refletir um desejo sexual exacerbado, constituindo uma das motivações que pode estar na origem da violência sexual (Seto, 2017). Com base nisso, vários investigadores têm procurado averiguar se o consumo de pornografia está relacionado com comportamentos agressivos e atitudes legitimadoras da violência contra as mulheres e os resultados têm sido mistos. Alguns estudos transversais, experimentais e longitudinais, bem como meta-análises, constataram que a pornografia, particularmente a de cariz violento, dessensibiliza os espectadores e aumenta a incidência de atitudes negativas sobre as mulheres e sobre a sexualidade; contribui para a propagação de mitos sobre a violação (e.g., de que as mulheres gostariam de ser violadas); e aumenta o risco de perpetração e vitimação de agressões verbais (i.e., comportamentos verbalmente coercivos e assédio sexual) e físicas (i.e., recurso a ameaças ou força física para obtenção de sexo; Allen, D'Alessio, & Brezgel, 1995; Allen, Emmers, Gebhardt, & Giery, 1995; Wright, Tokunaga, & Kraus, 2016; Ybarra, Strasburger, & Mitchell, 2014).

Outros investigadores remetem para a presença de resultados inconsistentes ou nulos em alguns estudos (Ferguson & Kilburn, 2009; Fisher & Grenier, 1994; Fisher, Kohut, Di Gioacchino, & Fedoroff, 2013), e para a relação inversa entre o aumento da disponibilidade da pornografia e diminuição das taxas de violação em diversos países (D'Amato, 2006; Diamond, Jozifkova, & Weiss, 2011; Ferguson & Hartley, 2009). Alguns autores sugeriram

que, para certos indivíduos que reprimem as suas tendências sexualmente agressivas ou para utilizadores de pornografia infantil este tipo de materiais pode transmitir alívio e reduzir o desejo de violação ou de abuso sexual de crianças, respetivamente (Carter, Prentky, Knight, Vanderveer, & Boucher, 1987; D'Amato, 2006). Adicionalmente, apenas uma pequena porção de agressores sexuais mencionou que a pornografia teve alguma relação com os seus crimes, seja como instigadora ou como preparação para estes/ autoestimulação prévia (Condrón & Nutter, 1988; Langevin & Curnoe, 2004; Marshall, 1988; Nutter & Kearns, 1993).

A diferença entre estes resultados pode ser devida às características individuais dos participantes nas amostras, dado que a pornografia parece não afetar todos os sujeitos a ~~gente~~ da mesma forma. Os estudos têm indicado que o consumo de pornografia, particularmente a de índole violenta, tem efeitos negativos mais fortes em homens que já possuem um elevado risco para a violência sexual, devido à presença de traços antissociais/ psicopáticos ou de menor amabilidade (Hald & Malamuth, 2015; Kingston, Malamuth, Federoff, & Marshall, 2009; Kingston, Federoff, Firestone, Curry, & Bradford, 2008; Malamuth, Addison, & Koss, 2000; Malamuth, Hald, & Koss, 2012; Seto, Maric, & Barbaree, 2001; Williams et al., 2009). Esses mesmos estudos acrescentam que os homens que possuem essas características também são mais propensos a procurar e utilizar pornografia violenta.

Dado o seu possível papel como motivador da violência sexual (Seto, 2017), parece ser de extrema importância o estudo das características do consumo de pornografia entre agressores sexuais, e particularmente o que distingue os indivíduos que utilizam estes materiais dos que não o fazem.

3. Os agressores sexuais

Apesar da baixa prevalência deste tipo de crimes em Portugal, comparativamente com a restante criminalidade, pela sua natureza gravosa e o forte impacto nas vítimas e na sociedade, a violência sexual carece de investigação sistemática de modo a contribuir para a sua prevenção. Só através da compreensão deste fenómeno, isto é, da identificação das características e motivações dos agressores sexuais, será possível prevenir-se a reincidência sexual (Robertiello & Terry, 2007).

Neste sentido, a nível internacional têm sido realizados vários estudos que procuram averiguar a etiologia da violência sexual, incidindo particularmente nos fatores que

distinguem os agressores sexuais dos restantes criminosos. Em duas meta-análises, foi possível constatar quais os fatores que consistentemente conseguem fazer essa discriminação (Seto & Lalumière, 2010; Whitaker et al., 2008). Relativamente aos fatores históricos, os indivíduos que agridem sexualmente as suas vítimas tendem a apresentar um historial de vitimação de abuso sexual, maus tratos físicos e/ou negligência na infância; a terem sido expostos precocemente à pornografia; e a possuírem interesses sexuais desviantes (sendo esta a variável com o maior efeito). Paralelamente, demonstram uma maior ansiedade, solidão e isolamento social, e uma menor autoestima, do que os restantes criminosos. Especificamente, os abusadores sexuais de crianças tendem a apresentar um *coping* sexualizado, um maior desejo sexual e mais problemas sexuais de externalização do que os ofensores não-sexuais (Whitaker et al., 2008).

As variáveis que aparentam não discriminar ambos os grupos, de acordo com as meta-análises mencionadas (Seto & Lalumière, 2010; Whitaker et al., 2008), e que, portanto, poderão ser extensíveis à criminalidade geral, são as competências sociais, a empatia, as distorções cognitivas, a exposição à violência não-sexual, a inteligência, as perturbações do foro mental, as tendências antissociais, e a vinculação (seja com os cuidadores na infância, seja na idade adulta).

Contudo, os agressores sexuais aparentam ser um grupo bastante heterogéneo, possuindo características e motivações distintas dependendo dos crimes praticados. A literatura tem definidas tipologias classificatórias, que usualmente distinguem entre agressores de adultos e de crianças; entre abusadores sexuais de crianças e ofensores de pornografia de menores; e, especificamente, entre abusadores de crianças intra e extrafamiliares (Robertiello & Terry, 2007).

3.1. Características diferenciadoras entre os abusadores sexuais de crianças e os violadores de adultos.

Comparados com os abusadores de crianças, os violadores de adultos são normalmente mais jovens (Hanson, 2002); têm maior probabilidade de terem sofrido abuso físico, psicológico ou sexual e violência parental durante a infância (Craissati & Beech, 2004; Simons, Wurtele, & Durham, 2008); cometeram crimes não-sexuais durante a adolescência e apresentam comportamentos mais agressivos durante a perpetração das suas agressões, recorrendo a ameaças/ intimidação e a coação física (Bard, Carter, Cerce, Knight, Rosenberg

& Schneider, 1987; Craissati & Beech, 2004; Hillbrand, Foster, & Hirt, 1990); têm relações amorosas mais duradouras (Craissati & Beech, 2004); apresentam mais traços antissociais ou psicopáticos, tendo um maior número de condenações prévias violentas, e possuem um maior risco de reincidência violenta (Firestone, Bradford, Greenberg, & Serran, 2000; Hanson & Bussière, 1998; Prentky, Lee, Knight, & Cerce, 1997; Rice & Harris, 1997; Seto & Barbaree, 1999).

Por outro lado, os abusadores sexuais de crianças tendem a possuir um maior histórico de vitimação sexual, exibem menos problemas comportamentais e maior variação na sua performance escolar, são mais capazes de manter um emprego, mas apresentam mais problemas psiquiátricos (Bard et al., 1987); cometeram mais agressões sexuais no passado (Rice & Harris, 1997); consomem mais pornografia (Hudson & Ward, 1997); possuem um maior risco de reincidência sexual (Hanson & Bussière, 1998; Prentky et al., 1997; Rice & Harris, 1997). O abuso de substâncias (i.e., álcool ou drogas) tem demonstrado resultados mistos, com alguns estudos a encontrar maior incidência desta problemática em violadores (Bard et al., 1987; Craissati & Beech, 2004; Hamdi & Knight, 2012), enquanto outros não observaram nenhuma diferença para com os abusadores de crianças (Hillbrand et al., 1990).

3.2. Características diferenciadoras entre os abusadores sexuais de crianças e os ofensores de pornografia de menores.

O senso comum diria que os abusadores sexuais de crianças são indivíduos pedófilos, que têm uma preferência sexual por esse nível de maturidade. Contudo, a literatura indica que a motivação para o abuso sexual de crianças não é a mesma para todos os agressores que escolhem este tipo de vítimas. Os abusadores sexuais de crianças podem não ter preferências sexuais por crianças, constituindo o abuso um crime de oportunidade, ou uma resposta a um ambiente familiar disfuncional onde haja violência ou maus tratos (Soeiro, 2009). Já a pedofilia constitui uma preferência sexual por crianças, acompanhada de fantasias associadas (APA, 2002). De facto, a maioria dos indivíduos diagnosticados com pedofilia não cometem atos sexuais com crianças (Bailey, Bernhard, & Hsu, 2016). Contudo, têm uma maior probabilidade de consumirem pornografia de menores, por oposição aos que se envolvem fisicamente com crianças (Seto, Cantor, & Blanchard, 2006). Face a isto, investigações recentes identificaram a existência de três subgrupos de agressores sexuais: os abusadores de crianças, os ofensores de pornografia de menores exclusivamente, e os mistos, aqueles que

para além de consumirem essa pornografia acabam por também se envolver em atos sexuais com crianças.

Numa meta-análise recente que analisou 30 estudos maioritariamente provenientes de países anglo-saxónicos (Babchisin, Hanson, & VanZuylen, 2015), com uma amostra total de 2.320 abusadores sexuais de crianças, 2.284 ofensores de pornografia de menores e 1.086 ofensores mistos, constatou-se que estes três subgrupos possuem características distintas entre si. Nomeadamente, quando compararam os dois primeiros, os abusadores de crianças tinham uma maior probabilidade de terem acesso facilitado a crianças; tinham mais distorções cognitivas e identificação emocional com crianças; demonstraram mais indicadores de antissocialidade, tendo histórico criminal mais vasto, hostilidade e problemas com supervisão; apresentaram mais perturbações mentais graves (e.g., esquizofrenia) e problemas com o abuso de substâncias (álcool e drogas); tinham uma maior probabilidade de terem sido vítimas de abuso físico e/ ou sexual na infância e de terem exibido problemas comportamentais nessa altura (e.g., delinquência juvenil); e demonstraram um menor envolvimento em relacionamentos românticos. Por outro lado, os ofensores de pornografia de menores eram geralmente mais jovens, com um nível de escolaridade e rendimentos mais elevados; tinham maior probabilidade de estarem empregados e um acesso mais facilitado à Internet; exibiam mais empatia para com as vítimas; e tinham mais preocupações ao nível sexual. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre ambos relativamente ao estado civil, à orientação sexual, ao nível de deficits na intimidade e de problemas de autorregulação (e.g., impulsividade), de perturbações da personalidade e do humor (i.e., ansiedade e depressão), do nível de risco em instrumentos de avaliação, e das competências de resolução de problemas.

Comparando os abusadores sexuais de crianças com os ofensores mistos, a mesma meta-análise (Babchishin et al., 2015) constatou que os primeiros tinham um acesso mais facilitado a crianças, e uma maior probabilidade de fazerem parte de uma minoria racial. Os ofensores mistos tinham um maior nível de escolaridade, possuíam mais distorções cognitivas e deficits ao nível da empatia, e tinham uma maior probabilidade de serem homossexuais/ bissexuais. Os dois subgrupos não eram distintos relativamente a indicadores de antissocialidade; na identificação emocional com crianças; na idade, estado civil e emprego; em problemas mentais, de autorregulação, a deficits sociais (i.e., isolamento); na vitimação na infância; e nas competências de resolução de problemas.

Finalmente, a meta-análise de Babchishin e colaboradores (2015) também observou a existência de diferenças entre os ofensores de pornografia de menores e os mistos. Desta forma, os mistos tinham um acesso mais facilitado a crianças; mais parafilias; maior probabilidade de serem homossexuais/ bissexuais; mais indicadores de antissocialidade e de abuso de substâncias; mais problemas ao nível da regulação sexual; maior probabilidade de terem sofrido vitimação na infância e de exibirem problemas comportamentais nessa altura. Os ofensores de pornografia exclusivos tinham mais influências sociais negativas, mas menos probabilidade de estarem desempregados. Não foram encontradas diferenças entre os dois subgrupos ao nível das características sociodemográficas, de distorções cognitivas, de problemas com a autorregulação ou com deficits na intimidade, de perturbações mentais ou nas competências de resolução de problemas.

Paralelamente, uma investigação posterior na Suíça apurou que os ofensores de pornografia de menores possuíam um menor risco de reincidirem em crimes que envolvem atos sexuais diretos com crianças, comparativamente aos abusadores sexuais de crianças e aos ofensores mistos (Goller, Jones, Dittmann, Taylor, & Graf, 2016). Numa meta-análise de nove estudos de reincidência longitudinal a 2.630 agressores sexuais *online* (que inclui os de pornografia de menores), Seto, Hanson e Babchishin (2011) revelaram que apenas 4.6% cometia um novo crime sexual durante o período de follow-up de 1.5 a 6 anos – 2% cometeu um crime sexual com uma vítima direta (e.g., abuso sexual de crianças) e 3.4% reincidiu novamente em pornografia de menores.

3.3. Características diferenciadoras entre os abusadores sexuais de crianças intra e extrafamiliares.

Dentro dos abusadores sexuais de crianças, a literatura tem demonstrado existir distinções entre os intrafamiliares e os extrafamiliares. Os abusadores intrafamiliares são aqueles que possuem uma relação familiar com a vítima, seja esta biológica (e.g., progenitor, irmão, tio ou avô) ou sociojurídica (e.g., padrasto ou tutor legal). Os extrafamiliares podem ser conhecidos da vítima (e.g., vizinhos, professores, amigos da família) ou desconhecidos. A literatura internacional é consistente na observação de que o abuso sexual de crianças é mais prevalente no seio familiar, sendo as vítimas predominantemente do sexo feminino (Lalor & McElvaney, 2010), tendência similar em Portugal (Magalhães et al., 2009; Sistema de Segurança Interna, 2018). Ademais, nos casos de abuso intrafamiliar é comum este ocorrer

mais do que uma vez, recorrendo o perpetrador às ameaças verbais ou físicas, enquanto que no abuso extrafamiliar o perpetrador utiliza estratégias de aliciamento ou a força (Bennett, Hughes, & Luke, 2000; Mitchell, Finkelhor, & Wolak, 2005; Magalhães et al., 2009).

Relativamente às características destes agressores, uma meta-análise recente que examinou 78 estudos independentes maioritariamente provenientes de países anglo-saxónicos, comparando um total de 6.605 abusadores de crianças intrafamiliares com 10.573 abusadores extrafamiliares (Seto, Babchishin, Pullman, & McPhail, 2015), constatou que os primeiros pontuavam significativamente menos nas variáveis que englobavam tendências antissociais (e.g., abuso de substâncias, delinquência juvenil, histórico criminal, impulsividade e psicopatia) e nas que envolviam interesses sexuais desviantes (e.g., preocupação sexual excessiva e parafilias como a pedofilia, entre outras). Os intrafamiliares também tinham uma maior probabilidade de terem no passado sofrido abuso sexual, violência ou negligência parental, e de possuírem estilos de vinculação mais debilitados. Em contraste, os abusadores extrafamiliares exibiram mais crenças e atitudes legitimadoras da violência, maior congruência emocional com crianças, assim como défices interpessoais.

Além disso, uma meta-análise a 82 estudos de reincidência a um total de 29.450 agressores sexuais (Hanson & Morton-Bourgon, 2005), identificou que os abusadores intrafamiliares possuíam um menor risco de reincidência do que os extrafamiliares.

3.4. Os agressores sexuais transversais.

Dado que as tipologias classificatórias acima mencionadas identificam claramente o nível de risco de reincidência dos diferentes subgrupos, poder-se-á dizer que constituem valiosas ferramentas no auxílio aos profissionais do Sistema de Justiça na avaliação do risco, no encaminhamento para programas de tratamento e no estabelecimento de estratégias de supervisão (Kleban, Chesin, Jeglic, & Mercado, 2013). No entanto, estas tipologias partem de uma premissa algo falaciosa —que os agressores sexuais são sempre consistentes nos seus padrões criminais e seleção de vítimas. Apesar da maioria manter padrões consistentes na escolha das vítimas (Guay, Proulx, Cusson, & Ouimet, 2001; Sim & Proeve, 2010), estudos recentes em países anglo-saxónicos (Austrália, Canadá, Reino Unido e Estados Unidos) têm indicado que uma porção significativa dos agressores sexuais é ~~mais~~ transversal nos seus padrões criminais.

A percentagem de agressores sexuais transversais flutua dependendo da metodologia utilizada na recolha da informação. Por exemplo, estudos que utilizam dados oficiais (registo de detenções, acusações ou condenações) de agressores encarcerados indicam que 7% a 14% já abusou de vítimas de diferentes faixas etárias (criança, adolescente e adulto); entre 9% a 13% tinha vítimas do sexo masculino e feminino; e cerca de 13/14% agrediu vítimas com quem tinham diferentes relações (e.g., membro da família, pessoas conhecidas ou desconhecidas) (Cann, Friendship, & Gonza, 2007; Heil, Ahlmeyer, & Simons, 2003; Kleban et al., 2013).

A incidência de agressores sexuais transversais é mais acentuada em investigações que recorreram a autorrelatos de agressores institucionalizados (Weinrott & Saylor, 1991), que foram submetidos ao polígrafo (English, Jones, Patrick, & Pasini-Hill, 2003; Heil et al., 2003; Weinrott & Saylor, 1991), ou que se basearam em informação proveniente de relatórios de programas de tratamento (Sim & Proeve, 2010). Nestes casos, entre 12% a 70% ($M = 40\%$) admitiu já ter abusado de vítimas de diferentes categorias etárias; 22-36% agrediu vítimas de ambos os sexos; e 26% a 64% ($M = 44\%$) teve vítimas intra e extrafamiliares.

Além disso, os agressores sexuais podem ainda ser transversais nos seus tipos de crimes. Por exemplo, indivíduos que cometem crimes *online*, como os ofensores de pornografia de menores, podem também cometer atos sexuais com vítimas diretas. Seto e colegas (2011) analisaram 24 estudos com 4.464 agressores sexuais *online* e concluíram que um em cada oito (12.2%, $n = 544$) possuía registo criminal (detenções, acusações ou condenações) por algum tipo de crime sexual com vítimas diretas. A percentagem de agressores *online* que já tinha cometido crimes sexuais diretos aumentava exponencialmente para 55% quando se examinaram os dados provenientes de seis estudos com autorrelatos desses agressores ($n = 523$). Portanto, classificar um indivíduo como agressor sexual *online* com base no seu crime atual e atribuir-lhe automaticamente um menor nível de risco de violência sexual, desconsidera grandemente a hipótese de este indivíduo se poder tornar num ofensor misto, com crimes *online* e com vítimas diretas.

A elevada prevalência de agressores sexuais transversais levou Kleban e colegas (2013) a sugerir que a classificação dos agressores sexuais em tipologias pré-estabelecidas, tendo por base exclusivamente dados sobre o crime atual, subestimaria gravemente o nível de risco e facilitaria o acesso destes indivíduos a uma maior variedade de vítimas (Kleban et al., 2013; Sim & Proeve, 2010). Porém, esses resultados sobre a prevalência dos agressores sexuais transversais cingem-se apenas a amostras provenientes de países anglo-saxónicos.

Para uma melhor compreensão deste fenómeno e generalização de resultados, é importante a realização de estudos com outras populações.

Paralelamente, os agressores transversais apresentam maiores pontuações em algumas medidas de avaliação do risco de reincidência (Cann et al., 2007; Olver, Wong, Nicholaichuk, & Gordon, 2007). Contudo, Stephens, Seto, Goodwill e Cantor (2018) indicam que esses resultados são provavelmente influenciados pelo facto destes agressores possuírem um maior número de vítimas, o que, por si só, está associado a um aumento do risco de reincidência sexual (Hanson & Bussière, 1998). Dada a carência de investigação nesta área, Cann e colegas (2007) apelaram ao estudo aprofundado das características que distinguem os indivíduos que cometem crimes sexuais contra diferentes tipos de vítimas por oposição daqueles que têm uma clara preferência por determinados atributos.

3.5. Especialização/ versatilidade criminal entre os agressores sexuais.

A versatilidade criminal, que é comum aos restantes ofensores, é igualmente característica dos agressores sexuais, dado que estes também se envolvem em vários crimes não-sexuais (Lussier, 2005; Simon, 2000; Smallbone & Wortley, 2004; van Wijk, van Horn, Bullens, Bijleveld, & Doreleijers, 2005; Weinrott & Saylor, 1991). Contudo, alguns agressores sexuais apresentam maior grau de especialização do que outros (Soothill, Francis, Sanderson, & Ackerley, 2000). Por exemplo, os indivíduos condenados por posse de pornografia infantil demonstram maior especialização do que os que foram condenados por abuso sexual de crianças ou violação de adultos (Howard, Barnett, & Mann, 2013). Entre estes últimos, os violadores são geralmente mais versáteis criminalmente, enquanto os abusadores de crianças são mais especialistas (Harris, Smallbone, Dennison, & Knight, 2009; Lussier & Cale, 2013; Lussier, LeBlanc, & Proulx, 2005; Miethe, Olson, & Mitchell, 2006). Harris e colegas (2009) também constataram que os agressores sexuais transversais (com vítimas crianças e adultas) tendem a ser mais especialistas que os restantes abusadores de crianças, e os abusadores sexuais incestuosos (similares aos intrafamiliares, mas não inclui relações familiares socio-legais, como os padrastos) são mais parecidos com os violadores na sua versatilidade.

O autocontrolo tem sido mencionado como um fator importante na dinâmica entre a especialização e versatilidade criminal (Gottfredson & Hirsh, 1990). Os estudos também indicam que determinados componentes do autocontrolo, como a impulsividade, estão

relacionados com a perpetração de violência sexual (Davis et al., 2015; Wilhite & Fromme, 2017). No entanto, até ao momento ainda não se averiguou se a impulsividade, por si só, influencia de alguma forma a especialização/ versatilidade criminal entre os agressores sexuais.

4. Objetivos

Tendo por base o estado da arte acima referenciado, o presente estudo tem como principal propósito o desenvolvimento do conhecimento no que concerne às características associadas à perpetração de violência sexual, constituindo-se como um estudo exploratório. É através do conhecimento dessas particularidades que se podem desenvolver ferramentas para auxiliar os legisladores no estabelecimento de leis específicas para esta população; os juízes na tomada de decisões; os profissionais que trabalham na avaliação do risco; e aqueles que desenvolvem programas de intervenção com os agressores sexuais. Para tal, um dos objetivos foi a análise da prevalência de agressores sexuais transversais em Portugal, bem como das características associadas a estes indivíduos que os demarcam dos agressores não-transversais (artigo 4). Nesta investigação pretendeu-se também testar a aplicação da teoria geral do crime e da teoria da ação situacional no âmbito da especialização/ versatilidade criminal dos agressores sexuais (artigo 5). O terceiro objetivo remeteu para o estudo das especificidades do consumo de pornografia por parte dos agressores sexuais, bem como dos fatores individuais que distinguem aqueles que utilizam este tipo de materiais daqueles que não o fazem (artigo 3). Neste trabalho incluiu-se também a adaptação para a população normativa portuguesa de um instrumento que avalia a prevalência das fantasias sexuais (artigo 2).

5. Estrutura da Tese

A tese encontra-se dividida em quatro secções. Primeiramente, é feito um breve enquadramento teórico e são especificados quais os objetivos enunciados pela investigação que foi levada a cabo. Em seguida, na secção da metodologia são abordados os participantes que constituem a amostra geral da tese; os procedimentos que estão na base do trabalho realizado; os materiais utilizados; e uma breve explicação das análises estatísticas realizadas. Posteriormente, e de acordo com os objetivos previamente estabelecidos, são apresentados os artigos que compõem a secção empírica, distribuídos por três etapas: 1) exploração de conceitos teóricos; 2) adaptação de instrumentos de mensuração; 3) resposta aos objetivos.

5.1. *Etapa 1. Exploração de conceitos teóricos.*

A investigação iniciou-se com uma revisão teórica sobre o impacto da pornografia em geral e, especificamente, na violência sexual. Esta revisão foi aceite para publicação como capítulo de um livro. O capítulo começa com uma pequena introdução sobre a operacionalização do conceito de pornografia e de violência sexual. Em seguida são abordadas as características gerais do consumo de pornografia – prevalência, meios de distribuição, tipos de conteúdos, e motivações associadas. Depois são apontados, de forma geral, os efeitos positivos e negativos gerais do consumo de pornografia. Na secção seguinte, é feito um resumo dos modelos teóricos sobre o cometimento de agressões sexuais e o papel que a pornografia tem nestes. Finalmente, são discutidos os efeitos negativos do consumo de pornografia nas atitudes e nas crenças, na agressão sexual, nas fantasias sexuais, e na violência nas relações íntimas. O capítulo termina com considerações finais sobre a revisão elaborada.

5.2. *Etapa 2. Adaptação de instrumentos de mensuração.*

Procedeu-se à adaptação para o contexto português de dois instrumentos centrais aos objetivos da tese. O artigo 2 diz respeito ao estudo de validação do instrumento Wilson's Sex Fantasy Questionnaire (SFQ; Wilson, 1988), que avalia 40 tipos de fantasias sexuais, distribuídos equitativamente por quatro áreas: (1) temas íntimos, como por exemplo, beijar e fazer amor com o companheiro (e.g., 'Fazer amor num local romântico na rua' ou 'Ter relações sexuais com a pessoa que ama'); (2) temas exploratórios, como participar numa orgia ou trocar de companheiro (e.g., 'Ser promíscuo/a' ou 'Ter relações sexuais incestuosas'); (3) temas impessoais, como ter relações sexuais com estranhos, utilizar vibradores ou pornografia (e.g., 'Utilizar objetos para estímulo sexual' ou 'Observar outros a terem sexo'); e (4) temas sadomasoquistas, que envolvem o recurso à força ou a humilhação (e.g., 'Ser amarrado/a' ou 'Açoitar ou dar palmadas em alguém'). Os participantes devem indicar a frequência com que têm cada fantasia sexual, numa escala de Likert de zero a cinco (0 - Nunca; 1- Raramente; 2- Ocasionalmente; 3- Poucas vezes; 4- Algumas vezes; 5- Muitas vezes). A pontuação total de cada subescala varia entre 0 e 50.

O SFQ foi traduzido do inglês para português, tendo sido depois submetido a uma retroversão novamente para inglês. O instrumento foi aplicado a uma população normativa

constituída por 1220 homens e mulheres Portugueses através de um formato *online*, após um breve pré-teste presencial com quatro pessoas. Após a recolha dos dados, realizou-se uma análise fatorial confirmatória (AFC) para testar a estrutura fatorial original, que não se veio a verificar. Dividiu-se, então, a amostra aleatoriamente em dois grupos com cerca de 50% dos participantes em cada. No primeiro grupo realizou-se uma análise fatorial exploratória (AFE) para examinar a estrutura que melhor se adequava à população Portuguesa. Os resultados dessa análise indicaram uma estrutura distinta da original, com menos itens, igualmente repartidos por quatro fatores, mas dois deles ligeiramente diferentes. Realizou-se nova AFC para testar esta nova estrutura no segundo grupo da amostra. Calcularam-se as propriedades psicométricas da versão ajustada à população Portuguesa do instrumento: sensibilidade e fiabilidade, e validade convergente e discriminante. Por fim, realizou-se uma análise das diferenças de género nas fantasias sexuais.

O anexo A apresenta o estudo da validação preliminar do instrumento Sociomoral Reflection Measure – Adapted Measure (SRM-AV; Hornsveld, Kraaimaat, & Zwets, 2012) para a população forense Portuguesa. Este é um instrumento que avalia o nível de maturidade do raciocínio moral, especificamente em populações forenses. Composto por 20 proposições relacionadas com questões morais (e.g., “Quão importante é para si as pessoas não roubarem?”) em que os indivíduos devem primeiro indicar o grau de concordância numa escala que vai do nada importante, pouco importante, neutro, importante, ao muito importante. Em seguida, devem elaborar brevemente o porquê de terem optado por essa opção.

O SRM-AV foi primeiramente submetido a uma tradução do inglês para português, e a nova retroversão para o inglês. Realizou-se um pré-teste a 10 indivíduos num contexto normativo, tendo-se aplicado as correções que foram suscitadas pelo mesmo. O SRM-AV foi depois aplicado a 144 agressores sexuais adultos do sexo masculino. Levou-se a cabo uma análise fatorial confirmatória que corroborou a estrutura original do instrumento para esta amostra. As qualidades psicométricas do SRM-AV foram analisadas através da apreciação da sua sensibilidade, validade de constructo, validade convergente e discriminante, e consistência interna.

5.3. Etapa 3. Resposta aos objetivos.

O artigo 3 surge em resposta ao objetivo que pretendia desenvolver o conhecimento sobre as especificidades do consumo de pornografia por parte dos agressores sexuais, bem como dos fatores individuais que distinguem aqueles que utilizam este tipo de materiais daqueles que não o fazem. Para tal, entrevistaram-se 146 reclusos encarcerados por crimes sexuais que consentiram em participar no estudo, após ter sido dado o consentimento informado. Analisou-se a idade em que foram primeiro expostos à pornografia e depois a sua utilização destes materiais ou longo da sua vida. Focando-nos na altura que antecedeu a perpetração do crime sexual que deu origem à condenação pela qual estavam encarcerados, examinaram-se as características do consumo de pornografia por parte desses indivíduos. Nomeadamente, os materiais/ meios utilizados, o contexto do consumo, as motivações associadas, os comportamentos ou pensamentos que ocorreram durante ou após o consumo e os tipos de pornografia usada. Estudou-se também, através da consulta dos processos internos dos participantes, se estes utilizaram pornografia durante o cometimento dos crimes e, em caso afirmativo, de que forma o fizeram. Em seguida, analisou-se se as fantasias sexuais (exploratórias, de intimidade, BDSM e sedução), variáveis demográficas (idade, estatuto civil e situação laboral), consumo de substâncias (álcool ou drogas) e histórico de condenações por crimes violentos, eram capazes de prever a probabilidade de os indivíduos ainda consumirem pornografia nessa altura do crime ($n = 60$), por oposição aos que já tinham interrompido esse consumo ($n = 86$). Constatou-se que um aumento das fantasias exploratórias e de BDSM aumentava a possibilidade de os indivíduos consumirem pornografia, mas que a presença de fantasias de sedução diminuía esta probabilidade. Nenhuma outra variável contribuiu para esse desfecho.

O artigo 4 está relacionado com o objetivo de analisar a prevalência de agressores sexuais transversais em Portugal, bem como das suas características associadas. Consultaram-se os processos internos de todos os reclusos ($N = 247$) que estavam encarcerados por crimes sexuais no estabelecimento prisional (EP) da Carregueira, do qual fazem parte um número elevado de agressores sexuais. Esses processos continham informações sociodemográficas sobre os reclusos; os respetivos acórdãos judiciais (relativamente à condenação pela qual estavam a cumprir pena) com detalhes sobre o crime; e incluíam esclarecimentos sobre a sua adaptação à prisão (e.g., sobre as suas atitudes relativamente ao crime, entre outros). Para a recolha sistemática de dados, desenvolveu-me uma grelha (anexo B) com as categorias de interesse para as quais havia informação no processo interno. A codificação foi feita pela investigadora principal. Os dados recolhidos foram depois submetidos a tratamento

estatístico. Realizou-se uma análise descritiva sobre a prevalência dos diferentes tipos de agressores transversais (i.e., aqueles que possuem vítimas de diferentes categorias etárias, de ambos os géneros e/ ou com as quais tinham relações de proximidade distintas). Constatou-se que, dos agressores que apresentavam múltiplas vítimas ($n = 94$), 44 tinham vítimas de diferentes categorias etárias (i.e., pré-púberes, púberes, pós-púberes, e/ ou adultas); 10 tinham vítimas de ambos os sexos; e 11 tinham vítimas intra e extrafamiliares. Em seguida, realizaram-se testes t para amostras independentes, com o intuito de verificar se existiam diferenças entre os agressores transversais ($n = 54$) e os não-transversais ($n = 34$), em função de variáveis sociodemográficas e criminogénicas intervalares: idade do agressor quando cometeu o crime; anos de frequência escolar; e número de condenações prévias por crimes não-violentos, violentos ou sexuais. Levaram-se a cabo testes qui-quadrado para comparar ambos os grupos relativamente a variáveis sociodemográficas e criminogénicas categóricas: estado civil; situação laboral; apoio social durante o encarceramento; abuso de substâncias; comportamentos do agressor durante o abuso; e atitudes sobre o crime). Os resultados indicaram que os agressores não-transversais apresentavam maior frequência de condenações prévias por crimes não-violentos e de consumo de drogas, enquanto os agressores transversais apresentavam mais consumo de álcool. Não se observaram diferenças em mais nenhuma variável entre ambos os grupos. Realizaram-se, depois, duas regressões logísticas para verificar se as variáveis intervalares e categóricas acima mencionadas contribuíam para a probabilidade de os agressores sexuais serem do grupo transversais ou do não-transversais em algum dos três domínios (1ª regressão); ou de serem apenas transversais em relação à idade das vítimas ou não (2ª regressão). Deste modo, estar casado/ viver em união de facto, ter um emprego e consumir álcool aumentava a probabilidade de os agressores sexuais serem transversais nos três domínios; mas um aumento na idade do agressor na altura do crime diminuía essa probabilidade. Paralelamente, um aumento da frequência escolar, a presença de consumo de álcool e de comportamentos de sedução e fisicamente coercivos durante o abuso, aumentavam a probabilidade de o agressor possuir vítimas de diferentes categorias etárias. Nenhuma outra variável influenciou esses resultados.

O artigo 5 diz respeito ao objetivo de testar a aplicação da teoria geral do crime e da teoria da ação situacional no âmbito da especialização/ versatilidade criminal dos agressores sexuais. Com esse intuito, administraram-se os instrumentos BIS-11 (que mede a impulsividade) e o SRM-AV (que avalia o raciocínio moral) a 136 agressores sexuais encarcerados no EP, que aceitaram participar no estudo após ter sido dado o consentimento

informado. Calcularam-se três versões da medida diversity index (D) – a versão original não-transformada e duas versões com correções diferentes para o enviesamento do instrumento face ao número de crimes cometidos (uma versão que contém uma correção geral e outra específica a regressões) –, que mede o grau de especialização/ versatilidade criminal em indivíduos que perpetraram dois ou mais crimes. Dividiram-se os participantes que tinham cometido mais do que uma condenação judicial ($n = 88$) em quatro subgrupos, de acordo com as tipologias estabelecidas na literatura: os violadores de adultos ($n = 15$); os abusadores de crianças intrafamiliares ($n = 32$); os abusadores de crianças extrafamiliares ($n = 27$); e os agressores sexuais transversais que tinham vítimas crianças e adultas e/ ou intra e extrafamiliares ($n = 9$). Realizaram-se comparações entre os subgrupos (ANOVA one-way) utilizando o D não-transformado e o D com correção geral. Os resultados foram ligeiramente diferentes consoante a medida do D utilizada, mas em geral observou-se que os violadores eram o grupo mais versátil comparativamente aos abusadores de crianças extrafamiliares. Os outros dois subgrupos demonstraram ser similares entre si. Para analisar se a impulsividade e o raciocínio moral eram capazes de prever a especialização/ versatilidade criminal dos agressores sexuais em geral, levaram-se a cabo três regressões lineares multivariáveis com as três versões do D . Para se controlar o efeito da idade e da frequência de crimes, adicionaram-se estas variáveis aos modelos de regressão. Devido à presença de heteroscedasticidade nas versões corrigidas do D , realizaram-se posteriormente regressões multivariáveis com estimação de pesos (i.e., weighted least squares) para essas duas variáveis. No modelo com D não-transformado, que é suscetível à variação do número de crimes, observou-se que a única variável significativa era a da frequência de crimes, tal como esperado. Nos modelos com o D corrigido, e após a remoção de valores extremos, o raciocínio moral demonstrou ser a única variável com capacidade preditiva da especialização/ versatilidade. Desta forma, um raciocínio moral mais imaturo previu versatilidade criminal, enquanto uma maior maturidade moral previu especialização entre os agressores sexuais.

Depois da secção empírica, segue-se a discussão geral, que aborda os resultados de todos os artigos que compõem a tese; as limitações metodológicas da investigação realizada; bem como as implicações; e sugestões de investigação para estudos futuros.

6. Método

6.1. Participantes.

A presente investigação teve por base uma amostra retrospectiva de conveniência, que resultou da análise documental dos processos internos de todos os reclusos que estavam a cumprir pena de prisão por crimes sexuais no EP da Carregueira, entre setembro de 2014 e outubro de 2015. Os critérios de inclusão no estudo foram: (a) sexo masculino; (b) idade superior ou igual a 18 anos; e (c) estar a cumprir pena de prisão por um crime de natureza sexual. Nesse período temporal e de acordo com os critérios de inclusão, encontravam-se 261 agressores sexuais masculinos no EP, tendo sido consultados todos os seus processos. A escolha desse EP prendeu-se com o facto de este estabelecimento aglomerar uma grande concentração de indivíduos condenados por crimes sexuais em Portugal. Esta amostra representa cerca de 54% de todos os indivíduos que estavam a cumprir penas de prisão por abuso sexual de crianças, por abuso sexual de menores dependentes e por violação durante esse período temporal em Portugal (Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, 2014).

Os participantes da amostra retrospectiva encontravam-se a cumprir pena de prisão pelos seguintes crimes sexuais: 34% ($n = 90$) por abuso sexual de crianças; 37% ($n = 97$) por violação; 8% ($n = 21$) por abuso sexual de menores dependentes; 10% ($n = 25$) por mais do que um dos crimes sexuais anteriormente mencionados; 1% ($n = 3$) por pornografia de menores; 9% ($n = 23$) por pornografia de menores e por abuso sexual de crianças ou de menores dependentes; e duas pessoas por importunação sexual (i.e., atos exibicionistas). Para além dos crimes sexuais, 80 indivíduos (31%) também estavam condenados por crimes violentos (e.g., rapto, ofensas à integridade física, maus tratos contra menores), e 44 (17%) por crimes não-violentos (e.g., furto, fraude). As suas penas de prisão variavam entre 28 a 300 meses ($M = 109,65$; $DP = 53,08$). Cerca de 47% ($n = 122$) possuía registo criminal por condenações passadas.

Todos os 261 indivíduos, cujos processos foram consultados, foram depois contactados para poderem participar nas outras valências da investigação, que envolviam entrevista e administração de instrumentos de autorrelato. Porém, apenas 146 (56%) aceitaram participar no estudo ou possuíam competências para tal (seis indivíduos apresentavam défices cognitivos). Portanto, para além da amostra retrospectiva, esta investigação possui uma subamostra correspondente aos participantes que aceitaram ser avaliados. As características sociodemográficas da amostra global retrospectiva e da subamostra avaliada encontram-se descritas na Tabela 1.

Para a validação de um dos instrumentos utilizados neste estudo (SFQ), que não estava ainda adaptado para a população portuguesa, recorreu-se a uma amostra de população

normativa. O critério de inclusão era idade superior ou igual a 18 anos e menor do que 65 anos. A Tabela 2 apresenta a descrição da amostra normativa.

Tabela 1.

Características sociodemográficas da amostra global retrospectiva e da subamostra avaliada

Variável	Amostra global retrospectiva (<i>n</i> = 261)		Subamostra avaliada (<i>n</i> = 146)	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Ascendência				
Portuguesa	204	78,2	111	76,0
Europeia (outros)	3	1,1	2	1,4
Africana	48	18,4	28	19,2
Sul americana	6	2,3	5	3,4
Região de residência ^(NUTS 2)				
Norte	5	1,9	5	3,4
Centro	34	13,0	24	16,4
Área metropolitana de Lisboa	147	56,3	82	56,2
Alentejo	28	10,7	14	9,6
Algarve	19	7,3	9	6,2
Açores	22	8,4	8	5,5
Fora de Portugal	5	1,9	4	2,7
Idade na altura do crime (<i>M, DP</i>)	37,18	11,40	36,45	10,66
Idade na altura da consulta dos processos/ da avaliação (<i>M, DP</i>)	45,08	11,40	44,53	11,20
Escolaridade				
Sem escolaridade	9	3,4	6	4,1
1º ciclo do ensino básico	114	43,7	50	34,2
2º ciclo do ensino básico	51	19,5	33	22,6
3º ciclo do ensino básico	53	20,3	34	23,3
Ensino secundário	23	8,8	17	11,6

Ensino superior	11	4,2	6	4,1
Situação laboral				
Desempregado	75	28,7	45	30,8
Empregado	167	64,0	93	63,7
Reformado	18	6,9	8	5,5
Profissão				
Agricultura e pesca	20	7,7	9	6,2
Construção civil e artesanato	122	46,7	65	44,5
Condutores de veículos	17	6,5	12	8,2
Vendedores e pessoal dos serviços	66	25,3	39	26,7
Técnicos	16	6,1	9	6,2
Especialistas em profissões intelectuais ou científicas	9	3,4	6	4,1
Nunca trabalhou/ estudante	8	3,1	6	4,1
Estado civil				
Solteiro	73	28,0	42	28,8
Casado/ união de facto	98	37,5	55	37,7
Divorciado/ separado	87	33,3	48	32,9
Viúvo	2	0,8	1	0,7
Suporte social na prisão				
Ausência	47	18,0	23	15,8
Inconsistente	45	17,2	24	16,4
Por parte de amigos, companheira/o e/ ou família	132	50,6	78	53,4
Abuso de substâncias psicoativas				
Álcool	71	27,2	39	26,7
Drogas	9	3,4	5	3,4
Diagnósticos clínicos				
Antissocial	8	3,1	3	2,1
Estado-limite (<i>borderline</i>)	3	1,1	3	2,1

Narcisismo	2	0,8	1	0,7
Neuroticismo	1	0,4	1	0,7
Psicoticismo	1	0,4	1	0,7
Pedofilia	3	1,1	3	2,1
Hebefilia	1	0,4	1	0,7
Travestismo fetichista	1	0,4	1	0,7
Atitudes sobre o crime				
Nega responsabilidade	97	37,2	51	34,9
Justifica/ minimiza os comportamentos	112	42,9	63	43,2
Aceita responsabilidade e demonstra remorsos	27	10,3	17	11,6

Notas. *M* = média, *DP* = desvio padrão. Algumas categorias contêm valores omissos.

Tabela 2.

Características sociodemográficas da amostra normativa (N = 1220)

Variável	<i>n</i>	%
Sexo		
Feminino	687	56,3
Masculino	532	43,6
Idade (<i>M</i> , <i>DP</i>)	26,3	7,45
Estado civil		
Solteiro	955	78,3
Casado/ união de facto	229	18,8
Divorciado	32	2,6
Viúvo	4	0,3
Profissão		
Especialistas em atividades intelectuais e científicas	274	22,5
Técnicos e profissões de nível intermédio	113	9,3
Pessoal administrativo	63	5,2
Executivos	25	2,0
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança, e vendedores	59	4,8
Profissões das forças armadas	10	0,8
Agricultura, pesca e floresta	3	0,2
Construção civil e artesanato	15	1,2
Operadores de instalações e máquinas	5	0,4
Trabalhadores não-qualificados	3	0,2
Estudantes	596	48,9
Desempregados de longa duração	14	1,1

Notas. *M* = média, *DP* = desvio padrão.

6.2. Procedimento.

Para a realização da investigação no EP da Carregueira, foi solicitada autorização formal à DGRSP (anexo C). A direção do EP também autorizou a execução do estudo, tendo havido uma reunião sobre o assunto. Foram seguidos os princípios éticos, referentes ao tratamento dos participantes em trabalhos de investigação, definidos pela da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP, 2011-2016) e pela Associação Psicológica Americana (APA, 2010-2016).

Este estudo possui um desenho de investigação retrospectivo num momento e transversal noutra. Num primeiro momento, entre setembro de 2014 e outubro de 2015, os processos internos dos reclusos foram consultados pela investigadora principal, que categorizou a informação recolhida tendo por base uma grelha previamente desenvolvida para o efeito (anexo B).

Após a consulta dos processos, decorreu o período de recrutamento e entrevista aos participantes, entre janeiro de 2015 e maio de 2016. Com base na consulta dos processos, todos os que preenchiam os critérios de inclusão foram contactados pessoalmente numa sala disponibilizada para esse efeito dentro do EP. Todos os reclusos contactados foram informados oralmente dos objetivos e protocolos da investigação, da sua natureza voluntária, dos tempos médios da entrevista (cerca de 90 minutos), e de que não sofreriam quaisquer consequências caso não desejassem participar ou quisessem interromper a entrevista a qualquer momento. Uma declaração do consentimento informado em papel (anexo D) também foi disponibilizada. Quaisquer dúvidas ou questões foram prontamente esclarecidas. Os indivíduos que desejaram participar foram então submetidos a uma entrevista conduzida pela investigadora principal, nessa mesma sala fechada, de modo a garantir a sua confidencialidade. De um total de 261 reclusos contactados, apenas 146 aceitaram participar no estudo. Entre os motivos dados pelos indivíduos que recusaram participar estavam: ausência de disponibilidade de tempo, pois as entrevistas decorriam no seu tempo de lazer; desinteresse nos temas em estudo; e sentimento de que foram condenados injustamente/ não aceitação do “papel” de recluso.

Face aos défices ao nível das competências literárias por parte de uma grande porção dos reclusos (cerca de 38% tinham frequentado até à escolaridade básica), os questionários de autorrelato (BIS-11, SFQ e SRM-AV) foram administrados em formato oral, após o protocolo de entrevista criado para a recolha de informação sobre os consumos de pornografia (anexo

E). Apesar de nenhum destes instrumentos estar validado para ser administrado em formato de entrevista, em casos em que a literacia é limitada a sua aplicação constitui um método alternativo de recolha de informação credível (Catania, Gibson, Chitwood, & Coates, 1990). Um estudo prévio constatou que diferentes métodos de administração (oral *versus* escrita) de outras medidas psicológicas em geral não afetavam a performance de adultos (Robertson, Daffern, & Bucks, 2013).

No estudo prévio da adaptação para a população portuguesa do SFQ, que decorreu em 2012, foi constituída uma amostra distinta composta por indivíduos da população normativa, tal como referenciado na secção dos participantes. Após a tradução e retroversão do SFQ, este foi submetido a um pré-teste a quatro pessoas. O questionário foi disponibilizado *online* através da plataforma *Google Docs*. A divulgação do instrumento foi realizada através de várias formas, sendo a constituição da amostragem por conveniência (efeito bola de neve): envio da ligação do questionário *online* para os contactos de e-mail, tendo sido pedida a sua partilha subsequente; disponibilização da ligação do questionário em vários fóruns e blogs portugueses; foi solicitado a várias associações universitárias que partilhassem o questionário; e, finalmente, foi criada uma conta no *Facebook* que divulgava ligação do questionário, à qual foram adicionadas centenas de pessoas aleatoriamente e pedido que participassem no estudo caso o desejassem. O consentimento informado foi administrado previamente ao preenchimento do questionário, sendo esclarecidos sobre os objetivos da investigação e tendo sido dada garantia de anonimato.

6.3. Material.

Questionário sociodemográfico e criminogénico. Para a recolha dos dados sociodemográficos e variáveis criminogénicas relevantes através da consulta processual, criou-se um questionário para recolha de informação (anexo B). O questionário pretendia sistematizar informação sociodemográfica do agressor, nomeadamente: data de nascimento; idade atual; idade durante o crime; nacionalidade; local de residência (região); nível de escolaridade; profissão; qualidade do suporte social durante o encarceramento, tal como indicado pelos serviços prisionais nos seus relatórios; problemas de saúde ou diagnósticos clínicos que lhe tenham sido feitos; e situação conjugal. Permitia também recolher informação relativa aos crimes pelos quais os indivíduos estavam encarcerados; à duração da sentença; ao histórico criminal, incluindo a idade em que foram presos pela primeira vez; detalhes sobre

a(s) vítima(s) como quantidade, idade, sexo e relação com a mesma; atitudes do agressor sobre o crime e sobre a vítima avaliadas pelos serviços prisionais; tipo de comportamentos deste durante o abuso (e.g., aliciamento, intimidação, coação física); e presença de pornografia desviante durante o crime.

Guião de entrevista do consumo de pornografia. Para se examinar as características do consumo de pornografia por parte dos agressores sexuais, desenvolveu-se um guião de entrevista semiestruturado (anexo E), que foi utilizado para recolher os dados relatados no artigo 3. A entrevista versava sobre três alturas da vida dos participantes – o seu primeiro consumo, a utilização nos anos subsequentes e o consumo na altura em que cometeram o crime porque se encontravam encarcerados. Neste sentido, foi-lhes primeiramente perguntada a idade com que utilizaram pornografia pela primeira vez. Face a uma resposta afirmativa de que já a teriam usado, colocaram-se então um conjunto de perguntas: sobre os materiais/meios utilizados (“Quais os materiais ou meios que utilizou para ver a pornografia?”); sobre os motivos (“O que o motivou a usar a pornografia?”); sobre o contexto (“Em que contexto é que usou a pornografia? [e.g., sozinho ou com mais alguém?]”); e sobre comportamentos ou pensamentos que tenha tido ou sentido durante/ após a utilização “Sentiu, pensou ou fez alguma coisa durante ou após a utilização da pornografia?”). Também foi pedido aos participantes que indicassem a frequência da sua exposição a 30 tipos específicos de pornografia (“Com que frequência é que utilizou os seguintes tipos de pornografia?”). As respostas a esta pergunta foram dadas de acordo com uma escala de Likert de seis pontos: 0 = Nunca, 1 = Raramente, 2 = Ocasionalmente, 3 = Poucas vezes, 4 = Algumas vezes, e 5 = Muitas vezes. A lista com os tipos de pornografia foi baseada no estudo de Hald e Štulhofer (2015), e nas listagens disponíveis publicamente dos tipos de pornografia mais comuns em sites comerciais deste tipo (e.g., *Pornhub*, *Redtube*). Todas estas perguntas foram repetidas caso o indivíduo indique que continuou a consumir pornografia nos anos subsequentes e, novamente, se tiver continuado a consumir na altura em que cometeu o crime, para se caracterizar a variabilidade dos consumos nesses períodos temporais.

Questionário de Fantasias Sexuais de Wilson (SFQ). O SFQ (Wilson, 1988) foi utilizado na sua versão adaptada para a população portuguesa (Saramago, Cardoso, Pimenta, & Leal, 2017; anexo F). Esta versão é composta por 24 itens repartidos por quatro fatores que medem diferentes tipos de fantasias sexuais: fantasias exploratórias, composta por seis itens, que descrevem um conjunto de fantasias sobre experiências sexuais com pessoas desconhecidas ou múltiplos parceiros (e.g., “Participar numa orgia”); fantasias de intimidade,

composta por oito itens, sobre o interesse em ter atos sexuais com um parceiro íntimo (e.g., “*Fazer amor noutra local sem ser no quarto [ex.: cozinha, casa-de-banho]*”); fantasias de BDSM, constituída por seis itens, sobre o desejo sexual por cenas que envolvem *bondage*, dominância, submissão e masoquismo (e.g., “*Ser forçado(a) a fazer algo*”); e, fantasias de sedução, que inclui quatro itens, sobre fantasias relacionadas com seduzir alguém ou ser seduzido (e.g., “*Deixar-se seduzir como se fosse inexperiente/ ‘inocente’*”). Para cada fantasia, o participante deve indicar a frequência de acordo com uma escala de Likert de seis pontos (0 = Nunca, 1 = Raramente, 2 = Ocasionalmente, 3 = Poucas vezes, 4 = Algumas vezes, e 5 = Muitas vezes). A versão portuguesa do SFQ demonstrou boa fidedignidade para as quatro subescalas e para a medida global (artigo 2), com uma amostra normativa ($\alpha = .71-.85$). Também se observou uma boa consistência interna no artigo 3, que aplicou o SFQ à subamostra de agressores sexuais ($\alpha = .69-.90$).

Barratt Impulsiveness Scale, version 11 (BIS-11). Utilizou-se a versão portuguesa do BIS-11 (Patton, Stanford, & Barratt, 1995; anexo G). Este é um questionário de autorrelato composto por 30 itens, que medem diferentes componentes da impulsividade: impulsividade cognitiva (também denominada de atenção), relacionada com a capacidade para tomar decisões cognitivas rapidamente; impulsividade motora, associada com agir sem pensar nas consequências; e não-planeamento, que diz respeito à capacidade para fazer planos para o futuro. Os itens são cotados numa escala de Likert de quatro pontos (1- Nunca/Raramente; 2- Ocasionalmente; 3- Muitas vezes; 4- Quase sempre/ Sempre). Os autores relataram boa consistência interna ($\alpha = .79-83$). A versão portuguesa do BIS-11 demonstrou fidedignidade aceitável numa amostra normativa ($\alpha = .52-76$; Fernandes, 2014) e numa amostra forense ($\alpha = .81$; Pereira, 2014). No estudo em que se utilizou esta medida (artigo 5), observou-se uma consistência interna aceitável para a medida global ($\alpha = .63$).

Sociomoral Reflection Measure—Adapted Version (SRM-AV). Utilizou-se a versão adaptada para português do instrumento SRM-AV (Hornsveld et al., 2012; Saramago, Cardoso, & Leal, 2017; anexo H). Esta medida consiste em 20 questões que medem os valores morais dos indivíduos e o estágio de desenvolvimento moral em que estes se encontram, sendo uma versão especificamente adaptada para a população psiquiátrica forense. O raciocínio moral diz respeito à capacidade de a pessoa conseguir tomar decisões baseadas na sua moralidade (Colby & Kohlberg, 1987). Primeiramente, pergunta-se aos participantes quão importante é que eles consideram ser cada uma das proposições apresentadas nos itens (e.g., “*Quão importante é para si as pessoas não roubarem?*”), seguida da exigência de terem

de escrever as razões para as suas opiniões. As justificações das respostas foram cotadas por dois investigadores independentes, tendo em conta uma escala de sete pontos, de acordo com os quatro estágios e as três fases transitórias estabelecidas por Gibbs, Basinger e Fuller (1992). Os dois primeiros estágios revelam um nível imaturo do raciocínio moral, enquanto os estágios 3 e 4 indicam maturidade moral. O primeiro estágio é caracterizado por egocentrismo e decisões baseadas em figuras de autoridade ou por causa de consequências punitivas. O segundo estágio diz respeito à interação instrumental com os outros, em que o foco está nas necessidades pragmáticas da pessoa e nos ganhos e perdas associados, para além de exigir reciprocidade nas relações. O terceiro estágio já inclui intenções prossociais, noção das consequências que podem advir da quebra de expectativas normativas, assim como abrange demonstração de empatia para com o bem-estar dos outros. Por último, o quarto estágio compreende decisões centradas na consciência dos valores inerentes à sociedade, e aceitação de direitos e normas como responsabilidade, obrigação e compromisso. É calculada uma média das pontuações de todos os itens que indica um valor contínuo de maturidade do raciocínio moral. No artigo 5, que aplicou esta medida, foi feita uma análise da consistência entre as cotações dos dois investigadores, estimada através do coeficiente de correlação intraclassa (CCI), que indicou um grau razoável, $CCI = .692$, $F(135,135) = 3.2381$, $p < .001$, 95% IC .568-780.

Diversity index (*D*). Para determinar o grau de especialização/versatilidade criminal, utilizado no artigo 5, recorreu-se à fórmula do diversity index (*D*). Este calcula a probabilidade de quaisquer dois crimes aleatoriamente selecionados serem provenientes de diferentes categorias criminais (e.g., crimes não-violentos, violentos ou sexuais; Piquero et al., 1999). Portanto, é uma medida que apenas pode ser calculada para indivíduos que tenham cometido pelo menos dois crimes. O *D* pode ser calculado com a seguinte fórmula, em que *p* é a proporção de crimes perpetrados na categoria *j*:

$$D = 1 - \sum_{j=1}^J \hat{p}_j^2$$

O valor mínimo de *D* é zero, o que representa a especialização perfeita (i.e., todos os crimes dos indivíduos eram do mesmo tipo). O valor máximo, que indica versatilidade criminal, varia de acordo com o número de categorias criminais utilizadas e pode ser calculado com a fórmula: $(J - 1) / (J)$. No estudo 4, que utiliza esta medida, utilizam-se três categorias para classificar os crimes: não-violentos, violentos ou sexuais. De acordo com a fórmula acima descrita, o valor máximo de *D* era $3 - 1/3 = 0.667$. Foram utilizados os registos

criminais dos agressores para se recolher informação sobre todas as suas condenações ao longo da vida.

Recentemente, Francis e Humphreys (2016) observaram que o D possui um enviesamento, sendo suscetível de ser influenciado pela quantidade de crimes (quanto mais crimes maior o valor de D), particularmente quando as amostras em estudo são pequenas. Os autores sugerem então duas formas de corrigir o D . A primeira é através da multiplicação da percentagem estimada do enviesamento com o valor de D não-transformado, através da fórmula (em que N é o número de crimes): $D_{\text{correção do enviesamento}} = (100 / (100 + \% \text{ enviesamento } (N))) \times D_{\text{não-transformado}}$. Os autores fornecem o fator de correção multiplicativo para ser utilizado na estimação. O segundo método, denominado de abordagem baseada na regressão, envolve dois passos: (1) transformação logit do D ajustado (D^*), que é calculado com a fórmula $(J - 1) / (J) \times D$; (2) realizar a regressão do logit(D^*) de encontro às variáveis independentes, incluindo na análise uma covariável extra com a transformação logarítmica do número de crimes. Como já foi anteriormente mencionado, nas análises do artigo 5 utilizaram-se essas três versões do D (a não-transformada e as duas correções), para se testar a viabilidade de cada uma e comparar com estudos anteriores. Tendo em conta que esta medida apenas pode ser calculada para indivíduos que tenham perpetrado dois ou mais crimes, a amostra para as análises com o D incluiu apenas 88 participantes.

A Tabela 3 apresenta as médias e os desvios-padrões das medidas SFQ, BIS-11, SRM-AV e D para a subamostra onde estes foram administrados ou calculados. A caracterização do consumo de pornografia dos agressores é o âmbito do artigo 3.

Tabela 3.

Medidas utilizadas na investigação

Medida	<i>N</i>	<i>Min.</i>	<i>Max.</i>	<i>M (DP)</i>
Fantasias sexuais total (SFQ)	146	0,00	88,00	30,87 (20,89)
Fantasias exploratórias	146	0,00	30,00	6,90 (6,38)
Fantasias de intimidade	146	0,00	40,00	18,12 (10,32)
Fantasias de BDSM	146	0,00	17,00	1,73 (3,38)
Fantasias de sedução	146	0,00	19,00	4,12 (4,87)
Impulsividade total (BIS-11)	146	40,00	89,00	57,66 (8,06)
Impulsividade cognitiva	146	8,00	29,00	14,35 (3,44)
Impulsividade motora	146	12,00	34,00	19,88 (3,59)
Impulsividade de não-planeamento	146	14,00	34,00	23,43 (4,23)
Raciocínio moral (SRM-AV)	146	3,08	4,80	3,94 (0,40)
Diversity Index (<i>D</i>)	88	0,00	0,67	0,40 (0,23)

Notas. *Min* = mínimo; *Max* = máximo; *M* = média; *DP* = desvio-padrão.

6.4. Análise estatística.

Para o estudo de validação do SFQ (artigo 2) e de validação preliminar do SRM-AV (anexo A), realizaram-se análises à estrutura fatorial do instrumento original e às qualidades psicométricas dos modelos ajustados às amostras em estudo. As AFCs foram realizadas com recurso ao *software* IBM SPSS AMOS (v. 23.0, SPSS Inc., Chicago, Il., USA). Para analisar a validade do constructo original recorreu-se aos índices de ajustamento, de acordo com Marôco (2014): razão qui-quadrado por graus de liberdade (χ^2/gl); o *Comparative Fit Index* (CFI); o *Goodness of Fit Index* (GFI); o *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA); e o seu *p-value* para $H_0: rmsea \leq 0,05$; e o (*M*)*Expected Cross-Validation Index* (MECVI), que valoriza valores mais baixos (Marôco, 2014). O ajustamento dos modelos foi considerado bom para valores de CFI e GFI superiores a 0,90; valores de PCFI e PGFI superiores a 0,60; e valores de RMSEA inferiores a 0,10 (Marôco, 2014, p.55). A sensibilidade foi examinada pela distância quadrada de *Mahalanobis* (D^2) para deteção de valores extremos (i.e., *outliers*); e pelos coeficientes de assimetria ($Sk < 3$) e curtose ($Ku < 7$) uni- e multivariada, para averiguar a normalidade das variáveis (Marôco, 2014). Para avaliar a qualidade do ajustamento local consideraram-se os pesos fatoriais (λ) e a fiabilidade individual dos itens, que devem apresentar valores iguais ou superiores a 0,5 (Marôco, 2014).

O ajustamento dos modelos também teve em conta os Índices de Modificação ($IM > 11$; $p < 0,001$) calculados a partir dos Multiplicadores de Lagrange (ML). A validade convergente foi estimada pelos valores da Variância Extraída Média (VEM) e pela Fiabilidade Compósita (FC; Marôco, 2014, p.184), sendo considerados valores adequados quando $AVE \geq 0,50$ e $FC \geq 0,70$. Para verificar se os itens que refletem um fator não estavam correlacionados com outro fator, apurou-se se a VEM dos fatores era superior ou igual ao quadrado da correlação entre esses fatores (Marôco, 2014), o que resultaria na ausência de validade discriminante. A consistência interna foi avaliada com recurso ao Coeficiente alfa de Cronbach padronizado (α) para cada dimensão e para a pontuação total do instrumento. Valores de $\alpha > 0,70$ indicavam uma consistência interna aceitável (Marôco, 2014).

No artigo 2 houve também necessidade de se realizar uma AFE em 50% da amostra (selecionada aleatoriamente), para explorar a possibilidade do instrumento revelar uma estrutura fatorial distinta para a população portuguesa. De acordo com Marôco (2011), recorreu-se ao teste de esfericidade de *Barlett* ($p\text{-value} \leq 0,05$) para a estimação dos pesos comuns e específicos. E utilizou-se o teste de *kaiser-meyer-olkin* ($KMO \geq 0,6$) para aferir a adequabilidade da amostra à AFE. Nesta análise, usou-se o método dos componentes principais, com rotação *varimax*, para a extração de dados e rotação dos fatores, respetivamente. Recorreu-se ao critério de *kaiser* ($eigenvalue > 1$), para a seleção do número mínimo de fatores que melhor explicassem a variância total dos itens. Após o estabelecimento da nova estrutura fatorial resultante da AFE, realizou-se nova AFC no artigo 2, na outra metade da amostra, para confirmar a validade dessa estrutura. Foram seguidos os mesmos passos acima mencionados para o ajustamento do modelo com a AFC, de acordo com Marôco (2014).

Nos artigos 3, 4 e 5, efetuaram-se análises descritivas iniciais, para sumarizar as características sociodemográficas, as variáveis criminogénicas e as pontuações dos instrumentos administrados aos participantes. A estatística descritiva incluiu, quando aplicável, medidas de tendência central (média) e de variabilidade/ dispersão (desvio-padrão, valores máximos e mínimos) em variáveis intervalares, e análise das frequências e percentagens em variáveis categoriais ou nominais.

Nos artigos 4 e 5, realizaram-se análises estatísticas inferenciais para testar diferenças grupais. No quarto artigo, foram executados testes *t* para amostras independentes para avaliar se as médias das variáveis sociodemográficas e criminogénicas intervalares diferiam em função da pertença ao grupo dos agressores sexuais transversais (grupo 1) ou dos não-

transversais (grupo 2). Quando se encontraram diferenças estatisticamente significativas, a estatística d de Cohen foi utilizada para aferir a dimensão dos efeitos (Marôco, 2011). Para os mesmos grupos, foi também inferida a independência de variáveis categoriais através dos testes de qui-quadrado. No quinto artigo, as comparações nas médias do *diversity index* entre grupos foram realizadas através da análise de variâncias (ANOVA) a um fator (one-way), dada a existência de quatro grupos (violadores, abusadores de crianças intrafamiliares, abusadores de crianças extrafamiliares e agressores sexuais transversais). Os pressupostos dos testes inferenciais paramétricos foram analisados. A saber, normalidade da variável dependente, através do teste de Shapiro-Wilk ($p \geq 0,05$) e da verificação dos valores de assimetria ($sk < 2$) e curtose ($ku < 7$); e a homogeneidade das variâncias foi testada em cada grupo com o teste de Levene baseado na mediana ($p \geq 0,05$). Quando foram encontradas diferenças na ANOVA, realizaram-se testes *post-hoc* de Tukey-HSD (variâncias homogêneas) ou de Games-Howell (variâncias heterogêneas) para detetar em que grupos é que as médias eram estatisticamente significativas. A medição da magnitude do efeito foi realizada pelo eta parcial ao quadrado (η^2_p), de acordo com Marôco (2011).

Nos artigos 3 e 4 levaram-se, igualmente, a cabo regressões logísticas, para analisar se um conjunto de variáveis sociodemográficas e criminogénicas contribuíam para a probabilidade de os agressores sexuais pertencerem a um de dois grupos, em cada estudo: os que consumiam pornografia na altura do crime vs os que não o faziam (artigo 3); os que eram agressores transversais na idade, género e relação com as vítimas vs os que não eram transversais (1ª regressão do artigo 4); e os que tinham, especificamente, vítimas de diferentes categorias etárias vs os que tinham só vítimas da mesma categoria (2ª regressão do artigo 4). Os pressupostos dos modelos foram validados através de análises gráficas dos resíduos e estatísticas de diagnóstico de casos influencias (*studentized residuals* $\leq 0,2$, distância de Cook < 1 , e DfBeta ≤ 1 ; Marôco, 2011).

No artigo 5 realizaram-se uma série de regressões lineares múltiplas para avaliar a capacidade preditiva da impulsividade, do raciocínio moral e de variáveis de controlo (idade e frequência de crimes) em cada versão do *diversity index* (D) – a versão não-transformada, a com a correção do enviesamento em geral, e a da abordagem específica para regressões. Os pressupostos do método dos mínimos quadrados ordinários foram analisados de acordo com Marôco (2011). Nomeadamente, distribuição normal da VD, homocedasticidade, e auto-correlação dos resíduos. Os primeiros dois pressupostos foram validados através de análise gráfica e do teste de Breusch-Pagan. A independência dos resíduos foi verificada com a

estatística de Durbin-Watson ($d \leq -2$ ou ≥ 2). A presença de valores extremos ou influentes (*outliers*) foi detetada com análise gráfica da distribuição dos resíduos e estatísticas associadas (*studentized deleted residuals* < 3 , valores de *leverage* centrada $\leq 0,2$). A ausência de multicolinearidade era estabelecida pela análise da *variance inflation factor* ($VIF < 5$). Nas regressões com os *D* corrigidos observou-se a existência de heteroscedasticidade. Como tal, realizaram-se regressões múltiplas com pesos estimados (weighted least squares, WLS). Os pesos foram calculados com os seguintes passos: 1) os valores absolutos dos resíduos não-estandardizados foram utilizados como VD num modelo com as variáveis independentes; 2) os valores preditores que resultaram dessa análise foram convertidos para pesos com a fórmula $1 / \text{preditores}^2$. As duas WLS apresentaram quatro valores extremos. Os resultados dos modelos são apresentados com e sem esses valores extremos, mas a interpretação principal focou-se nos resultados sem *outliers*.

Em todos os testes inferenciais e regressões realizadas foi tida em conta uma probabilidade de erro tipo I (α) de 0,05. Todas as análises estatísticas nos estudos, com exceção da AFC, foram realizadas com o recurso ao *software* IBM SPSS Statistics (v. 23.0, SPSS Inc., Chicago, Il., USA).

7. Referências

- Allen, M., D'Alessio, D., & Brezgel, K. (1995). A meta-analysis investigating the effects of pornography II: Aggression after exposure. *Human Communication Research*, 22(2), 258-283. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2958.1995.tb00368.x>
- Allen, M., Emmers, T., Gebhardt, L. and Giery, M. A. (1995), Exposure to pornography and acceptance of rape myths. *Journal of Communication*, 45(1), 5-26. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1995.tb00711.x>
- Antonaccio, O., & Tittle, C. R. (2008). Morality, self-control, and crime. *Criminology*, 46(2), 479-510. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2008.00116.x>
- American Psychiatric Association – APA. (2002). *Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais* (4ª ed., texto rev.). Lisboa: Climepsi Editores.
- American Psychiatric Association – APA. (2010-2016). *Ethical principles of psychologists and code of conduct*. Retirado a 19 de Julho de 2018 de <http://www.apa.org/ethics/code/>

- Anderson, D. A. (1999). The aggregate burden of crime. *The Journal of Law & Economics*, 42(2), 611-642. <https://doi.org/10.1086/467436>
- Babchishin, K. M., Hanson, R. K., & VanZuylen, H. (2015). Online child pornography offenders are different: A meta-analysis of the characteristics of online and offline sex offenders against children. *Archives of Sexual Behavior*, 44(1), 45-66. <https://doi.org/10.1007/s10508-014-0270-x>
- Bailey, J. M., Hsu, K. J., & Bernhard, P. A. (2016b). An Internet study of men sexually attracted to children: Sexual attraction patterns. *Journal of Abnormal Psychology*, 125(7), 976–988. <http://dx.doi.org/10.1037/abn0000212>
- Bard, L. A., Carter, D. L., Cerce, D. D., Knight, R. A., Rosenberg, R., Schneider, B. (1987). A descriptive study of rapists and child molesters: Developmental, clinical, and criminal characteristics. *Behavioral Sciences and the Law*, 5(2), 203-220. <https://doi.org/10.1002/bsl.2370050211>
- Basile, K. C., & Smith, S. G. (2011). Sexual violence victimization of women: Prevalence, characteristics, and the role of public health and prevention. *American Journal of Lifestyle Medicine*, 5(5), 407-417. <https://doi.org/10.1177/1559827611409512>
- Basile, K. C., & Saltzman, L. E. (2002). Sexual violence surveillance: Uniform definitions and recommended data elements. *Centers for Disease Control and Prevention National Center for Injury Prevention and Control*. Atlanta, Georgia, USA. Retirado de https://stacks.cdc.gov/view/cdc/6545/cdc_6545_DS1.pdf
- Bennett, S. E., Hughes, H. M., & Luke, D. A. (2000). Heterogeneity in patterns of child sexual abuse, family functioning, and long-term adjustment. *Journal of Interpersonal Violence*, 15(2), 134-157. <https://doi.org/10.1177/088626000015002002>
- Bridges, A. J., Wosnitzer, R., Scharrer, E., Sun, C., & Liberman, R. (2010). Aggression and sexual behavior in best-selling pornography videos: A content analysis update. *Violence Against Women*, 16(10), 1065-1085. <https://doi.org/10.1177/1077801210382866>
- Byrne, D., & Osland, J. A. (2000). Sexual fantasy and erotica/pornography: Internal and external imagery. In L. T. Szuchman & F. Muscarella (Eds.), *Psychological perspectives on human sexuality* (pp. 283-305). New York: John Wiley.
- Cann, J., Friendship, C., & Gonza, L. (2007). Assessing crossover in a sample of sexual offenders with multiple victims. *Legal and Criminological Psychology*, 12(1), 149-163. <https://doi.org/10.1348/135532506X112439>

- Canter, D., & Youngs, D. (2016). Crime and society. *Contemporary Social Science: Journal of the Academy of Social Sciences*, *11*(4), 283-288. <https://doi.org/10.1080/21582041.2016.1259495>
- Carter, D. L., Prentky, R. A., Knight, R. A., Vanderveer, P. L., & Boucher, R. J. (1987). Use of pornography in the criminal and developmental histories of sexual offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, *2*(2), 196–211. <https://doi.org/10.1177/088626087002002005>
- Catania, J. A., Gibson, D. R., Chitwood, D. D., & Coates, T. J. (1990). Methodological problems in AIDS behavioral research: Influences on measurement error and participation bias in studies of sexual behavior. *Psychological Bulletin*, *108*(3), 339–362. <http://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0033-2909.108.3.339>
- Cohen, M. A., Piquero, A. R., & Jennings, W. G. (2010). Estimating the costs of bad outcomes for at-risk youth and the benefits of early childhood interventions to reduce them. *Criminal Justice Policy Review*, *21*(4) 391–434. <https://doi.org/10.1177/0887403409352896>
- Colby, A., & Kohlberg, L. (1987). *The measurement of moral judgment* (Vols. 1-2). New York: Cambridge University Press.
- Colding, J. M. (1999). Sexual assault history and medical care seeking: The roles of symptom prevalence and illness behavior. *Psychology & Health*, *14*(5), 949-957. <https://doi.org/10.1080/08870449908407359>
- Condon, M. K., & Nutter, D. E. (1988). A preliminary examination of the pornography experience of sex offenders, paraphiliacs, sexual dysfunction patients, and controls based on Meese Commission recommendations. *Journal of Sex & Marital Therapy*, *14*(4), 285-298. <https://doi.org/10.1080/00926238808403811>
- Conner, B. T., Stein, J. A., & Longshore, D. (2009). Examining self-control as a multidimensional predictor of crime and drug use in adolescents with criminal histories. *The Journal of Behavioral Health Services & Research*, *36*(2), 137–149. <https://doi.org/10.1007/s11414-008-9121-7>
- Craissati, J., & Beech, A. (2004). The characteristics of a geographical sample of convicted rapists: Sexual victimization and compliance in comparison to child molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, *19*(4), 371-388. <https://doi.org/10.1177/0886260503262078>
- Davis, K. C., Danube, C. L., Stappenbeck, C. A., Norris, J., & George, W. H. (2015). Background predictors and event-specific characteristics of sexual aggression

- incidents: The roles of alcohol and other factors. *Violence Against Women*, 21(8), 997-1017. <https://doi.org/10.1177/1077801215589379>
- de Li, S. (2004). The impacts of self-control and social bonds on juvenile delinquency in a national sample of mid-adolescents. *Deviant Behavior*, 25(4), 351–73. <https://doi.org/10.1080/01639620490441236>
- DeLisi, M., & Vaughn, M. G. (2008). The Gottfredson-Hirschi critiques revisited: Reconciling self-control theory, criminal careers, and career criminals. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 52(5), 520–537. <https://doi.org/10.1177/0306624X07308553>
- Ellis, B.J., & Symons, D. (1990). Sex differences in sexual fantasy: An evolutionary psychological approach. *Journal of Sex Research*, 27(4), 527–555. <https://doi.org/10.1080/00224499009551579>
- English, K., Jones, L., Patrick, D., & Pasini-Hill, D. (2003). Sexual offender containment: Use of the post-conviction polygraph. *Annals of New York Academy of Sciences*, 989, 411–427. <https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.2003.tb07322.x>
- Expresso (2018, 5 de abril). Tribunal de Braga dá como provado abusos sexuais a criança mas aplica pena suspensa a pedófilo. Expresso. Retirado de <http://expresso.sapo.pt/revista-de-imprensa/2018-04-05-Tribunal-de-Braga-da-como-provado-abusos-sexuais-a-crianca-mas-aplica-pena-suspensa-a-pedofilo#gs.9=qkSMQ>
- D'Amato, A. (2006). Porn up, rape down. *Public Law and Legal Theory Research Paper Series*. Retrieved from: <http://anthonydamato.law.northwestern.edu/Adobefiles/porn.pdf>
- de Ridder, D. T. D., Lensvelt-Mulders, G., Finkenauer, C., Stok, F. M., & Baumeister, R. F. (2012). Taking stock of self-control: A meta-analysis of how trait self-control relates to a wide range of behaviors. *Personality and Social Psychology Review*, 16(1), 76–99. <https://doi.org/10.1177/1088868311418749>
- Diamond, M., Jozifkova, E., & Weiss, P. (2011). Pornography and sex crimes in the Czech Republic. *Archives of Sexual Behavior*, 40(5), 1037–1043. <https://doi.org/10.1007/s10508-010-9696-y>
- Ferguson, C. J., & Hartley, R. D. (2009). The pleasure is momentary...the expense damnable? The influence of pornography on rape and sexual assault. *Aggression and Violent Behavior*, 14(5), 323–329. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2009.04.008>

- Ferguson, C. J., & Kilburn, J. (2009). The Public health risks of media violence: A meta-analytic review. *Journal of Pediatrics*, *154*(5), 759–763. <https://doi.org/10.1016/j.jpeds.2008.11.033>
- Fernandes, D. A. R. (2014). *Estudos de validação da escala de impulsividade BIS-11 de Barratt para uma amostra da população portuguesa*. Dissertation retrieved from <http://hdl.handle.net/10316/28357>
- Finkelhor, D. (1984). *Child sexual abuse: New theory and research*. New York, NY: Free Press.
- Firestone, P., Bradford, J. M., Greenberg, D. M., & Serran, G. A. (2000). The relationship of deviant sexual arousal and psychopathy in incest offenders, extrafamilial child molesters, and rapists. *Journal of the American Academy of Psychiatry and Law*, *28*(3), 303-308. Retirado de http://www.researchgate.net/publication/12270243_The_relationship_of_deviant_sexual_arousal_and_psychopathy_in_incest_offenders_extrafamilial_child_molesters_and_rapists/file/3deec526bf20e87c10.pdf
- Fisher W. A., & Grenier, G. (1994). Violent pornography, antiwoman thoughts, and antiwoman acts: In search of reliable effects. *The Journal of Sex Research*, *31*(1), 23-38. <http://dx.doi.org/10.1080/00224499409551727>
- Fisher, W. A., Kohut, T., Di Gioacchino, L. A., & Fedoroff, P. (2013). Pornography, sex crime, and paraphilia. *Current Psychiatry Reports*, *15*(6), 362(1-8). <https://doi.org/10.1007/s11920-013-0362-7>
- Fox, B. (2017). What makes a difference? Evaluating the key distinctions and predictors of sexual and non-sexual offending among male and female juvenile offenders. *Journal of Criminal Psychology*, *7*(2), 134-150. <https://doi.org/10.1108/JCP-12-2016-0047>
- Francis, B., & Humphreys, L. (2016). Investigating the relationship between the diversity index and frequency of offending. *Journal of Developmental and Life-Course Criminology*, *2*(4), 397–416. <https://dx.doi.org/10.1007/s40865-016-0034-5>
- Friedrichs, D. O., & Schwartz, M. D. (2008). Low self-control and high organisational control: The paradoxes of white-collar-crime. In E. Goode (Ed.), *Out of control: Assessing the general theory of crime* (pp. 145–159). Stanford: Stanford University Press.

- Gallupe, O., & Baron, S. W. (2014). Morality, self-control, deterrence, and drug use: Street youths and situational action theory. *Crime & Delinquency*, *60*(2), 284-305. <https://doi.org/10.1177/0011128709359661>
- Gibbs, J. C., Basinger, K. S., & Fuller, D. (1992). *Moral maturity: Measuring the development of sociomoral reflection*. New Jersey: Erlbaum.
- Goller, A., Jones, R., Dittmann, V., Taylor, P., & Graf, M. (2016). Criminal recidivism of illegal pornography offenders in the overall population—A national cohort study of 4612 offenders in Switzerland. *Advances in Applied Sociology*, *6*(2), 48-56. <http://dx.doi.org/10.4236/aasoci.2016.62005>
- Gottfredson, M. R. & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford University Press, Stanford.
- Guay, J. P., Proulx, J., Cusson, M., & Ouimet, M. (2001). Victim-choice polymorpha among serious sex offenders. *Archives of Sexual Behavior*, *30*(5), 521-533. <https://doi.org/10.1023/A:1010291201588>
- Hald, G. M., & Malamuth, N. N. (2015). Experimental effects of exposure to pornography: The moderating effect of personality and mediating effect of sexual arousal. *Archives of Sexual Behavior*, *44*(1), 99-109. <https://doi.org/10.1007/s10508-014-0291-5>
- Hamdi, N. R., & Knight, R. A. (2012). The relationships of perpetrator and victim substance use to the sexual aggression of rapists and child molesters. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment* *24*(4) 307–327. <https://doi.org/10.1177/1079063211420450>
- Hanson, R. K. (2002). Recidivism and age: Follow-up data from 4,673 sexual offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, *17*(10), 1046-1062. <https://doi.org/10.1177/088626002236659>
- Hanson, R. K., & Bussière, M. T. (1998). Predicting relapse: A meta-analysis of sexual offender recidivism studies. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *66*(2), 348-362. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.66.2.348>
- Hanson, R. K., & Morton-Bourgon, K. (2005). The characteristics of persistent sexual offenders: A meta-analysis of recidivism studies. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *73*(6), 1154–1163. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.73.6.1154>
- Harris, D. A., Smallbone, S., Dennison, S., & Knight, R. A. (2009). Specialization and versatility in sexual offenders referred for civil commitment. *Journal of Criminal Justice*, *37*(1), 37-44. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2008.12.002>
- Healey, J., & Beauregard, E. (2017). Impulsivity as an etiological factor in sexual homicide. *Journal of Criminal Justice*, *48*, 30-36. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2016.12.002>

- Hirtenlehner, H., & Kunz, F. (2016). The interaction between self-control and morality in crime causation among older adults. *European Journal of Criminology*, *13*(3), 393-409. <https://doi.org/10.1177/1477370815623567>
- Hirtenlehner, H., & Kunz, F. (2017). Can self-control theory explain offending in late adulthood? Evidence from Germany. *Journal of Criminal Justice*, *48*, 37-47. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2016.12.001>
- Heil, P., Ahlmeyer, S., & Simons, D. (2003). Crossover sexual offenses. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, *15*(4), 221-236. <https://doi.org/10.1177/107906320301500401>
- Hillbrand, M., Foster, H., Jr., & Hirt, M. (1990). Rapists and child molesters: Psychometric comparisons. *Archives of Sexual Behavior*, *19*(1), 65-71.
- Hirtenlehner, H., & Kunz, F. (2016). The interaction between self-control and morality in crime causation among older adults. *European Journal of Criminology*, *13*(3), 393-409. <https://doi.org/10.1177/1477370815623567>
- Hornsveld, R. H. J., Kraaimaat, F. W., & Zwets, A. J. (2012). The Adapted Version of the Sociomoral Reflection Measure (SRM-AV) in Dutch forensic psychiatric patients. *International Journal of Forensic Mental Health*, *11*(3), 218-226. <https://doi.org/10.1080/14999013.2012.723667>
- Howard, P. D., Barnett, G. D. & Mann, R. E. (2013). Specialization in and within sexual offending in England and Wales. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, *26*(3), 225–251. <https://doi.org/10.1177/1079063213486934>
- Hudson, S., & Ward, T. (1997). Rape: Psychopathology and theory. In D. R. Laws & W. O'Donohue (Eds.), *Sexual deviance: Theory, assessment, and treatment* (pp. 332-355). New York: Guilford.
- Institute for Economics & Peace (2017). *Global Peace Index 2017: Measuring peace in a complex world*. Retrieved from <http://visionofhumanity.org/app/uploads/2017/06/GPI17-Report.pdf>
- Ishoy, G. A. (2017). Exploring morality as a mediator of the association between parenting practices and violent and property offending among a sample of juvenile delinquents. *Crime & Delinquency*, *63*(2), 113-136. <https://doi.org/10.1177/0011128714560810>
- Kingston, D. A., Malamuth, N. N. Federoff, P., & Marshall, W. L. (2009). The importance of individual differences in pornography use: Theoretical perspectives and implications

- for treating sexual offenders. *Journal of Sex Research*, 46(2-3), 216-232. <https://doi.org/10.1080/00224490902747701>
- Kingston, D., Federoff, P., Firestone, P., Curry, S., & Bradford, J. (2008). Pornography use and sexual aggression: The impact of frequency and type of pornography use on recidivism among sexual offenders. *Aggressive Behavior*, 34(4), 1–11. <https://doi.org/10.1002/ab.20250>
- Kleban, H., Chesin, M. S., Jeglic, E. L., & Mercado, C. C. (2013). An exploration of crossover sexual offending. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment* 25(5) 427–443. <https://doi.org/10.1177/1079063212464397>
- Langevin, R., & Curnoe, S. (2004). The use of pornography during the commission of sexual offenses. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 48(5), 572-586. <https://doi.org/10.1177/0306624X03262518>
- Lalor, K., & McElvaney, R. (2010). Child sexual abuse, links to later sexual exploitation/high-risk sexual behavior, and prevention/treatment programs. *Trauma, Violence, & Abuse*, 11(4), 159-177. <https://doi.org/10.1177/1524838010378299>
- Lalumière, M. L., Harris, G. T., Quinsey, V. L., & Rice, M. E. (2005). *The causes of rape: Understanding individual differences in male propensity for sexual aggression*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Leitenberg, H., & Henning, K. (1995). Sexual fantasy. *Psychological Bulletin*, 117(3), 469-496. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.117.3.469>
- Lussier, P. (2005). The criminal activity of sexual offenders in adulthood: Revisiting the specialization debate. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 17(3), 269–292. <https://doi.org/10.1177/107906320501700303>
- Lussier, P., & Cale, J. (2013). Beyond sexual recidivism: A review of the sexual criminal career parameters of adult sex offenders. *Aggression and Violent Behavior*, 18(5), 445-457. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2013.06.005>
- Lussier, P., Le Blanc, M., & Proulx, J. (2005). The generality of criminal behavior: A confirmatory factor analysis of the criminal activity of sex offenders in adulthood. *Journal of Criminal Justice*, 33(2), 177–189. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2004.12.009>
- MacDonald, J. M., Haviland, A., Ramchand, R., Morral, A. R., & Piquero, A. R. (2014). Linking specialization and seriousness in criminal careers. *Advances in Life Course Research*, 20, 43–55. <https://doi.org/10.1016/j.alcr.2014.01.006>

- Magalhães, T., Taveira, F., Jardim, P., Santos, L., Matos, E., & Santos, A. (2009). Sexual abuse of children. A comparative study of intra and extra-familial cases. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 16(8), 455-459. <https://doi.org/10.1016/j.jflm.2009.05.007>
- Malamuth, N. M., Addison, T., & Koss, M. (2000). Pornography and sexual aggression: Are there reliable effects and can we understand them? *Annual Review of Sex Research*, 11(1), 26-94.
- Malamuth, N. M., Hald, G. M., & Koss, M. (2012). Pornography, individual differences in risk and men's acceptance of violence against women in a representative sample. *Sex Roles*, 66(7-8), 427-439. <https://doi.org/10.1007/s11199-011-0082-6>
- Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS Statistics (5ª Edição)*. Pero Pinheiro: ReportNumber, Lda.
- Marôco, J. (2014). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações (2.a Edição)*. Lisboa, Portugal: Report Number, Lda.
- Marshall, W. L. (1988). The use of sexually explicit stimuli by rapists, child molesters, and nonoffenders. *Journal of Sex Resesearch*, 25(2), 267-288. <https://doi.org/10.1080/00224498809551459>
- Marshall, W. L. (2000). Revisiting the use of pornography by sexual offenders: Implications for theory and practice. *Journal of Sexual Aggression*, 6(1-2), 67-77. <https://doi.org/10.1080/13552600008413310>
- McGloin, J., Sullivan, C., Piquero, A., & Pratt, T. (2007). Local life circumstances and offending specialization/versatility: Comparing opportunity and propensity models. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 44(3), 321-346. <https://doi.org/10.1177/0022427807302664>
- Miethe, T., Olson, J., & Mitchell, O. (2006). Specialization and persistence in the arrest histories of sex offenders: A comparative analysis of alternative measures and offense types. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 43(3), 204-229. <https://doi.org/10.1177/0022427806286564>
- Mitchell, K. J., Finkelhor, D., & Wolak, J. (2005). The internet and family and acquaintance sexual abuse. *Child Maltreatment*, 10(1), 49-60. <https://doi.org/10.1177/1077559504271917>

- Nieuwebeerta, P., Blokland, A., Piquero, A., & Sweeten, G. (2011). A life-course analysis of offense specialization across age: Introducing a new method for studying individual specialization over the life course. *Crime and Delinquency*, 57(1), 3–28. <https://doi.org/10.1177/0011128710376336>
- Nutter, D., & Kearns, M. (1993). Patterns of exposure to sexually explicit material among sex offenders, child molesters, and controls. *Journal of Sex and Marital Therapy*, 19(1), 77–85. <https://doi.org/10.1080/00926239308404890>
- Olver, M. E., Wong, S. C., Nicholaichuk, T., & Gordon, T. (2007). The validity and reliability of the Violence Risk Scale—Sexual Offender version: Assessing sex offender risk and evaluating therapeutic change. *Psychological Assessment*, 19(3), 318–329. <http://dx.doi.org/10.1037/1040-3590.19.3.318>
- OPP (2011-2016). *Código deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses*. Retirado a 19 de Julho de 2018 de https://www.ordemdospsicologos.pt/pt/cod_deontologico
- Patton, J. H., Stanford, M. S., & Barratt, E. S. (1995). Factor structure of the Barratt impulsiveness scale. *Journal of Clinical Psychology*, 51(6), 768–774. [https://doi.org/10.1002/1097-4679\(199511\)51:6<768::AID-JCLP2270510607>3.0.CO;2-1](https://doi.org/10.1002/1097-4679(199511)51:6<768::AID-JCLP2270510607>3.0.CO;2-1)
- Pereira, T. (2014). *Estudos de avaliação da impulsividade com a BIS-11 de Barratt numa amostra forense da DGRSP*. Dissertation retrieved from <http://hdl.handle.net/10316/28394>
- Piquero, A. R., Moffitt, T. E., & Wright, B. (2007). Self-control and criminal career dimensions. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 23(1), 72–89. <https://doi.org/10.1177/1043986206298949>
- Piquero, A. R., Bouffard, J. A., Piquero, N. L., & Craig, J. M. (2016). Does morality condition the deterrent effect of perceived certainty among incarcerated felons? *Crime & Delinquency*, 62(1), 3–25. <https://doi.org/10.1177/0011128713505484>
- Piquero, A., Paternoster, R., Brame, R., Mazerolle, P., & Dean, C. (1999). Onset age and offense specialization. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 36(3), 275–299. <https://doi.org/10.1177/0022427899036003002>
- Post, L. A., Mezey, N. J., Maxwell, C., & Wibert, W. N. (2002). The rape tax: Tangible and intangible costs of sexual violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 17(7), 773–782. <https://doi.org/10.1177/0886260502017007005>

- Pratt, T. C., & Cullen, F. T. (2000). The empirical status of Gottfredson's and Hirschi's general theory of crime: A meta-analysis. *Criminology*, 38(3), 931–64. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2000.tb00911.x>
- Prentky, R. A., Knight, R. A., Lee, A. F. S., & Cerce, D. (1995). Predictive validity of lifestyle impulsivity for rapists. *Criminal Justice and Behavior*, 22(2), 106–128. <https://doi.org/10.1177/0093854895022002002>
- Quayle, E., & Taylor, M. (2002). Child pornography and the internet: Perpetuating a cycle of abuse. *Deviant Behavior*, 23(4), 331–261. <https://doi.org/10.1080/01639620290086413>
- Rasmussen, K. (2016). A historical and empirical review of pornography and romantic relationships: Implications for family researchers. *Journal of Family Theory & Review*, 8(2), 173-191. <https://doi.org/10.1111/jftr.12141>
- Rebellon, C. J., Strauss, M. A., & Medeiros, R. (2008) Self-control in global perspective: An empirical assessment of Gottfredson and Hirschi's General Theory within and across 32 national settings. *European Journal of Criminology*, 5(3), 331–362. <https://doi.org/10.1177/1477370808090836>
- Rice, M. E., & Harris, G. T. (1997). Cross-validation and extension of the Violence Risk Appraisal Guide for child molesters and rapists. *Law and Human Behavior*, 21(2), 231-241. <https://doi.org/10.1023/A:1024882430242>
- Robertiello, G., & Terry K. J. (2007). Can we profile sex offenders? A review of sex offender typologies. *Aggression and Violent Behavior*, 12(5), 508–518. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2007.02.010>
- Robertson, T., Daffern, M., & Bucks, R. S. (2013). Oral administration of the Levels of Emotional Awareness Scale. *Australian Journal of Psychology*, 65(3), 172–179. <https://doi.org/10.1111/ajpy.12018>
- Rogers, M., Smoak, N. D., & Liu, J. (2006). Self-reported deviant computer behavior: A big-5, moral choice, and manipulative exploitive behavior analysis. *Deviant Behavior*, 27(3), 245-268. <https://doi.org/10.1080/01639620600605333>
- Saramago, M. A., Cardoso, J., & Leal, I. (2017). Validação preliminar da Medida de Reflexão Sociomoral-Versão Adaptada para uma população forense Portuguesa. In *Atas do 3.º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses*, Lisboa, 28 Setembro 2016 a 1 de Outubro de 2016 (pp. 401-411). Lisboa: Ordem dos Psicólogos Portugueses.

- Saramago, M. A., Cardoso, J., Pimenta, F., & Leal, I. (2017). Wilson's Sex Fantasy Questionnaire: Portuguese validation and gender differences. *Psicologia, Saúde & Doenças, 18*(3), 870-879. <http://dx.doi.org/10.15309/17psd180319>
- Schoepfer, A., & Piquero, A. R. (2006). Self-control, moral beliefs, and criminal activity. *Deviant Behavior, 27*(1), 51-71. <https://doi.org/10.1080/016396290968326>
- Seto, M. C. (2017). The motivation-facilitation model of sexual offending. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1177/1079063217720919>
- Seto, M. C., & Barbaree, H. E. (1999). Psychopathy, treatment behavior, and sex offender recidivism. *Journal of Interpersonal Violence, 14*(12), 1235-1248. <https://doi.org/10.1177/088626099014012001>
- Seto, M. C., Hanson, R. K., & Babchishin, K. M. (2011). Contact sexual offending by men with online sexual offenses. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment, 23*(1), 124-145. <https://doi.org/10.1177/1079063210369013>
- Seto, M. C., & Lalumière, M. L. (2010). What is so special about male adolescent sexual offending? A review and test of explanations through meta-analysis. *Psychological Bulletin, 136*(4), 526-575. <https://doi.org/10.1037/a0019700>
- Seto, M. C., Cantor, J. M., & Blanchard, R. (2006). Child pornography offenses are a valid diagnostic indicator of pedophilia. *Journal of Abnormal Psychology, 115*(3), 610-615. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.115.3.610>
- Seto, M. C., Maric, A., & Barbaree, H. E. (2001). The role of pornography in the etiology of sexual aggression. *Aggression and Violent Behavior, 6*(1), 35-53. [https://doi.org/10.1016/S1359-1789\(99\)00007-5](https://doi.org/10.1016/S1359-1789(99)00007-5)
- Seto, M. C., Babchishin, K. M., Pullman, L. E., & McPhail, I. V. (2015). The puzzle of intrafamilial child sexual abuse: A meta-analysis comparing intrafamilial and extrafamilial offenders with child victims. *Clinical Psychology Review, 39*, 42-57. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2015.04.001>
- Shapland, J., & Hall, M. (2007). What do we know about the effects of crime on victims? *International Review of Victimology, 14*(2), 175-217. <https://doi.org/10.1177/026975800701400202>

- Siegmunt, O. (2016). *Neighborhood Disorganization and Social Control: Case Studies from Three Russian Cities*. Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-21590-7>
- Sim, D. J., & Proeve, M. (2010). Crossover and stability of victim type in child molesters. *Legal and Criminological Psychology*, 15(2), 401-413. <https://doi.org/10.1348/135532509X473869>
- Simon, L. M. J. (2000). An examination of the assumptions of specialization, mental disorder, and dangerousness in sex offenders. *Behavioral Sciences and the Law*, 18(2-3), 275–308. [https://doi.org/10.1002/1099-0798\(200003/06\)18:2/3%3C275::AID-BSL393%3E3.0.CO;2-G](https://doi.org/10.1002/1099-0798(200003/06)18:2/3%3C275::AID-BSL393%3E3.0.CO;2-G)
- Simons, D.A., Wurtele, S.K., & Durham, R.L. (2008). Developmental experiences of child sexual abusers and rapists. *Child Abuse & Neglect*, 32(5), 549-560. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2007.03.027>
- Sistema de Segurança Interna. (2018). *Relatório anual de segurança interna ano 2017*. Lisboa: Ministério da Administração Interna. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=9f0d7743-7d45-40f3-8cf2-e448600f3af6>
- Smallbone, S., & Wortley, R. (2004). Onset, persistence, and versatility of offending among adult males convicted of sexual offenses against children. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 16(4), 285–298. <https://doi.org/10.1023/B:SEBU.0000043324.12709.4f>
- Soeiro, C. B. (2009). Perfis criminais e crime de abuso sexual de crianças: Caracterização de uma tipologia para a realidade portuguesa. *Ousar Integrar - Revista de Reinserção Social e Prova*, 4, 49-63.
- Stams, G. J., Brugman, D., Deković, M., van Rosmalen, L., van der Laan, P., & Gibbs, J. C. (2006). The moral judgment of juvenile delinquents: A meta-analysis. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 34(5), 697-713. <https://doi.org/10.1007/s10802-006-9056-5>
- Stephens, S., Seto, M. C., Goodwill, A. M., & Cantor, J. M. (2018). The relationships between victim age, gender, and relationship polymorphism and sexual recidivism. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 30(2), 132-146. <https://doi.org/10.1177/1079063216630983>
- Sullivan, C., McGloin, J., Pratt, T., & Piquero, A. (2006). Rethinking the “norm” of offender

- generality: Investigating specialization in the short-term. *Criminology*, 44(1), 199–233. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2006.00047.x>
- Svensson, R., Pauwels, L., & Weerman, F. M. (2010). Does the effect of self-control on adolescent offending vary by level of morality? A test in three countries. *Criminal Justice and Behavior*, 37(6), 732–743. <https://doi.org/10.1177/0093854810366542>
- Tittle, C., Antonaccio, O., Botchkovar, E., & Kranidioti, M. (2010). Expected utility, self-control, morality, and criminal probability. *Social Science Research*, 39(6), 1029–1046. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2010.08.007>
- van Vugt, E., Gibbs, J., Stams, G. J., Bijleveld, C., Hendriks, J., & van der Laan, P., (2011). Moral development and recidivism: A meta-analysis. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 55(8), 1234-1250. <https://doi.org/10.1177/0306624X11396441>
- van Wijk, A., van Horn, J., Bullens, R., Bijleveld, C., & Doreleijers, T. (2005). Juvenile sex offenders: A group on its own? *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 49(1), 25–36. <https://doi.org/10.1177/0306624X04270788>
- Vazsonyi, A. T., Mikuška, J., & Kelley, E. L. (2017). It's time: A meta-analysis on the self-control-deviance link. *Journal of Criminal Justice*, 48, 48-63. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2016.10.001>
- Wang, X., Lei, L., Yang, J., Gao, L., & Zhao, F. (2017). Moral disengagement as mediator and moderator of the relation between empathy and aggression among Chinese male juvenile delinquents. *Child Psychiatry & Human Development*, 48(2), 316-326. <https://doi.org/10.1007/s10578-016-0643-6>
- Weinrott, M. R., & Saylor, M. (1991). Self-report of crimes committed by sex offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 6(3), 286–300. <https://doi.org/10.1177/088626091006003002>
- Wilhite, E. R., & Fromme, K. (2017). The differential influence of drinking, sensation seeking, and impulsivity on the perpetration of unwanted sexual advances and sexual coercion. *Journal of Interpersonal Violence*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1177/0886260517742151>
- Wilson, G. D. (1988). Measurement of sex fantasy. *Sexual and Marital Therapy*, 3(1), 45-55. <http://dx.doi.org/10.1080/02674658808407692>
- Wikström, P. H. (2014). Why crime happens: A situational action theory. In G. Manzo (Eds.), *Analytical Sociology: Actions and Networks* (pp. 74-94). Chichester: John Wiley & Sons

- Williams, K. M., Cooper, B. S., Howell, T. M., Yuille, J. C., & Paulhus, D. L. (2009). Inferring sexually deviant behavior from corresponding fantasies: The role of personality and pornography consumption. *Criminal Justice and Behavior*, *36*(2), 198-222. <https://doi.org/10.1177/0093854808327277>
- Wolfe, S. E. (2015). Low self-control, gender, race, and offending in late life. *Psychology, Crime, and Law*, *21*(5), 426–451. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2014.989169>
- Wolfe, S. E., Reisig, M. D., & Holtfreter, K. (2016). Low self-control and crime in late adulthood. *Research on Aging*, *38*(7), 767-790. <http://dx.doi.org/10.1177/0164027515604722>
- Wright, K. A., Pratt, T. C., & DeLisi, M. (2008). Examining offending specialization in a sample of male multiple homicide offenders. *Homicide Studies* *12*(4), 381–398. <https://doi.org/10.1177/1088767908323930>
- Wright, P. J., Tokunaga, R. S., & Kraus, A. (2016). A meta-analysis of pornography consumption and actual acts of sexual aggression in general population studies. *Journal of Communication*, *66*(1), 183–205. <https://doi.org/10.1111/jcom.12201>
- Ybarra, M. L., Strasburguer, V. C., & Mitchell, K. J. (2014). Sexual media exposure, sexual behavior, and sexual violence victimization in adolescence. *Clinical Pediatrics*, *53*(13), 1239–1247. <https://doi.org/10.1177/0009922814538700>

Secção Empírica

Artigo 1.

Cardoso, J., & Saramago, M. (in press). Psicologia e violência sexual. In M. F. D. S. Paulino & L. C. S. Alho (Eds.), *Comportamento Criminal e Avaliação Forense* (pp. 125-146). Lisboa: PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

Artigo 2.

Saramago, M. A., Cardoso, J., Pimenta, F., & Leal, I. (2017). Wilson's Sex Fantasy Questionnaire: Portuguese validation and gender differences. *Psicologia, Saúde & Doenças, 18*(3), 870-879. <http://dx.doi.org/10.15309/17psd180319>

Artigo 3.

Saramago, M. A., Cardoso, J., & Leal, I. (2018). *Pornography consumption by sex offenders at the time of the index offense: Characterization and predictors*. Manuscript submitted for publication.

Artigo 4.

Saramago, M. A., Cardoso, J., & Leal, I. (2018). *Detected victim crossover patterns and predictors in a Portuguese sample*. Manuscript submitted for publication.

Artigo 5.

Saramago, M. A., Cardoso, J., & Leal, I. (2018). *Predicting sexual offenders' specialization/versatility: The role of impulsivity and morality*. Manuscript submitted for publication.

ARTIGO 1

Psicologia e Violência Sexual

Capítulo de livro aceite para publicação em: M. F. D. S. Paulino & L. C. S. Alho (Eds.), Comportamento Criminal e Avaliação Forense (pp. 125-146). Lisboa: PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

Jorge Cardoso

Mariana Saramago

Resumo

A pornografia consiste em materiais sexualmente explícitos, os quais representam conteúdos e comportamentos que têm como principal objetivo propiciar a excitação sexual. A distração, a curiosidade, o alívio de *stress*, a aquisição de informação relacionada com a sexualidade e o estabelecimento de contactos pessoais também têm sido razões apontadas como estando associadas ao recurso à pornografia. É inegável que a pornografia promove a aprendizagem e a modelagem de atitudes, de crenças e de comportamentos sobre a sexualidade, podendo influenciar as dinâmicas relacionais. Os efeitos da pornografia dependem do tipo de conteúdos consumidos, da frequência da exposição e das características pessoais e situacionais dos utilizadores. Têm sido reportados diversos efeitos relacionados com a exposição à pornografia, principalmente negativos, que incluem, entre outros: valores e crenças sexuais irreais, normas sexuais mais permissivas, atitudes desadequadas face aos papéis de género, menor satisfação relacional e sexual, adição sexual, desvalorização ou legitimação da violência sexual e maior vulnerabilidade aos mitos de aceitação da violação. No que concerne aos últimos, estes estão, muitas vezes, associados a conteúdos que apresentam formas extremas de humilhação e de violência. Quando a pornografia envolve violência sexual, pode induzir os seus consumidores a desenvolver a crença de que a agressão e/ou o abuso no decurso das relações íntimas são prazerosos e, assim, tenderão a reproduzir esses comportamentos. Desta forma, vários estudos têm constatado a existência de uma relação entre a pornografia e a violência sexual, sendo esta moderada por outras variáveis, com destaque para as características da personalidade.

Palavras-chave: pornografia, efeitos da pornografia, violência sexual, agressão sexual.

Introdução

A etimologia da palavra “pornografia” remete para os termos Gregos “*pórne*” (prostituta) e “*gráphein*” (escrita), o que explica o facto deste vocábulo ainda continuar a surgir nos dicionários como sinónimo de “estudo ou descrição da prostituição”. Tendo, no passado, uma associação à prática de relações sexuais ilícitas, a pornografia viu alargar-se o seu campo semântico, passando a estar conotada com representações da nudez e do comportamento sexual, principalmente imagens, tidas como obscenas. O acentuar da relação do radical “porno” com a obscenidade, resultou numa perceção da pornografia significada como representação material do sujo e vulgar, ou, por outras palavras, aquilo que não deveria ser visto (Ferreira, 2011). Contudo, esta perspetiva confronta-se com uma larga amplitude interpretativa, alicerçada em diferenças individuais quanto à moralidade e à estética, as quais são ainda reforçadas pelos diferentes tipos e conteúdos da pornografia. Atualmente, a pornografia é entendida como uma representação de conteúdos e comportamentos sexuais explícitos, com o objetivo primordial de gerar excitação sexual (Diamond, 2009; Morgan, 2011), englobando um espectro alargado de materiais, que encontram na internet uma das principais fontes de disseminação.

Saliente-se que a ausência de operacionalização do conceito de pornografia representa uma limitação metodológica importante neste domínio da investigação (Fisher & Barak, 2001; Short, Black, Smith, Wetterneck & Wells, 2012). Recorrendo a uma meta-análise de 44 estudos, publicados em 10 países, sobre o consumo de pornografia *online*, os investigadores concluíram que a maioria dos estudos (84%) não operacionalizava o que considerava pornografia, conduzindo a uma subjetividade interpretativa por parte dos participantes; quanto aos trabalhos que o faziam, revelaram inúmeras discrepâncias entre si ao nível dos detalhes daquilo que consideravam material pornográfico (Short et al., 2012). Visando dar resposta a estas evidências, os autores propuseram uma definição de pornografia acedida através da internet, sintética, mas simultaneamente integradora das várias operacionalizações anteriormente verificadas - «qualquer material sexualmente explícito, envolvendo a visualização dos genitais, com o intuito de obter excitação sexual ou como suporte para fantasias» (p. 9). Estamos perante uma conceptualização que se centra em duas dimensões que nos parecem de elevada importância, designadamente a caracterização do que é considerado material pornográfico e as principais razões associadas ao seu consumo.

A violência sexual pode ser definida como «qualquer ato sexual ou tentativa para o concretizar, comentários ou avanços sexuais indesejados, ações visando o tráfico [para

exploração sexual], ou outras, dirigidas contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção, realizados por qualquer indivíduo, independentemente da sua relação com a vítima, em qualquer contexto, incluindo, mas não se limitando ao doméstico e laboral» (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi & Lozano, 2002, p. 149). A coerção representa, pois, um aspeto chave, remetendo para a pressão, manipulação, ameaça, ou mesmo uso da força física, que entram em conflito com a vontade da vítima, impedindo-a de optar de acordo com a sua liberdade individual. Frequentemente, a perceção de não correspondência às expectativas do agressor, que muitas vezes é o parceiro amoroso, ou a antecipação de possíveis perdas, por exemplo a nível afetivo, conduzem à cedência para o envolvimento em comportamentos sexuais indesejados.

Quando a pornografia envolve violência sexual, está a facilitar a aprendizagem e o reforço desses comportamentos. De acordo com a Teoria da Cognição Social (Bandura, 2009), um indivíduo tenderá a reproduzir a agressão aprendida se o ato observado for recompensado. Desta forma, os consumidores deste tipo de pornografia, poderão desenvolver a convicção de que a violência no decorrer das relações sexuais intensifica o prazer, tanto para os homens como para as mulheres.

Consumo de Pornografia

De acordo com Scott (1998), a pornografia estruturou-se como uma componente integrante da permissividade que caracteriza a cultura Ocidental contemporânea, chegando mesmo a ser considerada um problema de saúde pública (Perrin et al., 2008; Romito & Beltramini, 2011). Segundo Paul (2010), desde os finais dos anos 90 do século XX, os avanços tecnológicos, bem como as mudanças socioculturais, têm alterado o enquadramento da pornografia, referindo a autora que não é apenas a pornografia que está mais disseminada - «toda a nossa cultura se pornificou» (p. 3). Löfgren-Mårtenson e Månsson (2010), acrescentam que a moldura cultural dos últimos anos alterou grandemente a forma de perceber a pornografia - deixou de ser «olhada como vergonhosa e moralmente repreensível, para se transformar em algo socialmente aceite» (p. 576).

Embora a pornografia não marque presença apenas na internet, é inegável que o rápido crescimento da sua utilização, constitui uma das principais razões para o aumento exponencial da produção e do consumo de materiais pornográficos (Cooper, 1998; Binik 2001; Wysocki, 2011), assim como dos comportamentos sexuais aditivos relacionados com o seu visionamento (Schneider, 2000a; Schneider, 2000b). A quantidade e variedade de pornografia

disponível na internet é notável (Owens, Behun, Manning & Reid, 2012), caracterizando-se pela fácil acessibilidade, pelo anonimato e, frequentemente, pelo baixo custo ou pela gratuidade (Cooper, 1998). Estima-se que, em cada segundo, existam 28.258 sujeitos a consumir conteúdos pornográficos, recorrendo aos mais de 4 milhões de sites pornográficos existentes (Ropelato, 2014), registando-se que 20 a 33% dos indivíduos que utilizam a internet fazem-no preponderantemente por motivos sexuais (Cooper, 2004).

A pornografia *online* é apresentada de várias formas, designadamente fotografias, vídeos, jogos sexualmente explícitos, descrições escritas, registos áudio e *chat rooms* (Braun-Courville & Rojas, 2009; Goodson, McCormick & Evans, 2000; Traeen, Nilsen & Stigum, 2006). Quanto aos conteúdos, tendo como denominador comum o cariz sexualmente explícito, existe uma ampla diversidade, contemplando as diferentes preferências dos consumidores: atributos físicos, faixas etárias, práticas sexuais, amadorismo ou profissionalismo dos intervenientes, grau de violência, entre outros.

Embora existam conteúdos que ilustram formas extremas de humilhação e violência, principalmente contra as mulheres, constata-se que estes materiais representam apenas uma pequena parte do mercado geral da pornografia, encontrando-se, contudo, facilmente acessíveis na internet (Barron & Kimmel 2000; Gossett & Byrne 2002).

Na tentativa de percebermos algumas das características do consumo de pornografia em Portugal, recorremos a um *site* pornográfico (Pornhub, 2015), que apresentou, pela primeira vez, dados referentes ao nosso país. Suportados em mais de 10 milhões de visitas ao *Pornhub*, ocorridas a partir do território nacional, ao longo do ano de 2014 (no mundo inteiro foram 18,4 mil milhões, responsáveis por 80 mil milhões de visualizações de vídeos), foi possível chegar às seguintes conclusões: Portugal foi o 46º país do mundo relativamente ao número de visitantes; 25% dos acessos foram realizados por mulheres, ligeiramente acima da média global (23%); quanto à distribuição etária dos consumidores de pornografia, enquanto nos dados globais os jovens entre os 18 e os 24 anos foram aqueles que mais recorreram ao *Pornhub* (31%), em Portugal a faixa etária mais representativa foi a dos 25-34 anos (30%), seguida dos consumidores que tinham entre 18-24 anos (25%), 35-44 anos (23%), 45-54 anos (10%), 55-64 anos (7%) e, por fim, aqueles com mais de 64 anos (5%); no que concerne aos conteúdos da pornografia mais procurados, a categoria *teen* surge no primeiro lugar, seguida, por ordem decrescente de visualização, das *milf*, *mature*, *anal*, *big dick*, *lesbian*, *babe*, *reality* e *threesome*; refira-se que os portugueses que recorrem ao *Pornhub* revelaram um especial interesse pelas práticas sexuais dos seus compatriotas, tendo em consideração que cerca de metade das 20 palavras mais procuradas estavam relacionadas com o país (e.g., *portuguese*,

tuga, *portuguese teen*, *portuguese amateur*); à semelhança do verificado no resto do mundo, a segunda-feira foi o dia mais popular para aceder a conteúdos pornográficos, encontrando-se o sábado no polo oposto, sendo ainda de registar um substancial aumento do consumo (9%) no Carnaval e uma queda abrupta (66%) na véspera de Natal; o período mais concorrido de entradas no *site* verificou-se entre as 23 e as 24 horas; o tempo médio de visita foram 8 minutos e 36 segundos (a média mundial situou-se 9 minutos e 16 segundos), sendo que os utilizadores da região Norte revelaram uma permanência no *site* mais curta que os da região Sul.

Cooper, Morahan-Martin, Mathy e Maheu (2002) verificaram que a distração, que podemos equivaler a entretenimento, foi a razão mais frequentemente apontada para justificar o recurso à pornografia. Esta motivação foi também encontrada na meta-análise realizada por Short e colaboradores (2012), embora as mais comuns tenham sido a excitação sexual, a educação, a curiosidade e a procura de um relacionamento, mas também, numa segunda linha, o alívio de stress e o fantasiar. Um outro trabalho (Wallmyr & Welin, 2006), realizado com uma amostra de jovens suecos, com idades entre os 15 e os 25 anos, reportou que a maioria consumia pornografia, principalmente através da internet e da televisão por cabo, sendo a obtenção de excitação e a masturbação as motivações mais vezes sinalizadas entre os respondentes masculinos, e a curiosidade entre os do sexo feminino. Quando avaliados nas suas atitudes face à pornografia, a maioria das mulheres (61%) demonstraram opiniões negativas, existindo mesmo 46% a adjectivá-la como degradante, enquanto entre os homens, 63% percecionavam os conteúdos pornográficos de um modo positivo, considerando-os estimulantes e excitantes. Numa investigação (Gaspar & Carvalheira, 2012) realizada com uma amostra de 202 mulheres portuguesas com uma média etária de 28 anos, em que mais de metade (57%) reportaram já ter visionado pornografia *online* em algum momento das suas vidas (32% poucas vezes, 19% algumas vezes, 6% muitas vezes), destacaram-se como motivos primordiais a curiosidade (48%), a procura de algo que provoque excitação sexual (38%), entretenimento (30%), novas aprendizagens sobre o sexo (28%), obtenção de estímulos para a masturbação (16%) e a satisfação de fantasias específicas (11%). Tentando sintetizar as razões explicativas do consumo de pornografia *online*, foram propostas três categorias funcionais: aquisição de informação relacionada com a sexualidade, entretenimento ou excitação sexuais e estabelecimento de contactos pessoais (Goodson et al., 2000).

As imagens, mais do que as palavras, constituem elementos poderosos no desenvolvimento de aprendizagens, uma vez que, enquanto as segundas tendem a veicular convicções e opiniões, as primeiras refletem experiências concretas. A pornografia, que se apresenta

maioritariamente através de estímulos visuais, propícia a aprendizagem de crenças e atitudes sobre a sexualidade, bem como de comportamentos sexuais específicos, podendo influenciar, ou mesmo formatar, as dinâmicas de funcionamento nas relações íntimas (Layden, 2010). Este leque de aprendizagens, por parte dos consumidores de pornografia pode ser entendido do seguinte modo:

- As imagens pornográficas tendem a produzir uma ativação excitatória, acionando o sistema nervoso simpático, que ao entrar num estado de alerta, facilita a aprendizagem, particularmente de estímulos visuais, que são mais facilmente memorizáveis.
- A mera observação dos intervenientes em cenas pornográficas, pode provocar um efeito de modelagem sobre os consumidores.
- Sabendo-se que, frequentemente, o acesso à pornografia visa a excitação sexual, acompanhada de masturbação, que conduz ao orgasmo e respetiva gratificação sexual, este comportamento vê-se positivamente reforçado, aumentando as probabilidades de repetição e conseqüente consolidação.
- As aprendizagens ocorridas mediante recurso à pornografia podem ser legitimadoras de novos comportamentos, designadamente no âmbito da violência sexual, na medida em que dão conta de determinadas práticas sexuais, que ao serem percecionadas como adequadas, vão resultar num significado de permissão para a sua replicação, ou de despenalização para comportamentos não normativos ou pouco saudáveis que já estejam a acontecer.

O processo de socialização sexual, que é condicionado por fatores intra e interpessoais e por aspetos contextuais e socioculturais, conduz à formação de *scripts* sexuais que funcionam como esquemas cognitivos organizadores das experiências sexuais (Gagnon & Simon, 1973; Simon & Gagnon, 1986; Simon & Gagnon, 2003). A exposição a materiais sexualmente explícitos, particularmente em jovens, influencia o desenvolvimento dos “guiões” pessoais referentes aos papéis sexuais, do próprio e dos percecionados naqueles com quem têm relações de intimidade; modela as expectativas, formata os critérios em que se fundamenta a avaliação do desempenho e da satisfação sexual, podendo ainda condicionar o mapeamento cognitivo corporal (Stulhofer, Busko & Landripet, 2010).

Comparativamente com as mulheres, os homens têm sido apontados como consumidores mais frequentes de pornografia, demonstrando uma idade de início da exposição mais precoce,

maior utilização dos materiais pornográficos como estímulo para a masturbação, maior excitabilidade psicológica associada à pornografia e maior atração por uma gama mais vasta de conteúdos pornográficos, incluindo aqueles que são considerados mais “pesados” e desprovidos de qualquer enquadramento relacional e emocional (Hald & Malamuth, 2008). Saliente-se ainda que, enquanto os homens tendem a visionar pornografia sozinhos, durante a masturbação, as mulheres fazem-no, mais frequentemente, na companhia do parceiro sexual (Traeen et al., 2006; Daneback, Traeen & Mansson, 2009). Segundo Bancroft (2009), a tecnologia e a acessibilidade aos conteúdos sexuais contribuíram para o “triunfo do individual” (p. 226), acrescentando que no passado verificava-se um maior recurso a estes materiais por parte de casais, no âmbito dos seus relacionamentos sexuais, enquanto que na atualidade a pornografia parece ser preponderantemente destinada a sujeitos que procuram uma sexualidade sem envolvimento relacional, ou seja, apenas prazer masturbatório.

No estudo de Romito e Beltramini (2011), com uma amostra de alunos do ensino secundário, 42% dos rapazes e 32% das raparigas referiram já ter visualizado pornografia que exibia violência contra as mulheres, incluindo formas extremas de degradação, violação, tortura e homicídio, sendo ainda de salientar que 33% dos participantes masculinos e 26% dos femininos, relataram que a pornografia a que acederam apresentava as mulheres a manifestarem satisfação perante a violência infligida sobre elas. Paralelamente, uma minoria consumia pornografia que continha sexo com animais, sadomasoquismo, e mulheres a torturarem homens. Neste estudo, entre os que consumiam pornografia, 53% dos rapazes e 30% das raparigas responderam que viam esses materiais porque os consideravam sexualmente excitantes, destacando também a procura de informação relativamente ao sexo (49% dos rapazes e 36% das raparigas).

Efeitos do Consumo de Pornografia

Os efeitos da pornografia não dependem exclusivamente do tipo de conteúdos consumidos, variando também em função da frequência da exposição e de acordo com as características dos consumidores (Layden, 2010).

Grande parte da literatura sobre os efeitos da pornografia centra-se nas suas consequências negativas. McKee (2007), chega mesmo a questionar a qualidade científica dos estudos em que se verifica, logo à partida, uma assunção de que a exposição à pornografia acarreta somente prejuízos. Neste sentido, têm sido apontados alguns efeitos positivos da pornografia, designadamente: alívio de tensão, diminuição do tédio, perceção de suporte e aumento de

conhecimentos sexuais (Cooper, Galbreath & Becker, 2004; Hald & Malamuth, 2008; Paul & Shim, 2008; Olmstead, Negash, Pasley & Fincham, 2013).

Uma investigação conduzida na Austrália (McKee, 2007), junto de mais de mil consumidores de pornografia, documentou que 59% reportavam efeitos positivos (face a 7% que sinalizavam efeitos negativos), que incluíam: atitudes menos repressivas e inibidas perante a sexualidade, tornando-os mais abertos e confortáveis nesta área das suas vidas; aumento da tolerância sobre os comportamentos sexuais das outras pessoas; obtenção de excitação e de prazer sexual; promoção de educação sexual no âmbito do conhecimento do corpo, bem como aquisição de informação sobre técnicas e ideias sexuais; manutenção do interesse sexual no contexto dos relacionamentos duradouros; maior atenção aos desejos sexuais do parceiro; favorecimento da comunicação sexual na relação; e contribuição para encontrar uma identidade coletiva, partilhada com os outros consumidores de pornografia, traduzida na perceção de não ser o único a aceder a materiais pornográficos.

Daneback e colaboradores (2009), ao compararem casais heterossexuais noruegueses que consumiam pornografia com outros que não o faziam, verificaram que os primeiros demonstravam um clima erótico mais permissivo, designadamente no que concerne à comunicação sobre desejos e fantasias sexuais, revelando também menos disfunções sexuais. Foi igualmente interessante constatar, que a utilização de pornografia por parte de ambos, constituía a situação potencializadora de efeitos mais positivos. Nos relacionamentos em que apenas um dos elementos visualizava material pornográfico, foi encontrada uma taxa mais elevada de disfuncionalidade sexual (dificuldades de excitação nos homens; auto-perceções negativas nas mulheres), conjecturando os autores que o consumo de pornografia poderia representar uma forma de compensar os problemas sexuais, ou, pela explicação oposta, as dificuldades sexuais estarem negativamente associadas à pornografia.

Sendo os adolescentes considerados um dos grupos mais suscetíveis aos efeitos dos conteúdos sexuais explícitos, têm sido realizadas inúmeras investigações sobre as implicações da exposição à pornografia nesta fase do ciclo de vida, documentando praticamente apenas consequências negativas (Owens et al., 2012). Ainda assim, existe quem defenda que o consumo de pornografia na adolescência deve ser considerado uma experiência normativa, típica de trajetórias de desenvolvimento em que a curiosidade sexual apresenta um protagonismo importante (Sabina, Wolak & Finkelhor, 2008). Refira-se que Luder, Pittet, Akre, Michaud e Surís (2011), recorrendo a uma amostra de adolescentes suíços, concluíram que a maior parte dos comportamentos de risco, incluindo a iniciação sexual precoce,

múltiplos parceiros sexuais e história de gravidez, não estava associada à exposição a materiais sexuais explícitos.

A possibilidade de a pornografia promover comportamentos sexuais inapropriados nos jovens é potencializada pela sua maior vulnerabilidade ao desenvolvimento de aprendizagens sustentadas em premissas erróneas, capazes de influenciar a forma, presente e/ou futura, de se envolverem sexualmente. Particularmente a exposição a material sexualmente violento, nesta fase desenvolvimental, pode condicionar a aquisição e a consolidação das normas associadas à sexualidade, legitimando ou minorizando a gravidade de práticas sexuais desviantes ou agressivas.

Tanto através da aprendizagem por observação, como através dos processos de condicionamento por modelagem (Bandura, 2009), a exposição repetida a formas humilhantes e violentas de pornografia, dado o seu foco nos direitos e poder dos homens, ajuda a moldar as fantasias, as perceções, as racionalizações e, a um nível mais profundo, as crenças dos indivíduos (Lalumière, Harris, Quinsey & Rice, 2005; Marshall, 2000). No estudo de Brown e L'Engle (2009), em que no fim do terceiro ciclo do ensino básico 66% dos rapazes e 39% das raparigas já tinham consumido pornografia, avaliações longitudinais demonstraram que a exposição precoce nos jovens do sexo masculino previa atitudes menos adequadas face aos papéis de género, normas sexuais mais permissivas e perpetração de assédio sexual. Nas raparigas, a precocidade no acesso à pornografia previa atitudes menos maduras no que concerne aos papéis de género.

O consumo de pornografia também tem sido associado a dificuldades ao nível do desempenho académico. Esta relação poderá ser explicada através da Teoria da Absorção Cognitiva (Agarwal & Karahanna, 2000), sustentando-se que o investimento massivo no poder estimulante e prazeroso dos conteúdos pornográficos, facilitará a negligência do estudo, resultando, conseqüentemente, num menor aproveitamento académico. Beyens, Vandenbosch e Eggermont (2015) testaram o consumo de pornografia em 325 jovens rapazes ($M_{idade} = 14,10$), constatando que, aqueles que se encontravam num estágio de maturação pubertária mais avançado, assim como os que manifestavam uma maior procura de sensações, consumiam mais frequentemente pornografia na internet. Verificaram ainda que o aumento na frequência do consumo de conteúdos pornográficos, estava associado a uma diminuição no seu desempenho académico seis meses mais tarde. Resultados similares foram observados em jovens adultos, tendo sido demonstrado, com uma amostra de estudantes universitários, que quanto maior o consumo de materiais sexualmente explícitos, menor era o aproveitamento académico (Wittwer & Senkbeil, 2008).

Também foi encontrada uma relação entre a pornografia e o consumo de substâncias. Num inquérito a 813 estudantes universitários de ambos os sexos (Carroll et al., 2008), verificou-se que os que consumiam pornografia diariamente eram aqueles que revelavam igualmente um maior consumo de substâncias, principalmente o abuso de álcool por parte dos respondentes do sexo masculino.

Similarmente, o recurso diário a conteúdos pornográficos é capaz de conduzir à adição a este tipo de materiais. Quando um indivíduo manifesta níveis elevados de stress, depressão, ansiedade ou isolamento, poderá encontrar na pornografia uma resposta à necessidade de preencher o vazio emocional (Peele & Bronsky, 2000). Os indivíduos com adição à pornografia reportam sentir-se frustrados, preocupados, zangados, ansiosos e deprimidos quando estão *offline*; por outro lado, quando *online*, referem sentir-se excitados, estimulados, desinibidos, atraentes, apoiados e mais desejáveis, sendo que estas emoções reforçam o comportamento compulsivo (Young, 1999).

Schneider (2000a) constatou que a adição ao cibersexo era um dos principais fatores que levava a menor intimidade sexual, bem como à separação e ao divórcio. O autor analisou as respostas de 94 indivíduos (91 mulheres, 3 homens), com idades entre 24 e 57 anos que, em média, se encontravam numa relação há 12,6 anos, e que procuravam terapia para conseguirem lidar com a adição ao cibersexo por parte do parceiro. Neste estudo, dois terços (68%) dos participantes relataram percepcionar uma menor intimidade sexual, salientando que as alterações na relação coincidiram com o início das atividades de cibersexo. Paralelamente, mais de metade (52,1%) dos utilizadores de cibersexo admitiram ter perdido o interesse pelo sexo no contexto do relacionamento, o mesmo acontecendo com um terço dos seus parceiros.

Mesmo em situações em que o consumo de pornografia não tem um carácter compulsivo, a literatura indica que este pode influenciar negativamente as relações amorosas a nível afetivo e sexual. Num estudo com 1291 indivíduos solteiros envolvidos em relações de intimidade (Maddox, Rhoades, & Markman, 2011), aqueles que relataram visualizar revistas, filmes e websites eróticos assumiram ter uma menor qualidade na relação do que aqueles que nunca recorriam a materiais sexualmente explícitos (apesar da dimensão do efeito ser pequeno). Paralelamente, num inquérito a 531 utilizadores da internet, constatou-se que estar numa relação infeliz aumentava em mais de 60% a probabilidade de, no mês anterior, os casais terem recorrido a *sites* sexualmente explícitos (Stack, Wasserman & Kern, 2004). Ainda reforçando esta linha, o consumo de pornografia revelou-se negativamente associado à

satisfação na relação numa amostra de 326 estudantes universitários (Morgan, 2011), e numa amostra de 217 homens envolvidos em relações heterossexuais (Bridges & Morokoff, 2011).

Para além da qualidade da relação, também a satisfação sexual pode ser negativamente afetada pelo consumo de pornografia. Num trabalho realizado por Zilmmann e Bryant (1998), estudantes universitários foram expostos a vídeos de pornografia não-violenta, ao longo de várias semanas, sendo posteriormente avaliados quanto à satisfação com a esfera sexual nas suas relações íntimas. Os resultados demonstraram que, após o consumo de pornografia, os participantes assumiram uniformemente uma menor satisfação sexual com as suas parceiras íntimas, particularmente com a aparência física, o desempenho sexual, o afeto e a curiosidade sexual destas. Simultaneamente, os participantes atribuíram uma maior importância à atividade sexual com baixo envolvimento emocional. Similarmente, Maddox e colaboradores (2011) constataram que os participantes que relataram visualizar sozinho *websites*, revistas e filmes com conteúdos sexuais, apresentavam menor satisfação sexual do que aqueles que nunca tinham visto materiais sexualmente explícitos. Ainda, Morgan (2011) observou que a frequência do consumo de pornografia estava negativamente relacionada com a satisfação sexual entre estudantes universitários do sexo masculino.

Para além de estar associado à qualidade da relação e à satisfação sexual, o consumo de pornografia aparenta ser influenciado pelos conflitos nos papéis de género e pelos estilos de vinculação. Os resultados do estudo de Szymanski e Stewart-Richardson (2014) demonstraram, de um modo consistente, que a conflitualidade relacionada com o exercício dos papéis de género estava associada a estilos de vinculação mais ansiogénos e evitantes, os quais, por seu turno, influenciavam um maior consumo de pornografia, que por sua vez contribuía para uma menor qualidade relacional e menor satisfação sexual.

Pornografia e Perpetração de Agressões Sexuais

Modelos teóricos sobre o cometimento de agressões sexuais

Apesar de a maioria dos modelos teóricos explicativos do cometimento de violência sexual tenderem a incluir a exposição à pornografia como um dos fatores importantes a ter em consideração, a verdade é que o consumo de pornografia, por si só, não é suficiente para conduzir um sujeito a agir agressões sexuais. De um modo geral, as investigações têm demonstrado que o consumo de conteúdos pornográficos não produz efeitos lineares e determinísticos nas atitudes ou nos comportamentos dos indivíduos, sendo estes mediados por

fatores pessoais e desenvolvimentais (Huessman, 2007). A relação entre as representações violentas nos media e as atitudes ou comportamentos violentos é recíproca, dado que os espectadores que já possuem tendências agressivas manifestam um maior interesse por esse tipo de materiais, estabelecendo-se assim uma complexa interação bidirecional.

A literatura sugere que a personalidade e os seus traços podem desempenhar um papel na sexualidade desviante, tanto como preditores, como mediadores (Williams, Cooper, Howell, Yuille & Paulhus, 2009). No modelo teórico de Malamuth, Addison e Koss (2000) – *Hierarchical-Mediational Confluence* (HMC) – os autores distinguem os fatores de risco, distais e proximais, que levam ao cometimento de agressões sexuais. Os fatores distais (e.g., personalidade) são simplesmente disposicionais, podendo predispor os indivíduos para uma variedade de comportamentos antissociais. Os fatores proximais estão especificamente associados à agressão sexual, constituindo exemplos a excitação sexual orientada para a dominância e a utilização da pornografia. De acordo com este modelo, os fatores distais e proximais articulam-se de forma interativa na predição do comportamento sexualmente agressivo (Malamuth et al., 2000).

Complementarmente, outras formulações teóricas (Laws & Marshall, 1990; Marshall & Barbaree, 1990) e dados empíricos (Beauregard, Lussier & Proulx, 2004), apontam como possíveis fatores ligados à excitação sexual face à violação uma dinâmica familiar sexualmente inapropriada, bem como uma infância e adolescência marcadas pela utilização de pornografia, fantasias sexualmente desviantes e um estilo de vida antissocial/impulsivo. No entanto, é possível que estes indicadores sejam mediados por outras variáveis, que incluem: aspetos biológicos (Marshall & Barbaree, 1990) e atitudes facilitadoras da agressão, designadamente, hostilidade para com as mulheres e desejo de dominar (Malamuth, 1986b).

Marshall e Marshall (2000), na sua teoria explicativa sobre os fundamentos da agressão sexual, sugerem que muitos ofensores sexuais vivenciaram infâncias marcadas pelo abuso, negligência ou rejeição, tendo essas experiências originado uma tonalidade de vulnerabilidade. Esta, é caracterizada por baixa autoestima, fracas competências sociais e desejo de afetos, aumentando o risco de serem vítimas de abuso sexual abusados e a tendência para utilizarem o sexo (inicialmente, a masturbação) como forma de se sentirem recompensados. Com o passar do tempo, esta conduta pode condicionar a adoção do sexo, nas suas variadas formas, como uma estratégia de *coping*. Paralelamente, a repetida associação das fantasias com a excitação sexual, pode originar processos de condicionamento, que conduzem a um aumento progressivo da atração pelos conteúdos sexuais dessas fantasias. Alguns destes jovens vulneráveis podem incorporar nas suas fantasias componentes como o

poder, o controlo, a expressão da agressão e a humilhação do seu parceiro imaginário. Como resultado, torna-se expectável que as suas fantasias se tornem progressivamente mais desviantes. Outros jovens, igualmente vulneráveis, podem desenvolver fantasias que envolvam crianças percebidas como sexualmente provocadoras, ou até como disponíveis para atividades sexuais. Ao fantasiarem sobre estes conteúdos enquanto se masturbam, a hipótese de concretização do abuso sexual vai amadurecendo, surgindo como cada vez mais apetecível e aceitável. Tanto o desejo de abusar sexualmente, como a sua aceitação enquanto forma de satisfazer várias necessidades são, durante a masturbação, aumentadas pela imaginação de sucessivos detalhes. As distorções cognitivas, as alterações do estado de humor e o consumo de álcool, exercem um papel importante na ultrapassagem das inibições que possam existir, verificando-se que quando o sujeito tem a oportunidade para cometer agressão sexual, torna-se provável que a concretize. A partir do momento em que comete o primeiro crime, os processos de condicionamento vão enraizar esta disposição e o indivíduo tenderá a tornar-se um ofensor sexual persistente.

O Modelo Desinibitório da Agressão Sexual (Lussier, Beauregard, Proulx & Nicole, 2005; Lussier, Leclerc, Cale & Proulx, 2007) centra-se em três dimensões que, juntas, explicam a passagem ao ato: externalização (e.g., fatores situacionais), internalização (e.g., distorções cognitivas), e sexualização. O constructo da externalização envolve quatro tipos de manifestações comportamentais que tendem a ocorrer em simultâneo: comportamentos conflituosos com as figuras de autoridade; comportamentos irresponsáveis, como o consumo de substâncias; comportamentos dissimulados ou desonestos para com os outros; e comportamentos agressivos ou violentos face a objetos ou pessoas. Malamuth e Briere (1986) defendem que os homens agressivos são mais propensos a serem influenciados pela pornografia quando estão presentes fatores situacionais desinibidores, como por exemplo o álcool. A internalização refere-se à combinação de emoções negativas (e.g., ansiedade, depressão) e introversão. Por último, a sexualização diz respeito a um amplo conjunto de práticas sexualmente desviantes, que incluem: sexo impessoal, preocupações excessivas com a sexualidade, dependência da pornografia, compulsividade sexual e comportamentos parafilicos.

Finalmente, Chan, Heide e Beauregard (2011) integraram as teorias da aprendizagem social e das atividades rotineiras num modelo teórico que procura explicar o processo criminal associado às agressões sexuais, focando-se nas características do ofensor e nas componentes ambientais. Potenciais agressores sexuais que manifestem atitudes e comportamentos sexualmente desadequados, ficam progressivamente motivados para cometer ofensas sexuais

contra as suas vítimas através de três possíveis linhas de influência. Uma das principais vias de desenvolvimento desse padrão comportamental negativo, ocorre em resultado da exposição regular, desde a infância e durante um longo período de tempo, a comportamentos violentos e a outras atitudes e condutas desajustadas, especialmente se provenientes dos progenitores ou tutores legais. Outro aspeto que pode modelar as suas atitudes e comportamentos, é a interação com amigos ou outros indivíduos significativos que sejam sexualmente violentos, passível de despoletar a replicação de comportamentos sexualmente desviantes. Uma terceira forma, pode verificar-se através da imitação direta de personagens presentes em materiais pornográficos de conteúdo sádico. É importante salientar que, enquanto as consequências desses atos desviantes forem reforçadas, estes ofensores sexuais tendem a continuar a aproveitar as oportunidades para exercerem comportamentos abusivos.

Sustentados nos modelos acima mencionados, compreende-se, portanto, que a exposição à pornografia irá interagir com outros fatores que os indivíduos apresentem, como por exemplo características antissociais da personalidade ou fantasias sexualmente desviantes. Esta conjugação propicia a possibilidade de um indivíduo cometer uma agressão sexual, tanto mais se estiverem presentes os já referidos elementos desinibidores e/ou possuir crenças legitimadoras da violência.

Efeitos nas atitudes e crenças

Tem sido documentado que a pornografia tem a capacidade de alterar os atributos mentais, emocionais e sociais do consumidor, dado que o seu consumo frequente, em especial o de conteúdos violentos, está associado à aceitação de atitudes e crenças que legitimam a violência contra as mulheres, incluindo mitos sobre a violação, sendo isto resultante de um processo de dessensibilização perante esse tipo de violência e para com as suas vítimas (e.g., Malamuth & Briere, 1986). Os mitos da violação constituem um conjunto de crenças formatadas em torno da ideia de que as mulheres são responsáveis pela violação, apreciam e querem ser violadas, sofrendo deste modo consequências diminutas. Para além disso, este tipo de crenças pode afetar negativamente a apresentação de queixas face a crimes de violação, a condenação dos violadores e o apoio prestado às vítimas (Corne, Briere & Esses, 1992).

Uma meta-análise de 46 estudos publicados (Oddone-Paolucci, Genuis & Violato, 2000), com uma amostra total de 12,323 indivíduos, sobre os efeitos da pornografia nas atitudes e na violência sexual, constatou que a exposição a material pornográfico aumentava em 22% o risco dos indivíduos cometerem agressões sexuais, em 20% de se confrontarem com dificuldades nas suas relações íntimas, e em 31% de aceitarem os mitos sobre a violação.

Em geral, os estudos experimentais têm demonstrado um efeito muito mais forte da exposição à pornografia no que concerne à aceitação de mitos da violação do que os estudos não-experimentais (Allen, Emmers, Gebhardt & Giery, 1995). Apesar disso, uma meta-análise recente de trabalhos não-experimentais, também encontrou uma associação positiva significativa entre o consumo de pornografia e as atitudes que suportam a violência contra as mulheres (Hald, Malamuth, & Yuen, 2010).

Malamuth (1986a) sugere que existem vários processos através dos quais a violência sexual no material pornográfico pode contribuir para o surgimento de atitudes que favoreçam a aceitação da violência sexual, nomeadamente: rotulando a violência sexual como sendo um ato mais sexual do que violento; favorecendo o desenvolvimento de percepções de que a agressão sexual é algo normativo e culturalmente aceitável; alterando as atribuições de responsabilidade, ou seja, culpabilizando preponderantemente as vítimas; elevando o valor positivo da agressão sexual, ao associá-la ao prazer sexual e ao sentido de conquista; e, finalmente, reduzindo as reações emocionais negativas face aos atos sexualmente agressivos.

Um dos aspectos da pornografia que parece evidenciar uma forte influência nas atitudes e crenças, tanto nos homens como nas mulheres que a consumam, é a resposta da personagem feminina na representação sexual agressiva. Na pornografia violenta, as mulheres são tipicamente caracterizadas como alvos/vítimas e os homens como os perpetradores, sendo que as primeiras tendem a encenar demonstrações de prazer ou a comportarem-se de forma neutra perante as práticas sexuais violentas (Bridges, Wosnitzer, Scharrer, Sun & Liberman, 2010).

Malamuth, Heim e Feshbach (1980) demonstraram que, tanto a excitação sexual dos homens como das mulheres, face a esse tipo de conteúdos pornográficos, aumenta quando a personagem feminina responde de forma positiva, em comparação com o que ocorre quando as suas reacções são negativas. Numa outra investigação (Malamuth & Check, 1985), realizada com estudantes que tinham sido expostos a representações pornográficas de violações em que as mulheres eram retratadas como estando sexualmente excitadas com a violência sexual, verificou-se que os sujeitos avaliados consideravam as cenas pouco traumáticas, acreditando que as personagens femininas tinham gostado e que, na verdade, as mulheres em geral apreciavam ser forçadas a terem atos sexuais.

De igual forma, num estudo com uma amostra feminina (Norris, Davis, George, Martell, & Heiman, 2004), foi reportada maior excitação sexual, durante a leitura de uma representação erotizada de uma violação em que a vítima reagiu com prazer, ao invés de repulsa. Essas mulheres que sentiram maior excitabilidade sexual, por sua vez, perceberam a personagem violada como típica e admitiram ser provável terem uma reação idêntica, numa situação

semelhante aquela que ouviram. Estes resultados parecem indiciar que as mulheres que se excitam sexualmente quando expostas a pornografia violenta, posteriormente normalizam a situação observada e são capazes de se imaginarem elas próprias como sendo mais propensas a ter atitudes e comportamentos que deem acolhimento aos mitos da violação.

Corne e colaboradores (1992) sugerem dois fatores que podem estar subjacentes à relação entre a exposição à pornografia durante a infância, por parte das mulheres, e a sua subsequente aceitação da violação. Primeiramente, o estímulo pornográfico pode modelar a agressão sexual ou a dominância nas relações entre os homens e as mulheres, designadamente, ensinando às raparigas que a submissão constitui o papel sexual apropriado e correto da mulher. Em segundo lugar, a pornografia pode sustentar fantasias sobre a violação, ao encorajar a erotização da violência através do romance. Neste sentido, a representação das mulheres como desejando, secretamente, serem violadas e, eventualmente, sentirem prazer sexual com esta prática (Malamuth, 1984) pode criar confusão entre a gratificação e a submissão à agressão sexual para algumas mulheres – especialmente se essas representações, numa etapa inicial, gerarem excitação sexual.

Efeitos na agressão sexual

As atitudes que legitimam a violência conduzem a uma maior probabilidade de perpetração da mesma (Layden, 2010). Uma meta-análise (Allen, D'Alessio & Rezgel, 1995) examinou 30 estudos diferentes, com um total de 2,040 participantes, tendo concluído que a exposição à pornografia aumentava os comportamentos agressivos. Apesar de existirem vários fatores que influenciam este efeito (por exemplo, o conteúdo da pornografia visualizada), os investigadores concluíram que existe uma ligação entre a exposição à pornografia e a consequente agressão comportamental. Num outro estudo (Crossman, 1995), sobre a relação entre os diferentes graus de agressão sexual e as características individuais, verificou-se que a utilização de pornografia foi o correlato mais forte da agressão sexual. Os resultados deste trabalho, sugeriram que quanto mais frequente for a utilização da pornografia e quanto mais violento for o seu conteúdo, maior é a probabilidade de envolvimento em sexo coercivo. Numa outra meta-análise, Malamuth e colaboradores (2000) analisaram uma amostra representativa da população universitária masculina (n=2972), concluindo que o consumo frequente de pornografia estava associado a comportamentos sexualmente agressivos, especialmente entre aqueles que recorriam a materiais violentos, assim como entre os que manifestavam um risco mais elevado na predisposição para cometer agressão sexual,

apresentando níveis de agressividade quatro vezes superiores aos daqueles que não consumiam pornografia frequentemente.

Segundo Carter, Prentky, Knight, Vanderveer e Boucher (1987), as investigações com ofensores sexuais têm demonstrado que, numa proporção substancial destes indivíduos, a pornografia pode ser implicada em todos os estágios da agressão sexual: na predisposição para as práticas abusivas, na iniciação e perpetração deste tipo de crimes, na redução de inibições internas e externas, na legitimação e normalização destes comportamentos, e no desenvolvimento e reforço de sistemas de falsas crenças sobre as vítimas de abuso.

Ao avaliarem a relação entre o consumo de pornografia, o comportamento agressivo e o risco de reincidência, em 341 abusadores sexuais adultos, Kingston, Fedoroff, Firestone, Curry e Bradford (2008) constataram que a utilização de materiais pornográficos era um preditor de violência quando marcava presença em conjunto com outros fatores de risco de cometimento de agressões sexuais (e.g., masculinidade hostil e sexo impessoal). Concretamente, observaram que entre os abusadores sexuais infantis que pontuaram de forma elevada nos fatores de risco, o consumo frequente de pornografia aumentava a probabilidade de serem sexualmente agressivos, bem como de reincidência. Para além disso, os resultados também indicaram que os indivíduos que consumiam pornografia desviante (i.e., com teor parafilico), apresentavam maior risco de reincidirem, quando comparados com os que não visualizavam este tipo de pornografia, tendo esta diferença sido consistente em todos os níveis de risco.

Saliente-se que esta relação entre a pornografia e a violência sexual foi também encontrada nos jovens agressores sexuais, verificando-se que aqueles que consumiam conteúdos pornográficos tinham maior probabilidade de cometerem agressões sexuais, face aos que não recorriam a pornografia (Alexy, Burgess & Prentky, 2009).

Apesar do consumo de pornografia estar mais conotado com o sexo masculino (Kernsmith & Kernsmith, 2009; Perrin et al., 2008; Romito & Beltramini, 2011), tem vindo a verificar-se um aumento da visualização por parte das mulheres, nas quais também tem sido encontrada uma relação entre o consumo de pornografia e a coerção sexual, não sendo, contudo, propensas ao cometimento de violência física (Kernsmith & Kernsmith, 2009).

Efeitos nas fantasias sexuais

Fantasias sexuais são pensamentos, sensações ou imagens, de cariz sexual (Kaufman, 1993; Williams et al., 2009), que podem surgir deliberadamente a partir de um estímulo interno ou externo, ou de forma involuntária (Williams et al., 2009).

O conteúdo das fantasias sexuais é grandemente influenciado por aquilo que cada pessoa observa, lê, ouve e vivencia de um modo direto, variando em função das suas referências, das experiências passadas, dos estilos cognitivos, da personalidade e da criatividade. É comum a presença de fantasias sexuais em ambos os sexos (Greendlinger & Byrne, 1987), verificando-se, no entanto, uma maior frequência nos homens (Leitenberg & Henning, 1995). Estes, tendem a manifestar mais fantasias de dominância e com múltiplos parceiros, enquanto que nas mulheres as fantasias de submissão e envolvendo apenas um parceiro, são as que revelam um maior protagonismo (Zurbriggen & Yost, 2004).

Uma forma comum de criar e ampliar fantasias sexuais é a exposição à pornografia (Williams et al., 2009). Presumivelmente, os efeitos são mais fortes quando o consumo é auto-iniciado (e.g., compra de revistas e vídeos, procura ativa na internet), ao invés de involuntário (e.g., através de *spam*, videoclipes que aparecem de forma automática).

A investigação sobre fantasias sexualmente desviantes (i.e., fantasias que envolvem atos sexuais que não são socialmente aceitáveis, por serem ilegais, não consensuais ou prejudiciais; Gee, Devilly, & Ward, 2004) em amostras de agressores, tem documentado uma elevada prevalência deste tipo de fantasias: 82% (Langevin, Lang & Curnoe, 1998), 86% (Prentky et al., 1989) e 92% (Gee et al., 2004). Compreensivelmente, essas taxas são mais altas entre agressores sexuais do que nos que não cometeram crimes sexuais (Curnoe & Langevin, 2002), sendo particularmente elevadas entre homicidas sexuais e agressores sexuais em série, por oposição aos que não matam as vítimas e aos que cometeram um único crime (Prentky et al., 1989). O conteúdo das fantasias dos ofensores sexuais tende a ser sobreponível aos seus crimes (Gee et al., 2004; Looman & Marshall, 2005), realçando-se que, em múltiplas ocasiões, os agressores alegam que as fantasias precipitaram os seus comportamentos de violência sexual (MacCulloch, Snowden, Wood & Mills, 1983). Este facto tem conduzido a um crescente interesse investigacional sobre o papel das fantasias sexuais no cometimento de agressões sexuais (Curnoe & Langevin, 2002; Gee et al., 2004; Langevin et al., 1998; Looman & Marshall, 2005; Williams et al., 2009).

Williams e colaboradores (2009) colocaram a seguinte hipótese: se a pornografia pode amplificar as fantasias (e, portanto, a excitação sexual), poderá igualmente incentivar os espetadores a reproduzir o comportamento fantasiado? No seu estudo, 95% dos entrevistados da população geral admitiram ter, pelo menos, uma fantasia sexualmente desviante (as mais comuns eram voyeurismo, frotteurismo e sadismo; as menos comuns, travestismo e pedofilia) e 74% reportaram envolvimento em, pelo menos, um comportamento sexualmente desviante. O consumo de pornografia encontrava-se associado a relatos mais frequentes de

comportamentos sexualmente desviantes, sendo esta associação parcialmente moderada pela relação entre a pornografia e as fantasias sexuais. Deste modo, a pornografia parece potencializar a tradução da fantasia sexual num comportamento equivalente.

O estudo de Williams e colaboradores (2009) investigou também a possibilidade de os traços da personalidade moderarem a relação entre a pornografia e os comportamentos sexuais desviantes. A associação entre os comportamentos e as fantasias foi apenas significativa nos sujeitos que apresentavam traços marcados de psicopatia. Paralelamente, a associação entre a utilização da pornografia e o comportamento sexualmente desviante, também só foi significativa entre os participantes com altos níveis de psicopatia. Em geral, as variáveis das diferenças individuais teoricamente relevantes (e.g., o neuroticismo, a psicopatia, entre outros) moderaram a relação entre as fantasias sexualmente desviantes e os comportamentos, e entre a utilização de pornografia e as práticas desviantes.

Efeitos na violência nas relações íntimas

A violência doméstica constitui outra forma de violência, maioritariamente exercida contra as mulheres e, tal como as outras, parece ser intensificada pela utilização de pornografia. A literatura indica que nos casos de violência doméstica em que os parceiros íntimos consomem pornografia, há uma maior probabilidade de ocorrer especificamente violência sexual, para além da física e psicológica, assim como mais comportamentos controladores (Cramer et al., 1998; Shope, 2004; Simmons, Lehmann & Collier-Tenison, 2008).

No estudo de Shope (2004), das mulheres que foram vítimas de violência no contexto das suas relações íntimas, 73% afirmou que o seu parceiro tinha utilizado pornografia, sendo que 40% especificou o recurso a pornografia violenta por parte dos parceiros. Entre as mulheres cujos parceiros acediam a conteúdos pornográficos, 53% reportou que lhes tinha sido pedido, ou tinham sido forçadas, a representar cenas semelhantes às observadas pelos companheiros. De igual forma, num inquérito a mulheres que se separaram dos seus parceiros íntimos abusivos, verificou-se que a 75% havia sido mostrada pornografia e solicitado ou forçado a replicarem práticas sexuais idênticas às das imagens visualizadas; a 64% tinha sido descrita pornografia, acompanhada do pedido ou de coação para reproduzirem os mesmos atos; a 31% tinha sido requerido para pousarem para fotografias pornográficas; e 81% tinham sido violadas (Cramer et al., 1998). Refira-se ainda que este estudo encontrou uma forte associação entre a utilização de pornografia violenta pelos homens e o abuso físico das mulheres.

Simmons e colaboradores (2008) entrevistaram uma amostra de mulheres vítimas de violência doméstica, tendo apurado que os agressores que consumiam pornografia eram mais propensos a recorrer a violência sexual, a violação conjugal e a *stalking* (i.e., assédio persistente), quando comparados com outros agressores. Paralelamente, as mulheres e as crianças que foram vítimas de abuso sexual, relataram que, regularmente, os perpetradores utilizavam materiais pornográficos violentos para legitimarem os seus comportamentos sexuais agressivos e humilhantes e para lhes “ensinar” o que tinham de fazer (Simmons et al., 2008).

Numa perspetiva sintetizadora, e tendo por base entrevistas com consumidores de pornografia e ofensores sexuais, assim como os achados de outros trabalhos, Dines e Jensen (2004), concluíram que a pornografia pode constituir um fator importante na formação de uma visão de dominância masculina sobre a sexualidade; ser utilizada para iniciar as vítimas e eliminar a sua resistência face a atividades sexuais indesejadas; contribuir para dificultar a distinção entre a fantasia sexual e a realidade; e fornecer um “manual de treino” aos abusadores.

No que concerne à exposição a pornografia não-violenta, foi demonstrado estar associada a uma maior tolerância no acesso a parceiros íntimos não-exclusivos, a uma maior propensão para manifestar crenças em torno da ideia de que a promiscuidade entre os homens e as mulheres é natural, tendo-se ainda verificado que promove a aceitação da dominância dos homens e da submissão das mulheres (Zillmann & Bryant, 1988).

Considerações finais

A pornografia remete para a representação de conteúdos e práticas sexuais explícitas, sendo a sua utilização prioritariamente destinada à obtenção de excitação sexual, frequentemente no âmbito da atividade masturbatória. Apresentando-se sobretudo sob a forma de imagens, constitui um meio importante na aprendizagem e modelagem de atitudes, crenças e comportamentos, particularmente entre os jovens que se encontram a construir as suas trajetórias de socialização sexual.

Os efeitos da pornografia são influenciados não só pelo tipo de materiais consumidos, como também pela frequência da exposição e pelas características específicas dos sujeitos que a ela recorrem. Apesar de surgirem descritas algumas consequências positivas associadas à utilização da pornografia, a literatura foca-se sobretudo nos seus efeitos negativos.

A investigação tem demonstrado a existência de uma relação entre a visualização de conteúdos sexualmente violentos e a adoção de comportamentos sexuais agressivos. Contudo, o consumo de pornografia, por si só, é insuficiente para determinar uma sequência causa-

efeito relativamente à concretização de violência sexual. Provavelmente, a agressividade sexual só será influenciada pela utilização de pornografia violenta, se se verificar uma predisposição do sujeito para a violência em geral, e para a de foro sexual em particular. Por outras palavras, os traços de personalidade parecem desempenhar um papel muito relevante, quer como preditores, quer como mediadores, em concomitância com outros fatores da esfera sociofamiliar, emocional, cognitiva, e do próprio percurso de desenvolvimento psicossocial.

Referências

- Agarwal, R., & Karahanna, E. (2000). Time flies when you're having fun: Cognitive absorption and beliefs about information technology usage. *MIS Quarterly*, 24, 665-694. doi:10.2307/3250951
- Alexy, E. M., Burgess, A. W., & Prentky, R. A. (2009). Pornography use as a risk marker for an aggressive pattern of behavior among sexually reactive children and adolescents. *Journal of the American Psychiatric Nurses Association*, 14(6), 442-453. doi: 10.1177/1078390308327137
- Allen, M., D'Alessio, D. and Brezgel, K. (1995), A meta-analysis summarizing the effects of pornography ii aggression after exposure. *Human Communication Research*, 22(2), 258-283. doi:10.1111/j.1468-2958.1995.tb00368.x
- Allen, M., Emmers, T., Gebhardt, L. and Giery, M. A. (1995), Exposure to pornography and acceptance of rape myths. *Journal of Communication*, 45(1). 5-26. doi:10.1111/j.1460-2466.1995.tb00711.x
- Bancroft, J. (2009). *Human sexuality and its problems*. Edimburgh: Elsevier
- Bandura, A. (2009). Social cognitive theory of mass communication. In J. Bryant & M. B. Oliver (Eds.), *Media effects: Advances in theory and research* (2nd ed., pp. 94-124). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Barron, M., & Kimmel, M. (2000). Sexual violence in three pornographic media: Towards a sociological explanation. *Journal of Sex Research*, 37(2), 161-168. doi:10.1080/00224490009552033
- Beauregard, E., Lussier, P., & Proulx, J. (2004). An exploration of developmental factors related to deviant sexual preferences among adult rapists. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 16(2), 151-161. doi:10.1177/107906320401600205
- Beyens, I., Vandenbosch, L., & Eggermont, S. (2015). Early adolescent boys' exposure to internet pornography: Relationships to pubertal timing, sensation seeking, and academic

- performance. *Journal of Early Adolescence*, 35(8), 1045-1068. doi:10.1177/0272431614548069
- Binik, Y. M. (2001). Sexuality and the internet: Lots of hyp(otheses) – only a little data. *The Journal of Sex Research*, 38(4), 281-282. doi:10.1080/00224490109552098
- Braun-Courville, D. K., & Rojas, M. (2009). Exposure to sexually explicit web sites and adolescent sexual attitudes and behaviors. *Journal of Adolescent Health*, 45(2), 156-162. doi:10.1016/j.jadohealth.2008.12.004
- Bridges, A.J., & Morokoff, P.J. (2011). Sexual media use and relationship satisfaction in heterosexual couples. *Personal Relationships*, 18, 562-585. doi:10.1111/j.1475-6811.2010.01328.x
- Bridges, A. J., Wosnitzer, R., Scharrer, E., Sun, C., & Liberman, R. (2010). Aggression and sexual behavior in best-selling pornography videos: A content analysis update. *Violence Against Women*, 16(10), 1065-1085. doi:10.1177/1077801210382866
- Brown, J. D., & L'Engle, K. L. (2009). X-Rated: Sexual attitudes and behaviors associated with U.S. Early adolescents' exposure to sexually explicit media. *Communication Research*, 36(1), 129-151. doi:10.1177/0093650208326465
- Carroll, J. S., Padilla-Walker, L. M., Nelson, L. J., Olson, C. D., McNamara Barry, C., & Madsen, S. D. (2008). Generation XXX: Pornography acceptance and use among emerging adults. *Journal of Adolescent Research*, 23(1), 6-30. doi:10.1177/0743558407306348
- Carter, D. L., Prentky, R. A., Knight, R. A., Vanderveer, P. L., & Boucher, R. J., (1987). Use of pornography in the criminal and developmental histories of sexual offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 2(2), 196-211. doi:10.1177/088626087002002005
- Chan, H. C., Heide, K. M., & Beauregard, E. (2011). What propels sexual murderers: A proposed integrated theory of social learning and routine activities theories. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 55(2), 228-250. doi:10.1177/0306624X10361317
- Cooper, A. (1998). Sexuality and the internet: Surfing into the new millennium. *CyberPsychology & Behavior*, 1(2), 187-193. doi:10.1089/cpb.1998.1.187
- Cooper, A. (2004). Online sexual activity in the new millennium. *Contemporary Sexuality*, 38(3), 1-7.
- Cooper, A., Galbreath, N., & Becker, M. A. (2004). Sex on the internet: Furthering our understanding of men with online sexual problems. *Psychology of Addictive Behaviors*, 18(3), 223-230. doi:10.1037/0893-164X.18.3.223

- Cooper, A., Morahan-Martin, J., Mathy, R. M. & Maheu, M. (2002). Toward an increased understanding of user demographics in online sexual activities. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 28(2), 105-129. doi:10.1080/00926230252851861
- Corne, S., Briere, J., & Esses, L. M. (1992). Women's attitudes and fantasies about rape as a function of early exposure to pornography. *Journal of Interpersonal Violence*, 7(4), 454-461. doi:10.1177/088626092007004002
- Cramer, E., McFarlane, J., Parker, B., Soeken, K., Silva, C., & Reel S. (1998). Violent pornography and the abuse of women: Theory to practice. *Violence and Victims*, 13(4), 319-332.
- Crossman, L. (1995). Date rape and sexual aggression by college males: Incidence and the involvement of impulsivity, anger, hostility, psychopathology, peer influence, and pornography use (tese de doutoramento não publicada). Texas A&M University, College Station, TX, EUA.
- Curnoe, S., & Langevin, R. (2002). Personality and deviant sexual fantasies: An examination of the MMPIs of sex offenders. *Journal of Clinical Psychology*, 58(7), 803-815. doi:10.1002/jclp.2006
- Daneback, K., Traeen, B., & Mansson S. A. (2009). Use of pornography in a random sample of Norwegian heterosexual couples. *Archives of Sexual Behavior*, 38(5), 746-753. doi:10.1007/s10508-008-9314-4
- Diamond, M. (2009). Pornography, public acceptance and sex related crime: A review. *International Journal of Law and Psychiatry*, 32(5), 304-314. doi:10.1016/j.ijlp.2009.06.004
- Dines, G., & Jensen, R., (2004). Pornography and media: Toward a more critical analysis. In M. S. Kimmel and R. F. Plante (Eds.), *Sexualities: Identity, behavior, and society*. New York: Oxford University Press.
- Ferreira, D. N. (2011). Pornografia: Contornos sócio-históricos do vocábulo em língua portuguesa. (In)visível. Edição zero Setembro/2011 (pp. 47-57). Retirado de <https://www.scribd.com/document/281866927/Daniel-Ferreira-Pornografia-contornos-Socio-Historicos-Do-Vocabulos-Em-Lingua-Portuguesa>
- Fisher, W. A., & Barak, A. (2001). Internet pornography: A social psychological perspective on internet sexuality. *Journal of Sex Research*, 38(4), 312-323. doi:10.1080/00224490109552102
- Gagnon, J. H., & Simon, W. (1973). *Sexual conduct: The Social Sources of Human Sexuality*. Chicago: Aldine Transaction.

- Gaspar, M. J., & Carvalheira, A. (2012). O consumo de pornografia na internet numa amostra de mulheres portuguesas. *Pshychology, Community & Health, 1*(2), 163-171. Retirado de <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/1777>
- Gee, D. G., Devilly, G. J., & Ward, T. (2004). The content of sexual fantasies for sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment, 16*(4), 315-331. doi:10.1177/107906320401600405
- Goodson, P., McCormick, D., & Evans, A. (2000). Sex and the internet: A survey instrument to assess college student's behavior and attitudes. *CyberPsychology & Behavior, 3*(2), 129-149. doi:10.1089/109493100315987
- Gossett, J. L., & Byrne, S. (2002). "Click Here": A content analysis of internet rape sites. *Gender & Society, 16*(5), 689-709. doi: 10.1177/089124302236992
- Greendlinger, V., & Byrne, D. (1987). Coercive sexual fantasies of college men as predictors of self-reported likelihood to rape and overt sexual aggression. *The Journal of Sex Research, 23*(1), 1-11. doi:10.1080/00224498709551337
- Hald, G. M., & Malamuth, N.M. (2008). Self-perceived effects of pornography consumption. *Archives of Sexual Behavior, 37*(4), 614-625. doi:10.1007/s10508-007-9212-1
- Hald, G. M., Malamuth, N. M., & Yuen, C. (2010). Pornography and attitudes supporting violence against women: Revisiting the relationship in nonexperimental studies. *Aggressive Behavior, 36*(1), 14-20. doi:10.1002/ab.20328
- Huesmann, L. R. (2007). The impact of electronic media violence: Scientific theory and research. *Journal of Adolescent Health, 41*(6), 6-13. doi:10.1016/j.jadohealth.2007.09.005
- Kaufman, K. L. (1993) *Sexual Fantasy Questionnaire*. Columbus, OH: Children's Hospital.
- Kernsmith, P., & Kernsmith, R. (2009). Female pornography use and sexual coercion perpetration. *Deviant Behavior, 30*(7), 589-610. doi:10.1080/01639620802589798
- Kingston, D. A., Fedoroff, P., Firestone, P., Curry, S., & Bradford, J. M. (2008). Pornography use and sexual aggression: The impact of frequency and type of pornography use on recidivism among sexual offenders. *Aggressive Behavior, 34*(4), 1-11. doi:10.1002/ab.20250
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). World report on violence and health. Geneva: World Health Organization. Retirado de http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/
- Lalumière, M. L., Harris, G. T., Quinsey, V. L., Rice, M. E. (2005). *The Causes of Rape: Understanding Individual Differences in Male Propensity for Sexual Aggression*. Washington, DC: American Psychological Association.

- Langevin, R., Lang, R. A., & Curnoe, S. (1998). The prevalence of sex offenders with deviant fantasies. *Journal of Interpersonal Violence, 13*(3), 315-327. doi:10.1177/088626098013003001
- Laws, D. R., & Marshall, W. L. (1990). A conditioning theory of the etiology and maintenance of deviant sexual preference and behavior. In W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Eds.), *Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender* (pp. 209-229). New York: Plenum.
- Layden, M. A. (2010). Pornography and violence: A new look at the research. In J. R. Stoner Jr. & D. M. Hughes (Ed.), *The Social Costs of Pornography: A Collection of Papers* (pp. 57-68). New Jersey, NY: Witherspoon Institute.
- Leitenberg, H., & Henning, K. (1995). Sexual fantasy. *Psychological Bulletin, 117*(3), 469-496. doi:10.1037/0033-2909.117.3.469
- Löfgren-Mårtenson, L., & Månsson, S.-A. (2010). Lust, love, and life: A qualitative study of Swedish adolescents' perceptions and experiences with pornography. *Journal of Sex Research, 47*(6), 568-579. doi:10.1080/00224490903151374
- Looman, J., & Marshall, W. L. (2005). Sexual arousal in rapists. *Criminal Justice and Behavior, 32*(4), 367-389. doi:10.1177/0093854805276402
- Luder, M. T., Pittet, I., Akre, C., Michaud, P. A., & Suris, J. C. (2011). Associations between online pornography and sexual behavior among adolescents: Myth or reality? *Archives of Sexual Behavior, 40*(5), 1027-1035. doi:10.1007/s10508-010-9714-0
- Lussier, P., Leclerc, B., Cale, J., & Proulx, J. (2007). Developmental pathways of deviance in sexual aggressors. *Criminal Justice and Behavior, 34*(11), 1441-1462. doi:10.1177/0093854807306350
- Lussier, P., Beauregard, E., Proulx, J., & Nicole, A. (2005). Developmental factors related to deviant sexual preferences in child molesters. *Journal of Interpersonal Violence, 20*(9), 999-1017. doi:10.1177/0886260505278024
- MacCulloch, M. J., Snowden, P. R., Wood, P. J., & Mills, H. E. (1983). Sadistic fantasy, sadistic behaviour and offending. *British Journal of Psychiatry, 143*, 20-29. doi:10.1192/bjp.143.1.20
- Maddox, A., Rhoades, G., & Markman, H. (2011). Viewing sexually-explicit materials alone or together: Associations with relationship quality. *Archives of Sexual Behavior, 40*, 441-448. doi:10.1007/s10508-009-9585-4

- Malamuth, N. M. (1984). Aggression against women: Cultural and individual causes. In N. Malamuth & E. Donnerstein (Eds.), *Pornography and sexual aggression* (pp. 19-52). New York: Academic Press.
- Malamuth, N. M. (1986a). "Do sexually violent media indirectly contribute to anti-social behavior?" Paper prepared for the Surgeon General's Workshop on Pornography and Public Health, Arlington, VA. Retirado de <http://profiles.nlm.nih.gov/ps/retrieve/ResourceMetadata/NNBCKW>
- Malamuth, N. M. (1986b). Predictors of naturalistic sexual aggression. *Journal of Personality and Social Psychology*, *50*(5), 953–962. doi:10.1037/0022-3514.50.5.953
- Malamuth, N. M., & Briere, J. (1986). Sexual violence in the media: Indirect effects on aggression against women. *Journal of Social Issues*, *42*(3), 75-92. doi:10.1111/j.1540-4560.1986.tb00243.x
- Malamuth, N. M., & Check, J.V.P. (1985). The effects of aggressive pornography on beliefs in rape myths: Individual differences. *Journal of Research in Personality*, *19*(3), 299-320. doi:10.1016/0092-6566(85)90021-2
- Malamuth, N. M., Addison, T., & Koss, J. (2000). Pornography and sexual aggression: Are there reliable effects and can we understand them? *Annual Review of Sex Research*, *11*(1), 26-94. doi:10.1080/10532528.2000.10559784
- Malamuth, N. M., Heim, M., & Feshbach, S. (1980). Sexual responsiveness of college students to rape depictions: Inhibitory and disinhibitory effects. *Journal of Personality and Social Psychology*, *38*(3), 399-408. doi:10.1037/0022-3514.38.3.399
- Marshall, W. L. (2000). Revisiting the use of pornography by sexual offenders: Implications for theory and practice. *Journal of Sexual Aggression*, *6*(1-2), 67–77. doi:10.1080/13552600008413310
- Marshall, W. L., & Barbaree, H. E. (1990). An integrated theory of the etiology of sexual offending. In W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Eds.), *Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offenders* (pp. 257-275). New York: Plenum.
- Marshall, W. L. & Marshall, L. E. (2000). The Origins of Sexual Offending. *Trauma, Violence, & Abuse*, *1*(3), 250-263. doi:10.1177/1524838000001003003
- McKee, A. (2007) Positive and negative effects of pornography as attributed by consumers. *Australian Journal of Communication*, *34*(1), 87-104. Retirado de <http://eprints.qut.edu.au/14575/>

- Morgan, E.M. (2011). Associations between young adults' use of sexually explicit material and their preferences, behaviors, and satisfaction. *Journal of Sex Research, 48*, 520-530. doi:10.1080/00224499.2010.543960
- Norris, J., Davis, K. C., George, W. H., Martell, J., & Heiman, J. R. (2004). Victim's response and alcohol-related factors as determinants of women's responses to violent. *Psychology of Women Quarterly, 28*(1), 59–69. doi:10.1111/j.1471-6402.2004.00123.x
- Oddone-Paolucci, E., Genuis, M., & Violato, C. (2000). *The Changing Family and Child Development* (pp. 48-59). Aldershot: Ashgate.
- Olmstead, S.B., Negash, S. Pasley, K. & Fincham, F.D. (2013). Emerging adults' expectations for pornography use in the context of future committed romantic relationships: A qualitative study. *Archives of Sexual Behavior, 42*(4), 625-635. doi:10.1007/s10508-012-9986-7
- Owens, E. W., Behun, R. J., Manning, J. C., & Reid, R. C. (2012). The impact of internet pornography on adolescents: A review of the research. *Sexual Addiction & Compulsivity: The Journal of Treatment & Prevention, 19*(1-2), 99-122. doi:10.1080/10720162.2012.660431
- Paul, P. (2010). From pornography to porn: How porn became the norm. In J. R. Stoner Jr. & D. M. Hughes (Ed.), *The Social Costs of Pornography: A Collection of Papers* (pp. 3-20). New Jersey, NY: Witherspoon Institute.
- Paul, B., & Shim, G. W. (2008). Gender, sexual affect, and motivations for internet pornography use. *International Journal of Sexual Health, 20*(3), 187-199. doi:10.1080/19317610802240154
- Peele, S., & Bronsky, A. (2000). Exploring psychological benefits associated with moderate alcohol use: A necessary corrective drinking outcomes. *Drug Alcohol Dependency, 60*(3), 249-250. doi: 10.1016/S0376-8716(00)00112-5 Retirado de <http://lifeprocessprogram.com/lp-blog/library/exploring-psychological-benefits-associated-with-moderate-alcohol-use-a-necessary-corrective-to-assessments-of-drinking-outcomes/>
- Perrin, P. C., Madanat, H.N., Barnes, M.D., Carolan, A., Clark, R. B., Ivins, N., ... Williams, P. N. (2008). Health education's role in framing pornography as public health issue: Local and national strategies with international implications. *Promotion & Education, 15*(1), 11-18. doi:10.1177/1025382307088093
- Pornhub (2015). *Pornhub & Portugal*. Retirado de <http://www.pornhub.com/insights/pornhub-portugal/>

- Prentky, R., Burgess, A. W., Rokous, F., Lee, A., Hartman, C., Ressler, R., & Douglas, J. (1989). The presumptive role of fantasy in serial sexual homicide. *The American Journal of Psychiatry*, *146*(7), 887-891. doi: 10.1176/ajp.146.7.887
- Romito, P., & Beltramini, L. (2011). Watching pornography: Gender differences, violence and victimization. An exploratory study in Italy. *Violence Against Women*, *X*, 1-14. doi:10.1177/1077801211424555
- Ropelato, J. (2014). *Internet pornography statistics*. Retirado de <http://web.archive.org/web/20130121221924/http://internet-filter-review.toptenreviews.com/internet-pornography-statistics.html>
- Sabina, C., Wolak, J., & Finkelhor, D. (2008). The nature and dynamics of internet pornography exposure for youth. *CyberPsychology & Behavior*, *11*(6), 691-693. doi:10.1089/cpb.2007.0179
- Scott, J. (1998). Changing attitudes to sexual morality: A cross-national comparison. *Sociology*, *32*(4), 815-845. doi: 10.1177/0038038598032004010
- Schneider, J. P. (2000a). Effects of cybersex addiction on the family: Results of a survey. *Sexual Addiction & Compulsivity*, *7*(1-2), 31-58. Retirado de http://www.jenniferschneider.com/articles/cybersex_family.html
- Schneider, J. P. (2000b). A qualitative study of cybersex participants: Gender differences, recovery issues, and implications for therapists. *Sexual Addiction & Compulsivity*, *7*(4), 249-278. Retirado de http://www.jenniferschneider.com/articles/qualitative_cybersex.html
- Shope, J. H. (2004). When words are not enough: The search for the effect of pornography on abused women. *Violence Against Women*, *10*(1), 56-72. doi:10.1177/1077801203256003
- Short, M. B., Black, L., Smith, A. H., Wetterneck, C. T., & Wells, D. E. (2012). A review of internet pornography use research: Methodology and content from the past 10 years. *CyberPsychology, Behavior, and Social Networking*, *15*(1), 13-23. doi:10.1089/cyber.2010.0477
- Simmons, C., Lehmann, P., & Collier-Tenison, S. (2008). Linking male use of the sex industry to controlling behaviors in violent relationships. *Violence Against Women*, *14*(4), 406-417. doi:10.1177/1077801208315066
- Simon, W., & Gagnon, J. H. (1986). Sexual scripts: Permanence and change. *Archives of Sexual Behavior*, *15*(2), 97-120. doi:10.1007/BF01542219
- Simon, W., & Gagnon, J. H. (2003). Sexual scripts: Origins, influences and changes. *Qualitative Sociology*, *26*(4), 491-497. doi:10.1023/B:QUAS.0000005053.99846.e5

- Stack, S., Wasserman, I., & Kern, R. (2004). Adult social bonds and use of internet pornography. *Social Sciences Quarterly*, 85, 75-88. doi:10.1111/j.0038-4941.2004.08501006.x
- Stulhofer, A., Busko, V. & Landripet, I. (2010). Pornography, sexual socialization, and satisfaction among young men. *Archives of Sexual Behavior*, 39(1), 168-178. doi:10.1007/s10508-008-9387-0
- Szymanski, D. M., & Stewart-Richardson, D. N. (2014). Psychological, relational, and sexual correlates of pornography use on young adult heterosexual men in romantic relationships. *The Journal of Men's Studies*, 22 (1),64-82. doi:10.3149/jms.2201.64
- Traeen, B., Nilsen, T. S., & Stigum, H. (2006). Use of pornography in traditional media on the internet in Norway. *The Journal of Sex Research*, 43(3), 245-254. doi:10.1080/00224490609552323
- Wallmyr, G., & Welin, C. (2006). Young people, pornography and sexuality: Sources and attitudes. *The Journal of School Nursing*, 22(5), 290-295. doi: 10.1177/10598405060220050801
- Williams, K., Cooper, B., Howell, T., Yuille, J., & Paulhus, D. (2009). Inferring sexually deviant behavior from corresponding fantasies: The role of personality and pornography consumption. *Criminal Justice and Behavior*, 36(2), 198-222. doi:10.1177/0093854808327277
- Wittwer, J., & Senkbeil, M. (2008). Is students' computer use at home related to their mathematical performance at school? *Computers & Education*, 50, 1558-1571. doi:10.1016/j.compedu.2007.03.001
- Wysocki, D. K. (2011). Cybersex, computer sex addiction, and cyberpornography. In C. Bryant (Ed.), *The routledge handbook of deviant behavior* (pp.272-276). London & New York: Routledge.
- Young, K. S. (1999). The evaluation and treatment of Internet addiction. In L. VandeCreek & T. Jackson (Eds.), *Innovations in clinical practice: A source book* (Vol. 17, pp. 19-31). Sarasota, FL: Professional Resource Press.
- Zillmann, D., & Bryant, J. (1988). Effects of prolonged consumption of pornography on family values. *Journal of Family Issues*, 9(4), 518-544. doi:10.1177/019251388009004006
- Zillmann, D., & Bryant, J. (1998). Pornography's impact on sexual satisfaction. *Journal of Applied Social Psychology*, 18, 438-453. doi:10.1111/j.1559-1816.1988.tb00027.x

Zubriggen, E. L., Yost, M. R. (2004). Power, desire, and pleasure in sexual fantasies. *Journal of Sex Research*, 41(3), 288-300. doi:10.1080/00224490409552236

ARTIGO 2

Wilson's Sex Fantasy Questionnaire: Portuguese Validation and Gender Differences

Artigo publicado em: Psicologia, Saúde e Doenças, 18(3), 870-879.

<http://dx.doi.org/10.15309/17psd180319>

Mariana Amaral Saramago^a, Jorge Cardoso^b, Filipa Pimenta^a, Isabel Leal^a

^aWilliam James Center for Research, ISPA- Instituto Universitário, Lisboa, Portugal

^bCentro de investigação interdisciplinar Egas Moniz (CiiEM), Instituto Superior Egas Moniz, Monte de Caparica, Portugal

Abstract

Aim: The main purpose of this study was to validate a Portuguese version of the Wilson's Sex Fantasy Questionnaire. Afterwards, we assess the fantasies' frequency based on gender differences. **Method:** A community sample of 1220 Portuguese men and women completed the questionnaire with 40 items. Factor exploratory and confirmatory analysis, as well as comparative statistics for independent samples, were applied with the IBM SPSS Statistics and AMOS software (both v. 22.0, SPSS Inc., Chicago, Il., USA). **Results:** The final structure with 24 items distributed amongst four factors showed overall good psychometric properties (in terms of factorial validity, reliability and sensitivity) and questionable convergent and discriminant validity. The independent samples t-test showed gender differences regarding sexual fantasies frequency. **Conclusion:** This research provides a validated version of the Portuguese Wilson's Sex Fantasy Questionnaire. It also shows some common and disparate gender differences compared to other research. Further studies are need in order to confirm this structure amongst other samples (e.g., clinical and forensic).

Keywords: gender differences, sexual fantasies, validation, wilson sex fantasy questionnaire

Background

Sexual fantasies can be defined as mental images that are sexually stimulating or erotic for an individual (Leitenberg & Henning, 1995). They can involve past experiences, anticipation for future sexual activities, desires or dreams, and there may not necessarily be an interest in its materialization. Research has shown that the fantasy's content is highly dependent on what a person reads, sees, listens and experiences directly (Malamuth, 1981), and it can also vary based on one's personality (Carlstedt, Bood, & Norlander, 2011). Leitenberg and Henning (1995) in their literature review found four common types of fantasies, across several studies, for both men and women: (a) intimate sexual imagery with known or imaginary lovers; (b) fantasies involving sexual prowess and seduction (including multiple partners); (c) scenes of an exploratory nature (different settings, positions, practices, questionable partners, etc.); and (d) submission/dominance acts that may involve sadomasochistic imagery.

Despite these major types of fantasies being common to both men and women, several studies have found gender differences in frequency and content (e.g., Crépault & Couture, 1980; Ellis & Symons, 1990; Iwawaki & Wilson, 1983; Leitenberg & Henning, 1995; Wilson & Lang, 1981): men usually show more sexual fantasies than women, its contents being characterized as active (i.e., they imagine doing something to their partner), impersonal (i.e., multiple partners), and directed towards domination; meanwhile, women usually present more passive fantasies (i.e., they imagine something being done to done by their partners), favor intimate/romantic contents, and present more submission fantasies.

One of the more common measures used to assess sexual fantasies is the Wilson's Sex Fantasy Questionnaire (SFQ; Wilson, 1988, 2010). It provides a method for assessing sexual fantasies, preferences and experiences in a quantified, standardized form. The SFQ has been used in community (e.g., Iwawaki & Wilson, 1983; Plaud & Bigwood, 1997; Sierra, Ortega, & Zubeidat, 2006), clinical (e.g., Vilar et al., 2016) and forensic samples (e.g., Baumgartner, Scalora, & Huss, 2002; Seifert, Boulas, Huss, & Scalora, 2017). Wilson (1988) used the principal components analysis with varimax rotation to obtain four primary factors: exploratory (e.g., group sex, promiscuity, mate-swapping), intimate (e.g., kissing passionately, oral sex, masturbating a partner), impersonal (e.g., sex with strangers, watching others, fetishism, looking at obscene pictures), and sadomasochistic (e.g., whipping and spanking, being forced to have sex). There is also a total fantasy score, calculated by summing all items, which provides a good measure of overall sex drive/

“libido” (Wilson, 1988, 2010).

The structure of the SFQ has been replicated in other cross-cultural studies. Plaud and Bigwood (1997), using a sample of 116 male North-American students, extracted four factors that accounted for 45% of the total variance. Although their analysis was consistent with the original model structure, the items saturated somewhat differently across the four factors. Iwawaki and Wilson (1983), in a sample of 60 male and 71 female Japanese students aged 18-20, also extracted a four-factor structure, similar but not alike to the original one. The four factors were exploratory, intimate, sophistication (with items from the intimate and impersonal scales) and nymphomania (with items like “sex with someone much older” and “taking someone’s clothes off”). Sierra, Ortega, Martín-Ortiz and Vera-Villarroel (2004), using a sample of 370 female and 90 male Spanish students, extracted four factors that explained 45% of the total variance, but only partially supported the original structure, as two of the factors (impersonal and sadomasochistic) were identified as problematic. Furthermore, Sierra and colleagues (2006) conducted a confirmatory factor analysis of a Spanish version of the SFQ with a sample of 195 males and 315 females aged 13-36, and found that the best fit model was a four factor structure with 24 items. The authors also tested a model with the overall total fantasy score as a second-order factor, as suggested by Wilson (1988, 2010), and found that using this score was not appropriate, claiming that it tended to reduce perceptible differences between individuals.

The main purpose of this study is to validate a Portuguese version of the SFQ by testing the factor structure to the current sample. We also tested the hypothesis that there would be gender differences regarding sexual fantasies in the Portuguese sample.

Method

Participants

The sample consisted of 1220 participants, between the ages of 18 and 64 ($M=26.03$; $Sd=7.54$). Of those, 43.6% were males ($n=532$) and 56.4% were females ($n=687$). The majority (50.5%, $n=596$) were students; 25.3% ($n=299$) were executives or specialists of intellectual and scientific professions (e.g., teachers, health, law and finance professionals); 20.8% ($n=245$) were intermediate level technicians, administrative personnel, security and armed forces professionals; lastly, 3.4% ($n=40$) were either agricultural or construction

workers, or were unemployed. Out of all of these, 37% ($n=448$) were in a relationship at the time of the assessment.

The SFQ was previously translated into Portuguese and later retroverted into English by a bilingual third researcher. Pre-tests were applied to 10 people beforehand to check for inconsistencies. The SFQ was then administered online on a community Portuguese sample, with the link being shared through social media (e.g., *Facebook*, blogs) and university contacts. Informed consent was given. The subjects' participation was voluntary and anonymous and they did not receive any compensation for their participation.

Measure

The Wilson's Sex Fantasy Questionnaire (SFQ) consists of 40 items, 10 for each of the four subscales (Exploratory, Intimate, Impersonal and Sodomasochistic). For each fantasy, participants give their responses on a five-point Likert-type scale ranging from 0 to 5 for frequency (that is 'never', 'seldom', 'occasionally', 'sometimes', 'often', and 'regularly'). A global fantasy score is calculated through the sum of all the items.

Statistical and psychometric analysis

A confirmatory factor analysis with the AMOS software (v. 22.0, SPSS Inc., Chicago, IL, USA) was used to examine the fit of the original model. Because this model showed a poor fit to the current sample, we opted to perform an exploratory factor analysis to explore factor structure of the SFQ. This analysis was made using the IBM SPSS Statistics software (v. 22.0, SPSS Inc., Chicago, IL, USA), by means of the principal components method and a varimax rotation. It was made in 50% of the sample, randomly selected. Afterwards, we performed another confirmatory factor analysis to test the adjustment of the model that resulted from the exploratory factor analysis, on the remaining 50% of the sample.

To assess both models we used several global fit indexes, including the ratio of chi-square to degrees of freedom (χ^2/df), the Comparative Fit Index (CFI), the Goodness of Fit Index (GFI), the Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA, and its p-value for $H_0: rmsea \leq .05$, as well as the 90% confidence interval), and the (M)Expected Cross-Validation Index (MECVI). Model fit was considered acceptable for χ^2/df ratio values between 3 and 4,

CFI and GFI values around .90, PCFI and PGFI values above .60, and RMSEA values below .10 (Marôco, 2014).

To analyse the local model fit we considered the standardized regression weights (λ) and the item's individual reliability. Items with regression weights below 0.5 indicate possible problems with the local model fit (Marôco, 2014). Model fit was accomplished based on the Modification Indexes ($IM > 11$; $p < 0.001$), calculated through Lagrange Multipliers (LM; Marôco, 2014).

Sensitivity was explored through the Mahalanobis squared distance (D^2) for outliers and the variables' normality was assessed through the skewness (Sk) and the kurtosis (Ku) uni- and multivariate coefficients. Sk and Ku values are expected to be below 3 and 7 respectively (Marôco, 2014). Reliability was analyzed using Cronbachs' α for each dimension and for the overall total fantasy score. Values above .70 indicate good reliability (Marôco, 2014).

Convergent validity was estimated through average variance extracted (AVE) and composite reliability (CR). Adequate values should be equal or higher than .50 and .70, respectively. Discriminant validity was explored by comparing the squared correlation of interfactors with the AVE of each individual factor. In order to have discriminant validity, the association between factors should be smaller than the individual AVE (Marôco, 2014).

Finally, to explore if there were significant differences between men and women, regarding the sex fantasy factors and the total fantasy score, we conducted an independent samples t-test. Normality assumptions were met for all variables and equal variances were assumed for all, except for the total fantasy score. For this analysis we used the better fit model on the whole sample.

Results

Confirmatory factor analysis on the original model

The original model presented a poor adjustment to the data in the sample ($\chi^2/df = 9.64$; $CFI = .63$; $GFI = .75$; $RMSEA = .08$, $p = .000$, 90% confidence interval [CI] .082-.086; $MECVI = 5.95$). There were six items (13, 20, 21, 23, 26 and 28) with sensitivity problems (i.e., $Sk > 3$; $Ku > 7$). There were also 12 items (3, 9, 13, 14, 19, 20, 23, 26, 28, 30, 35 and 37) with standardized regression weights (λ) ≤ 0.4 . After first removing all six items with

sensitivity issues and later the rest of the six items with $\lambda \leq 0.4$ (item 30 was not removed since its λ was now = 0.5), the model still presented a poor adjustment ($\chi^2/df=10.07$; $CFI=.75$; $GFI=.81$; $RMSEA=.09$, $p=.000$, 90% CI .084-.089; $MECVI=2.95$). There were also several correlations between residuals and latent variables, which indicated that the items were not saturating on the original factors.

Exploratory factor analysis

An exploratory factor analysis was performed on 50% of the randomly selected data from the total sample. Factors extracted were those with an eigenvalue greater than 1, identified by the scree plot, and theory-supported. The best fit solution was a five-factor structure, excluding 10 items (1, 8, 13, 19, 23, 26, 28, 29, 30 and 35) from the original questionnaire. These items were excluded because they presented poor association with the factor to which they were predictably associated in this analysis. Of note, the majority (5) of these items were formally from the impersonal subscale of the SFQ.

The sampling adequacy was confirmed by the Kaiser-Meyer-Olkin test ($KMO = .865$) and the total variance explained by this five-factor structure was 44.5%. Table 1 presents the range of loadings of all fantasies that compose each one of the five factors, as well as the factors' reliability.

Table 1

Range of the fantasies' loadings for each factor in the 30-item exploratory model

Factors	Number of items	Range of fantasies' loadings	Variance explained by factor (%)	Factors' Reliability
Factor 1	7	.53-.75	11.57	.83
Factor 2	8	.59-.70	10.77	.84
Factor 3	8	.50-.73	10.31	.80
Factor 4	4	.47-.60	5.97	.68

Factor 5	3	.52-.69	5.88	.57
Total variance explained (%)	30		44.50	

Despite the acceptable factor loadings of Factor 5, we opted to remove it from further analysis as it presented poor reliability and two of the items (20 and 21) showed sensitivity problems (i.e., $Sk > 3$; $Ku > 7$).

Confirmatory factor analysis on the new model

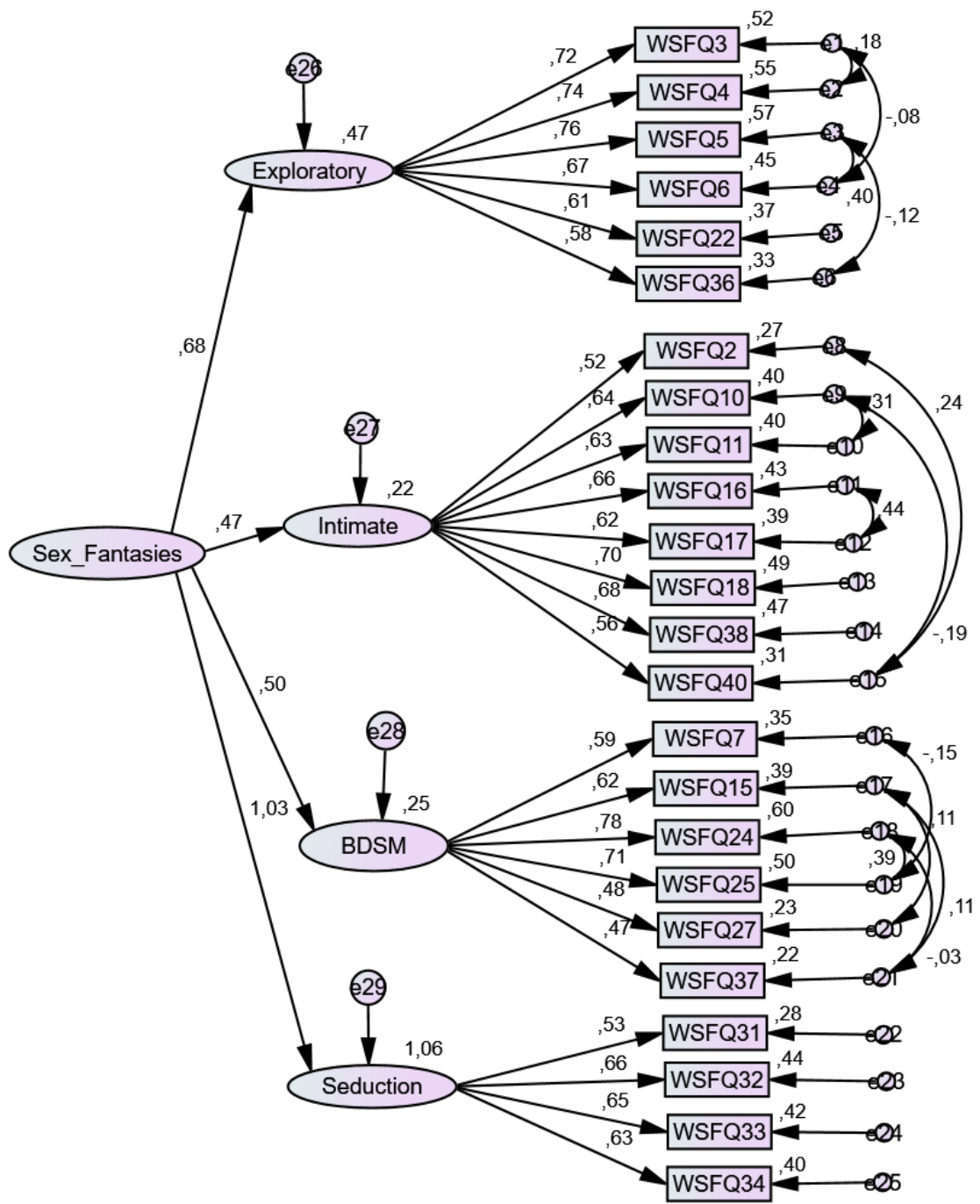
The new model with 27 items presented a slightly better adjustment than the original, but was still a poor fit ($\chi^2/df=5.19$; $CFI=.78$; $GFI=.82$; $RMSEA=.08$, $p =.000$, 90% CI .078-.086; $MECVI=2.85$).

To better adjust the new model, three items (9, 12 and 39) were subsequently removed as they had standardized regression weights (λ) < 0.5 and did not fit, theoretically, with the factors to which they loaded in the exploratory factor analysis. Two of those items were also formally removed from the impersonal subscale of the SFQ.

After covariances between errors were drawn, the model fit was good ($\chi^2/df=3.53$; $CFI=.90$; $GFI=.90$; $RMSEA=.06$, $p=.000$, 90% CI 0.59-.069; $MECVI=1.55$). We then decided to add a second-order factor for the overall total fantasy score. The new model showed a slightly worse adjustment, but it was still acceptable ($\chi^2/df=3.85$; $CFI=.88$; $GFI=.89$; $RMSEA=.07$, $p=.000$, 90% CI .063-.072; $MECVI=1.67$). Figure 1 presents the final model, including the standardized regression weights and individual reliability of the 24 items.

The 24-item, four-factor model that resulted from the exploratory and confirmatory factor analysis had items that loaded in different factors than the original questionnaire. The first factor was still overall comprised of exploratory fantasies, but had two items each from the previous intimate and impersonal subscales, that fit with the theme of experimenting with different partners. The second one was still the intimate scale. The third factor also mainly consisted of items from the original sadomasochistic factor, but had one item from the previous impersonal scale that was suitable to the BDSM (Bondage/Discipline, Dominance/submission, and Sadism/Masochism) theme. We opted to name this factor as BDSM, as this name provided a broader fit for the overall range of fantasies obtained. The

fourth factor mainly encompassed fantasies about being seduced or seducing someone and as such was named seduction. This last factor includes one item from the original impersonal and three others from the original exploratory scales.



X²(235)=905,514; p=,000; x²df=3,853
 CFI=,883; GFI=,886; MECVI=1,671
 RMSEA=,068; P(rmsea)<=0.05)=,000; C.I.90%],063,.,072[

Figure 1. Wilson’s SFQ Portuguese version 24-item model, adjusted to a sample of 624 participants, with covariance between the factors “Sex Fantasies” and “Seduction” fixed in 1.

Sensitivity and reliability. To address sensitivity, we explored the mean, median, mode and standard deviation, as well as the skewness and kurtosis values for the 24 items, as shown in Table 2.

All factors presented good internal consistency ($\alpha_{\text{exploratory}}=.84$; $\alpha_{\text{intimate}}=.85$; $\alpha_{\text{BDSM}}=.78$; $\alpha_{\text{seduction}}=.71$), as well as the total fantasy score ($\alpha=.87$).

Table 2

Mean (M), median (Mdn), mode (Mo), standard deviation (Sd), skewness (Sk) and kurtosis (Ku) for the 24 items (N = 1220)

<i>Items</i>	<i>M</i>	<i>Mdn</i>	<i>Mo</i>	<i>Sd</i>	<i>Sk</i>	<i>Ku</i>
2. Having intercourse with a loved partner.	4.30	5.00	5	1.24	-2.11	3.75
3. Intercourse with someone you know but have not had sex with.	2.26	2.00	0	1.81	0.14	-1.46
4. Intercourse with an anonymous stranger.	1.34	1.00	0	1.65	1.02	-0.35
5. Sex with two other people.	1.49	1.00	0	1.73	0.80	-0.82
6. Participating in an orgy.	0.79	0.00	0	1.40	1.83	2.17
7. Being forced to do something.	0.61	0.00	0	1.20	2.18	3.97
10. Receiving oral sex.	3.47	4.00	4	1.61	-0.98	-0.26
11. Giving oral sex.	3.22	4.00	4	1.76	-0.74	-0.85
15. Being whipped or spanked.	1.04	0.00	0	1.55	1.30	0.31
16. Taking someone's clothes off.	3.56	4.00	4	1.58	-1.06	-0.05
17. Having your clothes taken off.	3.35	4.00	5	1.77	-0.82	-0.76
18. Making love elsewhere than bedroom (e.g. kitchen, bathroom).	3.64	4.00	5	1.51	-1.09	0.09
22. Mate-swapping.	0.78	0.00	0	1.35	1.71	1.78

24. Being tied up.	1.02	0.00	0	1.53	1.27	0.22
25. Tying someone up.	1.03	0.00	0	1.50	1.22	0.17
27. Exposing yourself provocatively.	1.31	0.00	0	1.67	0.91	-0.67
31. Having sex with someone much older than yourself.	1.19	0.00	0	1.63	1.07	-0.29
32. Being much sought after by the opposite sex.	1.90	2.00	0	1.75	0.37	-1.30
33. Being seduced as an “innocent”.	1.60	1.00	0	1.66	0.59	-1.06
34. Seducing an “innocent”.	1.04	0.00	0	1.46	1.22	0.21
36. Having sex with someone of different race.	1.17	0.00	0	1.58	1.10	-0.12
37. Using objects for stimulation (e.g. vibrators, candles).	1.63	1.00	0	1.79	0.56	-1.24
38. Being masturbated to orgasm by a partner.	2.93	4.00	4	1.758	-0.48	-1.16
40. Kissing passionately.	4.23	5.00	5	1.35	-1.98	3.03

Convergent and discriminant validity. The factors assumed poor average variance extracted ($AVE_{\text{exploratory}}=.47$; $AVE_{\text{intimate}}=.40$; $AVE_{\text{BDSM}}=.38$; $AVE_{\text{seduction}}=.39$), but great composite reliability ($CR_{\text{exploratory}}=.84$; $CR_{\text{intimate}}=.84$; $CR_{\text{BDSM}}=.78$; $CR_{\text{seduction}}=.71$).

Of the possible comparisons for the 12 paired-factors, for the existing four first-order factors, only half presented good discriminant validity. The six exceptions with low discriminant validity were the following pairs: exploratory and seduction; intimate and seduction; and BDSM and seduction.

Gender differences in sex fantasies

Finally, to analyse if there were differences in sex fantasies based on gender, we conducted an independent samples t-test for the four factors and for the overall total fantasy

score (2nd order factor). As evidenced in Table 3, there were significant differences between men and women for most fantasies.

Table 3.

Mean (standard deviation) of each fantasy factor for males (n = 532) and females (n = 687) (independent samples t-test)

Factors	Gender		<i>t</i>	<i>df</i>
	Males	Females		
Exploratory	10.70 (7.53)	5.61 (5.83)	13.29*	1217
Intimate	28.31 (8.19)	29.00 (9.10)	-1.36, n.s.	1217
BDSM	4.30 (4.93)	8.43 (6.84)	-11.76*	1217
Seduction	6.51 (5.03)	5.112 (4.33)	5.17*	1217
Total fantasy score	49.81 (19.21)	48.16 (19.48)	1.48, n.s.	1149.39

Note. n.s. not significant; * $p < 0.001$, two-tailed.

Discussion

The Wilson's Sex Fantasy Questionnaire is a self-report measure that assesses the frequency of a person's sexual fantasies and experiences. The original structure distributed the 40 items through four factors: exploratory, intimate, impersonal and sadomasochistic. This model showed poor adjustment to our sample and indicated that several items saturated in different factors.

The exploratory factor analysis we conducted on 50% of the sample, randomly selected, showed a five factor model that explained 45% of the total variance, which is similar to previous research (Plaud & Bigwood, 1997; Sierra et al., 2004). After removing the fifth factor, due to sensitivity problems with its items ("hurting a partner" and "being hurt by a partner"), the best fit model supported a four-factor structure, equal to other cross-cultural studies (Iwawaki & Wilson, 1983; Plaud & Bigwood, 1997; Sierra et al., 2004; Sierra et al., 2006).

The best fit model of this Portuguese version of the SFQ encompassed 24 items and showed good reliability. Interestingly, the Spanish version of the SFQ (Sierra et al., 2006) also consisted of 24 items, after model refinement through confirmatory factor analysis. Unlike this Spanish study, that encountered problems with the total fantasy score serving as a second-order factor, our model was still acceptable with this addition. The author (Wilson, 1988, 2010) maintains that this factor provides a good measure of overall sex drive/ “libido”.

In spite of the common four-factor structure, the items distributed somewhat disparately from the original, which has also occurred in other studies (Iwawaki & Wilson, 1983; Plaud & Bigwood, 1997).

The exploratory scale suffered some changes. Three of the items saturated in a separate factor. Three others were removed (“homosexual activity”, “having incestuous sexual relations”, and “being promiscuous”), because they did not load anywhere else, showing no clear association with the other fantasies. On the other hand, the items “intercourse with someone you know but have not had sex with” (previously from the intimate scale) and “intercourse with an anonymous stranger” (from the impersonal scale) showed a clear association with the rest of the exploratory scale. The overall resulting theme of this factor was about fantasies concerning sexual practices with other people not your partner.

The intimate scale remained largely the same, minus the item that saturated in the exploratory factor and the removal of the one that refers to outdoor love, as it did not load elsewhere.

The more aggressive items in the original sadomasochistic scale (“forcing someone to do something”, “hurting a partner” and “being hurt by a partner”) showed adjustment problems to our sample and had to be removed. Possibly because these fantasies are not commonly reported in a community sample. The item “transvestism” was also removed, as it did not saturate in any of the factors. From a theory perspective, it makes sense that it did not fit in the original sadomasochistic scale, as it is a very specific type of paraphilia. Without these items, and with the added “using objects for stimulation” (from the original impersonal scale), the majority of the fantasies in this factor fit under the overall BDSM (Bondage/Discipline, Dominance/submission, and Sadism/Masochism) theme, and we renamed it as such.

We found a different fourth factor than the original model, with three items that were previously categorized as exploratory and one other that was from the impersonal scale. A common theme among these four fantasies is seduction of others or the self, and we opted to name it seduction. Of note, from the four types of most common fantasies found by Leitenberg and Henning (1995), sexual prowess and seduction was one of them. Besides, Iwawaki and Wilson (1983) found a similar (but not exactly alike) factor that revolved around the seduction topic, and was separate from the exploratory scale, but decided to name it nymphomania.

The original impersonal scale was inexistent in our sample, with only three items saturating in the remaining extracted factors. That may be because most of the others actually resemble different types of paraphilias (e.g., zoophilia in the case of “sex with an animal.”; voyeurism in the “watching others have sex”; fetishism in the “being excited by material or clothing”; and urophilia in the “being aroused by watching someone urinate”), with no clear theoretical association between them.

Finally, we tested our sample for gender differences with our version of the SFQ. Unlike other studies that have found that men present overall more fantasies than women, and specifically less intimate ones (Ellis & Symons, 1990; Iwawaki & Wilson, 1983; Leitenberg & Henning, 1995; Wilson & Lang, 1981), we did not find any differences in our sample. Furthermore, as the majority of our BDSM items were of a passive nature, it comes as no surprise that women had more of this kind of fantasies (Iwawaki & Wilson, 1983; Leitenberg & Henning, 1995; Wilson & Lang, 1981). Regarding our seduction scale, which has not been used in other research with this measure, we found that men presented more of this type of fantasies.

Although we found good factorial validity for this Portuguese version of the SFQ, it showed mixed results in regards to its convergent and discriminant validity. The seduction scale had problems discriminating from the other factors, indicating a strong association with them. More studies are needed to confirm this structure with other samples (e.g., clinical and forensic) and in other contexts (e.g., in person, as opposed to the Internet).

Acknowledgements

The authors have no support to report.

References

- Baumgartner, J. V., Scalora, M. K., & Huss, M. T. (2002). Assessment of the Wilson Sex Fantasy Questionnaire among child molesters and nonsexual forensic offenders. *Sex Abuse, 14*(1), 19-30. <http://dx.doi.org/10.1177/107906320201400102>
- Carlstedt, M., Bood, S. A., & Norlander, T. (2011). The affective personality and its relation to sexual fantasies in regard to the Wilson Sex Fantasy Questionnaire. *Psychology, 2*(8), 792-796. <http://dx.doi.org/10.4236/psych.2011.28121>
- Crépault, C., & Couture, M. (1980). Men's erotic fantasies. *Archives of Sexual Behavior, 9*(6), 565-581. <http://dx.doi.org/10.1007/BF01542159>
- Ellis, B. J., & Symons, D. (1990). Sex differences in sexual fantasy: An evolutionary psychological approach. *Journal of Sex Research, 27*(4), 527-555. <http://dx.doi.org/10.1080/00224499009551579>
- Iwawaki, S., & Wilson, G. D. (1983) Sex fantasies in Japan. *Personality and Individual Differences, 4*(5), 543-545. [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(83\)90086-7](https://doi.org/10.1016/0191-8869(83)90086-7)
- Leitenberg, H., & Henning, K. (1995). Sexual fantasy. *Psychological Bulletin, 117*(3), 469-496. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.117.3.469>
- Malamuth, N. M. (1981). Rape fantasies as a function of exposure to violent sexual stimuli. *Archives of Sexual Behavior, 10*(1), 33-47. <https://doi.org/10.1007/BF01542673>
- Marôco, J. (2014). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações* (2.^a Edição). Lisboa, Portugal: Report Number.
- Plaud, J. J., & Bigwood, S. J. (1997). A multivariate analysis of the sexual fantasy themes of college men. *Journal of Sex and Marital Therapy, 23*(3), 221-230. <http://dx.doi.org/10.1080/00926239708403927>
- Seifert, K., Boulas, J., Huss, M. T., & Scalora, M. J. (2017). Response bias on self-report measures of sexual fantasies among sexual offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 61*(3), 269-281. <http://dx.doi.org/10.1177/0306624X15593748>
- Sierra, J. C., Ortega, V., & Zubeidat, I. (2006). Confirmatory factor analysis of a Spanish version of the Sex Fantasy Questionnaire: Assessing gender differences. *Journal of*

Marital and Sexual Therapy, 32, 137–159.
<http://dx.doi.org/10.1080/00926230500442318>

- Sierra, J. C., Ortega, V., Martín-Ortiz, J. D., & Vera-Villaroel, P. (2004). Propiedades psicométricas del Cuestionario De Wilson De Fantasías Sexuales [Psychometric properties of Wilson's Sex Fantasy Questionnaire]. *Revista Mexicana de Psicología*, 21(1), 37-50.
- Vilar, G. C., Concepción, E., Galynker, I., Tanis, T., Ardalán, F., Yaseen, Z., & Cohen, L. J. (2016). Assessment of sexual fantasies in psychiatric inpatients with mood and psychotic disorders and comorbid personality disorder traits. *The Journal of Sexual Medicine*, 13(2), 262-269. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jsxm.2015.12.020>
- Wilson, G. D. (1988). Measurement of sex fantasy. *Sexual and Marital Therapy*, 3(1), 45-55. <http://dx.doi.org/10.1080/02674658808407692>
- Wilson, G. D. (2010). The Sex Fantasy Questionnaire: An update. *Sexual and Relationship Therapy*, 25(1), 1-5. <http://dx.doi.org/10.1080/14681990903505799>
- Wilson, G. D., & Lang, R. J. (1981). Sex differences in sexual fantasy patterns. *Personality and Individual Differences*, 2(4), 343-346. [http://dx.doi.org/10.1016/0191-8869\(81\)90093-3](http://dx.doi.org/10.1016/0191-8869(81)90093-3)

ARTIGO 3

Pornography Consumption by Sex Offenders at the Time of the Index Offense: Characterization and Predictors

Artigo submetido a 16/07/2018 em: The Journal of Sex Research.

Mariana Amaral Saramago^a, Jorge Cardoso^b, Isabel Leal^a

^aWilliam James Center for Research, ISPA- Instituto Universitário, Lisboa, Portugal

^bCentro de investigação interdisciplinar Egas Moniz (CiiEM), Instituto Superior Egas Moniz, Monte de Caparica, Portugal

Abstract

Objective: the main purpose of this study was to contribute to a better understanding of the role of pornography in the lives of sex offenders, by characterizing their pornography consumption at the time of the index offenses. Our subsequent aim was to test the predictive ability of sexual fantasies, substance abuse, history of violent offenses and other demographic variables on pornography usage. Method: participants were 146 male sex offenders incarcerated in a Portuguese prison establishment. A semi-structured interview and the Sex Fantasy Questionnaire were administered. Results: while for some individuals' pornography didn't appear to play a role in their offenses, there were others whose prolonged use led to more sex fantasies and urges to enact the visualized contents. Sexual fantasies were able to predict the likelihood of having used pornography at the time. Conclusion: As pornography doesn't affect people the same way, management officials should bear this in mind when tailoring specific treatment programs.

Keywords: Erotica/Pornography, Fantasies, Offenders, Psychology and sexuality, Sadomasochism and bondage/discipline

Background

Pornography can be defined as sexually explicit audiovisual (including written) materials that depict nudity or sexual activity and typically intends to arouse the viewer (Rasmussen, 2016). Although the majority of pornography features erotica (characterized by equal pleasure and participation between partners), research of best-selling pornography videos indicates high levels of physical (i.e., spanking, gagging, slapping) and verbal (i.e., name-calling) aggression, primarily perpetrated by men against women (Bridges, Wosnitzer, Scharrer, Sun, & Liberman, 2010).

Research on pornography has focused on specific topics, like the potential effects of pornography use (Ferguson & Kilburn, 2009; Hald & Malamuth, 2008; Koletić, 2017; Rasmussen, 2016; Seto, Maric, & Barbaree, 2001; Wright, Tokunaga, & Kraus, 2016); or pornography prevalence rates (Price, Patterson, Regnerus, & Walley, 2015; Wolak, Mitchell, & Finkelhor, 2007; Wright, 2013; Ybarra & Mitchell, 2005). Research has also explored the types of pornography used (Hald & Štulhofer, 2015); the inherent motivations underlying its consumption (Cooper, Morahan-Martin, Mathy, & Maheu, 2002; Paul & Shim, 2008; Romito & Beltramini, 2011); attitudes about its use (Brown et al., 2017; Olmstead, Negash, Pasley, & Fincham, 2013; Price et al., 2015); and the situational and contextual characteristics of pornography consumption (Hald, 2006; Vaillancourt-Morel et al., 2017). However, these studies were mainly conducted with community samples.

Overall, the results from the community studies indicated that the prevalence rate of pornography consumption by male adults is around 31% (in a US survey administered to 14,193 participants; Wright, 2013); 20% to 30% of youths reported having been exposed to pornography by the ages of 10-12 years (Romito & Beltramini, 2011; Wolak et al., 2007; Ybarra & Mitchell, 2005); the predominant types of pornography used by heterosexual and non-heterosexual adult males include amateur, oral and anal sex, and threesomes (for a full listing see Hald & Štulhofer, 2015); the most common reasons and outcomes related to pornography use involve distraction, stimulation with a partner before sex, education (i.e., to learn new positions), stimulation by oneself (i.e., masturbation), to relieve stress or sexual frustration, and to explore sexual fantasies (Cooper, Morahan-Martin, Mathy, & Maheu, 2002; Paul & Shim, 2008; Romito & Beltramini, 2011); but pornography has also been used as strategy to cope with depressive mood or stress (Laier & Brand, 2017).

Conversely, little is known about the prevalence rates of general pornography consumption among sex offenders, nor about the types of pornography they use or the usual

context in which they use it. Pornography research that features sex offenders has mainly focused on how it relates to their sexual offenses. Those studies have found that only a small percentage (15-17%) of sex offenders use pornography during the commission of their crimes (Carter, Prentky, Knight, Vanderveer, & Boucher, 1987; Langevin & Curnoe, 2004). In those instances, the majority use pornography as part of grooming behaviors to facilitate engagement in sexual acts with their child victims, by showing them adult pornography (Langevin & Curnoe, 2004). And while a large portion of child pornography offenders will be involved in the trading of this type of materials, a small percentage will also produce their own pornography with children in order to create fantasy material for masturbation or to threaten the victims into sexual activities (Langevin & Curnoe, 2004; Shelton, Eakin, Hoffer, Muirhead, & Owens, 2016). Few offenders have stated that pornography was specifically related to their offense, either as instigator or as pre-offense preparation/ prior self-stimulation (Condron & Nutter, 1988; Langevin & Curnoe, 2004; Marshall, 1988; Nutter & Kearns, 1993).

Research on the predictors of pornography consumption has found that, among adults in community samples, being male, having weak ties to religion, lack of a happy marriage, being involved in paid sex and adultery contributed to the likelihood of using pornography across the Internet (Stack, Wasserman, & Kern, 2004). Among adolescents, being male and frequent exposure to the sexy self-presentation of others in social media contributed to the probability of using pornography for the first time (Vandenbosch & Peter, 2016). Age and religiosity have also previously been shown to have a negative association with pornography consumption (Wright, 2013). To our knowledge, studies have yet to examine predictors of pornography use specifically among sex offenders.

People tend to choose pornographic materials that are consistent with their sexual interests and use them to increase sexual arousal (Quayle & Taylor, 2002). Inversely, exposure to pornography facilitates the creation and enhancement of sexual fantasies (Byrne, & Osland, 2000). Hence, we hypothesize that sexual fantasies may contribute to the likelihood of a sexual offender using pornography as opposed to those who do not.

The present exploratory investigation aims to contribute to a better understanding of the dynamics surrounding sexual offenders' pornography consumption at the time of their index offenses in two ways. Firstly, we assessed the prevalence rates of pornography consumption by sex offenders at the time they perpetrated their index offenses, followed by a characterization study of the materials, context, motivations, outcomes and different types of

pornography used. Secondly, the predictive ability of a series of variables was analyzed on the likelihood of a sex offender having used pornography at the time of his index offense.

Method

Participants

Potential participants were recruited at a Portuguese prison establishment. Contact with the participants took place between January 2015 and May 2016. Inclusion criteria were i) being male, and ii) serving a prison sentence for a sexual offense. That prison was chosen due to the high rate of sex offenders in its population. There were 261 incarcerated sex offenders in that prison, which comprises of approximately 54% of all incarcerated sex offenders in Portugal in that period in time (DGRSP, 2014). All were contacted, but only 146 accepted participating in the study. Hence, subjects were selected based on convenience sampling and are not representative of all convicted sex offenders in the Portuguese Judicial System.

The sample consisted of 146 male individuals serving prison sentences for sexual offences (i.e., the index offenses): 40% ($n = 58$) for child sexual abuse; 29% ($n = 42$) for rape; 7.5% ($n = 11$) for dependent youngster sexual abuse; 10% ($n = 15$) for mixed contact sexual offences (at least two of the above); 2% ($n = 3$) for child pornography (exclusively); 11% ($n = 16$) were dual offenders of child pornography and contact sexual offences; and one individual was incarcerated for indecent exposure (i.e., exhibitionism). Their sentences varied from 28 to 300 months ($M = 110.38$, $SD = 54.14$).

At the time of the assessment, the offenders' ages ranged from 21 to 75 years ($M = 44.53$, $SD = 11.20$). Approximately, 38% ($n = 56$) had under four years of schooling; 46% ($n = 67$) had five to nine years of schooling; 12% ($n = 17$) had completed the upper secondary education (i.e., 10 to 12 years of schooling); and 4% ($n = 6$) had some tertiary education (i.e., undergraduate degrees).

The majority, 76% ($n = 111$), were Portuguese; 19% ($n = 28$) were of African descent; there were also two individuals from Eastern European countries and five South Americans. All participants spoke Portuguese fluently.

Measures

Pornography use. In order to examine the experience of pornography consumption among sex offenders a semi-structured interview protocol was created. Participants were asked about their age when they were first exposed to pornography, and then about their

subsequent uses throughout their lifetime. Specifically, if they were still using it at the time they perpetrated their index offenses (outcome variable, coded as 0 = No, 1 = Yes). The index offense was determined to be the sex offense for which the offender was incarcerated at the time of the assessment. Participants who reported pornography consumption at that time were asked about the types of materials used (“What were the materials or medium used for the pornography?”); their motivations for using it (“What made you want to use pornography?”); the context in which it occurred (“Did you use pornography alone or with someone else? If so, with whom?”); and the outcomes of using it (“Did you do, think or feel anything after using pornography?”). They were also asked about the frequency of their exposure to 29 specific types of pornography at the time (“To what extent did you use the following types of pornography?”). Responses were given using a six-point Likert scale with the following response options: 0 = Never, 1 = Seldom, 2 = Occasionally, 3 = Sometimes, 4 = Often, and 5 = Regularly. The list of specific types of pornography was based on Hald and Štulhofer’s (2015) study, and on publicly available lists of the most common types of pornography provided by commercial pornography sites (e.g., *Pornhub*, *Redtube*).

Sexual fantasies. The Portuguese version of the Wilson’s Sex Fantasy Questionnaire (SFQ; Wilson, 1988; Saramago, Cardoso, Pimenta, & Leal, 2017) was used. That version is comprised of 24 items distributed among four factors: exploratory fantasies – concerning sex with multiple and unknown partners (e.g., “Participating in an orgy”); intimate fantasies – about having sexual relations with their partner (e.g., “Being masturbated to orgasm by a partner”); BDSM fantasies – associated with *bondage*, dominance, submission and masochism (e.g., “Being tied up”); and seduction fantasies – related to seducing someone and being seduced (e.g., “Being seduced as an ‘innocent’”). For each fantasy, participants gave their responses on a six-point Likert scale ranging from 0 to 5 for frequency (0 = Never, 1 = Seldom, 2 = Occasionally, 3 = Sometimes, 4 = Often, and 5 = Regularly). The Portuguese version of the SFQ showed good reliability in a community sample ($\alpha = .71-.85$; Saramago et al., 2017b). In the present study, which uses a forensic sample, we also found good reliability ($\alpha = .69-.90$).

Demographic predictors. Three demographic predictors of pornography consumption, pertaining to the time of the index offense, were explored: age (in years), marital status (coded as 1 = single, 2 = divorced/ separated/ widower, 3 = married/ living in common law), and labor situation (0 = unemployed/ retired, 1 = employed). Age was selected since previous research showed a negative association between this variable and pornography consumption among male adults (Wright, 2013). Moreover, lack of a happy marriage contributed to having

used pornography in an earlier study (Stack et al., 2014), so we wanted to explore if marital status was also related to that outcome. Labor situation was also included in the exploratory analysis since different circumstances (i.e., being unemployed/ retired *versus* employed) may be more conducive to using pornography, by providing further opportunities.

Substance abuse. Sex offender's substance abuse at the time of the index offense was coded as 0 = absence, 1 = alcohol, or 2 = drugs. This variable was chosen due to alcohol's relationship with violent pornography and sexual aggression in men (Davis, Norris, George, Martell, & Heiman, 2006; Norris & Kerr, 1993; Wright, Sun, Steffen, & Tokunaga, 2015).

History of violent offenses. This variable was coded if an offender had an official record of any criminal convictions for a violent offense (0 = no, 1 = yes). We incorporated this variable in the analysis since previous research indicated that individuals with certain characteristics, such as antisocial traits (which may be present in those with a history of violent offenses), that seek out pornography are more likely to show an effect of pornography exposure (Seto et al., 2001). Our goal is to analyze if having a prior history of violent offenses also contribute to the probability of a sex offender's using pornography.

Procedure

To acquire permission for the participants' recruitment, formal authorizations were requested to the Portuguese General Office of Prison Services and Social Rehabilitation (Direção Geral de Serviços Prisionais e Reinserção Social), as well as the prison facility that housed the participants. The William James Center for Research approved this study. The American Psychological Association's standards on the ethical treatment of participants were followed.

Prison records were consulted in order to select the participants who met the inclusion criteria and to retrieve details about their sociodemographic and offense characteristics. The informed consent was provided to the participants, in which the investigation's aim and procedure as well as the confidentiality assurances were discussed. Only those that agreed to participate were then subjected to the interview protocol. The interviews were made in person with each participant individually, and were conducted by the lead (female) researcher. An empty room with a closed door was made available by the prison staff which allowed for a discrete context.

Roughly 38% of the participants had under four years of education, with the sample's average being six years ($SD = 3.33$), and thus limited literacy skills that impaired their ability to accurately comprehend and respond to written self-report measures, like the SFQ. When

facing literacy limitations, in-person interviews may provide an alternative method to retrieve credible information (Catania, Gibson, Chitwood, & Coates, 1990). Since we already had an interview protocol for collecting their history of pornography consumption, we opted to administer the SFQ orally to ensure the participants' full understanding. To our knowledge, oral administration of this measure has not been previously validated. However, prior research with other psychological measures indicated that method of administration (written *versus* oral) does not generally affect test performance in adults (Robertson, Daffern, & Bucks, 2013).

Despite that assurance, measures that specifically cover sexuality, like those in the present study, may lead respondents to feel threatened and to underreport in interviewer-administered questionnaires (Catania, McDermott, & Pollack, 1986; Gribble, Miller, Rogers, & Turner, 1999). Furthermore, while some studies have found that threatening or sensitive questions (like those that deal with sexuality) may be influenced by the interviewer's gender (Catania et al., 1996; Flores-Macias, & Lawson, 2008; Wilson, Brown, Mejia, & Lavori, 2002), this outcome has not always been replicated (Parchem, Drews, Dorman, & Fleig, 2016). Catania and colleagues (1986) suggest that these bias effects may be lessened when one volunteers to participate in the interview while knowing beforehand its topics, as was the case with the participants in this study (only 56% of the sex offenders contacted agreed to participate in this study after informed consent was given). Of note, the SFQ showed good reliability, as stated above, with comparable results to the investigation that validated the Portuguese version of the measure which was computer-administered (Saramago et al., 2017).

All the information collected in the interviews regarding pornography consumption were transcribed and then subjected to content analysis. Data was coded according to the emergent categories, at the time of the index offense: a) frequency; b) materials/ medium used; c) contents (i.e., type of pornography); c) context (e.g., alone or with other people); d) motivations for using it; and e) ensuing outcomes.

Data Analysis

The characterization of the expression of all categories and subcategories of pornography usage was made through a frequency and percentage study. Regarding types of materials used, contents visualized, context, motivations and outcomes, the same participant could identify more than one subcategory, hence the total amount of answers may exceed the number of participants.

We also conducted a logistic regression in order to examine the significance of a series of predictors on the probability of having used pornography at the time of the index offense,

as described in Marôco (2011). The predictors were age at index offense, marital status, substance abuse, history of violent offenses, and frequency of sexual fantasies (exploratory, intimate, BDSM and seduction). Descriptive statistics for all these variables are portrayed in Table 1.

Table 1.

Sample description (N = 146)

Interval Variables	<i>N</i>	<i>Mean</i>	<i>SD</i>	<i>Min</i>	<i>Max</i>
Age at index offense	143	36.45	10.66	13	65
Exploratory fantasies (SFQ)	146	6.90	6.38	.00	30.00
Intimate fantasies (SFQ)	146	18.12	10.32	.00	40.00
BDSM fantasies (SFQ)	146	1.73	3.39	.00	17.00
Seduction fantasies (SFQ)	146	4.12	4.87	.00	19.00

Categorical variables	<i>Frequency</i>	<i>Percentage</i>
Pornography use at the time of the index offense [‡]		
No	84	58.3 [†]
Yes	60	41.7 [†]
Marital status		
Single	42	28.8
Divorced/ separated/ widower	56	38.4
Married/ common-law	48	32.9
Labor situation		
Unemployed/ retired	53	36.3
Active	93	66.7
Substance abuse		
Absence	102	69.9
Alcohol	39	26.7
Drugs	5	3.4
History of violent offenses		
Absence	88	62.4 [†]
Presence	53	37.6 [†]

Note. *SD* = standard deviation; *Min* = minimum; *Max* = maximum.

[†]valid percentage, due to the presence of missing values; [‡]outcome variable. All other

variables are predictors.

The sample for the logistic regression analysis included 137 cases, as there were nine missing values. Model assumptions were validated through graphical analysis of the residuals and influential cases' diagnostics. No significant extreme values were identified (studentized residuals $\leq .2$, Cook's distance < 1 , and DfBeta ≤ 1).

All the analyses were performed using the IBM SPSS Statistics software (v. 23.0, SPSS Inc., Chicago, IL, USA).

Results

The majority of the participants (87%, $n = 127$) admitted using pornography at least once in their lives. They were between six and 42 years old ($M = 16.94$, $SD = 5.84$) at the time of the first exposure, which was years before the index offenses in all but one case. Approximately 20% ($n = 25$) had already been exposed to pornography by the age of 12. In the years that followed, 65% ($n = 94$) continued using pornography. However, at the time of the index offense only 41% ($n = 60$) acknowledged still using pornography regularly.

Table 2 resumes the characterization of the materials, context, motivations and ensuing outcomes regarding the pornography used at the time of the index offense. Movies and the Internet (80% and 50% of cases, respectively) were the preferential materials/mediums used. The vast majority of the offenders chose using pornography alone (80%), but a considerable amount also used with their intimate partners (30%). The most common reasons presented for using it varied between self-pleasure (66%) or with an intimate partner (27%), or curiosity (40%). Of note, three sex offenders specifically stated that at the time they were having difficulty controlling their impulses to commit sexual acts with children and chose pornography as an outlet for the emotional turmoil they were feeling. Despite this, all of them went on to sexually abuse children. Finally, during/ after the pornography consumption it was usual for the participants to engage in masturbation (58%) or sexual intercourse with an intimate partner (55%), but also to experience sexual fantasies (47%) and to try and enact the contents visualized (43%).

Table 2.

Characterization of the pornography used at the time of the index offense by sex offenders ($n = 60$)

Categories	Subcategories	Frequency of responses	Percent of cases [†]
------------	---------------	------------------------	-------------------------------

Materials/ mediums	Photos	2	3.3
	Magazines	9	15.0
	Movies	48	80.0
	Internet	30	50.0
Context	Alone	48	80.0
	With friends	11	18.3
	With intimate partner	18	30.0
	With family members	2	3.3
Motivations	Curiosity	24	40.0
	Learning	7	11.7
	Self-pleasure	40	65.7
	Pleasure with intimate partner	16	26.7
	Emotional relief	3	5.0
	Absence of motivations	2	3.3
Outcomes	Masturbation	34	56.7
	Sexual intercourse	33	55.0
	Sexual fantasies	28	46.7
	Tried to/ reproduced the contents	26	43.3
	Absence of outcomes	11	18.3

†Percentages do not add up to 100% as some individuals gave multiple responses.

Table 3 describes the 29 types of pornography used by sex offenders at the time of the index offense. The majority of the participants used pornography that featured oral, vaginal and anal sex, and these were also the types more frequently used. Of note, 45% ($n = 27$) saw pornography that presented forced sex and six admitted to viewing child pornography, at least once during that time.

Table 3.

Number of participants that used the different types of pornography at the time of the index offense, and mean level of pornography used, sorted by the former ($n = 60$)

Type of pornography	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>Mean</i>	<i>SD</i>
Oral sex	57	95.0	2.22	1.37
Vaginal sex	56	93.3	2.18	1.47
Anal sex	52	86.7	1.98	1.44

Interracial	49	81.7	1.78	1.45
Bukkake	47	78.3	1.83	1.48
Double penetration	44	73.3	1.68	1.56
Orgy	41	68.3	1.65	1.59
Lesbians	41	68.3	1.57	1.48
Masturbation	40	66.7	1.50	1.55
Toys	39	65.0	1.45	1.53
Creampie	37	61.7	1.57	1.63
Gangbang	36	60.0	1.45	1.62
Uniforms	35	58.3	1.35	1.52
Threesomes	33	55.0	1.88	1.55
Ebony	33	55.0	1.28	1.54
Massage	33	55.0	1.22	1.49
Forced sex	27	45.0	.97	1.44
Female ejaculation	25	41.7	.87	1.31
Bondage	24	40.0	.87	1.37
Outdoor	23	38.3	.92	1.43
Asians	23	38.3	.90	1.42
Fisting	20	33.3	.65	1.19
Amateur	19	31.7	1.02	1.65
Hentai	17	28.3	.70	1.38
Shemale	11	18.3	.35	.94
Teens	10	16.7	.57	1.42
Gays	10	16.7	.35	.88
Animals	8	13.3	.25	.75
Children	6	10.0	.27	.97

Note. n = number of participants that used that type of pornography at least once during that time. Mean level is in accordance with the rates of pornography used (0 = Never, 1 = Seldom, 2 = Occasionally, 3 = Sometimes, 4 = Often, and 5 = Regularly). *SD* = standard deviation.

Based on the sex offenders' official records ($n = 137$, due to missing information in some cases), 19% ($n = 29$) used pornography specifically during the commission of the index offenses: 13 showed pornography to his victims in order to seduce them into sexual acts; 10 created their own pornographic materials by taking pictures or filming their child victims; five used it in both ways, by showing it to their victims and by creating their own as well; and one

individual distributed child pornography in exchange for money. Of these 29, only 15 admitted using pornography at the time of the index offense during the interviews.

A logistic regression was performed to ascertain the effects of offender's age at index offense, marital status, labor situation, substance abuse, history of violent offenses, and sexual fantasies (exploratory, intimate, BDSM and seduction) on the probability of having used pornography at the time of the index offense. The model was statistically significantly ($G^2(11) = 60.392, p < .000; \chi^2_{\text{Wald}}(8) = 11.655, p = .167$), and explained between 36% (R^2_{CS}) and 48% (R^2_{N}) of the variance in pornography consumption at the time of the index offense. It also exhibited reasonable sensitivity (67%) and high specificity (89%), as well as good discriminant ability (ROC $c = .852, SE = .036, p < .001, 95\% \text{ CI } [.782, .922]$). Table 4 displays the coefficients of the logistic regression model with all predictors, with absence being the reference outcome category in dichotomous variables.

According to the model, the log of the odds of using pornography at the time of the index offense was positively related to exploratory ($p < .001$) and BDSM ($p < .05$) sexual fantasies and negatively related to seduction fantasies ($p < .001$; Table 4). In other words, the higher the frequency of exploratory and BDSM fantasies by a sex offender, the more likely it was that he would be using pornography at the time of the index offense. On the other hand, the higher the frequency of seduction fantasies by a sex offender, the less likely it was that he would be using pornography at that time. No other variables contributed to the probability of a sex offender still using pornography at the time of the index offense (Table 4).

Table 4.

Logistic regression model on the prediction of pornography consumption at the time of the index offense (n = 137)

Predictors	β (SE)	χ^2_{Wald}	df	Exp(β)	95% C.I. for	
					Lower	Upper
Age at index offense	-.031 (.025)	1.599	1	.969	.924	1.017
Marital status						
Single [†]						
Divorced/ separated/ widower	-1.016 (.562)	3.271	1	.362	.120	1.089
Married/ common-law	-.777 (.595)	1.707	1	.460	.143	1.475
Labor situation						

Unemployed/ retired [†]						
Active	.352 (.505)	.486	1	1.422	.529	3.824
Substance abuse						
Absence [†]						
Alcohol	-.156 (.519)	.090	1	.856	.310	2.367
Drugs	1.206 (1.636)	.543	1	3.339	.000	82.453
History of violent offenses	.004 (.514)	.000	1	1.004	.366	2.750
Exploratory fantasies	.167** (.062)	7.335	1	1.181	1.047	1.333
Intimate fantasies	.055 (.032)	2.909	1	1.056	.992	1.125
BDSM fantasies	.306* (.143)	4.606	1	1.358	1.027	1.796
Seduction fantasies	-.197** (.075)	6.838	1	.821	.708	.952
Constant	-.616 (1.274)	.234	1	.540		

Note. There were nine missing values that were not included in the analysis. [†]Category of reference; $\text{Exp}(\beta)$ = odds ratio; C.I. = confidence intervals.

* $p < .05$, ** $p < .10$

Discussion

This study accomplished a more in-depth analysis of sex offenders' pornography consumption, characterizing their materials, contexts, motivations, contents and outcomes at the time of their index offenses. By the age of 12, close to 20% of the sex offenders had already been exposed to pornography, which is similar to youth surveys in community samples (Romito & Beltramini, 2011; Wolak et al., 2007; Ybarra & Mitchell, 2005) and to previous research with offender populations (Condrón & Nutter, 1988; Nutter & Kearns, 1993). In the years that followed, only 65% of the sample still used pornography regularly, but at the time of the index offense the prevalence rate of pornography consumption among the sex offenders was down to 41%, which is still slightly higher than the 31% of adult males in an US community sample (Wright, 2013). Due to the nature of their crimes, it is not surprising that the sex offenders consume more pornography than the average citizen. These results may also be under representative of the phenomenon in Portugal, due to the natural inhibition of discussing these topics with a female researcher.

The preferred materials across all participants that used pornography at the time of the index offense were movies and the Internet. And while the vast majority (80%) chose to use it alone at the time, 30% also used it with their intimate partners, as part of their sexual experiences.

The most common reasons given by sex offenders for using pornography were similar to those given by participants from community samples (Cooper et al., 2002; Paul & Shim, 2008; Romito & Beltramini, 2011): self-pleasure (66%), curiosity (40%), pleasure with a partner (27%), and learning (12%). One specific reason that was not featured in studies that used community samples was emotional relief, although in one of them pornography was used as a strategy to cope with depressive mood or stress (Laier & Brand, 2017). Three individuals talked about using child pornography to specifically help them satisfy their urges to have sexual acts with children, in hopes that it would be enough, while revealing being very anxious about it at the time. All three were later on convicted of dual offenses of child pornography and child sexual abuse. It appears that pornography was not able to fulfill a “catharsis” role for them and further motivated them to act out their impulses, contributing to their later offenses. This finding is similar to previous research in which only a small portion of sex offenders stated that pornography was related to their offenses (Condon & Nutter, 1988; Langevin & Curnoe, 2004; Marshall, 1988; Nutter & Kearns, 1993).

Only 12% of the participants that used pornography at the time of their index offenses reported doing or feeling nothing during/ after using those materials. The remaining sex offenders acknowledged masturbating or having sexual intercourse with their intimate partners in the aftermath, and having sexual fantasies about the contents visualized. About 43% also stated that they tried to or succeeded in reproducing the contents of the pornography. Thus, for those individuals, pornography had an instigator effect, making them want to try out those behaviors. This is of importance, since 45% used pornography that featured forced sex and 10% that included children at least once at the time of the index offense. It appears that for some individuals with specific characteristics using pornography may help disinhibit their sexual desires. It was not the subject of this investigation to assess what those characteristics were, but past research has delved on this matter (e.g., Seto et al., 2001).

Overall, the types of pornography most frequently used by the offenders were not that different from those of community samples (Hald & Štulhofer, 2015) – oral, vaginal and anal sex, plus threesomes, bukkake, interracial sex, and double penetration, among others.

Of all the sex offenders in our study, 19% used pornography during the commission of the index offense, a rate similar to previous studies (Carter et al., 1987; Langevin & Curnoe, 2004). The majority used pornography as part of a set of grooming behaviors in order to seduce their victims into sexual activities, by showing them those types of materials, much like in Langevin and Curnoe's (2004) investigation. A significant percentage produced their own child pornography, by taking pictures and/or filming their victims, either for their own pleasure or to later threaten them into submission. Only one offender was serving a prison sentence for distribution of child pornography, which is different from other studies in which a large portion of child pornography offenders will be involved in trading those types of materials (Langevin & Curnoe, 2004; Shelton et al., 2016). The disparity in our results may be due to the small number of child pornography (exclusively) offenders in our sample. That is probably because these individuals normally have their prison sentences suspended (while having to attend mandatory treatment programs) in Portugal (Expresso, 2018) and our sample came solely from incarcerated sex offenders.

Finally, we tested the predictive ability of age at index offense, marital status, substance abuse, history of violent offenses, and frequency of sexual fantasies (exploratory, intimate, BDSM and seduction) on the likelihood a sex offender was using pornography at the time of the index offense. Our model displayed reasonable sensitivity, high specificity and high discriminant ability regarding the classification of participants on the groups of pornography users and non-users. The only significant predictors, however, were the sexual fantasies. Having fantasies of an exploratory nature and with BDSM themes increased the likelihood of an offender having used pornography at that time. Inversely, having fantasies about seducing someone or of being seduced decreased that probability. Since exploratory (i.e., multiple partners, interracial sex, orgy, among others) and BDSM (i.e., involving tying or spanking, among others) themes are common in pornography, it is not unsurprising that those who support those fantasies will seek pornography in order to fulfill their fantasies. Inversely, it may be that the pornography used increased sexual fantasies that these individuals already had. Indeed, it has been previously suggested that people tend to choose the pornographic materials that are in accordance to their sexual interests and use them in order to enhance them, since pornography facilitates the development of sexual fantasies (Byrne & Osland, 2000; Quayle & Taylor, 2002). It is also interesting to note that having seduction fantasies decreased the likelihood of having used pornography at that time. Perhaps, pornography does not fulfill the needs of individuals that have sexual interests specifically

about seducing someone or being seduced. Further research about which characteristics contribute to the probability of using pornography is needed.

Our study has several limitations which should be noted when interpreting and replicating our findings. Firstly, the analysis draws on a convenience sample and is not representative of all sex offenders in Portugal, since we were not able to interview those with suspended prison sentences, which comprises the majority of those convicted of sexual offenses in Portugal (Expresso, 2018). Secondly, all (male) participants were interviewed by the leading (female) researcher, and although it was in a closed setting and their confidentiality was assured, the sexual nature of the questions and the gender of the interviewer may have inhibited their truthfulness and led to some underreporting (Catania et al., 1996; Flores-Macias, & Lawson, 2008; Wilson et al, 2002). However, Catania and colleagues (1986) also stated that these bias effects may be lessened when one volunteers to participate while knowing beforehand its topics, as was the case in the present study. For instance, after knowing the nature of the investigation, only 56% of the incarcerated sex offenders agreed to participate. We also did not include a measure for social desirability in our study, which may have also impacted the participants' answers. Finally, we administered the SFQ orally, a method which has not been previously validated for this measure. Nonetheless, we observed good reliability for the SFQ in our sample, akin to the results of the validation of that measure in a Portuguese sample (Saramago et al., 2017).

In conclusion, our research contributes to a better understanding of the role of pornography in the lives of sex offenders. While some of them appeared to have been affected by its consumption, feeling the need to try and reproduce the visualized contents, for the majority pornography did not appear to play a significant part in their offenses. Contrariwise, while some studies point to the "catharsis" role of pornography as a means of relief, that does not appear to be equal for all individuals, since for some it was not enough made them try to reproduce the visualized contents. This is of specific importance when tailoring treatment strategies for sex offenders of child pornography, for instance, as the motivation for using pornography needs to be fully assessed beforehand. Future research should continue to focus on the characteristics that facilitate pornography users to enact their fantasies, as not all of them will be negatively affected by it.

Acknowledgments

The authors would like to acknowledge the services of the Portuguese General Office of Prison Services and Social Rehabilitation (Direção Geral de Serviços Prisionais e Reinserção Social), as well as the correctional facility where the study was conducted.

References

- Bridges, A. J., Wosnitzer, R., Scharrer, E., Sun, C., & Liberman, R. (2010). Aggression and sexual behavior in best-selling pornography videos: A content analysis update. *Violence Against Women, 16*(10), 1065-1085. <https://doi.org/10.1177/1077801210382866>
- Brown, C. C., Carroll, J. S., Yorgason, J. B., Busby, D. M., Willoughby, B. J., & Larson, J. H. (2017). A common-fate analysis of pornography acceptance, use, and sexual satisfaction among heterosexual married couples. *Archives of Sexual Behavior, 46*(2), 575–584. <http://dx.doi.org/10.1007/s10508-016-0732-4>
- Burton, D. L., Leibowitz, G. S., & Howard, A. (2010). Comparison by crime type of juvenile delinquents on pornography exposure: The absence of relationships between exposure to pornography and sexual offense characteristics. *Journal of Forensic Nursing, 6*(3), 121–129. <https://doi.org/10.1111/j.1939-3938.2010.01077.x>
- Byrne, D., & Osland, J. A. (2000). Sexual fantasy and erotica/pornography: Internal and external imagery. In L. T. Szuchman & F. Muscarella (Eds.), *Psychological perspectives on human sexuality* (pp. 283-305). New York: John Wiley.
- Carter, D. L., Prentky, R. A., Knight, R. A., Vanderveer, P. L., & Boucher, R. J. (1987). Use of pornography in the criminal and developmental histories of sexual offenders. *Journal of Interpersonal Violence, 2*(2), 196–211. <https://doi.org/10.1177/088626087002002005>
- Catania, J. A., McDermott, L., & Pollack, L. (1986). Questionnaire response bias and face-to-face interview sample bias in sexuality research. *The Journal of Sex Research, 22*(1), 52–72. <https://doi.org/10.1080/00224498609551289>
- Catania, J. A., Gibson, D. R., Chitwood, D. D., & Coates, T. J. (1990). Methodological problems in AIDS behavioral research: Influences on measurement error and participation bias in studies of sexual behavior. *Psychological Bulletin, 108*(3), 339–362. <http://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0033-2909.108.3.339>
- Catania, J. A., Binson, D., Canchola, J., Pollack, L. M., Hauck, W., & Coates, T. J. (1996). Effects of interviewer gender, interviewer choice, and item wording on responses to questions concerning sexual behavior. *Public Opinion Quarterly, 60*(3), 345–375. <https://doi.org/10.1086/297758>

- Condrón, M. K., & Nutter, D. E. (1988). A preliminary examination of the pornography experience of sex offenders, paraphiliacs, sexual dysfunction patients, and controls based on Meese Commission recommendations. *Journal of Sex & Marital Therapy*, *14*(4), 285-298. <https://doi.org/10.1080/00926238808403811>
- Cooper, A., Morahan-Martin, J., Mathy, R. M., & Maheu, M. (2002). Toward an increased understanding of user demographics in online sexual activities. *Journal of Sex & Marital Therapy*, *28*(2), 105-129. <http://dx.doi.org/10.1080/00926230252851861>
- Davis, K. C., Norris, J., George, W. H., Martell, J., & Heiman, J. R. (2006). Men's likelihood of sexual aggression: The influence of alcohol, sexual arousal, and violent pornography. *Aggressive Behavior*, *32*(6), 581-589. <https://doi.org/10.1002/ab.20157>
- DGRSP – Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2014). *Estatísticas do ano 2014: Reclusos condenados existentes em 31 de dezembro, segundo o sexo, os escalões de idade e a nacionalidade, por crimes*. Retrieved from http://www.dgsp.mj.pt/paginas/estatisticas/estatisticas_arq_mostra.php?id=2014
- Expresso (2018, April 5th). Tribunal de Braga dá como provado abusos sexuais a criança mas aplica pena suspensa a pedófilo. Expresso. Retrieved from <http://expresso.sapo.pt/revista-de-imprensa/2018-04-05-Tribunal-de-Braga-da-como-provado-abusos-sexuais-a-crianca-mas-aplica-pena-suspensa-a-pedofilo#gs.9=qkSMQ>
- Ferguson, C. J., & Kilburn, J. (2009). The Public health risks of media violence: A meta-analytic review. *Journal of Pediatrics*, *154*(5), 759-763. <https://doi.org/10.1016/j.jpeds.2008.11.033>
- Gribble, J. N., Miller, H. G., Rogers, S. M., & Turner, C. F. (1999). Interview mode and measurement of sexual behaviors: Methodological issues. *The Journal of Sex Research*, *36*(1), 16-24. <https://doi.org/10.1080/00224499909551963>
- Hald, G. M. (2006). Gender differences in pornography consumption among young heterosexual Danish adults. *Archives of Sexual Behavior*, *35*(5), 577-585. <https://doi.org/10.1007/s10508-006-9064-0>
- Hald, G. M., & Malamuth, N. M. (2008). Self-perceived effects of pornography consumption. *Archives of Sexual Behavior*, *37*(4), 614-625. <http://dx.doi.org/10.1007/s10508-007-9212-1>
- Hald, G. M., & Štulhofer, A. (2015). What types of pornography do people use and do they cluster? Assessing types and categories of pornography consumption in a large-scale online sample. *The Journal of Sex Research*, *53*(7), 849-859. <http://dx.doi.org/10.1080/00224499.2015.1065953>

- Koletić, G. (2017). Longitudinal associations between the use of sexually explicit material and adolescents' attitudes and behaviors: A narrative review of studies. *Journal of Adolescence*, *57*, 119-133. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2017.04.006>
- Laier, C., & Branda, M. (2017). Mood changes after watching pornography on the Internet are linked to tendencies towards Internet-pornography-viewing disorder. *Addictive Behaviors Reports*, *5*, 9-13. <https://doi.org/10.1016/j.abrep.2016.11.003>
- Langevin, R., & Curnoe, S. (2004). The use of pornography during the commission of sexual offenses. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, *48*(5), 572-586. <https://doi.org/10.1177/0306624X03262518>
- Marshall, W. L. (1988). The use of sexually explicit stimuli by rapists, child molesters, and nonoffenders. *Journal of Sex Research*, *25*(2), 267-288. <https://doi.org/10.1080/00224498809551459>
- Norris, J., & Kerr, K. L. (1993). Alcohol and violent pornography: Responses to permissive and nonpermissive cues. *Journal of Studies on Alcohol*, *11*, 118-127. <https://doi.org/10.15288/jsas.1993.s11.118>
- Nutter, D., & Kearns, M. (1993). Patterns of exposure to sexually explicit material among sex offenders, child molesters, and controls. *Journal of Sex and Marital Therapy*, *19*(1), 77-85. <https://doi.org/10.1080/00926239308404890>
- Olmstead, S. B., Negash, S., Pasley, K., & Fincham, F. D. (2013). Emerging adults' expectations for pornography use in the context of future committed romantic relationships: A qualitative study. *Archives of Sexual Behavior*, *42*(4), 625-635. <http://dx.doi.org/10.1007/s10508-012-9986-7>
- Parchem, B., Drews, C., Dorman, E., & Fleig, R. (2016). Gender-of-interviewer effect on males' responses to questions about safe-sex practices. *Sentience*, *13*, 7-11. <https://sites.google.com/a/umn.edu/sentience/>
- Paul, B., & Shim, J. W. (2008). Gender, sexual affect, and motivations for Internet pornography use. *International Journal of Sexual Health*, *20*(3), 187-199. <https://doi.org/10.1080/19317610802240154>
- Price, J., Patterson, R., Regnerus, M., & Walley, J. (2015). How much more XXX is Generation X consuming? Evidence of changing attitudes and behaviors related to pornography since 1973. *Journal of Sex Research*, *53*(1), 12-20. <https://doi.org/10.1080/00224499.2014.1003773>

- Quayle, E., & Taylor, M. (2002). Child pornography and the internet: Perpetuating a cycle of abuse. *Deviant Behavior*, 23(4), 331–261. <https://doi.org/10.1080/01639620290086413>
- Rasmussen, K. (2016). A historical and empirical review of pornography and romantic relationships: Implications for family researchers. *Journal of Family Theory & Review*, 8(2), 173-191. <https://doi.org/10.1111/jftr.12141>
- Robertson, T., Daffern, M., & Bucks, R. S. (2013). Oral administration of the Levels of Emotional Awareness Scale. *Australian Journal of Psychology*, 65(3), 172–179. <https://doi.org/10.1111/ajpy.12018>
- Romito, P., & Beltramini, L. (2011). Gender differences, violence and victimization. An exploratory study in Italy. *Violence Against Women*, 17(10), 1313-1326. <https://doi.org/10.1177/1077801211424555>
- Saramago, M. A., Cardoso, J., Pimenta, F., & Leal, I. (2017b). Wilson's Sex Fantasy Questionnaire: Portuguese validation and gender differences. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 18(3), 870-879. <http://dx.doi.org/10.15309/17psd180319>
- Seto, M. C., Maric, A., & Barbaree, H. E. (2001). The role of pornography in the etiology of sexual aggression. *Aggression and Violent Behavior*, 6(1), 35-53. [https://doi.org/10.1016/S1359-1789\(99\)00007-5](https://doi.org/10.1016/S1359-1789(99)00007-5)
- Shelton, J., Eakin, J., Hoffer, T., Muirhead, Y., & Owens, J. (2016). Online child sexual exploitation: An investigative analysis of offender characteristics and offending behavior. *Aggression and Violent Behavior*, 30, 15-23. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2016.07.002>
- Stack, S., Wasserman, I., & Kern, R. (2004). Adult social bonds and use of internet pornography. *Social Science Quarterly*, 85(1), 75–88. <https://doi.org/10.1111/j.0038-4941.2004.08501006.x>
- Vaillancourt-Morel, M., Blais-Lecours, S., Labadie, C., Bergeron, S., Sabourin, S., & Godbout, N. (2017). Profiles of cyberpornography use and sexual well-being in adults. *The Journal of Sexual Medicine*, 14(1), 78–85. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jsxm.2016.10.016>
- Vandenbosch, L., & Peter, J. (2016). Antecedents of the initiation of watching sexually explicit internet material: A longitudinal study among adolescents. *Mass Communication and Society*, 19(4), 499-521. <https://doi.org/10.1080/15205436.2016.1148171>

- Walters, A. S., & Merrell, K. W. (1995). Written versus oral administration of a social-emotional self-report test for children: Does method of execution make a difference? *Psychology in the Schools, 32*(3), 186–189. [https://doi.org/10.1002/1520-6807\(199507\)32:3%3C186::AID-PITS2310320305%3E3.0.CO;2-W](https://doi.org/10.1002/1520-6807(199507)32:3%3C186::AID-PITS2310320305%3E3.0.CO;2-W)
- Wilson, G. D. (1988). Measurement of sex fantasy. *Sexual and Marital Therapy, 3*(1), 45-55. <http://dx.doi.org/10.1080/02674658808407692>
- Wolak, J., Mitchell, K. J., & Finkelhor, D. (2007). Unwanted and wanted exposure to online pornography in a National sample of youth Internet users. *Pediatrics, 119*(2), 247-257. <https://doi.org/10.1542/peds.2006-1891>
- Wright, P. J. (2013). U.S. males and pornography, 1973–2010: Consumption, predictors, correlates. *Journal of Sex Research, 50*(1), 60–71. <http://dx.doi.org/10.1080/00224499.2011.628132>
- Wright, P. J., Tokunaga, R. S., & Kraus, A. (2016). A meta-analysis of pornography consumption and actual acts of sexual aggression in general population studies. *Journal of Communication, 66*(1), 183–205. <https://doi.org/10.1111/jcom.12201>
- Wright, P. J., Sun, C., Steffen, N. J., & Tokunaga, R. S. (2015). Pornography, Alcohol, and Male Sexual Dominance. *Communication Monographs, 82*(2), 252-270. <https://doi.org/10.1080/03637751.2014.981558>
- Ybarra, M. L., & Mitchell, K. J. (2005). Exposure to Internet pornography among children and adolescents: A national survey. *CyberPsychology & Behavior, 8*(5), 473-486. <https://doi.org/10.1089/cpb.2005.8.473>

ARTIGO 4

Detected Victim Crossover Patterns and Predictors in a Portuguese Sample

Segunda revisão do artigo submetida a 25/07/2018 em: Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment.

Mariana Amaral Saramago^a, Jorge Cardoso^b, Filipa Pimenta^a, Isabel Leal^a

^aWilliam James Center for Research, ISPA- Instituto Universitário, Lisboa, Portugal

^bCentro de investigação interdisciplinar Egas Moniz (CiiEM), Instituto Superior Egas Moniz, Monte de Caparica, Portugal

Abstract

Purpose: Offenders who cross over in victims' age, gender and relationship usually have a greater number of victims, which is associated with sexual recidivism. This investigation aimed to examine detected sexual crossover prevalence in Portugal, and to explore the predictive ability of sociodemographic and criminological variables on victim crossover. **Method:** A retrospective sample of 247 male individuals incarcerated for sex offenses in a Portuguese prison was drawn from official records. **Results:** From those offenders with multiple victims ($n = 94$), 48% had victims of different age categories, 10% had both gendered victims, and 12% had intrafamilial and extrafamilial victims. Comparative statistics and logistic regressions were able to identify variables that distinguished non-crossover and crossover offenders and that predicted crossover, respectively. **Conclusions:** While likely underestimates of the prevalence of victim crossover, these findings are compared to previous International studies and provide a better understanding of the phenomenon.

Keywords: child sexual abuse, crossover, sex offender, polymorphism, victim selection

Background

Classification schemes, or typologies, usually discriminate sex offenders based on the type of offense perpetrated (e.g., rape, child sexual abuse, child pornography), and on the victim's age (child or adult), gender (male or female) and relationship with the perpetrator (intrafamilial or extrafamilial; Bickley & Beech, 2001; Blasko, 2016; Lanning, 2010; Robertiello & Terry, 2007). These typologies help guide officials on risk assessment, treatment plans and supervision strategies (Kleban, Chesin, Jeglic, & Mercado, 2013). For example, intrafamilial abusers may be subjected to lower supervision upon release based on the assumption that they were only a risk for their own family members. Extrafamilial child molesters may be restricted from frequenting places populated by children based on their preferred victim target. And rapist treatment programs may only feature modules on attitudes towards adult women.

However, there is a particular flaw underlying these typologies, as they assume that sex offenders are stable in their choice of victims and usually perpetrate the same type of offenses. Although the majority may remain relatively stable in their victim selection (Cann, Friendship, & Gonza, 2007; Guay, Proulx, Cusson, & Ouimet, 2001; Sim & Proeve, 2010), a significant portion cross over and are more heterogeneous in their offending patterns (Bourke & Hernandez, 2009; English, Jones, Patrick, & Pasini-Hill, 2003; Heil, Ahlmeyer, & Simons, 2003; Weinrott & Saylor, 1991).

Victim choice crossover or polymorphism occurs when an individual has victims of different age categories, of both genders or of disparate relationships to him (Heil et al., 2003). Studies that have analyzed sex offenders' victims throughout their criminal career have indicated relative stability in their subsequent choice of victims of the same gender, but less so regarding disparate age categories (Guay et al., 2001; Kleban et al., 2013; Sim & Proeve, 2010).

Prevalence of victim crossover appears to vary based on methodology, as official records seem to substantially underestimate the rates when compared to self-reports (Heil et al., 2003; Weinrott & Saylor, 1991). Table 1 summarizes the prevalence rates of victim crossover across International studies. The significant prevalence rates of crossover sex offenders have lead Kleban and colleagues (2013) to argue that classifying a sex offender based on their current victim selection may underestimate their level of recidivism risk and facilitate their access to a wider range of potential victims. Additionally, crossover offenders have higher recidivism scores in some actuarial measures (Cann et al., 2007; Olver, Wong, Nicholaichuk, & Gordon, 2007). Although, Stephens, Seto, Goodwill and Cantor (2018)

argue that this is related to their greater number of sexual offense victims, since that is associated with increased risk for sexual recidivism (Hanson & Bussière, 1998).

Table 1.

Summary of victim crossover prevalence rates across International studies

Sources	Methodology	Crossover domain		
		Age	Gender	Relationship
Weinrott & Saylor (1991) US, Washington	<ul style="list-style-type: none"> Incarcerated rapists and child molesters ($N = 99$) Self-reports 	32% of rapists had a child victim; and 12% of child molesters had an adult female victim	n/a	34% both extrafamilial and incest
Heil, Ahlmeyer & Simons (2003) US, Colorado	<ul style="list-style-type: none"> Incarcerated sex offenders ($N = 489$) <ul style="list-style-type: none"> Official records (OR) Self-reports and polygraph (SRP) 	7% (both < 15 years and ≥ 15 years) OR 70% (both < 15 years and ≥ 15 years) SRP	9% OR 36% SRP	7-17% various relations OR 24-80% various relations SRP
English, Jones, Patrick, & Pasini-Hill (2003) US (Three States)	<ul style="list-style-type: none"> Incarcerated sex offenders receiving treatment ($N = 180$) Polygraph reports 	39% (both child and adults)	31%	64% both extrafamilial and incest
Cann, Friendship, & Gonza (2007) England and Wales	<ul style="list-style-type: none"> Discharged serious sex offenders ($N = 1.345$) Official records 	8% (both < 16 years and adults)	9%	14% both intra and extrafamilial
Sim & Proeve (2010) South Australia	<ul style="list-style-type: none"> Sex offenders against children and adolescents at community-based treatment ($N = 128$) Official treatment reports 	48% (preschool ≤ 5 years, 6-12 years, and ≥ 13 years)	22%	26% both intra and extrafamilial

Kleban, Chesin, Jeglic, & Mercado (2013) US	<ul style="list-style-type: none"> • Incarcerated sex offenders in a prison ($N = 789$, 89% against children and 6% against adults exclusively). • Official conviction records <ul style="list-style-type: none"> ○ Index offense 	14% (child <13 years, adolescent 13-17 years, and adult >17 years)	13% had victims of both genders, 14	13% family member, acquaintance, or stranger
	<ul style="list-style-type: none"> ○ Criminal career 	40% (child, adolescent, and adult)	21%	48% various relations

Accordingly, research has tried to understand what makes an individual cross over in their sexual offending patterns. Victims' age crossover may be partially explained by the fact that, for some men, strong attraction to adults can coexist with a strong attraction to children, with the inverse being true as well, although it is more common for men to be attracted to adjacent age categories/ levels of maturity (Bailey, Hsu, & Bernhard, 2016). An investigation conducted by Michaud and Proulx (2009) found that crossover offenders present less exclusive phallometric profiles than rapists or child molesters (i.e., they were sexually attracted to scenes that involved both consensual and non-consensual sex with adult females, as well as to prepubescent females). Another study found that over 64% of the age crossover offenders in their sample scored high on a psychopathy measure, particularly on the factor associated with having a ruthless and callous personality. The authors suggested that those individuals may victimize different types of victims when the opportunities arise or when they feel bored.

Easier access to victims' and available opportunities may also help explain those who abuse both intra and extrafamilial victims. Cann and colleagues (2007) observed that the longer an individual had been offending, the more likely they were of having engaged in relationship crossover. Heil and colleagues (2003) also posited that, although sex offenders may have a preferred victim pool, preferences may change over time and may be expanded when that type is unavailable.

Regarding gender crossover, it appears that sexual attraction may be more fluid for those who are especially attracted to prepubescent children (Bailey et al., 2016). A study of 362 sex offenders in the US (Levenson, Becker, & Morin, 2008) indicated that those with preschool-aged (≤ 6 years old) victims were three times more likely to target both males and

females, than those with older victims. Blanchard and colleagues (2012) postulated that this might be due to the shared similarities between prepubescent boys and girls, owing to their absence of secondary sex characteristics.

Research on what distinguishes victim crossovers from non-crossovers, and its predictors is still scarce (Cann et al., 2007). Besides their greater number of sexual offense victims (Sim & Proeve, 2010; Stephens et al., 2018), crossover offenders exhibit more convictions for offenses (including sexual), and have been shown to be younger at the time of their first conviction for a sexual offense and older when discharged from custody for their index offense (Cann et al., 2007). These two age-related variables were also able to significantly predict victim crossover, in a negative and positive way, respectively (Cann et al., 2007). Furthermore, Levenson and co-workers (2008) tested the predictive ability of substance abuse, antisocial personality disorder, psychopathy, pedophilia, major mental illness, having a victim younger than 6 and being sexually abused as a child, on the probability of a sex offender having crossed over in victim's gender, specifically. The authors found that the only variables that contributed to that outcome was having a victim younger than six years old and having a major mental illness. To our knowledge, no other variables have been studied in regards to victim crossover.

We speculate that other sociodemographic and criminological variables may contribute to the outcome of being a crossover offender, due to their general relation to other offending outcomes. For instance, marital status and employment have been found to predict sexual offense versatility (McGloin, Sullivan, Piquero, & Pratt, 2007), while history of prior offenses has been associated with higher recidivism (Hanson & Bussière, 1998; Hanson & Morton-Bourgon, 2005). Denial of the offenses perpetrated has also been studied in relation to recidivism risk, but has achieved mixed results, as it appears that it may only be a significant risk factor for certain subgroups of sex offenders, although a pattern has yet to emerge (Mann, Hanson, & Thornton, 2010).

Victim crossover has yet to be studied outside Anglo-Saxon countries (i.e., Australia, Canada, UK, US) and this is the first study using a sample from a Mediterranean country, namely Portugal. Anglo-Saxon and Mediterranean countries differ in various aspects, for example, in their cultural values and levels of intimacy (Ardila, 2013; Wierzbicka, 2003). Portugal is also one of the safest countries in the world (Institute for Economics & Peace, 2017) and, although Canada and Australia are also highly ranked, there is a larger disparity to the UK and the US. In this sense, it is important to research offending patterns in other

countries not previously studied and compare them to the existing literature for similarities and differences.

The present investigation seeks to fill this gap and provide information on the prevalence of victim crossover using a Portuguese sample of incarcerated sex offenders. Additionally, as an exploratory study, our purpose is to investigate the relationship between some sociodemographic and criminological variables on victim crossover in general and, specifically, on age crossover. Understanding of the characteristics that distinguish sex offenders that abuse a greater number and variety of victims, as is the case of crossover offenders, is of paramount importance due to its related risk to sexual recidivism (Hanson & Bussière, 1998). Ultimately, knowledge of victim crossover predictors may help improve the precision of risk assessment and aid in the management, supervision and treatment plans of sexual offenders.

Method

The Portuguese Judicial System

According to the Portuguese General Office of Prison Services and Social Rehabilitation (Direção Geral de Serviços Prisionais e Reinserção Social – DGRSP, 2014a), at the end of 2014, 203 male individuals were serving sentences for rape and 275 for child sexual abuse/ dependent youngster sexual abuse in the Portuguese Judicial System¹⁻⁴. No official data regarding inmates incarcerated for other sex crimes is available, as their numbers were less significant at the time and, consequently, were not discriminated in the official reports.

In the Portuguese context, a child sexual abuse conviction can lead to sentences ranging from one to 10 years and a large portion of sex offenders can have their prison sentences suspended when its maximum length is equal to or less than five years (among other conditions). In those cases, they are instead required to comply with certain duties, like paying a fine and having to participate in sexology treatment programs. Unfortunately, there is no official data available that quantifies the number of individuals with suspended sentences by crime typology for the years 2014 and 2015 (DGRSP, 2014b, 2015). A recent article, citing the Portuguese Minister of Justice, mentioned that, between 2015 and 2016, there were 696 convictions for child sexual abuse and that 523 of those (i.e., about 75%) had their sentences suspended (Expresso, 2018). The article does not discriminate between male and female offenders, nor does it mention statistics for other sex crimes.

Participants

A retrospective convenience sample was drawn from a database of 261 male adult sex offender cases, collected from September 2014 to October 2015 at a Portuguese prison facility. These cases were from all the sex offenders that were incarcerated in that prison at that time, which was previously chosen due to its high concentration of sex offenders in its incarcerated population. Hence, the database featured, among others, 54% of the individuals incarcerated for child/ dependent youngster sexual abuse and rape in the Portuguese Judicial System at the time (DGRSP, 2014a). The remaining incarcerated sex offenders in the country were spread across other Portuguese regions, which hindered our access to them.

Additionally, the sample does not include those with suspended sentences. Therefore, it is not representative of all sex offenders in the Portuguese context. Rather, it reflects only those who committed more serious sexual offenses and that were serving prison sentences in that facility.

In 14 cases there was no information regarding the victims' characteristics (i.e., age, gender and relationship to the offender), which did not allow for crossover analyses, so these were subsequently removed from the sample. The four non-contact offenders (i.e., three convicted for child pornography and one for indecent exposure exclusively) were also excluded from the sample, following the same procedure used by previous authors (Heil et al., 2003; Levenson et al., 2008).

The final sample consisted of 243 male individuals serving sentences for contact sexual offences¹⁻⁴: 37% ($n = 89$) for child sexual abuse; 37% ($n = 91$) for rape; 7% ($n = 18$) for dependent youngster sexual abuse; 9% ($n = 22$) for mixed contact sexual offences (at least two of the above); and 10% ($n = 23$) were dual offenders of child pornography and contact sexual offences. Their sentences stretched from 28 to 300 months ($M = 110.18$; $SD = 53.34$).

Participants' age at the time of the assessment ranged from 21 to 76 ($M = 45.15$; $SD = 11.38$). The majority, 78% ($n = 189$), were Portuguese and 19% ($n = 45$) were of African descent, mainly from former Portuguese colonies; there were also three individuals from other European countries and six South Americans (predominantly from Brazil). Other sample descriptive information can be seen in Table 2.

Table 2.

Sample description (N = 243)

Categories	Frequency	Valid percentage
------------	-----------	------------------

Age at index offense <i>M (SD)</i>	37.24 (11.32)	
Education level (years) <i>M (SD)</i>	5.93 (3.25)	
Marital status		
Single	65	26.7
Divorced/ separated/ widower	96	39.6
Married/ common-law	82	33.7
Labor situation		
Unemployed	72	29.1
Employed	158	64.0
Retired	17	6.9
Social support (in prison)		
Absence	43	20.5
Inconsistent	43	20.5
From intimate partner, family and/ or friends	124	59.0
Substance abuse		
Absence	168	69.1
Alcohol	67	27.6
Drugs	8	3.3
Past criminal convictions		
Absence	122	51.7
Presence	114	48.3
Nonviolent	82	73.2 [†]
Violent	53	47.3 [†]
Sexual	35	31.3 [†]
Behavior at index offense		
Grooming/ seduction	64	26.7 [†]
Intimidation/ threats	130	54.2 [†]
Physical coercion	168	70.0 [†]
Attitudes about the index offense		
Denies responsibility	91	41.0
Justifies/ minimizes	106	47.7
Accepts responsibility	25	11.3

Notes. *M* = Mean, *SD* = Standard deviation. [†]Percentages of cases in multiple response sets

(the same participant can have more than one subcategory present so the total exceeds 100%).

Data Collection Procedure

To acquire permission to consult the offenders' records, formal authorizations were previously requested to the Portuguese General Office of Prison Services and Social Rehabilitation, as well as the prison facility that housed the participants. The William James Center for Research approved this study. The American Psychological Association's standards on the ethical treatment of participants were followed.

Data were extracted from the prison records of all individuals incarcerated for sex offenses in that facility by the leading researcher. The files generally contained details about the persons' sociodemographics (date of birth, marital status, profession, labor situation, education level); psychiatric reports (diagnoses of substance abuse problems, cognitive deficits, personality traits, symptomology or paraphilias); index offense sentencing decisions, which featured details about the circumstances surrounding it (i.e., victim characteristics and offender's behaviors at the offense); prison adjustment reports, which included management officials' assessments on the quality of the offenders' current social support and their attitudes towards the offense; and criminal conviction records. The latter only lists the type of crime for which the person was convicted and does not provide further information about the victims' characteristics. As such, the data did not allow for analyses featuring historical crossover offending, but only regarding the index offense. With the exception of information pertaining to substance abuse, the psychiatric records were generally sparse in individual diagnoses ($n_{\text{personality traits}} = 15$; $n_{\text{symptomatology}} = 14$; $n_{\text{cognitive deficits}} = 5$; $n_{\text{paraphilias}} = 4$ [categories not mutually exclusive]). Hence, we were not able to include these variables in the analyses. Thus, our selection of variables was due, in part, to the available information in the participants' files.

Dependent Variable

Detected victim crossover. Victim crossover was detected solely at index offense for individuals with multiple victims, similarly to Kleban and colleagues' (2013) first analysis, due to lack of details about past offenses' victim characteristics. Like in that same study, the index offense was determined to be the sex offense for which the offender was incarcerated at the time of the assessment (between 2014 and 2015). While the majority of the victims at the index offenses spanned through time, there may have been a small portion that resulted from a single assault incident.

Victim crossover at index offense was detected when an offender had multiple victims of different age categories, both gendered victims or of disparate relationships. Victims' age was coded into four categories based on the level of maturity, according to the Tanner stages (a scale of physical development of the body): prepubescent (≤ 10 years old; Tanner 1), pubescent (11-14 years; Tanner 2-3), postpubescent (15-17 years; Tanner 4), and adults (≥ 18 years; Tanner 5). Whilst the fifth Tanner stage includes individuals of 17 years, we opted to use 18 years since that is the legal age of adulthood in Portugal. Intrafamilial victims were those with a biological or sociolegal relation (e.g., stepfather, step-uncle or step-grandfather) to the offender, and extrafamilial included acquaintances or strangers.

Independent Variables

Sociodemographic predictors. We include two interval and four categorical variables that measure various sociodemographic characteristics: offender's age (in years) at index sexual offense; educational level (in number of years); marital status (coded as 1 = single, 2 = divorced/ separated/ widower, or 3 = married/ living in common law); labor situation (coded as 1 = unemployed, 2 = employed, or 3 = retired); social support while in prison (coded as 1 = absence, 2 = inconsistent, or 3 = from intimate partner, family and/ or friends). With the exception of social support while in prison, all other variables are related to the time of the index offense. More information about the coding of social support in prison can be found in Appendix A. These variables have been generally able to discriminate between sex offender types (Bard et al., 1987; Craissait & Beech, 2004). Cann and colleagues (2007) have also found that age at first conviction for a sexual offense and age at first court appearance were both able to predict crossover offending.

Criminological predictors. We include interval (frequency) and categorical (coded as 0 = absence, and 1 = presence) variables of nonviolent, violent and sexual criminal convictions prior to the index offense; use of grooming/ seduction, intimidation/ threats, or physical coercive behaviors at index offense (coded as 0 = absence, and 1 = presence); and two categorical variables for substance abuse (coded as 0 = absence, 1 = alcohol, or 2 = drugs) and attitudes about the index offense (coded as 1 = denies responsibility, 2 = justifies/ minimizes, or 3 = accepts responsibility). Appendix A contains more details about the coding rules. A history of past criminal behavior has been associated with higher recidivism (Hanson & Bussière, 1998; Hanson & Morton-Bourgon, 2005). Some studies have found that denial of the offense was related to recidivism in certain subgroups of sex offenders, although the patterns have differed across studies (Mann et al., 2010). An offender's behavior at index

offense has been shown to discriminate between different types of sex offenders (Bard et al., 1987; Craissait & Beech, 2004). And, while substance abuse, specifically, was unable to contribute to gender crossover *versus* non-crossover (Levenson et al., 2008), it has not been studied in relation to other types of victim crossover.

Statistical Analyses

As an exploratory study, all analyses were implemented after examination of the data. In accordance with Simmons, Nelson and Simonsohn's suggestion (2012), we acknowledge that we report how the sample size was determined, all data exclusions, all manipulations, and all measures in the study.

The characterization of victim crossover at index offense was made through a frequency and percentage study. The sample for the analyses that featured victim crossover included only those contact offenders that had multiple index victims ($n = 94$). In the sole instance of victims' age crossover, the sample was comprised of 92 individuals, as there were two cases that did not specify this information and were omitted from the analyses that featured this subject.

Independent samples *t*-tests were performed in order to examine the significance of the interval independent variables (i.e., offender's age at index offense, years of education, frequency of past nonviolent, violent and sexual convictions) on non-crossover (group 1) and crossover (group 2) offenders with multiple victims. The normality assumption was validated with univariate Shapiro-Wilk tests ($p \geq 0.05$) and skewness and kurtosis ($sk < 2$; $ku < 7$) observations. The homogeneity of variances' assumption was assessed in each group with the Levene's test based on the median ($p \geq 0.05$). A significance level of $\alpha = 0.05$ was considered for statistically significant differences. Cohen's *d* was provided as a measure of the effects' size, as described in Marôco (2011).

Chi-square tests were also executed in order to analyze the independence of the categorical sociodemographic (i.e., marital status; labor situation; social support in prison) and criminological variables (i.e., substance abuse; grooming, intimidation or physically coercive behaviors at index offense; attitudes about the index offense) between non-crossover (group 1) and crossover (group 2) offenders with multiple victims. A type I (α) error probability of 0.05 was considered for the chi-square analyses. Cramer's *V* was included as a measure of the effects' size.

A logistic regression analysis was performed so as to assess the significance of sociodemographic (i.e., age at index offense; years of education; marital status; labor

situation; social support in prison) and criminological predictors (i.e., presence of past nonviolent, violent and sexual criminal convictions; substance abuse; grooming, intimidation or physically coercive behaviors at index offense; attitudes about the index offense) on the probability that a sex offender with multiple victims would be classified either as a non-crossover or crossover of any domain (age, gender and relationship), as described in Marôco (2011). A second logistic regression was executed with the same variables in order to evaluate the probability that a sex offender had crossed over in victims' age, specifically. The lesser cases of gender and relationship crossover did not allow for valid separate logistic regressions. Logistic regression assumptions were validated through graphical analysis of the residuals and diagnostics of influential cases (studentized residuals $\leq .2$, Cook's distance < 1 ; Marôco, 2011). Four outlier observations were removed from the general crossover model, as it improved its significance and adjustment quality. In the victims' age crossover model, two outliers were removed in order to increase its quality. Moreover, in both logistic regressions there were 20 missing values related to the independent variables that were not included in the analyses. Thus, the final sample for the victim crossover (all three domains) logistic regression was 70 and the one for the age crossover regression was 72.

All the analyses were performed using the IBM SPSS Statistics software (v. 23.0, SPSS Inc., Chicago, Il., USA).

Results

Prevalence of Victim Crossover at Index Offense

In our sample of contact offenders, 39% ($n = 94$) had multiple victims. Figure 1 presents the prevalence of the detected crossover within this sample, based on victim characteristics at index sex offense. Ten individuals crossed over in more than one category, but there was no one who crossed over in all three domains.

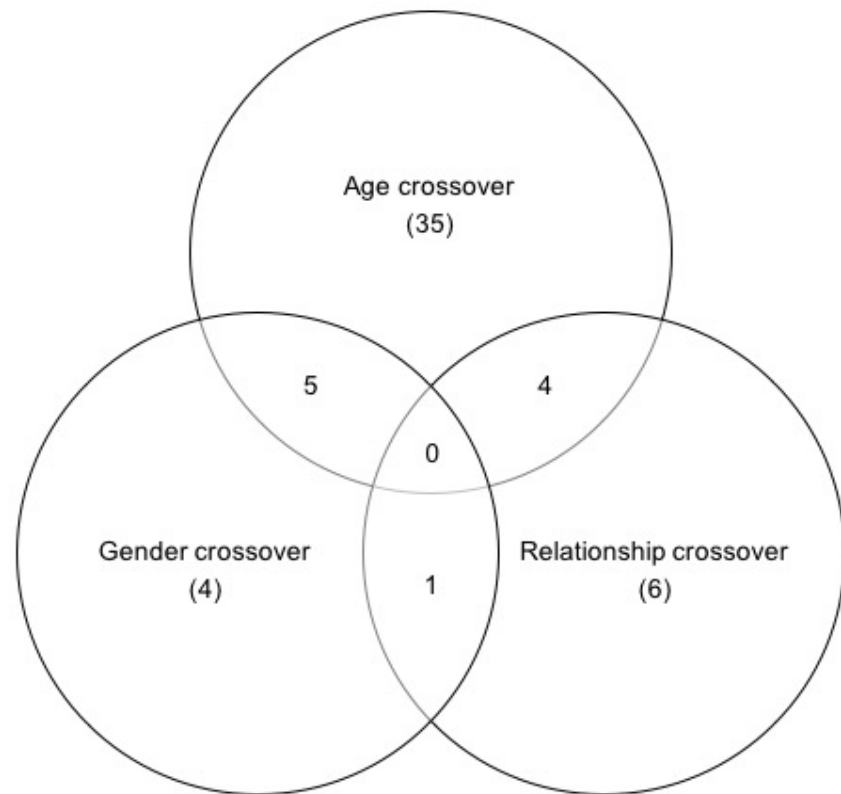


Figure 1. Venn diagram with the detected victim crossover sample ($n = 55$). The numbers in parenthesis indicate those offenders who crossed over in that domain. Intersecting circles denote those that crossed over in multiple domains.

Roughly 75% of those who crossed over in the age domain chose victims in adjacent age categories. Figure 2 demonstrates the distribution of the targeted victims' ages, within the age crossover sample ($n = 44$).

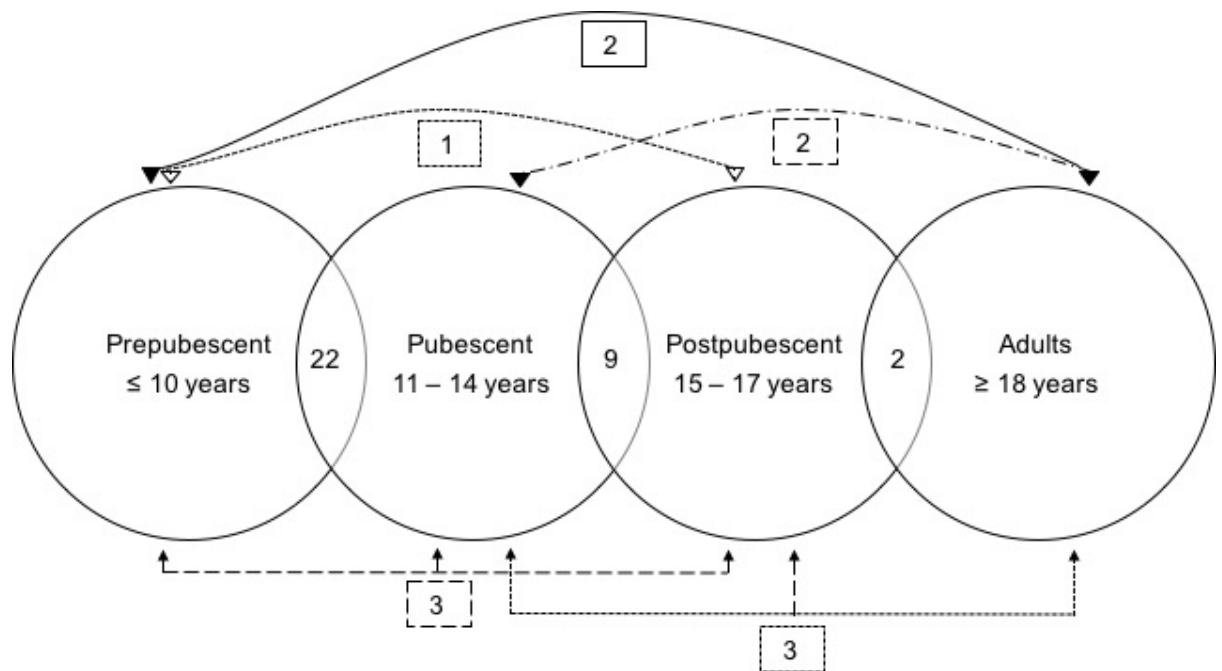


Figure 2. Representation of the distribution of the targeted victims' ages within the age crossover sample ($n = 44$). Each circle represents the victims' age category. Intersecting circles indicate individuals that targeted victims of adjacent age categories. Upper lines denote those that targeted victims of two remote age categories (directed by different patterned lines and arrows). Lower lines indicate those that targeted a broader range of victims from three distinctive age categories (directed by different patterned lines and arrows).

All the gender crossover offenders had prepubescent victims, but some of them were also age crossovers: besides prepubescent victims, four also had pubescent ones, another had a postpubescent, and one had an adult victim.

In order to compare our findings to those of other studies of victims' age crossover, we conducted three supplemental analyses on the prevalence of age crossover at index offense. In the first one, we used three age categories (< 13 years, $13 - 17$ years, and > 17 years) and found rates of age crossover of 30% ($n = 28$). In the second one, we compared two other different age categories (> 16 years and ≥ 16 years) and found crossover rates of 14% ($n = 13$). And in the third one, we compared two other age categories based solely on the legal age of adulthood (> 18 years and ≥ 18 years) and observed age crossover rates of approximately 8% ($n = 7$).

Comparison of Detected Crossover and Non-Crossover Offenders

Non-crossover ($n = 38$) and crossover offenders ($n = 54$) in victims' choice (including the age, gender and relationship domains) at index offense were compared on a range of sociodemographic and criminological variables. Independent samples *t*-tests revealed no statistically significant differences between the two groups for age at index offense ($t(89) = -.182$; $p = .856$; $d = -.04$); years of education ($t(90) = .038$; $p = .970$; $d = .01$); and frequency of past nonviolent ($t(50.298) = 1.894$; $p = .064$; $d = .45$) or sexual ($t(89) = -.578$; $p = .565$; $d = -.12$) convictions. The only significant variable was past violent convictions, which had a moderate effect ($t(51.227) = 2.008$; $p = .050$; $d = .48$). The results indicated that non-crossover offenders had a higher frequency of prior violent convictions ($M = 1.11$; $SD = 1.776$; $SEM = .292$), as opposed to crossover offenders ($M = .46$; $SD = .985$; $SEM = .134$).

Chi-square analyses with Fisher's exact test showed no statistically significant differences between non-crossover and crossover offenders regarding marital status ($\chi^2(2) = 1.943$; $p = .379$; $N = 92$; $\phi_C = .145$); labor situation ($\chi^2(2) = 2.538$; $p = .281$; $N = 92$; $\phi_C =$

.166); social support in prison ($\chi^2(2) = .701; p = .704; N = 82; \phi_C = .092$); use of grooming ($\chi^2(1) = 2.241; p = .134; N = 91; \phi_C = .157$), intimidation ($\chi^2(1) = .008; p = .929; N = 91; \phi_C = .009$), or physical force ($\chi^2(1) = .081; p = .777; N = 91; \phi_C = .030$) at index offense; and attitudes about the index offense ($\chi^2(2) = .911; p = .634; N = 84; \phi_C = .104$). However, substance abuse was dependent on the type of offender ($\chi^2(2) = 8.480; p = .014; N = 92; \phi_C = .304$). In this sense, a higher incidence of alcohol abuse was observed in the crossover group ($n_D = 14; 25.9\%$), when compared to the non-crossovers ($n_D = 3; 7.9\%$); and all the drug abusers were non-crossover offenders ($n_D = 3; 7.9\%$), as opposed to the crossovers ($n_D = 0; 0\%$).

Predictors of Victim Crossover at Index Offense

A logistic regression was performed to ascertain the effects of a wide range of sociodemographic and criminological variables on the likelihood that the offenders with multiple victims had crossed over in any domain (age, gender and relationship). After removal of four outliers, the adjusted model was statistically significantly ($G^2(18) = 34.212; p = .012; \chi^2_{\text{Wald}}(8) = 10.52; p = .23$). The model explained between 39% (R^2_{CS}) and 53% (R^2_{N}) of the variance in crossover offending and correctly classified 81% of the cases. It also exhibited high sensitivity (87%) and specificity (72%), as well as good discriminant ability (ROC $c = .882, SE = .043, p < .001, 95\% \text{ CI } [.798, .965]$). Table 3 shows the coefficients of the logistic regression model with all significant predictors, with absence being the reference outcome category in dichotomous variables. Being divorced/ separated/ widower, being employed prior to imprisonment and using alcohol increased the probability of being a crossover offender. However, increasing age at index offense was associated with a reduction in the chance of having crossed over. No other variables influenced the model probability.

Table 3.

Logistic regression model on the prediction of victim crossover offending (n = 70)

	β (SE)	χ^2_{Wald}	df	Exp(β)	95% C.I. for Exp(β)	
					Lower	Upper
Age at index offense	-.081* (.041)	3.918	1	.922	.851	.999
Marital status						
Single [†]		4.859	2			
Divorced/ separated/ widower	2.131* (1.020)	4.363	1	8.424	1.140	62.232

Married/ common-law	1.995 (1.390)	2.061	1	7.351	.483	111.979
Years of education	.016 (.130)	.016	1	1.017	.788	1.312
Labor situation						
Unemployed [†]		7.191	2			
Employed	2.925* (1.110)	6.943	1	18.630	2.115	164.077
Retired	2.338 (1.690)	1.915	1	10.363	.378	284.372
Social support (in prison)						
Absence [†]		3.183	2			
Inconsistent	1.786 (1.275)	1.961	1	5.964	4.90	72.642
From intimate partner, family, friends	.078 (1.156)	.005	1	1.081	.112	10.426
Substance abuse						
Absence [†]		5.743	2			
Alcohol	3.656* (1.526)	5.743	1	38.702	1.946	769.581
Drugs	-21.405 (28222.593)	.000	1	.000	.000	.
Past nonviolent convictions	.464 (.990)	.220	1	1.590	.229	11.062
Past violent convictions	-.972 (.909)	1.142	1	.378	.064	2.249
Past sexual convictions	-.528 (1.027)	.264	1	.590	.079	4.418
Grooming/ seduction during offense	1.859 (.953)	3.801	1	6.416	.990	41.575
Intimidation/ threats during offense	-.104 (.822)	.016	1	.901	.180	4.510
Physical force during offense	1.546 (.970)	2.538	1	4.692	.700	31.431
Attitudes about the offense						
Denies responsibility [†]		2.615	2			
Justifies/ minimizes	-.703 (.978)	.517	1	.495	.073	3.364
Accept responsibility	2.235 (1.847)	1.463	1	9.343	.250	349.156

Note. Victim crossover included the age, gender and relationship domains. There were 20 missing values in the analysis and four outliers that were removed to improve the model's quality. [†]Category of reference; C.I. = confidence intervals.

* $p < .05$.

A new statistically significant model was adjusted ($G^2(7) = 21.557$; $p = .003$; $\chi^2_{\text{Wald}}(8) = 4.292$; $p = .83$; $R^2_{\text{CS}} = .22$; $R^2_{\text{N}} = .30$), with only the previously significant variables: age at index offense ($\beta_{\text{age at index offense}} = -.015$; $\chi^2_{\text{Wald}}(1) = .355$; $p = .551$; OR = .986; 95% CI for OR [.939, 1.034]); marital status ($\beta_{\text{Divorced/ separated/ widower}} = .861$; $\chi^2_{\text{Wald}}(2) = 1.944$; $p = .163$; OR = 2.366; 95% CI for OR [.705, 7.935]); labor situation ($\beta_{\text{Employed}} = 1.478$; $\chi^2_{\text{Wald}}(2) = 5.536$; $p = .019$; OR = 4.384; 95% CI for OR [1.280, 15.018]); and substance abuse ($\beta_{\text{alcohol abuse}} = 2.611$; $\chi^2_{\text{Wald}}(2) = 5.232$; $p = .022$; OR = 13.610; 95% CI for OR [1.453, 127.473]). In the adjusted model, age at index offense and being divorced/ separated/ widower were no longer significant. Being employed and abusing alcohol were the only consistently significant predictors of victim crossover in general.

A second logistic regression was performed in order to analyze the effects of the same independent variables on the likelihood that the offenders with multiple victims crossed over in victims' age, specifically. Following the removal of two outliers, the adjusted model was statistically significant ($G^2(18) = 38.598$; $p = .003$; $\chi^2_{\text{Wald}}(8) = 6.799$; $p = .558$). The model explained between 42% (R^2_{CS}) and 56% (R^2_{N}) of the variance in age crossover and correctly classified 78% of the cases. It also exhibited high sensitivity (77%) and specificity (79%), as well as good discriminant ability (ROC $c = .880$, SE = .039, $p < .001$, 95% CI [.7803, .956]). Table 4 shows the coefficients of the logistic regression model with all predictors, with absence being the reference outcome category in dichotomous variables. Increasing years of education (prior to imprisonment), abusing alcohol, and using grooming/seduction strategies and/ or physically coercing the victim at index offense improved the probability of having crossed over in victims' age. No other variables influenced the model probability.

Table 4.

Logistic regression model on the prediction of victims' age crossover (n = 72)

	β (SE)	χ^2_{Wald}	df	Exp(β)	95% C.I. for	
					Exp(β)	
					Lower	Upper
Age at index offense	-.068 (.039)	3.129	1	5.558	.779	39.665
Marital status						
Single [†]		2.787	2			
Divorced/ separated/ widower	1.416 (.922)	2.358	1	4.121	.676	25.112

Married/ common-law	1.620 (1.256)	1.664	1	5.053	.431	59.224
Years of education	.303* (.133)	5.158	1	1.354	1.042	1.759
Labor situation						
Unemployed [†]		1.183	2			
Employed	1.009 (.951)	1.126	1	2.743	.425	17.697
Retired	1.383 (1.708)	.656	1	3.987	.140	113.268
Social support (in prison)						
Absence [†]		2.497	2			
Inconsistent	1.722 (1.211)	2.021	1	5.595	.521	60.093
From intimate partner, family and/ or friends	.583 (1.137)	.263	1	1.792	.193	16.639
Substance abuse						
Absence [†]		11.310	2			
Alcohol	4.845** (1.441)	11.310	1	127.122	7.549	214.552
Drugs	-23.107 (26574.452)	.000	1	.000	.000	.
Past nonviolent convictions	1.715 (1.003)	2.926	1	5.558	.779	39.665
Past violent convictions	-1.384 (.929)	2.222	1	.250	.041	1.546
Past sexual convictions	5.551 (.993)	.308	1	.576	.082	4.036
Grooming/ seduction during offense	1.981* (.950)	4.349	1	7.251	1.127	46.669
Intimidation/ threats during offense	.356 (.743)	.230	1	1.428	.333	6.127
Physical force during the offense	1.922* (.887)	4.697	1	6.835	1.202	38.868
Attitudes about the offense						
Denies responsibility [†]		2.316	2			
Justifies/ minimizes	.133 (.848)	.024	1	1.142	.217	6.016
Accepts responsibility	2.332 (1.574)	2.194	1	10.298	.471	225.321

Note. There were 20 missing values in the analysis and two outliers that were removed to improve the model's quality. [†]Category of reference; C.I. = confidence intervals.

* $p < .05$. ** $p < .01$

A new statistically significant model was adjusted ($G^2(5) = 27.943$; $p = < .001$; $\chi^2_{\text{Wald}}(8) = 8.923$; $p = .35$; $R^2_{\text{CS}} = .27$; $R^2_{\text{N}} = .36$), with only the previously significant variables: education ($\beta_{\text{education}} = .151$; $\chi^2_{\text{Wald}}(1) = 4.145$; $p = .042$; OR = 1.163; 95% CI for OR [1.006, 1.346]); substance abuse ($\beta_{\text{alcohol abuse}} = 2.863$; $\chi^2_{\text{Wald}}(2) = 10.831$; $p = .001$; OR = 17.512; 95% CI for OR [3.183, 96.337]); grooming behaviors ($\beta_{\text{grooming}} = 1.455$; $\chi^2_{\text{Wald}}(1) = 5.871$; $p = .015$; OR = 4.286; 95% CI for OR [1.321, 13.908]); and physical coercion ($\beta_{\text{physical coercion}} = 1.188$; $\chi^2_{\text{Wald}}(1) = 3.853$; $p = .050$; OR = 3.281; 95% CI for OR [1.002, 10.743]). In the newly adjusted model, all variables maintained their significant patterns.

Discussion

Victim crossover in sex offenses has been associated with having a larger number of victims (Stephens et al., 2018; Sim & Proeve, 2010), which is a risk factor for sexual recidivism (Hanson & Bussière, 1998). It is also a field lacking extensive research (Cann et al., 2007), particularly in non-Anglo-Saxon countries. The aim of this investigation was to contribute to a better understanding of this occurrence, using an incarcerated sample of male sex offenders in Portugal. Due to insufficient information regarding past victims' characteristics, we were only able to focus on crossover offending at index offenses. Hence, we first examined the prevalence of detected victim crossover at index offense. We then explored group comparisons of non-crossover and crossover offenders on a range of sociodemographic and criminological variables. Finally, we analyzed those variables' predictive ability on victim crossover in general and, specifically, on age crossover.

Despite only assessing victim crossover at index offense, our findings shared some resemblances to other International research that also relied on official criminal conviction records. By design, our study shares the closest similarities to Kleban and colleagues' (2013) investigation that also analyzed victim crossover at index offense.

In our Portuguese sample of 243 incarcerated sexual offenders, 39% ($n = 94$) had multiple index victims, which is similar to the 35% observed by Kleban and colleagues (2013) in the US. Among those, we found that 10% had victims of both genders and 12% had disparate relationships (intrafamilial and extrafamilial) with them. Our gender and relationship crossover rates are akin to those of Kleban and colleagues (2013) – 13% in both domains –, and to those of a previous study in the UK (Cann et al., 2007) – 9% gender and 14% relationship crossover. Thus, it appears that gender and relationship crossover prevalence is relatively stable across different Western countries, which is in accordance to

past research that used transitional matrices to analyze offenders' progression of victim selection (Guay et al., 2001; Sim & Proeve, 2010).

On the other hand, we observed a much higher age crossover rate (48%), when compared to the 8% in Cann and colleagues' (2007) and the 14% of Kleban and co-workers' (2013) studies. This difference may be partially explained by our use of four categories for victims' ages (≤ 10 years old; 11-14 years; 15-17 years; ≥ 18 years). Cann and co-workers (2007) used only two categories (<16 years and adults), whereas Kleban and colleagues (2013) used three (< 13 years; 13-17 years; >17 years). In order to compare our sample's results with theirs, we conducted additional analyses on age crossover prevalence, using both studies' age categories. When using the two categories, <16 years and adults, we found age crossover rates of 14%; and 30% when using the aforementioned three (< 13 years; 13-17 years; >17 years). Hence, we still found double the amount of age crossover prevalence in our Portuguese sample. We wonder if this a characteristic specific to our country or if we used a somewhat different definition of index offense than Kleban and colleagues' (2013). Ours include multiple victims from offenses that spanned through time, but there may be also a small portion that originated from a single assault incident, which we cannot confirm at this time. However, since those authors did not specify the source of their index offense multiple victims, we cannot be sure if the disparities are related to that. Further investigation that discriminates these two dynamics in victim crossover is needed. Replication of these findings in other Mediterranean countries is also desirable.

When analyzing the age crossovers' choice of victims, we found that 75% of those were from adjacent age categories, which is a common occurrence (Bailey et al., 2016). Consequently, 25% of the age crossovers had victims of remote (e.g., prepubescent and adult) and broader (e.g., pubescent, postpubescent and adult) age categories. Previously, Michaud and Proulx (2009) observed that crossover offenders had less exclusive phallometric profiles than rapists or child molesters, so our findings are not surprising.

On another note, one might question if crossover in adjacent age categories is a valid indicator of actual crossover, since age delimitation does not necessarily mean different levels of development, even if we did use the Tanner stages of physical maturity and its age-related gradients (prepubescents, pubescents, postpubescents and adults). Age crossover rates were influenced by the number of categories used to operationalize the phenomenon. As the number of categories increased so did the rates. Hence, we found lower prevalence of age crossover when using fewer categories (<16 years and ≥ 16 years; and child vs adolescent vs adult), as stated above. The smallest rate (8%) was detected when making comparisons based

solely on the legal age of adulthood (> 18 years and ≥ 18 years), although we believe this one disregards physical maturity level and may not be an appropriate measure for age crossover analyses. Even with fewer categories, our age crossover rates were still twice the amount of the aforementioned studies.

As in Levenson and co-workers' (2008) US study, our results corroborate that gender crossover appears to be more common for those individuals who target prepubescent victims. In our sample, all those who had both gendered victims ($n = 9$) abused prepubescent ones, which also supports Bailey and colleagues' (2016) findings that gender attraction is more fluid for those especially attracted to prepubescents. Blanchard and colleagues (2012) previously theorized that this may be due to the fact that prepubescent boys and girls share more physical similarities and do not have their secondary sex characteristics developed. Of significance, six of those nine gender crossovers also had victims of other age categories besides the aforementioned, with the majority ($n = 4$) having pubescent ones as well. Only two offenders targeted victims of more remote levels of maturity, demonstrating less exclusive victimization patterns.

Although our prevalence rates of victim crossover at index offense are similar to other studies that used official conviction records, it is important to note that our methodology may be seriously undervaluing the occurrence (Heil et al., 2003; Kleban et al., 2013; Weinrott & Saylor, 1991). For instance, after including the offenders' past sexual convictions together with their index ones, Kleban and colleagues (2013) found much higher prevalence rates of crossover offending in their sample. Presently, almost half of the sex offenders in our sample had at least one past conviction. Of those, 32% were of a sexual nature. As we had no information on the exact characteristics of those past victims, we were not able to provide a more detailed analysis of crossover over the offenders' criminal careers. Thus, the actual crossover rates of sex offenders in Portugal may be much higher. This leads us to agree with Kleban and colleagues (2013), that a significant portion of sex offenders are not stable in their victim selection. Consequently, officials should bear this in mind when deciding on the risk level of a sex offender. If based solely on whether the offender targeted adults, or children related to them, they may be underestimating their risk level and facilitating their access to a wider range of potential victims.

Past investigations have called for studies to ascertain the individual characteristics and situational factors related to victim crossover, in order to aid officials with essential information for effective sex offender risk assessment, treatment and management (e.g., Cann et al., 2007; Kleban et al., 2013). Our study was able to make a contribution in this field by

identifying some of the variables that distinguish crossover and non-crossover offenders in general. We conducted exploratory group comparisons on a range of sociodemographic and criminological variables, which the literature had shown were related to criminal behavior (Hanson & Bussière, 1998; Hanson & Morton-Bourgon, 2005; McGloin et al., 2007), and that were generally able to distinguish between sex offender types (Bard et al., 1987; Craissati & Beech, 2004). Our findings revealed that a higher percentage of the crossovers abused alcohol at index offense, whereas all the drug abusers were non-crossovers and they also had a higher frequency of past violent criminal convictions. An earlier study from the UK (Cann et al., 2007) observed that age at first conviction for a sexual offense and age at discharge from custody for the index offense successfully discriminated crossover and non-crossovers. While not equivalent measures, age at index offense did not differentiate between these two groups in our present sample. Overall, both groups shared more similarities than differences, as they were also non-distinguishable in years of education; in frequency of past nonviolent or sexual convictions; in marital status or labor situation prior to imprisonment; social support in prison; use of grooming, intimidation or physically coercive behaviors at index offense; and in attitudes about the index offense.

We also tested the predictive ability of the aforementioned sociodemographic and criminological variables on victim crossover at index offense in general and, specifically, on age crossover. Being young at index offense was one of the variables that successfully predicted victim crossover in general, but not in the age domain, particularly. Previously, Cann and colleagues (2007) found that age at discharge from custody and age at first sexual conviction were able to predict age crossover, but were strongest when predicting relationship crossover. As mentioned above, since we used different measures of age, our results are non-comparable. Nevertheless, our finding that age at index offense increased the likelihood of being a victim crossover in general, and the results from those authors, lead us to wonder if an offender's age has a bigger impact in relationship crossover specifically. Since we had too few crossovers in the relationship domain we were not able to test this hypothesis. Further research is needed in order to clarify this matter.

We observed that being divorced/ separated/ widower and being employed predicted victim crossover in general. Previous research stated that changes in life's circumstances can create opportunities to engage in some types of offenses (Horney, Osgood, & Marshall, 1995; Gottfredson, 2005). Perhaps not having a family or being employed allows crossovers to have more contact with a wider assortment of victims and facilitates their offending opportunities.

However, age crossover, specifically, was predicted by higher frequency of education and not by marital status or labor situation. Better understanding of this dynamic is necessary.

We also found that alcohol abuse contributed to being a crossover offender in general and, particularly, in the age domain. It is possible that alcohol abuse disinhibits crossovers into perceiving the existence of more criminal opportunities and also permits them to interact with more deviant peers (McGloin et al., 2007). Nonetheless, this result is different from Levenson and colleagues' (2008), who did not find that substance abuse influenced gender crossover. While they only examined gender crossover, we analyzed age and victim crossover in general. Perhaps, gender crossover, specifically, is not influenced by substance abuse. We cannot be sure of this assumption, since we did not test it due to the low number of gender crossovers in our sample. Moreover, we assessed victim crossover at index offense based on the conviction records of incarcerated offenders, whereas they collected data from psychological evaluation reports of sexually violent predators in civil commitment. Different methodology may help explain our contrasting results.

Our findings also indicated that age crossovers, specifically, tended to use grooming/ seduction behaviors at index offense, and were also likely to resort to physical coercion when former was not a successful strategy. It is possible that grooming tactics allows crossovers to engage with a wider variety of potential victims.

While frequency of past violent criminal convictions was able to discriminate between crossovers and non-crossovers in the group comparisons, as stated above, having a past violent conviction was not able to contribute to either outcome in the logistic regressions. This discrepancy may be due to the different measures used in both analyses. In the former, we used an interval variable of frequency of past violent convictions, but in the logistic regressions we converted it into a categorical variable coded for absence or presence. Hence, it seems that the presence of past violent convictions alone does not influence victim crossover, but only having a higher frequency of those types of convictions.

Of importance, both regressions' confidence intervals were too wide, which reflects the fact that our sample size is small. The adjusted model of age crossover with only the originally significant variables was able to replicate the same patterns, which gives us a little more confidence regarding our interpretation of the findings. However, the adjusted model of general victim crossover was unable to fully replicate the original results, with being employed and abusing alcohol as the only significant predictors. Therefore, we strongly recommend replication of our findings with a larger sample.

Study Limitations

The present study has several limitations that should be considered when interpreting our results. Firstly, our data was retrieved from official conviction records, which has been shown to substantially underestimate crossover rates (Heil et al., 2003; Weinrott & Saylor, 1991). Moreover, while most of the previous research has examined victim crossover in an offender's criminal career, we only focused on the index offenses (i.e., sex offenses for which they were incarcerated) due to lack of information regarding their past sexual victims' characteristics. Our results probably undervalue crossover prevalence in Portugal. Hence, the present study concludes that *at least* 35% of the incarcerated serious sex offenders in Portugal have crossed over in some type of victim selection.

One of our greatest limitations lies in our crossover small sample size, which hinders the regression power of our analyses. Of note, this small sample size reflects the low number of sex offenders incarcerated in Portugal (Expresso, 2018), and our overall lower crime rates when compared to other countries.

We also could not distinguish between those offenses with multiple victims that spanned through time and those that resulted from single assault incidents. All these have an impact on our findings' replication and comparison with other International studies that used disparate methodology. Of note, our study is still comparable to Kleban and colleagues' (2013), who also analyzed crossover at index offense based on official conviction records and did not specify if this spanned through time or if it resulted from a single assault incident.

Additionally, our sample did not include sex offenders with suspended prison sentences, so our findings cannot be generalized to encompass all convicted sex offenders in the Portuguese Judicial System. Rather, they only represent those that perpetrated more serious sexual offenses and were incarcerated during 2014-2015 at that correctional facility. Future research should include those sex offenders with suspended sentences so as to provide a more accurate depiction of this population in general.

Another limitation lies in the fact that the coding of the variables' information was solely done by the leading researcher, which does not allow for analysis of interrater reliability, therefore affecting the generalization of our findings. Finally, the cross-sectional nature of our study only permits the classification of these offenders as non-crossover or crossover based on the data at that point in time. Some of those classified as non-crossover offenders may indeed crossover in the future, which we would only be able to evaluate in a longitudinal study.

Implications and Future Research

Despite our data's limitations, these findings are a first indication of sexual crossover in Portugal. In general, we did not find significant differences in the prevalence of victim crossover from preceding research in other countries that would indicate singularity in the Portuguese culture. The sole exception was age crossover which had much higher rates despite being limited to index offense information, retrieved from official records.

Officials should bear in mind that a significant portion of sex offenders will cross over in victims' type, either due to less exclusive preferences (Michaud & Proulx, 2009) or to a greater ability to disregard those if their preferred victim type is not accessible when the opportunities arise (Heil et al., 2003). Our results partially support these hypotheses, as we found that a subset of age crossovers assaulted victims of remote or broader age categories, and that certain life circumstances (marital status and labor situation) were able to predict victim crossover at index offense.

Future research should replicate our findings using a more robust measure of victim crossover (across criminal careers whilst relying on self-reports in conjunction with official records). Additionally, an examination of victim crossover among less "serious" sex offenders with suspended sentences will contribute to a better understanding of this phenomenon. We strongly recommend that future research try and replicate our findings with the same sociodemographic and criminological variables, while using a larger sample. Since having victims in adjacent age categories does not necessarily reflect "actual" crossover, we suggest conducting these same analyses while operationalizing age crossover solely as having victims in non-adjacent and/ or broader age categories. We also recommend analyzing the role of other psychometric and situational variables that may contribute to victim crossover in general, and to specific types of crossover (e.g., relationship). Identifying those characteristics that distinguish crossovers from non-crossovers would improve risk assessment and facilitate the development of more effective treatment plans and supervision strategies for sex offenders.

Notes

1. Under the Portuguese Penal Code, a rape offense is defined as someone who compels another person: to suffer or to practice, with himself or with others, copula, anal intercourse or oral coitus; or to undergo vaginal or anal introduction of parts of the body or objects. This compelling can be made by means of violence, serious threat, or after having,

for this purpose, rendered the person unconscious or made impossible to resist, or by any other means.

2. A child sexual abuse offense is categorized as any person who commits a sexual act with someone under the age of 14, or causes him to practice it with another person. This includes: copulation; anal intercourse; oral intercourse; vaginal or anal introduction of parts of the body or objects; sexual harassment; involvement with a minor under 14 years of age, through conversation, writing, spectacle or pornographic objects; and enticement of children under 14 years of age to watch scenes of sexual abuse or activities.

3. A dependent youngster sexual abuse offense is classified as anyone who practices or performs a sexual act, such as those described above for child sexual abuse, but in relation to a minor between 14 and 18 years who has been entrusted to him for education or assistance.

4. A child pornography offense is defined as any person who: uses a minor in a pornographic show or entices him to do so; uses a minor in a pornographic photography, film or recording, regardless of its material, or entices him for that purpose; produces, distributes, imports, exports, discloses, displays or assigns, under any title or by any means, the aforementioned materials; or acquires or holds those materials for the purpose of distributing, importing, exporting, disclosing, displaying or assigning.

Acknowledgements

The authors would like to acknowledge the assistance of the Portuguese General Office of Prison Services and Social Rehabilitation (Direção Geral de Serviços Prisionais e Reinserção Social) and the prison establishment where the study was conducted. The authors are grateful to reviewers whose comments and insight have added to this paper.

The authors take responsibility for the integrity of the data, the accuracy of the data analyses, and have made every effort to avoid inflating statistically significant results.

References

- Ardila, A. (2013). The impact of culture on neuropsychological test. In B. P. Uzzell, M. Ponton, A. Ardila (Eds.), *International Handbook of Cross-Cultural Neuropsychology* (pp. 23-44). New York, NY: Psychology Press.
- Bailey, J. M., Hsu, K. J., & Bernhard, P. A. (2016). An Internet study of men sexually attracted to children: Sexual attraction patterns. *Journal of Abnormal Psychology, 125*(7), 976–988. <http://dx.doi.org/10.1037/abn0000212>

- Bard, L. A., Carter, D. L., Cerce, D. D., Knight, R. A., Rosenberg, R., Schneider, B. (1987). A descriptive study of rapists and child molesters: Developmental, clinical, and criminal characteristics. *Behavioral Sciences and the Law*, 5(2), 203-220. <https://doi.org/10.1002/bsl.2370050211>
- Bickley, J., & Beech, A. R. (2001). Classifying child abusers: Its relevance to theory and clinical practice. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 45(1), 51–69. <https://doi.org/10.1177/0306624X01451004>
- Blanchard, R., Kuban, M. E., Blak, T., Klassen, P. E., Dickey, R., & Cantor, J. M. (2012). Sexual attraction to others: A comparison of two models of alloerotic responding in men. *Archives of Sexual Behavior*, 41(1), 13–29. <http://dx.doi.org/10.1007/s10508-010-9675-3>
- Blasko, B. L. (2016). Overview of sexual offender typologies, recidivism, and treatment. In E. L. Jeglic, & C. Calkins (Eds.), *Sexual Violence: Evidence Based Policy and Prevention* (pp. 11-29). Switzerland: Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-44504-5_2
- Bourke, M. L., & Hernandez, A. E. (2009). The ‘Butner study’ redux: A report of the incidence of hands-on child victimization by child pornography offenders. *Journal of Family Violence*, 24(3), 183-191. <https://doi.org/10.1007/s10896-008-9219-y>
- Cann, J., Friendship, C., & Gonza, L. (2007). Assessing crossover in a sample of sexual offenders with multiple victims. *Legal and Criminological Psychology*, 12(1), 149-163. <https://doi.org/10.1348/135532506X112439>
- Craissati, J., & Beech, A. (2004). The characteristics of a geographical sample of convicted rapists: Sexual victimization and compliance in comparison to child molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 19(4), 371-388. <https://doi.org/10.1177/0886260503262078>
- DGRSP – Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2014a). *Estatísticas do ano 2014: Reclusos condenados existentes em 31 de dezembro, segundo o sexo, os escalões de idade e a nacionalidade, por crimes*. Retrieved from http://www.dgsp.mj.pt/paginas/estatisticas/estatisticas_arq_mostra.php?id=2014
- DGRSP – Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2014b). *Relatório estatístico anual 2014*. Retrieved from <http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/estat>
- DGRSP – Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2015). *Relatório estatístico anual 2015*. Retrieved from <http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/estat>

- English, K., Jones, L., Patrick, D., & Pasini-Hill, D. (2003). Sexual offender containment: Use of the post-conviction polygraph. *Annals of New York Academy of Sciences*, 989, 411–427. <https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.2003.tb07322.x>
- Expresso (2018, April 5th). Tribunal de Braga dá como provado abusos sexuais a criança mas aplica pena suspensa a pedófilo. *Expresso*. Retrieved from <http://expresso.sapo.pt/revista-de-imprensa/2018-04-05-Tribunal-de-Braga-da-como-provado-abusos-sexuais-a-crianca-mas-aplica-pena-suspensa-a-pedofilo#gs.9=qkSMQ>
- Gottfredson, M. R. (2005). Offender classifications and treatment effects in developmental criminology: A propensity/event consideration. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 602(1), 46–57. <https://doi.org/10.1177/0002716205279937>
- Guay, J. P., Proulx, J., Cusson, M., & Ouimet, M. (2001). Victim-choice polymorpha among serious sex offenders. *Archives of Sexual Behavior*, 30(5), 521-533. <https://doi.org/10.1023/A:1010291201588>
- Hanson, R. L., & Bussière, M. T. (1998). Predicting relapse: A meta-analysis of sexual offender recidivism studies. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 66(2), 348-362. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.66.2.348>
- Hanson, R. K., & Morton-Bourgon, K. (2005). The characteristics of persistent sexual offenders: A meta-analysis of recidivism studies. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73(6), 1154–1163. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.73.6.1154>
- Heil, P., Ahlmeyer, S., & Simons, D. (2003). Crossover sexual offenses. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 15(4), 221-236. <https://doi.org/10.1177/107906320301500401>
- Horney, J., Osgood, D. W., & Marshall, I. H. (1995). Criminal careers in the short-term: Intra-individual variability in crime and its relation to local life circumstances. *American Sociological Review*, 60(5), 655–73. <https://doi.org/10.2307/2096316>
- Institute for Economics & Peace (2017). *Global Peace Index 2017: Measuring peace in a complex world*. Retrieved from <http://visionofhumanity.org/app/uploads/2017/06/GPI17-Report.pdf>
- Kleban, H., Chesin, M. S., Jeglic, E. L., & Mercado, C. C. (2013). An exploration of crossover sexual offending. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment* 25(5) 427–443. <https://doi.org/10.1177/1079063212464397>
- Lanning, K. V. (2010). *Child molesters: A behavioral analysis* (5th ed.). Retrieved from <https://www.icmec.org/wp-content/uploads/2015/10/US-NCMEC-OJJDP-Child->

Molesters-A-Behavioral-Analysis-Lanning-2010.pdf

- Levenson, J. S., Becker, J., & Morin, J. W. (2008). The relationship between victim age and gender crossover among sex offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 20(1), 43-60. <https://doi.org/10.1177/1079063208314819>
- Mann, R. E., Hanson, R. K., & Thornton, D. (2010). Assessing risk for sexual recidivism: Some proposals on the nature of psychologically meaningful risk factors. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 22(2), 191–217. <https://dx.doi.org/10.1177/1079063210366039>
- Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS Statistics (5ª Edição)*. Pero Pinheiro: ReportNumber, Lda.
- McGloin, J., Sullivan, C., Piquero, A., & Pratt, T. (2007). Local life circumstances and offending specialization/versatility: Comparing opportunity and propensity models. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 44(3), 321–346. <https://doi.org/10.1177/0022427807302664>
- Michaud, P., & Proulx, J. (2009). Penile-response profiles of sexual aggressors during phallometric testing. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 21(3), 308-334. <https://doi.org/10.1177/1079063209342073>
- Olver, M. E., Wong, S. C., Nicholaichuk, T., & Gordon, T. (2007). The validity and reliability of the Violence Risk Scale—Sexual Offender version: Assessing sex offender risk and evaluating therapeutic change. *Psychological Assessment*, 19(3), 318-329. <http://dx.doi.org/10.1037/1040-3590.19.3.318>
- Porter, S., Fairweather, D., Drugge, J., Birt, A., Hervé, H., & Boer, D. (2000). Profiles of psychopathy in incarcerated sexual offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 27(2), 216–233. <https://doi.org/10.1177/0093854800027002005>
- Robertiello, G., & Terry, K. J. (2007). Can we profile sex offenders? A review of sex offender typologies. *Aggression and Violent Behavior*, 12(5), 508–518. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2007.02.010>
- Sanderson, C. (2004). *The Seduction of Children: Empowering Parents and Teachers to Protect Children from Child Sexual Abuse*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Sim, D. J., & Proeve, M. (2010). Crossover and stability of victim type in child molesters. *Legal and Criminological Psychology*, 15(2), 401-413. <https://doi.org/10.1348/135532509X473869>
- Simmons, J., Nelson, L., & Simonsohn, U. (2012). *A 21word solution*. SPSP Dialogue Newsletter. <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2160588>

- Stephens, S., Seto, M. C., Goodwill, A. M., & Cantor, J. M. (2018). The relationships between victim age, gender, and relationship polymorphism and sexual recidivism. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 30(2), 132-146. <https://doi.org/10.1177/1079063216630983>
- Weinrott, M. R., & Saylor, M. (1991). Self-report of crimes committed by sex offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 6(3), 286–300. <https://doi.org/10.1177/088626091006003002>
- Wierzbicka, A. (2003). *Cross-cultural pragmatics: The semantics of human interaction* (2nd ed.). Berlin: Mouton de Gruyter.

Appendix A

Variables' coding rules

Table A1.

Coding criteria about the nature of social support, criminal conviction types, offenders' behavior at index offense and attitudes about it

Variable	Coding rules
Social support in prison	<p>0 = absent, when the individual had no visitations, no telephone calls, or reported having no family or friends to support him</p> <p>1 = inconsistent support, when contact with family or friends was very sporadic (e.g., one or two visitations and/ or very few telephone calls per year)</p> <p>2 = presence of social support, when the individual had regular visitations (e.g., monthly or weekly) and telephone calls (e.g., weekly or daily) from either family members, intimate partner and/ or friends.</p>
Past criminal convictions	<p>Nonviolent crimes include those related to property offenses (e.g., theft, embezzlement); fraud and other financial crimes; intoxication-related crimes, such as driving under the influence, etc.</p> <p>Violent crimes include offenses against the person, like assault, battery, domestic violence, robbery, homicide, kidnapping, etc.</p> <p>Sexual crimes are offenses of a sexual nature, such as child sexual abuse, rape, dependent youngster sexual abuse, child pornography, indecent</p>

		exposure, sexual harassment, etc.
Behavior index offense	at	Grooming/ seductive behaviors were coded when the perpetrator intentionally tried to befriend and establish an emotional connection with the victim in order to lower the person's inhibitions and facilitate the sexual acts (e.g., giving gifts, attention, befriend the family, among others; Sanderson, 2004)
		Intimidating behaviors involved those where the offender threatened the victim to facilitate the sexual acts (e.g., taking nude pictures and saying that he would distribute them online if the victim did not cooperate)
		Physical coercive behaviors were those where the offender physically overpowered the victim with force into submitting to the sexual acts (e.g., by physically harming them or restraining them)
Attitudes about the offense	index	0 = denial of responsibility, when the individual denies having committed the crime
		1 = justification/ minimization, when the perpetrator confirms that the sexual acts happened, but tries to justify them (e.g., mentioning that the victim wanted it, or that it only happened because he was intoxicated) or minimizes them (e.g., saying it was only oral sex)
		2 = Accepts responsibility, coded when the offender acknowledges the crime and his part in it and shows remorse

ARTIGO 5

Predicting Sexual Offenders' Specialization/Versatility: The Role of Impulsivity and Morality

Artigo submetido a 09/07/2018 em: Journal of Research in Crime and Delinquency.

Mariana Amaral Saramago^a, Jorge Cardoso^b, Isabel Leal^a

^aWilliam James Center for Research, ISPA- Instituto Universitário, Lisboa, Portugal

^bCentro de investigação interdisciplinar Egas Moniz (CiiEM), Instituto Superior Egas Moniz, Monte de Caparica, Portugal

Abstract

Objectives: the main purpose of this exploratory study was to test Gottfredson and Hirsh's general theory of crime and Wikström's situational action theory, by examining the predictive ability of impulsivity and morality applied to the context of offending specialization/versatility. Method: the overall sample consisted of 136 sex offenders incarcerated in a Portuguese prison. Group comparisons (ANOVA) and multiple linear regression analyses on untransformed and corrected versions of the diversity index were conducted. Results: overall, the different versions of the diversity index presented disparate results. Sex offenders were found to be generally alike, but rapists tended to be more versatile than extrafamilial child molesters. Morality was the strongest predictor of offending specialization-versatility, while impulsivity was mostly non-significant. Conclusions: a better understanding of the role of morality on offending specialization/versatility, as it relates to recidivism, is important in order to tailor successful interventions. Further implications and recommendations are discussed.

Keywords: impulsivity, moral, specialization, sex offender, versatility

BACKGROUND

Diverse criminal behavior is an important risk factor for nonsexual violent recidivism, and engagement in varied sex crimes increases the risk for sexual offense recidivism, specifically (Hanson and Bussière 1998). Offending specialization/versatility is one of the most researched topics in criminology. Specialization is usually defined by an individual's tendency to perpetrate the same types of offenses on consecutive arrests, whereas versatility refers to engagement in a wider range of offense types (e.g., violent, property, drug-related, or sexual) throughout their criminal careers (MacDonald et al. 2014).

Most findings in this field suggest that offenders are generally versatile in their criminal practices and that specialization tends to increase with age (MacDonald et al. 2014; McGloin et al. 2007; Nieuwebeerta et al. 2011; Piquero et al. 1999; Wright, Pratt, and DeLisi 2008). Versatility also seems to correlate with frequency of offending (McGloin et al. 2007; Sullivan et al. 2006), but this may be due to the bias in the measuring instrument used – the diversity index (Francis and Humphreys 2016).

Research has shown that sexual offenders exhibit versatility as well, since they tend to engage in a wide variety of non-sex crimes (DeLisi 2001; Lussier 2005; Simon 2000; Smallbone and Wortley, 2004; van Wijk et al. 2005; Weinrott and Saylor, 1991). Notwithstanding this, sex offenders also appear to specialize within sexual offending (Soothill et al. 2000), yet the degree of specialization seems to be different depending on the subgroup type. Non-contact offenders (i.e., those convicted for indecent images of children) seem to have the highest level of specialization compared to contact offenders of adult and child victims (Howard, Barnett, and Mann 2013). Regarding the latter, rapists are thought to be much more versatile, whilst child molesters display higher frequency and specialization in sexual offenses (Harris et al. 2009; Lussier and Cale 2013; Lussier, LeBlanc, and Proulx 2005a; Miethe, Olson, and Mitchell 2006). Harris and colleagues (2009) found that incest child molesters are similar to rapists in this regard, and that crossover offenders that have both child and adult victims specialize more in sexual offenses than child molesters.

One of the models that provides contributions to the topic of offending specialization/versatility is Gottfredson and Hirsh's (1990) general theory of crime (GTC). GTC posits that all crimes reflect the individuals' tendency to pursue immediate gratification. On the other hand, the reason for a person's conformity to laws and norms lies solely in their self-control, which is an ability to delay gratification and propensity towards long- or short-

term thinking. The authors argue that low self-control is a multifaceted trait that involves a number of components, such as impulsivity, risk-taking, bad temper, egocentrism and a preference for simple tasks and physical activity. According to the theory, individuals with low self-control are more likely to start offending earlier in life, to do so more frequently, and to perpetrate a wider variety of crimes depending on the situation. Moreover, they tend to place themselves in life circumstances that provide an ampler range of criminal opportunities.

Granting credibility to the GTC, research has found that low self-control is related to persistence in criminal careers (DeLisi and Vaughn 2008; Piquero, Moffitt, and Wright 2007). Additionally, the impulsivity trait is related to greater risk of perpetrating and recidivating in sexual offenses (Davis et al. 2015; Fox 2017; Healey and Beauregard 2017; Lussier, Beauregard, Proulx, and Nicole 2005b; Prentky, Knight, Lee, and Cerce 1995; Wilhite and Fromme 2017). Impulsivity is defined as a predisposition towards acting without thinking of the possible consequences (Wilhite and Fromme 2017). This specific facet has not been studied in regards to offending specialization/versatility among sex offenders.

Generally overlooked by explanatory models of offending, like Gottfredson and Hirsh's (1990) theory, morality has recently been shown to be a strong predictor of the intent to commit criminal conducts and recidivism across cultural samples, even after controlling for sociodemographic variables (Antonaccio and Tittle 2008; de Li 2004; Hirtenlehner and Kunz 2016; Ishoy 2017; Rogers, Smoak, and Liu 2006; Stams et al. 2006; Svensson et al. 2010; van Vugt et al. 2011; Wang et al. 2017). Morality can be defined as internalized ideas or beliefs about right or wrong that guide a person's actions (Piquero et al. 2016).

Studies have indicated that juvenile and adult offenders usually display lower levels of morality than community controls (Buttall 2008; Gibbs et al. 2007; Lardén et al. 2015; Palmer 2003; Stams et al. 2006). And that sex offenders in general are not different from non-sex offenders regarding morality (Ashkar and Kenny 2007; Wilson, Goodwin, and Beck 2002).

Encompassing both constructs of self-control and morality, while keeping in mind the role of temptation and opportunity, Wikström (2014) developed a new model on offending behavior – the situational action theory (SAT). He contends that morality plays a central role in an individual's decision to act in a normative or deviant way. According to SAT, a person with high levels of morality will never choose to engage in deviant behaviors as they do not see it as a viable alternative, whereas one with a lower degree may be more likely to act out in a deviant manner. Moreover, only when people deliberate and there is a conflict in their moral beliefs will the outcome be influenced by internal (i.e., self-control) or external (i.e.,

deterrence) processes. The ability to exercise self-control will also depend on the individual's executive functions as well as certain situational factors/ specific settings (e.g., intoxication, stress). Thus, SAT posits that people with low levels of morality and self-control will be more prone to engage in criminal behavior, as there is a higher likelihood of them seeing and choosing crime as an option.

Studies that have analyzed SAT's propositions have found that morality is the strongest predictor of deviant behavior and that self-control has a small or no direct effect on crime, but instead interacts with other variables (Gallupe and Baron 2014; Hirtenlehner and Kunz 2016; Piquero et al. 2016; Tittle et al. 2010). Others have observed that self-control has a stronger effect on deviant behavior among individuals with low morality (Hirtenlehner and Kunz 2016; Schoepfer and Piquero 2006; Svensson et al. 2010), while some found that high levels of morality interact with high levels of self-control and deterrence to reduce participation in crime (Antonaccio and Tittle 2008; Piquero et al. 2016).

Thus, according to SAT, self-control and morality should interact together and be able to predict deviant behavior in general. However, SAT, and morality specifically, have yet to be tested in regards to offending specialization/versatility. Furthermore, although self-control has been related to persistence in criminal careers and impulsivity, specifically, is related to greater risk of sexual offending, this trait has yet to be analyzed concerning offending specialization/versatility. Hence, the purpose of this investigation is to examine the predictive ability of impulsivity and morality on offending specialization/versatility. A better understanding of the interaction between these variables, as they relate to recidivism, is important in order to help tailor appropriate interventions for these offenders.

METHOD

Participants

Subjects were selected based on convenience sampling, after recruitment at a Portuguese prison establishment, between January 2015 and May 2016. That prison was chosen due to its high concentration of sex offenders in the Portuguese Judicial System. At the time, there were 261 sex offenders incarcerated, which comprises of approximately 54% of all incarcerated sex offenders during that time span in Portugal (DGRSP 2014). The remaining incarcerated sex offenders were housed in prison establishments in other regions in Portugal, which encumbered our access to them. Furthermore, the sample does not include those sex offenders that had their prison sentences suspended, which accounts for

approximately 75% of all convicted sex offenders in Portugal (Expresso 2018). Therefore, it only reflects those convicted of more serious sexual offenses and that were serving sentences in that prison.

All the 261 incarcerated sex offenders were contacted but only 146 accepted participating in the present study. Those with insufficient information regarding their criminal history ($n = 10$) were subsequently removed from analyses.

The final sample consisted of 136 adult male individuals serving prison sentences for sexual offences: 39.7% ($n = 54$) for child sexual abuse; 30.1% ($n = 41$) for rape; 6.6% ($n = 9$) for dependent youngster sexual abuse; 9.6% ($n = 13$) for mixed contact sexual offences (at least two of the above); 11% ($n = 15$) were dual offenders of child pornography and contact sexual offences; and 2.9% were non-contact offenders exclusively – three convicted for child pornography possession and one for indecent exposure. Their sentences ranged from 28 to 300 months ($M = 110.46$; $SD = 55.08$).

At the time of the assessment, the offenders' ages ranged from 21 to 75 years ($M = 44.26$; $SD = 11.22$). Approximately 40% ($n = 54$) had equal or less than four years of (primary) education; 46% ($n = 62$) had between six and nine years of (lower secondary) education; and 15% ($n = 20$) had upper secondary and some tertiary education. The majority, 76.5% ($n = 104$), were Portuguese; 19.1% ($n = 26$) were of African descent; there was also one individual from an Eastern European country and five South Americans. All participants spoke Portuguese fluently.

Dependent Variable

Offending specialization/versatility. The diversity index (D) was used to measure an offender's level of specialization/versatility. Applied to an individual's criminal history, the diversity index can be used to calculate the probability that any two randomly selected offenses come from different crime categories (Piquero et al. 1999). It is of particular use when testing the relationship between specialization/versatility and theoretical models using regression methods (McGloin et al. 2007; Sullivan et al. 2009).

The D can be calculated by the following formula, in which p is the proportion of offenses perpetrated in crime category j :

$$D = 1 - \sum_{j=1}^J \hat{p}_j^2$$

The minimum value of D is zero, which represents complete specialization (i.e., all of the offender's crimes were of the same type). The maximum, which ascertains complete versatility, varies according to the number of crime categories used and is calculated by the formula: $(J - 1) / (J)$.

We opted to use three crime categories, as fewer ones have been shown to elicit better methodological outcomes (Harris et al. 2009; Mazerolle et al. 2000). According to the formula above, when using three categories, the maximum value is $3-1/3 = 0.667$. Thus, we relied on the lifetime conviction records of sex offenders and aggregated them into the following categories: sexual offenses (such as child sexual abuse, rape, sexual abuse of youngster under care, child pornography, indecent exposure); violent offenses (like homicide or attempted homicide, intimate partner violence, child maltreatment, assault and battery, robbery); and nonviolent offenses (such as drug trafficking, burglary, illegal possession of a weapon, theft, fraud, driving unlicensed or under the influence). As our sample consists of sex offenders, it was appropriate to categorize these offenses separately, like previous studies (Harris et al. 2009; Miethé et al. 2006). Concerning specialization, some distinguish between drug and other nonviolent offenses, however we opted to follow Nieuwbeerta and co-workers' (2011) method of combining them, since in Portugal drug offenses relate to large-scale contraband and not individual use, which is not criminalized.

The present study followed preceding methodology (Harris et al., 2009; Miethé et al., 2006; Sullivan et al., 2006), by scoring a single average D based on each participant's official conviction record. Thus, all offenses perpetrated in their lifetime that resulted in an official conviction were accounted for.

Francis and Humphreys (2016) mention that the diversity index is a great method for analyzing specialization/versatility across an individual's lifetime. However, the authors also observed that the index depends on the number of offenses – as the later increases so does the index. This influence appears to be greater when the number of crimes in the sample is smaller, as is the case in the present study. Hence, the authors recommend two ways for correcting the diversity index. The first one, the bias-correcting method, is achieved through multiplication of the estimated percentage bias with the untransformed diversity index, though the following formula: $D_{bias\ corrected} = (100 / (100 + \%bias (N))) \times D_{untransformed}$. The authors provide the multiplicative correction factor to be used in the estimate.

The second method, the regression based approach, involves logit transformation of the adjusted diversity index (D^*). The D^* is calculated using the formula: $(J - 1) / (J) \times D$

(Agresti and Agresti 1978). Then, to correct for the sample size in a statistical regression, one needs to regress the $\text{logit}(D^*)$ against the independent variables, whilst including an extra covariate of the log transformation of the number of offenses.

Independent Variables

Impulsivity. The Portuguese version of the Barratt Impulsiveness Scale, version 11 (BIS-11; Patton, Stanford, and Barratt 1995) is a 30-item self-report questionnaire that measures three components of impulsivity: attentional (also known as cognitive impulsivity) – related to the ability to make fast cognitive decisions; motor impulsivity – associated with acting without thinking; and non-planning impulsivity – linked to the capacity to plan for the future. The items are scored on a four-point scale (1- Never/ Rarely; 2- Occasionally; 3- Often; 4- Almost Always/ Always). The authors reported good internal consistency ($\alpha = .79$ -.83). The Portuguese version of the BIS-11 has shown acceptable reliability in community ($\alpha = .52$ -.76; Fernandes 2014) and forensic ($\alpha = .81$; Pereira 2014) samples. In this investigation, only the total score is used as a measure of overall impulsivity.

Moral reasoning maturity. The Portuguese version of the Adapted Version of the Sociomoral Reflection Measure (SRM-AV; Hornsveld, Kraaimaat, and Zwets 2012; Author et al. 2017) was used. The SRM-AV includes 20 items in the form of propositions which measure moral reasoning maturity in forensic settings. Moral reasoning refers to a person's capacity to make judgements based on their morality (Colby and Kohlberg 1987). Respondents are first asked how important they find the proposition presented in an item (e.g., “*Imagine that you notice a friend of yours is dealing in hard drugs. How important is it that dealing is prohibited?*”), followed by the demand to write down the reasons for their opinion. The justifications for the answers were scored, by two independent raters, on a seven-point scale provided by Hornsveld and colleagues (2012), which is in accordance to the four phases and three transitional phases proposed by Gibbs, Basinger and Fuller (1992).

In this sense, Gibbs and colleagues (1992) proposed that moral development has four main stages and three transitional phases between each. The immature morality level consists of stages 1 and 2 and the mature one is comprised by stages 3 and 4. Stage 1 is characterized by egocentrism and judgements based on an authority figure or because of punitive consequences. Stage 2 is related to an instrumental interaction with others, with a focus on one's own pragmatic needs and anticipated practical benefits and liabilities, as well as reciprocity in relations. Stage 3 features prosocial intentions, awareness of consequences

when violating normative expectations and empathy towards others' welfare. Lastly, stage 4 judgements are centered on a consciousness of the values inherent to the society, acceptance of basic human rights and norms like responsibility, obligation or commitment.

An average was calculated from all the scores from both raters which provided a continuous index of moral reasoning maturity. Inter-rater reliability for this score was measured through interclass correlation estimates and their 95% confident intervals (CI) based on a mean-rating ($k = 2$), absolute-agreement, two-way random-effects model, calculated using IBM SPSS Statistics software (v. 23.0, SPSS Inc., Chicago, Il., USA). A moderate degree of reliability was found between both raters' measurements, $ICC = .692$, $F(135,135) = 3.2381$, $p < .001$, 95% CI .568-780.

Control Variables

The control variables for the analyses include age of onset of offending (in years) and frequency of offenses (number of criminal convictions). Those control variables were chosen due to their previously established relationship to offending specialization/versatility (Francis and Humphreys 2016; MacDonald et al. 2014; McGloin et al. 2007; Nieuwbeerta et al. 2011; Piquero et al. 1999; Sullivan et al 2006; Wright et al. 2008).

Procedure

The inclusion criteria in this research was gender (male) and serving a sentence for a sexual offense. The Portuguese General Office of Prison Services and Social Rehabilitation (Direção Geral de Serviços Prisionais e Reinserção Social), and the prison establishment where the study was conducted gave formal authorizations. The William James Center for Research approved this study. The American Psychological Association's standards on the ethical treatment of participants were followed.

Potential participants' information was collected from their prison records, which included details on their sociodemographic characteristics and their criminal records. The Portuguese criminal record contains information on the individual's criminal convictions in the justice system. It has an extinction date, different for each type of crime perpetrated: 25 years for sex offenses; 10 years for serious crimes with prison sentences superior to eight years; seven years for crimes whose prison sentences range from five to eight years; and five years for the remaining less serious crimes. The count for the extinction date is interrupted if there is a new crime conviction during that time span. Afterwards, if the offender has not

perpetrated any other crime during that time, the information pertaining to that crime on the offender's criminal record is expunged. Thus, it is not possible to know if, by the time their conviction records were consulted, some of the offenders had previously perpetrated other crimes which had already been extinguished from record.

Prior to involvement in this study, all participants were informed of the investigation's aim and procedures, of its voluntary nature and that no consequences would befall them if they did not wish to participate or opted to interrupt at any time. Confidentiality assurances were given. The participants were interviewed by the leading (female) researcher in a closed room, in order to guarantee their privacy.

Roughly 40% of the participants had under four years of education, and thus limited literacy skills that precluded them from accurately responding to the self-report measures BIS-11 and SRM-AV. When facing literacy limitations, in-person interviews may provide an alternative method to retrieve credible information (Catania et al. 1990). As such, we opted to administer the BIS-11 and SRM-AV measures orally to ensure the participants' full understanding. To our knowledge, oral administration of these measures has not been previously validated. However, prior research with other psychological measures indicated that method of administration (written *versus* oral) does not affect general test performance in adults (Robertson, Daffern, and Bucks 2013). Of note, the two measures (BIS-11 and SRM-AV) displayed moderate to good reliability, as stated above.

Statistical Analysis

The diversity index can only be calculated for individuals that have more than one offense. In the present study, only 64.7% ($n = 88$) of the participants had a record with two or more convictions. Thus, the maximum sample for the analyses that featured the diversity index was 88 participants.

In order to replicate previous studies' results (e.g., Harris et al., 2009), we conducted group comparisons (ANOVA one-way) to test the possibility of differences among sex offender subgroups based on the untransformed diversity index and the bias-corrected one, according to Francis and Humphreys (2016). For these analyses, the sample was divided into four groups, three of those based on the Massachusetts Treatment Center (MTC) classification typologies (Knight and Prentky 1990): 15 rapists (those with only adult victims), 32 intrafamilial child molesters (those who abused child victims to whom they shared a familial or sociolegal relationship, as is the case of stepfathers), and 27 extrafamilial child molesters

(those whose child victims were unrelated to them). The fourth group, who did not meet MTC criteria, was comprised of nine crossover offenders (five who had both adult and child victims and four who had both intra and extrafamilial victims). One non-contact sex offender (for indecent exposure) and four participants with insufficient information to be able to properly categorize them into the aforementioned subgroups were excluded from this analysis. Therefore, the sample for the ANOVA analyses consisted of 83 participants.

The normality assumption of the ANOVA one-way was validated for each dependent variable with univariate Shapiro-Wilk tests ($p \geq 0.05$) and skewness and kurtosis ($sk < 2$; $ku < 7$) assessments. Levene's test indicated a violation of the homogeneity of variance assumption both in the untransformed diversity index ($F(3,79) = 7.809$; $p < .001$) and the bias-corrected one ($F(3,79) = 6.473$; $p = .001$). Hence, when statistically significant effects were found with the ANOVA analyses, a Games-Howell *post-hoc* test was calculated. A significance level of $\alpha = 0.05$ was considered. Effect size classification was performed according to Marôco (2011).

We also conducted a series of multiple linear regressions. In the first model, impulsivity and moral maturity were regressed against the untransformed diversity index (D), whilst controlling for age of onset and frequency of offenses. The aim was to compare with previous results that did not correct the diversity index and controlled for these same variables. Ordinary least squares (OLS) model assumptions were analyzed, such as normal distribution, homoscedasticity and residuals' auto-correlation. The first two assumptions were validated through graphical analysis and, in the latter specifically, through the Breusch-Pagan Lagrange Multiplier test ($X^2(1) = 3.641$; $p = .457$). Although the Durbin-Watson statistic indicated some possible problems with residual independence ($d = 1.436$), no significant outliers or influential values were detected (studentized deleted residuals < 3 ; centered leverage values $\leq .2$). Absence of multicollinearity was established as all variables had VIF values below 2.

In the second and third model, whilst controlling for age of onset and the natural log of frequency of offenses, impulsivity and moral maturity were regressed against the bias-corrected D and the logit transformed adjusted D ($\text{logit}D^*$), respectively. Both correction approaches were suggested by Francis and and Humphreys (2016). Residual graphical inspection indicated heteroscedasticity in both models, corroborated by the Breusch-Pagan LM test ($X^2_{\text{bias-corrected } D}(1) = 20.148$, $p < .001$; $X^2_{\text{logit}D^*}(1) = 35.422$; $p < .001$). Due to evidence of non-constant error variance in both models, a series of Weighted Least Squares (WLS)

multiple regressions were performed. For weight estimation, the absolute values of the unstandardized residuals were regressed versus the fitted values. The resulting fitted values of this regression were estimates of σ_i . Finally, WLS weights were calculated with the formula $w_i=1/\sigma_i^2$, and then included in the multiple linear regression analyses.

In models two and three, error independence was validated with the Durbin-Watson statistic ($d_{\text{bias-corrected } D} = 1.728$; $d_{\text{logit}D^*} = 1.564$) and residual analysis. Outliers were detected visually from scatterplots of residuals based on influence statistics (studentized deleted residuals and standardized DfBeta) and leverage/distance measures (Cook's and Mahalanobis distances). When extreme values were identified, the WLS model was re-estimated and rerun without the outliers. Four different outliers were found in both models. Results are presented both with and without the outliers, with the main interpretation focusing on the findings with the outliers removed. There was no multicollinearity between the independent variables (all had VIF values < 2).

For all regression analyses, a type I error probability (α) of 0.05 was considered. Due to one missing value in the age of onset variable, the original sample for all regression analyses consisted of 87 participants. Without outliers, models two and three were comprised of 83 participants.

Descriptive statistics for all the dependent and independent variables are displayed in Table 1. All the statistical analyses were executed using the IBM SPSS Statistics software (v. 23.0, SPSS Inc., Chicago, IL., USA).

Table 1. Descriptive statistics

Variables	<i>N</i>	<i>Mean</i>	<i>SD</i>	<i>Min</i>	<i>Max</i>
Dependent variable					
Diversity index (<i>D</i>)	88	.40	.23	.00	.67
Bias-corrected <i>D</i>	88	.55	.33	.00	1.00
Logit(<i>D</i> *)	88	-.04	4.18	-6.91	6.91
Independent variables					
Impulsivity (BIS-11)	88	57.32	8.46	42.00	89.00
Moral reasoning maturity (SRM-AV)	88	3.95	.40	3.15	4.80
Control variables					
Age of onset of offending	87	35.60	10.78	13	65
Frequency of offenses	88	5.16	3.97	2	22
Log (frequency of offenses)	88	1.43	.63	.69	3.09

Note. *SD* = standard deviation; Min = minimum; Max = maximum.

RESULTS

The diversity index was calculated for those offenders with at least two criminal convictions ($n = 88$). Similar to prior research, we observed a moderate positive correlation between the untransformed diversity index and frequency of offenses, $r(88) = .331, p = .002$. After calculating the bias-corrected diversity index, we found that this variable no longer displayed an association with frequency of offenses, $r(88) = .059, p = .584$.

An ANOVA one-way with the untransformed diversity index was performed to test group differences among rapists, intrafamilial child molesters, extrafamilial child molesters and crossover offenders. As expected, the sex offender subgroups had a statistically significant medium effect on the untransformed diversity index ($F(3, 79) = 5.546; p = .002; \eta_p^2 = .174; \text{power} (\pi) = .931$). Rapists ($M = .55; SD = .11; n = 15$) showed the highest diversity, followed by crossover offenders ($M = .48; SD = .12; n = 9$), intrafamilial child molesters ($M = .39; SD = .24; n = 32$), and extrafamilial child molesters ($M = .28; SD = .24; n = 27$). According to the Games-Howell *post-hoc* test, there were significant differences for this factor between the rapists and the extrafamilial child molesters (95% C.I. [.120, .409]; $p < .001$); between the former and the intrafamilial child molesters (95% C.I. [.014, .287]; $p = .025$); and between the extrafamilial child molesters and the crossover offenders (95% C.I. [.031, .369]; $p = .016$). Figure 1 illustrates the findings. These results suggest that, with an uncorrected diversity index, child molesters generally display a higher level of specialization, whereas rapists and crossover offenders tend to be more criminally versatile.

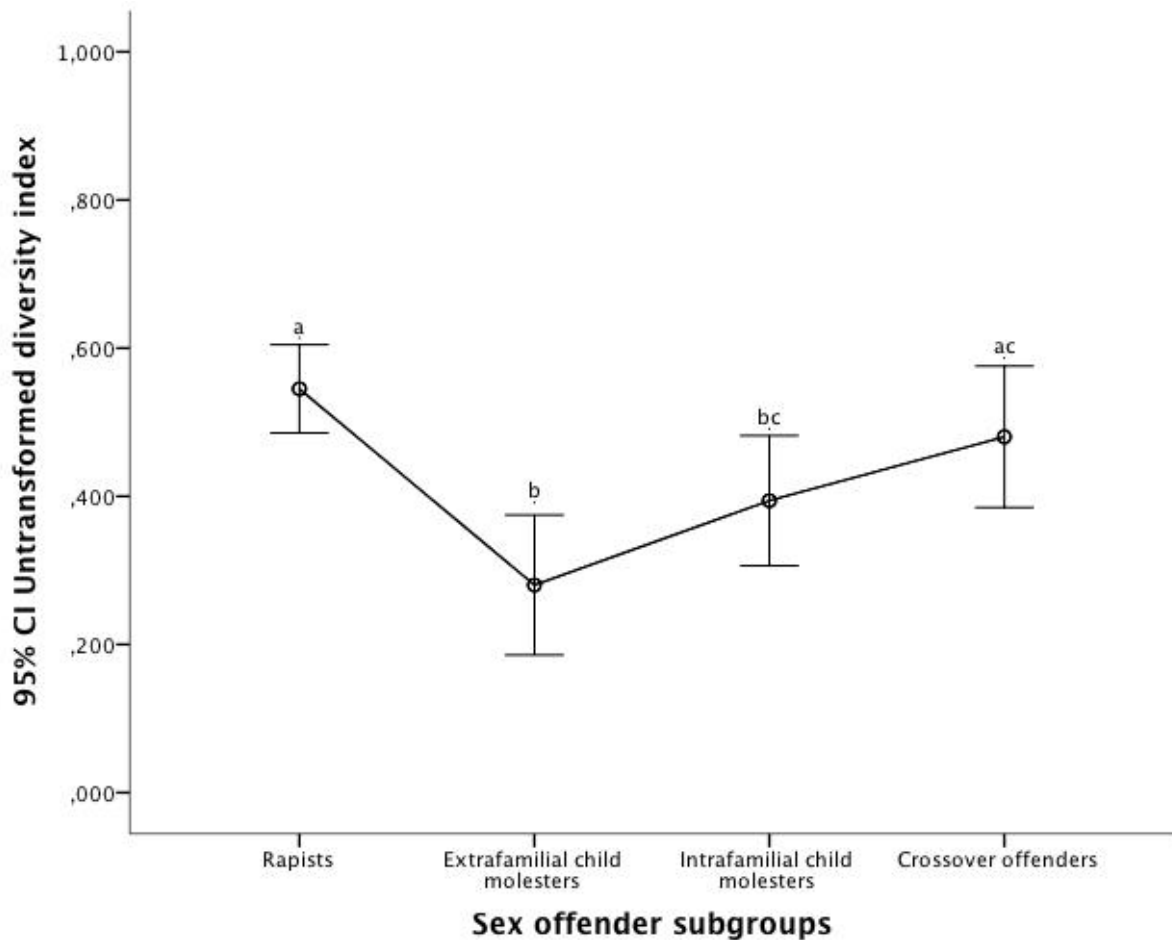


Figure 1. Untransformed diversity index scores across the sex offender subgroups ($n = 83$). In the error bar, the values are presented as 95% confidence intervals (CI) for group means. Plots with differing subscripts are significantly different at the $p < .05$ based on the Games Howell *post-hoc* paired comparisons.

A second ANOVA one-way was executed with the same group comparisons but based on the bias-corrected diversity index, in order to see if the previous findings could be replicated once the measuring instrument was corrected. Like the previous case, the sex offender subgroups had a statistically significant medium effect on the bias-corrected diversity index $F(3, 79) = 4.833$; $p = .004$; $\eta_p^2 = .155$; power (π) = .891). Rapists ($M = .71$; $SD = .17$; $n = 15$) also exhibited the highest diversity, followed by crossover offenders ($M = .61$; $SD = .21$; $n = 9$) and intrafamilial child molesters ($M = .60$; $SD = .38$; $n = 32$), and ending with the extrafamilial child molesters ($M = .36$; $SD = .32$; $n = 27$). However, the Games-Howell *post-hoc* test indicated that the only significant group difference was between the rapists and the extrafamilial child molesters (95% C.I. [.151, .552]; $p < .001$). Figure 2 demonstrates these results. Taken together, our findings suggest that, when correcting for the

bias in the diversity index, sex offender subgroups are not that different in criminal versatility. Rapists are still the more versatile group and extrafamilial child molesters the least one, but they are generally similar to other subgroups.

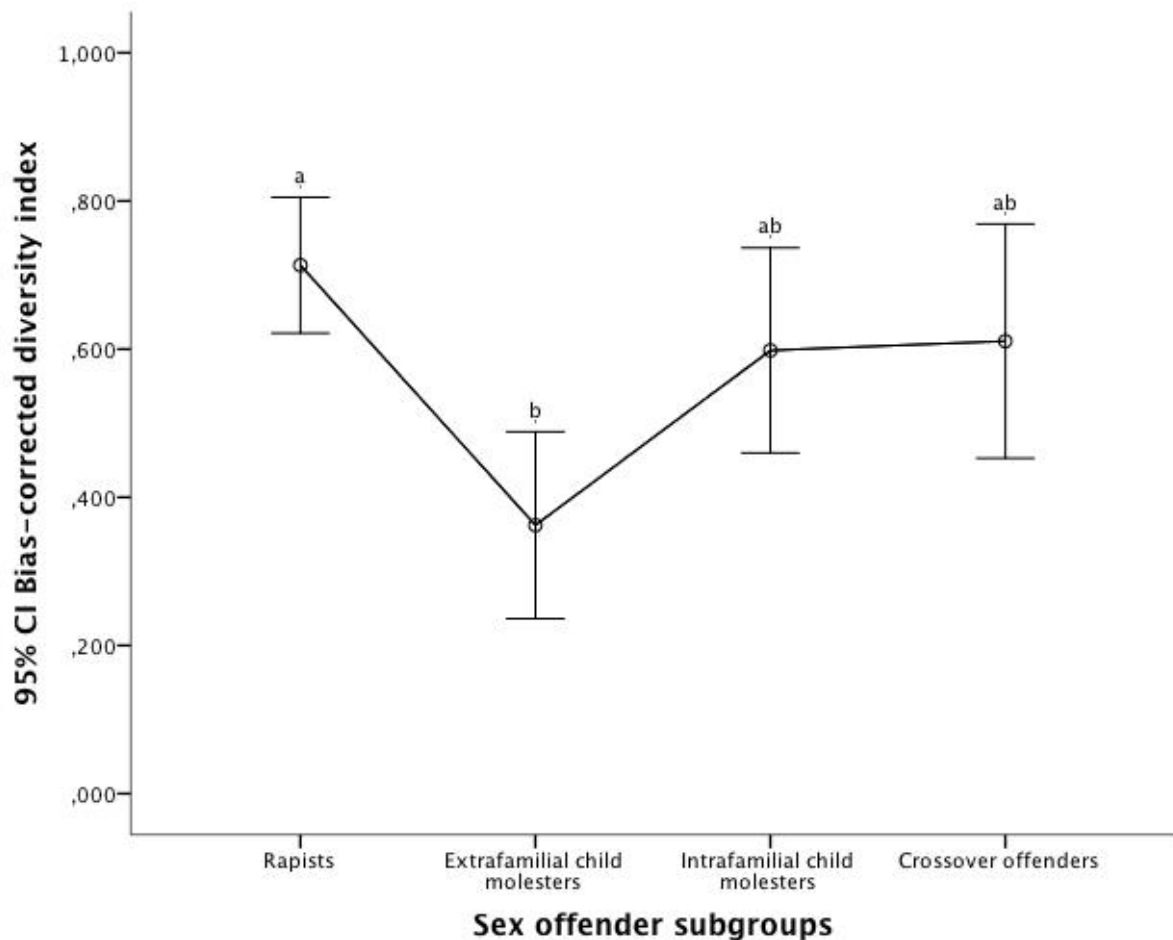


Figure 2. Bias-corrected diversity index scores across the sex offender subgroups ($n = 83$). In the error bar, the values are presented as 95% confidence intervals (CI) for group means. Plots with differing subscripts are significantly different at the $p < .001$ based on the Games Howell *post-hoc* paired comparisons.

A series of linear regressions were calculated to predict offending specialization/versatility using three versions of the diversity index – untransformed D (model one), bias-corrected D (model two) and logit transformed adjusted D (model three) –, based on impulsivity and moral reasoning maturity, while including age of onset and frequency of offending as control variables. In models two and three, specifically, the variable frequency of offenses was log transformed, according to Francis and and Humphreys' (2016) recommendation. A significant regression equation was found for model one, $F(4,82) = 3.538$; $p = .010$; $R^2_a = .106$. As expected when using the untransformed D , versatility appears

Age of onset	.00	[-.01,	.02	[.01,	.01	[-.04,
	(.00)	-.01	.00]	(.00)	.53***	.03]
						(.02)
						.03
						.05]
Age of onset ^a			.00	[-.00,	.01	[-.03,
			(.00)	.03	.01]	(.02)
						.06
						.04]
Frequency of offenses	.02	[.01,				
	(.01)	.31**	.03]			
Log(frequency of offenses)			-.02	[-.12,	.55	[-.23,
			(.05)	-.03	.08]	(.39)
						.16
						1.32]
Log(frequency of offenses) ^a			.04	[-.04,	.07	[-.71,
			(.04)	.11	.13]	(.39)
						.02
						.85]
Constant						[-
	.72	[.13,	.19	[-.59,	2.17	3.20,
	(.30)	1.32]	(.39)	.96]	(2.70)	7.54]
Constant ^a						[-
			1.21	[.59,	1.82	3.39,
			(.31)	1.83]	(2.61)	7.08]

Note. Model one featured an ordinary least squares regression method, while models two and three are the product of weighted least squares regressions. *B* = unstandardized regression coefficient; *SE* = standard error; β = standardized regression coefficient; *CI* = confidence intervals.

^a Four outliers removed

p* < .01; *p* < .001

DISCUSSION

Offending specialization/versatility is one of the most researched topics in criminology, partly due to the latter's relation to recidivism. For instance, engagement in diverse sex crimes increases the risk for sexual offense recidivism (Hanson and Bussière 1998). The diversity index (*D*) is one of the most utilized methods for measuring offending specialization/versatility (Sullivan, McGloin, Ray, and Caudy 2009), particularly suitable to making assessments across an individual's lifetime (Francis and Humphreys 2016). However, it is also a highly biased measure, susceptible to the influence of an offender's number of crimes, particularly when the investigation's sample is small (Francis and Humphreys 2016). Previous studies that used the diversity index have not controlled for the bias in the relationship between the *D* and frequency of offenses (e.g., Harris et al. 2009; McGloin et al. 2007; Nieuwbeerta et al., 2011; Sullivan et al. 2006), which made Francis and Humphreys (2016) argue for re-examination of their analyses. In the present study, we also found a

moderate positive relationship between the *D* and frequency of offenses. We opted to conduct our analyses using the untransformed *D*, in order to compare our results with past research, as well as the two approaches suggested by Francis and Humphreys (2016) to correct that measure – the bias-correction method and the regression-based approach (for regression analysis only).

Using the untransformed *D* and the bias-corrected version, we were able to replicate previous findings that some subgroups of sex offenders are more specialist than others (Soothill et al. 2000). In general, rapists of adult victims displayed more criminal versatility than child molesters, specifically the extrafamilial ones, which is akin to other studies (Harris et al. 2009; Lussier and Cale, 2013; Lussier et al. 2005a; Miethe et al. 2006). We also had slightly disparate results depending on the version of the *D* that was used. With the untransformed *D*, rapists and crossover offenders had similarly high versatility and were significantly different from the extrafamilial child molesters. With the bias-corrected *D*, the only significant difference was between the rapists and the extrafamilial child molesters, with the latter being similar to the intrafamilial ones and the crossover offenders.

Our results also indicate that sex offenders are more similar than different in regards to offending specialization/versatility. For instance, intrafamilial child molesters were indistinguishable from the extrafamilial ones and the crossovers, which is different from Harris and colleagues' (2009) investigation, which found that incest-only offenders were more similar to rapists than to the remaining child molesters. The same authors also observed that crossover offenders exhibited more specialization than child molesters. These differences may be due to our classification of sex offenders – we separated extrafamilial offenders from those that crossed over in the relationship domain, whereas the other authors used a broader definition of child molesters (i.e., those that had at least one unrelated victim). Furthermore, Harris and colleagues' (2009) crossover offenders were those that had child and adult victims, whilst ours included those that had crossed over both in the age and the relationship domains. It may be that those sex offenders who cross over in the relationship domain are more versatile than those who cross over in the age one, which would explain the similarity between our crossovers and rapists, while Harris and colleagues' (2009) crossovers were more specialists. Due to the low number of crossover participants in our sample we were unable to test this hypothesis. We suggest that future research examines this possibility.

Gottfredson and Hirsh's (1990) theory posits that individuals with low self-control are more likely to start offending earlier in life, to do so more frequently, and to perpetrate a

wider variety of crimes. Self-control, and impulsivity particularly, have been associated with offending behavior (Davis et al. 2015; Fox 2017; Healey and Beauregard 2017; Lussier et al. 2005b; Prentky et al. 1995; Wilhite and Fromme 2017) and to persistence in criminal careers (DeLisi & Vaughn 2008; Piquero et al. 2007). On the other hand, the situational action theory (SAT; Wikström 2014) contends that only people with low levels of morality will consider acting out in a deviant manner. And only in those cases will self-control influence the outcome. Morality has yet to be studied in regards to offending specialization/versatility, but has been considered one of the strongest predictors of deviant behaviors (Hirtenlehner and Kunz 2016; Schoepfer and Piquero 2006; Svensson et al. 2010). To our knowledge, this investigation is the first to conduct an exploratory study on the predictive ability of morality and impulsivity in regards to offending specialization/versatility, while including age of onset and frequency of offending as control variables.

As with the previous analysis, we performed a series of multiple linear regressions with different versions of the diversity index. Namely, we tested the predictive ability of impulsivity, morality, age of onset and frequency of offenses on the untransformed D , and also on the two methods suggested by Francis and Humphreys (2016) for correcting the diversity index – the bias-correction method and the regression-based approach (logit transformation of the adjusted diversity index). The results differed depending on the version of the D that was used.

As expected, using the untransformed D , the influence of frequency of offenses rendered all the other variables non-significant. In that model, criminal versatility rose as the number of offenses increased, which is similar to previous results that tested this relationship (McGloin et al. 2007; Sullivan et al. 2006). The bias in this association was one of the reasons that made Francis and Humphreys (2016) suggest the need to correct the diversity index.

When testing the predictive ability of the aforementioned variables on the bias-corrected D and on the logit transformation of the adjusted D , we found that morality was the sole predictor of offending specialization/versatility. In both models (after the removal of outliers), low levels of morality predicted sex offenders' versatility, whilst higher morality was related to specialization. This finding partially corroborates SAT, which argues that morality plays a central role in an individual's decision to act in a deviant manner (Wikström 2014). Based on our results, morality also appears to be an important factor on the etiology of offending specialization/versatility. Notwithstanding that, our model variables explained only a small portion of the variance regarding this outcome. Thus, there may be other important

factors that help explain an individual's decision to engage in diverse criminal behaviors, like differences in local life circumstances as suggested by McGloin and co-workers (2007).

Our findings were also similar to previous studies that found morality to be the strongest predictor of deviant behavior and that self-control had a small or no direct effect on crime, but instead interacted with other variables (Gallupe and Baron, 2014; Hirtenlehner and Kunz, 2016; Piquero et al. 2016; Tittle et al. 2010). Indeed, contrary to Gottfredson and Hirsh's (1990) theory, in our corrected models (without outliers), impulsivity had no impact on offending specialization/versatility. Since we did not test for other facets of self-control, we cannot be sure that risk-taking or violent temper, for instance, will not have a different result than impulsivity. Of note, in the model with the bias-corrected *D* as the outcome variable, when outliers were included, not only was morality a significant predictor, but impulsivity and age of onset were as well. In the regression analysis, our small sample ($n = 87$) makes extreme values more easily to occur. We cannot be sure if, with a greater number of participants, those values would remain as outliers or if they would be within the average. Age of onset has also previously been linked to offending specialization/versatility (MacDonald et al. 2014; McGloin et al. 2007; Nieuwbeerta et al. 2011; Piquero et al. 1999; Wright et al. 2008). This model with outliers was originally highly significant and explained a moderate portion of the variance regarding the prediction of offending specialization/versatility. Thus, we cannot immediately disregard the implications of the general theory of crime, nor of this model with outliers. In this sense, future research should investigate the relationship between morality and other facets of self-control on offending specialization/versatility, while featuring a bigger sample.

After removal of the extreme values, model two lost most of its explained variation. Model three, with the regression-based approach, was initially non-significant, but showed improvement after the removal of the outliers. Of note, after the exclusion of the extreme values, both models shared very similar results. Thus, one could use either correction method and end up with equivalent findings. More research with these two methods is needed in order to better understand the value of each one in regression analysis.

This study has several limitations that should be noted when interpreting and replicating our results. Firstly, the analysis draws on a convenience sample, as the participants were incarcerated sexual offenders in a particular prison establishment. Our sample also does not include those sex offenders that had their prison sentences suspended, which is the case of the majority of the convicted sex offenders in Portugal (Expresso 2018).

Moreover, we were only able to calculate the diversity index from information provided in the offenders' official conviction records, which may seriously underestimate their total number of crimes. Additionally, we administered the BIS-11 and SRM-AV orally, which is a method not previously validated for these measures, although it has been shown to be a credible option when there are literacy limitations in a study's sample (Catania et al. 1990). Finally, we did not account for social desirability which may have impacted the respondents' answers to both measures.

This investigation has provided some understanding on the characteristics that may influence a sex offender engaging in more diverse criminal behaviors. This is an important topic, since criminal versatility is a risk factor for recidivism (Hanson and Bussière 1998). Our study tested the predictive value of variables which the literature has shown has a strong relation to deviant behaviors. However, they explained only a small portion of the variance regarding the prediction of offending specialization/versatility.

Morality has previously been found to predict deviant behaviors in general (Antonaccio and Tittle 2008; de Li 2004; Hirtenlehner and Kunz 2016; Ishoy 2017; Rogers et al. 2006; Stams et al. 2006; Svensson et al. 2010; van Vugt et al. 2011; Wang et al. 2017). Our findings appear to indicate that morality may have an important role in offending specialization/versatility as well. Despite this, it is not usually featured in explicative models or theories of offending, nor is it specifically targeted in treatment programs for offenders. Both past research and the present findings lead us to suggest that this may be an important need that should be included in interventions directed at offender populations, including sex offenders. We strongly encourage future research to further examine the roles of morality and the cognitive processes of individuals who perpetrate a wider variety of offenses. Information on these factors is important for clinicians and management officials when planning successful supervision and treatment interventions in order to reduce recidivism.

ACKNOWLEDGMENTS

The authors would like to acknowledge the assistance of the Portuguese General Office of Prison Services and Social Rehabilitation (Direção Geral de Serviços Prisionais e Reinserção Social) as well as the prison establishment where the study was conducted.

REFERENCES

- Agresti, Alan and Barbara F. Agresti. 1978. "Statistical Analysis of Qualitative Variation." *Sociological Methodology* 9:204–37.
- Antonaccio, Olena, and Charles R. Tittle 2008. "Morality, Self-Control, and Crime." *Criminology* 46(2):479–510. doi: 10.1111/j.1745-9125.2008.00116.x
- Ashkar, Peter J., and Dianna T. Kenny. 2007. "Moral Reasoning of Adolescent Male Offenders: Comparison of Sexual and Nonsexual Offenders." *Criminal Justice and Behavior* 34(1):108–118. doi: 10.1177/0093854806288118
- Author, Author, and Author. 2017. "Validação Preliminar da Medida de Reflexão Sociomoral-Versão Adaptada para uma População Forense Portuguesa." Pp. 401–411 in *Atas do 3.º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses*, Lisboa, 28 September 2016 to 1 October 2016. Lisboa: Ordem dos Psicólogos Portugueses. Retrieved from: <http://mkt.ordemdospsicologos.pt/go/6b4881fce-c7-4722f17f2849c1172bafd502f0f9ef0f0106dcfeWe16M0e1u2pe4Fe1b4Y4>
- Buttell, Frederick. 2008. "Exploring Levels of Moral Development Among Sex Offenders Participating in Community-Based Treatment." *Journal of Offender Rehabilitation* 34(4):85–95. doi: 10.1300/J076v34n04_05
- Catania, Joseph A., David R. Gibson, Dale D. Chitwood, and Thomas J. Coates. 1990. "Methodological Problems in AIDS Behavioral Research: Influences on Measurement Error and Participation Bias in Studies of Sexual Behavior." *Psychological Bulletin* 108(3):339–362. doi: 10.1037/0033-2909.108.3.339
- Colby, Anne, and Lawrence Kohlberg. 1987. *The Measurement of Moral Judgment*. Vols. 1-2. New York: Cambridge University Press.
- Davis, Kelly Cue, Cinnamon L. Danube, Cynthia A. Stappenbeck, Jeanette Norris, and William H. George. 2015. "Background Predictors and Event-Specific Characteristics of Sexual Aggression Incidents: The Roles of Alcohol and Other Factors." *Violence Against Women* 21(8):997–1017. doi: 10.1177/1077801215589379
- de Li, Spencer. 2004. "The Impacts of Self-Control and Social Bonds on Juvenile Delinquency in a National Sample of Mid-Adolescents." *Deviant Behavior* 25(4):351–73. doi: 10.1080/01639620490441236
- DeLisi, Matt, and Michael G. Vaughn. 2008. "The Gottfredson-Hirschi Critiques Revisited: Reconciling Self-Control Theory, Criminal Careers, and Career Criminals." *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology* 52(5):520–

537. doi: 10.1177/0306624X07308553

- DGRSP – Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. 2014. *Estatísticas do Ano 2014: Reclusos Condenados Existentes em 31 De Dezembro, Segundo o Sexo, os Escalões de Idade e a Nacionalidade, por Crimes*. Retrieved from http://www.dgsp.mj.pt/paginas/estatisticas/estatisticas_arq_mostra.php?id=2014
- Expresso. 2018. “Tribunal de Braga Dá Como Provado Abusos Sexuais a Criança Mas Aplica Pena Suspensa a Pedófilo.” *Expresso*, April 5. Retrieved from <http://expresso.sapo.pt/revista-de-imprensa/2018-04-05-Tribunal-de-Braga-da-como-provado-abusos-sexuais-a-crianca-mas-aplica-pena-suspensa-a-pedofilo#gs.9=qkSMQ>
- Fernandes, Daniela A. R. 2014. “*Estudos de Validação da Escala de Impulsividade BIS-11 de Barratt para uma Amostra da População Portuguesa*.” Masters Dissertation, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Portugal. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10316/28357>
- Fox, Bryanna. 2017. “What Makes a Difference? Evaluating the Key Distinctions and Predictors of Sexual and Non-Sexual Offending among Male and Female Juvenile Offenders.” *Journal of Criminal Psychology* 7(2):134–150. doi: 10.1108/JCP-12-2016-0047
- Francis, Brian, and Les Humphreys. 2016. “Investigating the Relationship Between the Diversity Index and Frequency of Offending.” *Journal of Developmental and Life-Course Criminology* 2(4):397–416. doi: 10.1007/s40865-016-0034-5
- Gallupe, Owen, and Stephen W. Baron. 2014. “Morality, Self-Control, Deterrence, and Drug Use: Street Youths and Situational Action Theory.” *Crime & Delinquency* 60(2):284–305. doi: 10.1177/0011128709359661
- Gibbs, John C., Karen S. Basinger, and Dick Fuller. 1992. *Moral Maturity: Measuring the Development of Sociomoral Reflection*. New Jersey: Erlbaum.
- Gibbs, John C., Karen S. Basinger, Rebecca L. Grime, and John R. Snarey. 2007. “Moral Judgment Across Cultures: Revisiting Kohlberg’s Universality Claims.” *Developmental Review* 27(4):443–500. doi: 10.1016/j.dr.2007.04.001
- Gottfredson, Michael R. and Travis Hirschi. 1990. *A General Theory of Crime*. Stanford University Press, Stanford.
- Harris, Danielle A., Stephen Smallbone, Susan Dennison, and Raymond A. Knight. 2009. “Specialization and Versatility in Sexual Offenders Referred for Civil Commitment.” *Journal of Criminal Justice* 37(1):37–44. doi: 10.1016/j.jcrimjus.2008.12.002

- Hanson, R. Karl, and Monique T. Bussière. 1998. "Predicting Relapse: A Meta-Analysis of Sexual Offender Recidivism Studies." *Journal of Consulting and Clinical Psychology* 66(2):348–362. doi: 10.1037/0022-006X.66.2.348
- Healey, Jay, and Eric Beauregard. 2017. "Impulsivity as an Etiological Factor in Sexual Homicide." *Journal of Criminal Justice* 48:30–36. doi: 10.1016/j.jcrimjus.2016.12.002
- Hirtenlehner, Helmut, and Franziska Kunz. 2016. "The Interaction Between Self-Control and Morality in Crime Causation among Older Adults." *European Journal of Criminology* 13(3):393–409. doi: 10.1177/1477370815623567
- Hornsveld, Ruud H. J., Floris W. Kraaimaat, and Almar J. Zwets. 2012. "The Adapted Version of the Sociomoral Reflection Measure (SRM-AV) in Dutch Forensic Psychiatric Patients." *International Journal of Forensic Mental Health* 11(3):218–226. doi: 10.1080/14999013.2012.723667
- Howard, Philip D., Georgia D. Barnett, and Ruth E. Mann. 2013. "Specialization in and Within Sexual Offending in England and Wales." *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment* 26(3):225–251. doi: 10.1177/1079063213486934
- Ishoy, Glen A. 2017. "Exploring Morality as a Mediator of the Association Between Parenting Practices and Violent and Property Offending Among a Sample of Juvenile Delinquents." *Crime & Delinquency* 63(2):113–136. doi: 10.1177/0011128714560810
- Knight, Raymond A., and Robert A. Prentky. 1990. "Classifying Sexual Offenders: The Development and Corroboration of Taxonomic Models." Pp. 23–52 in *The Handbook of Sexual Assault*, edited by W. Marshall, D. Laws, and H. Barbaree. New York: Plenum.
- Lardén, Martin, Lennart Melin, Ulrika Holst, and Niklas Långström. 2015. "Moral Judgement, Cognitive Distortions and Empathy in Incarcerated Delinquent and Community Control Adolescents." *Psychology, Crime & Law* 12(5):453–462. doi: 10.1080/10683160500036855
- Lussier, Patrick. 2005. "The Criminal Activity of Sexual Offenders in Adulthood: Revisiting the Specialization Debate." *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment* 17(3):269–292. doi: 10.1177/107906320501700303
- Lussier, Patrick, and Jesse Cale. 2013. "Beyond Sexual Recidivism: A Review of the Sexual Criminal Career Parameters of Adult Sex Offenders." *Aggression and Violent Behavior* 18(5):445–457. doi: 10.1016/j.avb.2013.06.005
- Lussier, Patrick, Marc Le Blanc, and Jean Proulx. 2005a. "The Generality of Criminal

- Behavior: A Confirmatory Factor Analysis of the Criminal Activity of Sex Offenders in Adulthood.” *Journal of Criminal Justice* 33(2):177–189. doi: 10.1016/j.jcrimjus.2004.12.009
- Lussier, Patrick, Erik Beauregard, Jean Proulx, and Alexandre Nicole. 2005b. “Developmental Factors Related to Deviant Sexual Preferences in Child Molesters.” *Journal of Interpersonal Violence* 20(9):999–1017. doi: 10.1177/0886260505278024
- MacDonald, John. M., Amelia Haviland, Rajeev Ramchand, Andrew R. Morral, and Alex R. Piquero. 2014. “Linking Specialization and Seriousness in Criminal Careers.” *Advances in Life Course Research* 20:43–55. doi: 10.1016/j.alcr.2014.01.006
- Marôco, João. 2011. *Análise Estatística com o SPSS Statistics (5ª Edição)*. Pero Pinheiro: ReportNumber, Lda.
- Mazerolle, Paul, Robert Brame, Ray Paternoster, Alex Piquero, and Charles Dean. 2000. “Onset Age, Persistence, and Offending Versatility: Comparisons Across Gender.” *Criminology* 38(4):1143–1172. doi: 10.1111/j.1745-9125.2000.tb01417.x
- McGloin, Jean Marie, Christopher Sullivan, Alex Piquero, and Travis C. Pratt. 2007. “Local Life Circumstances and Offending Specialization/Versatility: Comparing Opportunity and Propensity Models.” *Journal of Research in Crime and Delinquency* 44(3):321–346. doi: 10.1177/0022427807302664
- Miethe, Terance, Jodi Olson, and Ojmarrh Mitchell. 2006. “Specialization and Persistence in the Arrest Histories of Sex Offenders: A Comparative Analysis of Alternative Measures and Offense Types.” *Journal of Research in Crime and Delinquency* 43(3):204–229. doi: 10.1177/0022427806286564
- Nieuwbeerta, Paul, Arjan A. J. Blokland, Alex Piquero and Gary Sweeten. 2011. “A Life-Course Analysis of Offense Specialization Across Age: Introducing a New Method for Studying Individual Specialization Over the Life Course.” *Crime and Delinquency* 57(1):3–28. doi: 10.1177/0011128710376336
- Palmer, Emma J. 2003. “An Overview of the Relationships Between Moral Reasoning and Offending.” *Australian Psychologist* 38(3):165–174. doi: 10.1080/00050060310001707177
- Patton, Jim H., Matthew S. Stanford, M. S., & Ernest S. Barratt. 1995. “Factor Structure of the Barratt Impulsiveness Scale.” *Journal of Clinical Psychology* 51(6):768–774. doi: 10.1002/1097-4679(199511)51:6<768::AID-JCLP2270510607>3.0.CO;2-1
- Pereira, Tânia. 2014. *Estudos de Avaliação da Impulsividade com a BIS-11 de Barratt numa Amostra Forense da DGRSP*. Masters Dissertation, Faculdade de Psicologia e de

- Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Portugal. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10316/28394>
- Piquero, Alex R., Terrie E. Moffitt, and Bradley E. Wright. 2007. "Self-control and Criminal Career Dimensions." *Journal of Contemporary Criminal Justice* 23(1):72–89. doi: 10.1177/1043986206298949
- Piquero, Alex R., Jeffrey A. Bouffard, Nicole Leeper Piquero, and Jessica M. Craig. 2016. "Does Morality Condition the Deterrent Effect of Perceived Certainty Among Incarcerated Felons?" *Crime & Delinquency*, 62(1):3–25. doi: 10.1177/0011128713505484
- Piquero, Alex R., Raymond Patern Oster, Paul Mazerolle, Robert Brame, and Charles W. Dean. (1999). "Onset Age and Offense Specialization." *Journal of Research in Crime and Delinquency* 36(3):275–299. doi: 10.1177/0022427899036003002
- Pratt, Travis C., and Francis T. Cullen. 2000. "The Empirical Status of Gottfredson's and Hirschi's General Theory of Crime: A Meta-Analysis." *Criminology* 38(3):931–64. doi: 10.1111/j.1745-9125.2000.tb00911.x
- Prentky, Robert A., Raymond A. Knight, Austin F. S. Lee, and David D. Cerce. 1995. "Predictive Validity of Lifestyle Impulsivity for Rapists." *Criminal Justice and Behavior* 22(2):106–128. doi: 10.1177/0093854895022002002
- Roberton, Terri, Michael Daffern, and Romola S. Bucks. 2013. "Oral Administration of the Levels of Emotional Awareness Scale." *Australian Journal of Psychology* 65(3):172–179. doi: 10.1111/ajpy.12018
- Rogers, Marc, Natalie D. Smoak, and Jia Liu. 2006. "Self-reported Deviant Computer Behavior: A Big-5, Moral Choice, and Manipulative Exploitive Behavior Analysis." *Deviant Behavior* 27(3):245–268. doi: 10.1080/01639620600605333
- Schoepfer, Andrea, and Alex R. Piquero. 2006. "Self-control, Moral Beliefs, and Criminal Activity." *Deviant Behavior* 27(1):51–71. doi: 10.1080/016396290968326
- Simon, Leonore M. J. 2000. "An Examination of the Assumptions of Specialization, Mental Disorder, and Dangerousness in Sex Offenders." *Behavioral Sciences and the Law* 18(2-3):275–308. doi: 10.1002/1099-0798(200003/06)18:2/3%3C275::AID-BSL393%3E3.0.CO;2-G
- Smallbone, Stephen, and Richard Wortley. (2004). "Onset, Persistence, and Versatility of Offending among Adult Males Convicted of Sexual Offenses Against Children." *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment* 16(4):285–298. doi:

10.1023/B:SEBU.0000043324.12709.4f

- Stams, Geert Jan, Daniel Brugman, Maja Deković, Lenny van Rosmalen, Peter van der Laan, and John C. Gibbs. 2006. "The moral judgment of juvenile delinquents: A meta-analysis." *Journal of Abnormal Child Psychology* 34(5):697–713. doi: 10.1007/s10802-006-9056-5
- Sullivan, Christopher J., Jean Marie McGloin, Travis C. Pratt, and Alex R. Piquero. 2006. "Rethinking the "Norm" of Offender Generality: Investigating Specialization in the Short-Term." *Criminology* 44(1):199–233. doi: 10.1111/j.1745-9125.2006.00047.x
- Sullivan, Christopher J., Jean Marie McGloin, James V. Ray, and Michael S. Caudy. 2009. "Detecting Specialization in Offending: Comparing Analytic Approaches." *Journal of Quantitative Criminology* 25(4):419–441. doi: 10.1007/s10940-009-9074-x
- Svensson, Robert, Lieven Pauwels, and Frank M. Weerman. 2010. "Does the Effect of Self-Control on Adolescent Offending Vary by Level of Morality? A Test in Three Countries." *Criminal Justice and Behavior* 37(6):732–743. doi: 10.1177/0093854810366542
- Tittle, Charles, Olena Antonaccio, Ekaterina Botchkovar, and Maria Kranidioti. 2010. "Expected Utility, Self-Control, Morality, and Criminal Probability." *Social Science Research* 39(6):1029–1046. doi: 10.1016/j.ssresearch.2010.08.007
- van Vugt, Evaline, John Gibbs, Geert Stams, Catrien Bijleveld, Jan Hendriks, and Peter van der Laan. 2011. "Moral Development and Recidivism: A Meta-analysis." *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology* 55(8):1234–1250. doi: 10.1177/0306624X11396441
- van Wijk, Anton, Joan van Horn, J., Ruud Bullens, Catrien Bijleveld, and Theo Doreleijers. 2005. "Juvenile Sex Offenders: A Group on its Own?" *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology* 49(1):25–36. doi: 10.1177/0306624X04270788
- Wang, Xingchao, Li Lei, Jiping Yang, Ling Gao, L., and Fengqing Zhao. 2017. "Moral Disengagement as Mediator and Moderator of the Relation Between Empathy and Aggression Among Chinese Male Juvenile Delinquents." *Child Psychiatry & Human Development* 48(2):316–326. doi: 10.1007/s10578-016-0643-6
- Weinrott, Mark R., and Maureen Saylor. 1991. "Self-report of Crimes Committed by Sex Offenders." *Journal of Interpersonal Violence* 6(3):286–300. doi: 10.1177/088626091006003002

- Wilhite, Emily R., and Kim Fromme. 2017. "The Differential Influence of Drinking, Sensation Seeking, and Impulsivity on the Perpetration of Unwanted Sexual Advances and Sexual Coercion." *Journal of Interpersonal Violence* 1–8. doi: 10.1177/0886260517742151
- Wilson, Carlene, Sally Goodwin, and Karen Beck. 2002. "Rape Attitudes and Behaviour and their Relationship to Moral Development." *Psychiatry, Psychology, and Law* 9(1):85–95. doi: 10.1375/pplt.2002.9.1.85
- Wikström, Per-Olof H. (2014). "Why Crime Happens: A Situational Action Theory." Pp. 74–94 in *Analytical Sociology: Actions and Networks*, edited by G. Manzo. Chichester: John Wiley & Sons.
- Wright, Kevin A., Travis C. Pratt, and Matt DeLisi. 2008. "Examining Offending Specialization in a Sample of Male Multiple Homicide Offenders." *Homicide Studies* 12(4):381–398. doi: 10.1177/1088767908323930

Discussão Geral e Conclusão

1. Reflexões Teóricas sobre os Resultados

A presente investigação, enquanto ~~como~~ estudo exploratório, teve como intuito o desenvolvimento do conhecimento sobre as características associadas aos indivíduos que cometem agressões sexuais. Para tal, os principais objetivos foram: analisar e caracterizar todas as especificidades do consumo de pornografia por parte de agressores sexuais, bem como verificar quais os fatores que contribuem para esse consumo (artigo 3); verificar a prevalência dos agressores sexuais transversais em Portugal, e identificar quais os fatores sociodemográficos e criminogênicos que contribuem para distinguir estes indivíduos dos restantes agressores sexuais (artigo 4); e, por fim, testar a validade da teoria geral do crime e da teoria da ação situacional no contexto específico da especialização/ versatilidade criminal (artigo 5). Para o cumprimento desses objetivos foram realizados três estudos empíricos, uma revisão teórica sobre o consumo de pornografia e a sua relação com a violência sexual (artigo 1), assim como estudos de adaptação para a população portuguesa de instrumentos que foram utilizados na tese (artigo 2 e anexo A). Os resultados de cada estudo empírico serão seguidamente resumidos e discutidos.

O consumo de pornografia pode refletir um elevado desejo sexual, o qual constitui um dos fatores motivacionais para a perpetração de violência sexual (Seto, 2017). Tal como a população normativa, os agressores sexuais também consomem pornografia (Condrón & Nutter, 1988; Marshall, 1988; Nutter & Kearns, 1993). Contudo, os estudos que foram realizados em populações forenses tenderam a focar-se apenas na forma como a pornografia é utilizada durante o cometimento dos seus atos criminosos (Carter, Prentky, Knight, Vanderveer, & Boucher, 1987; Langevin & Curnoe, 2004; Shelton, Eakin, Hoffer, Muirhead, & Owens, 2016). Existem estudos na população normativa sobre a prevalência dos consumos (Wright, 2013), sobre os tipos de pornografia utilizados (Hald & Štulhofer, 2015), e sobre as motivações associadas (Cooper, Morahan-Martin, Mathy, & Maheu, 2002; Paul & Shim, 2008; Romito & Beltramini, 2011). Porém, pouco se sabe sobre as características do consumo de pornografia por parte dos agressores sexuais no que concerne a esses aspetos já estudados com populações normativas. Neste sentido, o artigo 3 surgiu com o intuito de tentar colmatar esta informação, dada a importância desta variável na etiologia da violência sexual em alguns agressores.

Os resultados do artigo 3 indicaram que cerca de 20% dos agressores sexuais tinha sido exposto a pornografia pela primeira vez antes dos 12 anos, taxas similares às encontradas em inquéritos a jovens provenientes de amostras comunitárias (Romito & Beltramini, 2011; Wolak, Mitchell, & Finkelhor, 2007; Ybarra & Mitchell, 2005), e estudos mais antigos com populações forenses (Condrón & Nutter, 1988; Nutter & Kearns, 1993). A idade da primeira exposição à pornografia não parece, portanto, ter sofrido alterações ao longo dos últimos anos e também não aparenta constituir uma característica diferenciadora dos agressores sexuais face à restante população. Apenas 41% dos agressores sexuais admitiu ainda consumir pornografia na altura em que cometeram o crime pelo qual estavam encarcerados. Contudo, esta prevalência é ligeiramente superior aos 31% encontrados numa amostra comunitária de homens adultos nos Estados Unidos (Wright, 2013). Dado que o consumo de pornografia pode refletir um intenso desejo sexual, sendo esta uma das motivações para a violência desta natureza (Seto, 2017), não é inesperado que os haja mais agressores sexuais a consumir pornografia comparado com a restante população.

Os agressores sexuais contextualizaram as características do seu consumo de pornografia na altura em que cometeram o crime. A maioria indicou que o material preferido de consumo eram os filmes *offline* e a Internet um dos meios opcionais. Revelaram igualmente que a maior parte das vezes preferiam ver pornografia sozinhos (80%), mas 30% indicou que gostava de consumir esses materiais com os seus parceiros íntimos, como parte das suas experiências sexuais em conjunto. As principais motivações para o consumo de pornografia nessa altura eram para o seu próprio prazer (66%), por curiosidade (40%), para estimulação sexual com o parceiro (27%), e para aprenderem novas posições/comportamentos (12%). Neste sentido, as razões apresentadas pelos agressores sexuais foram similares às da população normativa (Cooper et al., 2002; Paul & Shim, 2008; Romito & Beltramini, 2011). Contudo, houve três indivíduos que relataram especificamente que consumiam pornografia infantil nessa altura de modo a aliviar a ansiedade e o conflito emocional que sentiam com o facto de possuírem desejo sexual por crianças. Para estes participantes, a pornografia tinha um “efeito substituto”, ajudando-os a evitar passarem dos seus desejos para atos. Porém, todos eles acabaram por abusar sexualmente de crianças. Portanto, ao invés, a pornografia poderá ter alimentado mais os seus desejos em praticar atos sexuais com crianças, contribuindo para os seus crimes (sendo um deles a pornografia de menores). Este resultado vem corroborar investigações prévias que indicavam que a pornografia teria efeitos mais negativos para indivíduos que já possuíam risco elevado para a

violência sexual (Hald & Malamuth, 2015; Kingston, Malamuth, Federoff, & Marshall, 2009; Kingston, Federoff, Firestone, Curry, & Bradford, 2008; Malamuth, Addison, & Koss, 2000; Malamuth, Hald, & Koss, 2012; Seto et al., 2001; Williams et al., 2009). Note-se que apenas uma pequena porção dos agressores sexuais relatou sentir este efeito da pornografia, sendo este dado similar ao encontrado em estudos anteriores com esta população (Condrón & Nutter, 1988; Langevin & Curnoe, 2004; Marshall, 1988; Nutter & Kearns, 1993).

Os tipos de pornografia mais frequentemente consumidos pelos agressores sexuais não foram distintos daqueles encontrados em amostras comunitárias (Hald & Štulhofer, 2015). A saber, sexo oral, vaginal e anal, bem como sexo a três (i.e., *ménage à trois*), bukkake (modalidade de sexo grupal que consiste numa pessoa “receber” ejaculação por parte de vários homens), inter-racial e dupla penetração. De notar, que apenas 12% dos participantes relatou não ter pensado, sentido ou feito nada durante ou após o consumo da pornografia. Todos os outros indivíduos mencionaram que se masturbaram, envolveram-se em relações sexuais com os parceiros íntimos, tiveram fantasias sexuais relativas aos conteúdos visualizados e/ ou procuraram/ conseguiram reproduzir esses conteúdos da pornografia. Neste sentido, deve ser mencionado que, apesar de não ter sido frequente a sua utilização, 45% dos participantes referiu que, durante esse tempo (altura do crime), viu pornografia que continha cenas de sexo forçado e 10% imagens com crianças. Tendo em conta que acabaram por perpetrar crimes sexuais contra adultos e crianças, o consumo deste tipo de pornografia por indivíduos que já teriam outros fatores de risco para a violência sexual, poderá ter contribuído para essa tentativa de reprodução daquilo que visualizaram. Esta investigação não avaliou o efeito causal da pornografia, mas o seu possível papel como instigadora de violência sexual para uma pequena porção de indivíduos que possuem determinadas características (e.g., traços antissociais, pouca amabilidade) já foi amplamente estudado (Hald & Malamuth, 2015; Kingston et al., 2008; Kingston, et al., 2009; Malamuth et al., 2000; Malamuth et al. 2012; Seto et al., 2001; Williams et al., 2009).

O artigo 3 procurou também examinar se certas características (idade na altura em que cometeram o crime, histórico de condenações por crimes violentos, abuso de substâncias e frequência de fantasias sexuais exploratórias, de intimidade, de BDSM e de sedução – medidas pelo SFQ) contribuíam para a probabilidade de os agressores sexuais terem consumido pornografia na altura em que cometeram o crime. Investigações anteriores em populações normativas já tinham constatado que ser homem, ser pouco religioso, ausência de um casamento feliz, ter recorrido a prostitutas e cometido adultério contribuíam para a

probabilidade destes indivíduos consumirem pornografia pela Internet (Stack, Wasserman, & Kern, 2004). Os resultados da presente investigação concluíram que apenas as fantasias sexuais tinham impacto na probabilidade de os agressores sexuais terem consumido pornografia na altura do crime. Deste modo, uma maior frequência de fantasias exploratórias e de BDSM aumentavam essa probabilidade, enquanto as fantasias de sedução diminuíam a possibilidade dessa ocorrência. Dado que a pornografia está repleta de temas exploratórios (i.e., com vários parceiros, sexo inter-racial, orgia, entre outros) e de BDSM (i.e., envolvendo amarrar, dar palmadas ou humilhar alguém), não é de estranhar que as pessoas com essas fantasias procurem pornografia consistente com esses desejos (Quayle & Taylor, 2002). Também é possível que a exposição à pornografia por parte dos indivíduos nessa altura tenha originado ou exacerbado esse tipo de fantasias que agora possuem (Byrne & Osland, 2000).

Nem todos os agressores sexuais possuem o mesmo nível de risco de reincidência na violência sexual (Hanson & Bussière, 1998; Hanson & Morton-Bourgon, 2005). As análises de risco têm em conta fatores históricos (e.g., idade), clínicos (e.g., presença de perturbações da personalidade), criminológicos (e.g., número de vítimas), entre outros. Por exemplo, os violadores de adultos têm maior probabilidade de reincidirem em crimes não-violentos e violentos, enquanto os abusadores sexuais intrafamiliares possuem uma menor reincidência sexual do que os extrafamiliares (Hanson & Bussière, 1998). Contudo, estas tipologias partem do princípio que os agressores sexuais são estáveis na sua escolha de vítimas. Contudo, vários estudos anglo-saxónicos têm indicado uma significativa prevalência de agressores sexuais que são transversais na sua escolha de vítimas (Cann, Friendship, & Gonza, 2007; Guay, Proulx, Cusson, & Ouimet, 2001; Sim & Proeve, 2010). Estes agressores podem ter vítimas de diferentes categorias etárias (e.g., pré-púberes, púberes, pós-púberes e/ ou adultas), de ambos os géneros e com as quais possuem relações distintas (i.e., intra e extrafamiliar; Heil, Ahlmeyer, & Simons, 2003). A avaliação de risco tendo por base unicamente o último tipo de vítima de um agressor e a sua correspondente categorização em tipologias, poderá subestimar gravemente o nível de risco desse agressor e facilitar o seu acesso a um maior número potencial de vítimas (Kleban, Chesin, Jeglic, & Mercado, 2013).

Não existem ainda estudos que tenham analisado a prevalência de agressores sexuais transversais em países provenientes de outras culturas não anglo-saxónicas, nem o fenómeno tem sido discutido em Portugal. É também um campo que carece de extensa investigação sobre os fatores que estão na origem deste tipo de comportamentos (Cann et al., 2007). A pesquisa conduzida no artigo 4 teve como objetivo ser a primeira investigação sobre a

incidência deste fenómeno num país mediterrânico. Teve também o intuito de contribuir com avanços neste campo, ao analisar a capacidade preditiva de um conjunto de variáveis sociodemográficas e criminogénicas na probabilidade de um agressor sexual ser transversal.

Deste modo, os resultados do artigo 4 indicaram que a prevalência em Portugal de agressores sexuais transversais no domínio do género e do relacionamento é muito similar à de estudos que recorreram igualmente a amostras de agressores encarcerados e tendo por base a consulta do seu histórico criminal (Cann et al., 2007; Kleban et al., 2013). De um total de 94 agressores com múltiplas vítimas, 10% tinha vítimas de ambos os géneros e 12% tinha relações intra e extrafamiliares com elas (nesses outros estudos as taxas variaram entre 9-13% e 13-14%, respetivamente). Contudo, a nossa amostra possuía uma taxa bastante superior de agressores transversais no domínio da idade das vítimas – 48% no nosso estudo, comparado com 14% no de Kleban e colegas (2013) e 8% no de Cann e colaboradores (2007). Esta diferença poderá estar relacionada com o facto de termos utilizado quatro categorias etárias (pré-púberes, púberes, pós-púberes e/ ou adultas), enquanto Kleban e colegas (2013) utilizaram três (crianças, adolescentes e adultos) e Cann e colaboradores (2007) usaram apenas duas (crianças e adultos). Para efetuar comparações com esses outros estudos, analisamos a prevalência da transversalidade na idade com as mesmas três e depois duas categorias. Com três categorias, as taxas de agressores sexuais transversais na idade eram de 30%, e com duas categorias eram de 14%. Continuaram, portanto, a ser taxas bastante mais elevadas na população portuguesa, comparativamente aos resultados dos estudos anglo-saxónicos. Questionamo-nos se isto reflete uma característica do nosso país ou se poderemos ter utilizado diferentes operacionalizações metodológicas dos outros estudos (e.g., analisámos somente as características das vítimas dos crimes pelos quais estavam encarcerados, não tendo acesso às características de vítimas anteriores).

Analisamos igualmente a escolha das vítimas, tendo por base as suas idades, e comprovámos que 75% dos agressores sexuais transversais nesse domínio escolhiam vítimas de categorias etárias adjacentes, o que é coincidente com investigações prévias (Bailey et al., 2016). Consequentemente, apenas 25% seleccionavam vítimas de várias categorias e/ ou de categorias remotas (e.g., pré-púberes e adultas). Tal leva-nos a questionar se a transversalidade em categorias etárias adjacentes constitui um indicador válido desse fenómeno, dado que a delimitação etária não indica necessariamente distintos níveis de desenvolvimento.

Os nossos resultados também corroboraram os de Levenson, Becker e Morin (2008), de que a transversalidade no género é mais comum em indivíduos que abusam vítimas pré-púberes. Na nossa amostra, todos os agressores que tinham vítimas de ambos os géneros ($n = 9$) tinham vítimas com menos de 11 anos. Blanchard e colaboradores (2012) tinham sugerido que tal possa estar relacionado com o facto de as crianças pré-púberes terem mais similaridades físicas, por ainda não terem os caracteres sexuais secundários desenvolvidos.

Para além de comparações grupais, o estudo 4 analisou também se um conjunto de variáveis sociodemográficas (idade do agressor na altura do crime; nível de escolaridade; estado civil; situação laboral; suporte social na prisão) e criminogénicas (abuso de substâncias; frequência de condenações anteriores por crimes não-violentos, violentos ou sexuais; comportamentos do agressor durante o crime; e atitudes sobre o crime) eram capazes de contribuir para a probabilidade de os agressores sexuais serem transversais nos três domínios e, especificamente, na idade das vítimas, ou não. Observámos que um aumento na idade dos agressores na altura do crime diminuía a probabilidade de serem transversais em geral; enquanto que estar divorciado/ separado/ viúvo, possuir um emprego estável, e abusar de álcool, aumentavam a hipótese de o agressor ser sexualmente transversal nos três domínios. Investigações prévias sugeriram que alterações nas circunstâncias de vida podem criar oportunidades para os indivíduos se envolverem em diferentes tipos de crimes (Gottfredson, 2005; Horney, Osgood, & Marshall, 1995). É possível que não ter uma família presente ou um emprego, permita ao agressor interagir com um maior número de pessoas distintas e, assim, facilitar o surgimento de mais oportunidades criminais. O abuso de álcool também pode desinibir os indivíduos e permitir uma maior interação com pares desviantes (McGloin, Sullivan, Piquero, & Pratt, 2007).

Paralelamente, um maior nível de escolaridade, o consumo de álcool e a utilização de comportamentos de sedução/ aliciamento e de coação física durante o crime, aumentavam a hipótese de o agressor ser transversal na idade das vítimas (i.e., ter vítimas de diferentes categorias etárias), especificamente. Sugerimos que um indivíduo com mais escolaridade e, portanto, maior eloquência, que tenha facilidade em seduzir as suas vítimas, tenha também um acesso facilitado a um maior número de vítimas, por ter possivelmente mais facilidade em criar uma (falsa) sensação de segurança nelas. A coação física durante o crime surgiu, muitas vezes, após tentativas falhadas de aliciamento das vítimas. É necessário haver mais investigação sobre estas dinâmicas.

Para além da transversalidade, que é um fenómeno ainda pouco estudado, a literatura também se tem focado nas razões que levam os indivíduos a cometerem sempre os mesmos tipos de crimes (i.e., serem especialistas) ou a perpetrarem uma grande variedade de crimes de diferentes tipologias (i.e., serem criminalmente versáteis), pois este último constitui um fator de risco para a reincidência criminal (Hanson & Bussière, 1998). A teoria geral do crime (Gottfredson & Hirsh, 1990) defende que tal se deve ao facto de os indivíduos com baixo autocontrolo terem maior probabilidade de cometerem crimes, de o fazerem mais cedo do que outros, de persistirem nesse tipo de “carreiras”, e de se envolverem em circunstâncias de vida que levem a mais oportunidades criminais. A impulsividade, uma das facetas do constructo do autocontrolo, tem sido especificamente associada à criminalidade sexual. ~~em específico~~ (Davis, Danube, Stappenbeck, Norris, & George, 2015; Fox, 2017; Healey & Beauregard, 2017; Lussier, Beauregard, Proulx, & Nicole, 2005; Prentky, Knight, Lee, & Cerce, 1995; Wilhite & Fromme, 2017). Porém, não foi ainda estudada relativamente ao fenómeno da especialização/ versatilidade criminal dos agressores sexuais. A literatura indica que estes cometem igualmente uma grande variedade de crimes não-sexuais, sendo geralmente versáteis (Lussier, 2005; Simon, 2000; Smallbone & Wortley, 2004; van Wijk, van Horn, Bullens, Bijleveld, & Doreleijers, 2005; Weinrott & Saylor, 1991). Já a teoria da ação situacional postula que, para um indivíduo considerar perpetrar um crime, este tem de, antes de mais, possuir um baixo nível de raciocínio moral (Wikström, 2014). E que só esses sujeitos com moralidade flexível é que podem ser influenciados por fatores predisposicionais (e.g., autocontrolo) e/ ou situacionais (e.g., abuso de substâncias). Estudos que testaram estas premissas, constataram que a moralidade era o mais forte preditor de comportamentos desviantes (Gallupe & Baron, 2014; Hirtenlehner & Kunz, 2016; Piquero, Bouffard, Piquero, & Craig, 2016; Tittle, Antonaccio, Botchkovar, & Kranidioti, 2010), e que o autocontrolo apenas tinha um efeito mais significativo em indivíduos com baixa moralidade (Hirtenlehner & Kunz, 2016; Schoepfer & Piquero, 2006; Svensson, Pauwels, & Weerman, 2010). Esta teoria, que é relativamente recente, ainda não foi testada no âmbito da especialização/ versatilidade criminal.

Para colmatar esta lacuna encontrada na literatura, no último artigo da secção empírica (artigo 5), procuramos analisar a capacidade preditiva da impulsividade (medida pelo BIS-11) e do raciocínio moral (medido pelo SRM-AV) numa medida de especialização/ versatilidade criminal (o *diversity index* ou *D*). Dado que o *D* é altamente influenciado por amostras pequenas e pela frequência do número de crimes (Francis & Humphreys, 2016), optou-se por

utilizar três versões do mesmo – a versão original, não-transformada, uma versão que corrige esse enviesamento em geral, e uma outra versão corrigida, apropriada para abordagens que utilizam regressões estatísticas. As correções foram efetuadas de acordo com as sugestões de Francis e Humphreys (2016).

Primeiramente realizamos comparações grupais entre quatro diferentes tipologias de agressores sexuais (violadores de adultos; abusadores de crianças intrafamiliares; abusadores de crianças extrafamiliares; e agressores sexuais transversais que tinham vítimas crianças e adultas e intra e extrafamiliares), em função do *D* não-transformado (para replicar estudos prévios) e do *D* com a correção do enviesamento geral. Os resultados foram ligeiramente diferentes consoante a medida do *D* utilizada. Porém, indicaram em geral que os violadores de adultos são o grupo mais versátil criminalmente, enquanto os abusadores de crianças extrafamiliares eram os que mais se especializavam em crimes sexuais. Estes resultados são semelhantes aos de estudos prévios (Harris, Smallbone, Dennison, & Knight, 2009; Lussier & Cale, 2013; Lussier, LeBlanc, & Proulx, 2005; Miethe, Olson, & Mitchell, 2006).

Realizaram-se também regressões para verificar a capacidade preditiva da impulsividade e do raciocínio moral no grau de especialidade/ versatilidade criminal, medido pelas três versões do *D* (não-transformado e as duas correções). Incluíram-se nas análises a idade do agressor na altura do crime e a frequência do número de crimes como variáveis de controlo, dada a sua relação com a especialidade/ versatilidade criminal (e.g., McGloin et al., 2007). Como esperado, a frequência de crimes influenciou a análise com o *D* não-transformado, de forma a que nenhuma outra variável foi significativa. Quando se utilizaram as versões do *D* corrigidas, que controlavam o enviesamento da relação entre essas variáveis, e após remoção de valores extremos, constatou-se que o raciocínio moral foi o único preditor da especialidade/ versatilidade criminal. Os resultados foram semelhantes entre ambas as versões corrigidas do *D*, após a remoção dos valores extremos, não sendo encontrada preferência por qualquer uma das abordagens. Deste modo, conclui-se no artigo 5 que um menor nível de moralidade previa a versatilidade criminal dos agressores sexuais, enquanto uma maior moralidade previa a especialização. Nem a impulsividade, a idade, ou a frequência de crimes (transformada logaritmicamente devido aos métodos de correção do *D*) influenciaram essa relação. Portanto, os resultados deste estudo corroboram parcialmente a teoria da ação situacional. De salientar que é possível que outras facetas do autocontrolo tenham impacto na especialidade/ versatilidade criminal, apesar da impulsividade não ter, portanto não podemos descartar as proposições da teoria geral do crime.

2. Limitações Metodológicas

A presente tese apresenta alguns contributos válidos para o conhecimento já existente no que concerne às características associadas aos agressores sexuais. No entanto, possui várias limitações que devem ser tidas em conta, pois têm impacto na replicabilidade e generalização dos resultados. Em primeiro lugar, o número reduzido de participantes, que pode ter condicionado o poder explicativo dos modelos utilizados nas análises inferenciais e de regressão. Contudo, deve ser mencionado que este número reduzido se deve ao facto de existirem muito poucos agressores sexuais encarcerados em Portugal. A amostra retrospectiva (artigo 4) que teve por base uma análise dos processos de todos os reclusos no EP da Carregueira durante aquele período temporal (setembro de 2014 a outubro de 2015) foi constituída por 261 reclusos. Este número representa cerca de 54% de todos os indivíduos a cumprir penas de prisão por crimes de abuso sexual de crianças, abuso sexual de menores dependentes e violação (os crimes sexuais com maior incidência) em Portugal durante esse ano (DGRSP, 2014). A amostra foi, portanto, recolhida por conveniência, tendo-se optado pelo EP da Carregueira, por ser um estabelecimento que reúne a maior quantidade de reclusos desta natureza no sistema judicial português. Porém, apenas 146 reclusos consentiram participar nos estudos subsequentes (artigos 3 e 5), portanto essa subamostra foi ainda mais reduzida (recolhida entre janeiro de 2015 e maio de 2016). Tendo em conta que a grande maioria dos agressores sexuais (cerca de 75%) fica com penas de prisão suspensas após a condenação (sujeitos a medidas de tratamento, entre outras; Expresso, 2018), a amostra da tese não é representativa de todos os agressores sexuais em Portugal, mas apenas daqueles que terão cometido crimes mais gravosos, que terão justificado o seu encarceramento. Uma outra limitação relacionada com a recolha de informação processual prende-se com o facto de a codificação das variáveis ter sido realizada por uma única pessoa (a investigadora principal), o que impossibilita uma análise da consistência entre codificadores, afetando a generalização dos resultados.

Existem depois limitações relacionadas com cada artigo em particular. Relativamente ao artigo 3, a natureza sexual das questões colocadas durante a entrevista e o género da entrevistadora podem ter inibido a capacidade dos participantes para responderem verdadeiramente e levado a relatos com frequências inferiores (Catania, McDermott, & Pollack, 1986; Catania et al., 1996; Gribble, Miller, Rogers, & Turner, 1999; Wilson, Brown, Mejia, & Lavori, 2002). No entanto, tal nem sempre acontece (Parchem, Drews, Dorman, &

Fleig, 2016). Catania e colegas (1986) explicaram que estes efeitos de enviesamento podem ser reduzidos quando a participação no estudo é voluntária e é explicado de antemão a natureza da investigação, condições que estiveram presentes neste estudo. Por exemplo, após lhes ter sido solicitado o consentimento informado, apenas 56% dos reclusos contactados aceitou participar na investigação.

Comum aos artigos 3 e 5, a administração oral dos instrumentos de autorrelato SFQ, BIS-11 e SRM-AV, método que não foi previamente validado para estes, pode ter impacto na replicação dos nossos resultados. No entanto, quando há problemas com a literacia dos participantes, como foi o caso dessa amostra (cerca de 38% tinha menos do que o 4º ano de escolaridade), a administração oral é considerada um método alternativo para a recolha de informação (Catania, Gibson, Chitwood, & Coates, 1990). Um estudo que comparou os métodos de administração (por escrito ou em entrevista) de uma medida psicológica, observou que o método não tem geralmente impacto nos resultados (Robertson, Daffern, & Bucks, 2013). De notar que esses instrumentos apresentaram fidedignidade aceitável a boas amostras em estudo, similar aos estudos de validação para a população portuguesa. Paralelamente, a não inclusão de uma medida que testasse a desejabilidade social dos participantes, aos quais foram aplicados esses instrumentos, impossibilitou que se controlasse esta dimensão.

Análogo aos artigos 4 e 5, a categorização dos indivíduos como agressores sexuais transversais e o cálculo do *diversity index*, respetivamente, foram preconizados tendo por base a consulta dos registos oficiais destes indivíduos, podendo haver subestimação dos fenómenos. Isto é, podem ter cometido mais crimes que não estão identificados nos seus registos. Existem ainda outras limitações específicas ao artigo 4. Nomeadamente, a maioria dos estudos analisou a prevalência de agressores transversais ao longo da carreira criminal destes. No nosso estudo, apenas foi possível analisar os dados relativamente aos quais havia acórdão judicial no processo dos reclusos, que normalmente era o crime pelo qual estavam encarcerados. Não tínhamos, portanto, acesso aos dados de vítimas de crimes sexuais anteriores para podermos analisar sua transversalidade ao longo da vida. Significa que as taxas de prevalência encontradas estão a subestimar o fenómeno. Finalmente, a natureza transversal do estudo apenas permite a classificação dos agressores consoante os dados recolhidos até ao momento, não significando que agressores que não foram categorizados como transversais sexualmente o possam vir a ser no futuro.

3. Implicações

Apesar das limitações acima mencionadas, a presente investigação apresenta importantes contribuições ao nível científico, tendo impacto igualmente ao nível dos profissionais que trabalham com esta população.

Os dados recolhidos fornecem um melhor entendimento sobre o papel da pornografia na vida dos agressores sexuais (artigo 3). Embora a pornografia não tenha tido um papel nos crimes da maioria dos agressores, cerca de metade sentiu desejo de tentar reproduzir os conteúdos visualizados. De acordo com o modelo da motivação-facilitação da violência sexual (Seto, 2017), se esses conteúdos incluírem pornografia com imagens de sexo forçado ou com crianças, e o indivíduo possuir certas características da personalidade (e.g., traços antissociais, impulsividade), motivações (e.g., parafilias) e se estiverem presentes outros fatores facilitadores (e.g., abuso de substâncias), é possível que a pornografia seja instigadora do cometimento de agressões sexuais. Três indivíduos, em particular, relataram que consumiam pornografia infantil como forma de lidar com a ansiedade associada ao seu desejo sexual por crianças. Contudo, para estes, a pornografia acabou por servir como mais um fator motivador para a passagem ao ato, tendo acabado por abusar sexualmente de crianças. Para além da caracterização que foi feita, ao identificar-se alguns atributos dos agressores sexuais que utilizam estes materiais contribui-se para uma melhor compreensão deste possível fator de risco, algo que pode auxiliar no desenvolvimento de programas de tratamento adequados para esta população.

A investigação trouxe outros contributos ao nível do entendimento dos agressores sexuais. Constituiu o primeiro estudo (artigo 4) sobre a prevalência de transversalidade na escolha de vítimas por parte dos agressores sexuais num país não anglo-saxónico, e especificamente em Portugal. Este fenómeno está associado a um maior número de vítimas por parte dos agressores (Stephens, Seto, Goodwill, & Cantor, 2018), fator que aumenta o risco de reincidência sexual (Hanson & Bussière, 1998). Os profissionais que trabalham nesta área, sejam juízes, psicólogos, ou outros, devem ter noção da existência deste fenómeno, pois a sua desvalorização pode levar a uma subvalorização do nível de risco de determinados agressores sexuais, potenciando o seu acesso a um maior número de vítimas (Kleban et al., 2013). Este estudo surgiu devido à necessidade salientada por outros de se efetuar investigação para se compreender quais as variáveis que distinguem estes agressores sexuais dos restantes (Cann et al., 2007; Kleban et al., 2013). Ao conseguirmos identificar um conjunto de variáveis que têm capacidade para diferenciar estes agressores sexuais, podemos

avançar o estado da arte relativo a este campo. Esta informação também poderá ter interesse no âmbito da adaptação de intervenções clínicas a estes indivíduos em específico.

Finalmente, ao testar modelos teóricos sobre a etiologia dos comportamentos criminais, conseguimos identificar um fator (moralidade) que aparenta ser particularmente relevante no âmbito da especialidade/ versatilidade criminal, não tendo sido previamente estudado em consonância com essa dinâmica. Tendo em conta que os indivíduos que são mais versáteis possuem um risco acentuado de reincidirem no futuro (Hanson & Bussière, 1998), o conhecimento de quais os fatores que contribuem para esse resultado é de extrema importância. Sugere-se que os programas de tratamento com agressores sexuais possam incluir módulos em que os aspetos da moralidade sejam alvo de atenção, de forma a se tentar prevenir crimes futuros.

4. Sugestões de Investigação para Futuros Estudos

Para futuros estudos, recomenda-se que se analisem os traços de personalidade associados aos agressores sexuais consumidores de pornografia, averiguando se os mesmos contribuem para a propensão para replicarem os conteúdos visualizados. Em específico, sugere-se a realização de estudo de casos como os dos três indivíduos que relataram consumir pornografia para lidar com a ansiedade do seu interesse sexual por crianças e que depois acabaram por não conseguir controlar os seus impulsos.

Paralelamente, sugere-se que as análises realizadas nesta investigação possam ser replicadas com amostras de maior dimensão, para averiguar as possibilidades de generalização dos resultados. Em particular, estender-se o estudo da prevalência de agressores sexuais transversais utilizando uma metodologia longitudinal. Em Portugal, seria interessante comparar as características sociodemográficas e criminogénicas presentes nos casos de agressores sexuais que são encarcerados com as características daqueles que recebem penas de prisão suspensas.

Sugere-se, igualmente, que se examine a influência de outras facetas do autocontrolo (e.g., propensão para o risco, temperamento volátil) na especialidade/ versatilidade criminal dos agressores sexuais e de outros tipos de ofensores, para melhor se testar a teoria geral do crime. Finalmente, seria importante analisar a eficácia na prevenção da reincidência resultante de intervenções que, futuramente, incluam a valência da moralidade dos agressores.

5. Referências

- Blanchard, R., Kuban, M. E., Blak, T., Klassen, P. E., Dickey, R., & Cantor, J. M. (2012). Sexual attraction to others: A comparison of two models of alloerotic responding in men. *Archives of Sexual Behavior, 41*(1), 13–29. <http://dx.doi.org/10.1007/s10508-010-9675-3>
- Byrne, D., & Osland, J. A. (2000). Sexual fantasy and erotica/pornography: Internal and external imagery. In L. T. Szuchman & F. Muscarella (Eds.), *Psychological perspectives on human sexuality* (pp. 283-305). New York: John Wiley.
- Cann, J., Friendship, C., & Gonza, L. (2007). Assessing crossover in a sample of sexual offenders with multiple victims. *Legal and Criminological Psychology, 12*(1), 149-163. <https://doi.org/10.1348/135532506X112439>
- Carter, D. L., Prentky, R. A., Knight, R. A., Vanderveer, P. L., & Boucher, R. J. (1987). Use of pornography in the criminal and developmental histories of sexual offenders. *Journal of Interpersonal Violence, 2*(2), 196–211. <https://doi.org/10.1177/088626087002002005>
- Catania, J. A., McDermott, L., & Pollack, L. (1986). Questionnaire response bias and face-to-face interview sample bias in sexuality research. *The Journal of Sex Research, 22*(1), 52–72. <https://doi.org/10.1080/00224498609551289>
- Catania, J. A., Gibson, D. R., Chitwood, D. D., & Coates, T. J. (1990). Methodological problems in AIDS behavioral research: Influences on measurement error and participation bias in studies of sexual behavior. *Psychological Bulletin, 108*(3), 339–362. <http://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0033-2909.108.3.339>
- Catania, J. A., Binson, D., Canchola, J., Pollack, L. M., Hauck, W., & Coates, T. J. (1996). Effects of interviewer gender, interviewer choice, and item wording on responses to questions concerning sexual behavior. *Public Opinion Quarterly, 60*(3), 345–375. <https://doi.org/10.1086/297758>
- Condrón, M. K., & Nutter, D. E. (1988). A preliminary examination of the pornography experience of sex offenders, paraphiliacs, sexual dysfunction patients, and controls based on Meese Commission recommendations. *Journal of Sex & Marital Therapy, 14*(4), 285-298. <https://doi.org/10.1080/00926238808403811>
- Cooper, A., Morahan-Martin, J., Mathy, R. M., & Maheu, M. (2002). Toward an increased understanding of user demographics in online sexual activities. *Journal of Sex & Marital Therapy, 28*(2), 105-129. <http://dx.doi.org/10.1080/00926230252851861>

- Davis, K. C., Danube, C. L., Stappenbeck, C. A., Norris, J., & George, W. H. (2015). Background predictors and event-specific characteristics of sexual aggression incidents: The roles of alcohol and other factors. *Violence Against Women, 21*(8), 997-1017. <https://doi.org/10.1177/1077801215589379>
- DGRSP – Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2014). *Estatísticas do ano 2014: Reclusos condenados existentes em 31 de dezembro, segundo o sexo, os escalões de idade e a nacionalidade, por crimes*. Retrieved from http://www.dgsp.mj.pt/paginas/estatisticas/estatisticas_arq_mostra.php?id=2014
- Expresso (2018, 5 de Abril). Tribunal de Braga dá como provado abusos sexuais a criança mas aplica pena suspensa a pedófilo. Expresso. Retirado de <http://expresso.sapo.pt/revista-de-imprensa/2018-04-05-Tribunal-de-Braga-da-como-provado-abusos-sexuais-a-crianca-mas-aplica-pena-suspensa-a-pedofilo#gs.9=qkSMQ>
- Fox, B. (2017). What makes a difference? Evaluating the key distinctions and predictors of sexual and non-sexual offending among male and female juvenile offenders. *Journal of Criminal Psychology, 7*(2), 134-150. <https://doi.org/10.1108/JCP-12-2016-0047>
- Francis, B., & Humphreys, L. (2016). Investigating the relationship between the diversity index and frequency of offending. *Journal of Developmental and Life-Course Criminology, 2*(4), 397-416. <https://dx.doi.org/10.1007/s40865-016-0034-5>
- Gallupe, O., & Baron, S. W. (2014). Morality, self-control, deterrence, and drug use: Street youths and situational action theory. *Crime & Delinquency, 60*(2), 284-305. <https://doi.org/10.1177/0011128709359661>
- Gottfredson, M. R. (2005). Offender classifications and treatment effects in developmental criminology: A propensity/event consideration. *Annals of the American Academy of Political and Social Science, 602*(1), 46-57. <https://doi.org/10.1177/0002716205279937>
- Gottfredson, M. R. & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford University Press, Stanford.
- Gribble, J. N., Miller, H. G., Rogers, S. M., & Turner, C. F. (1999). Interview mode and measurement of sexual behaviors: Methodological issues. *The Journal of Sex Research, 36*(1), 16-24. <https://doi.org/10.1080/00224499909551963>
- Guay, J. P., Proulx, J., Cusson, M., & Ouimet, M. (2001). Victim-choice polymorpha among serious sex offenders. *Archives of Sexual Behavior, 30*(5), 521-533. <https://doi.org/10.1023/A:1010291201588>

- Hald, G. M., & Malamuth, N. N. (2015). Experimental effects of exposure to pornography: The moderating effect of personality and mediating effect of sexual arousal. *Archives of Sexual Behavior, 44*(1), 99-109. <https://doi.org/10.1007/s10508-014-0291-5>
- Hald, G. M., & Štulhofer, A. (2015). What types of pornography do people use and do they cluster? Assessing types and categories of pornography consumption in a large-scale online sample. *The Journal of Sex Research, 53*(7), 849-859. <http://dx.doi.org/10.1080/00224499.2015.1065953>
- Hanson, R. K., & Bussière, M. T. (1998). Predicting relapse: A meta-analysis of sexual offender recidivism studies. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 66*(2), 348-362. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.66.2.348>
- Hanson, R. K., & Morton-Bourgon, K. (2005). The characteristics of persistent sexual offenders: A meta-analysis of recidivism studies. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 73*(6), 1154–1163. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.73.6.1154>
- Harris, D. A., Smallbone, S., Dennison, S., & Knight, R. A. (2009). Specialization and versatility in sexual offenders referred for civil commitment. *Journal of Criminal Justice, 37*(1), 37-44. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2008.12.002>
- Healey, J., & Beauregard, E. (2017). Impulsivity as an etiological factor in sexual homicide. *Journal of Criminal Justice, 48*, 30-36. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2016.12.002>
- Heil, P., Ahlmeyer, S., & Simons, D. (2003). Crossover sexual offenses. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment, 15*(4), 221-236. <https://doi.org/10.1177/107906320301500401>
- Hirtenlehner, H., & Kunz, F. (2016). The interaction between self-control and morality in crime causation among older adults. *European Journal of Criminology, 13*(3), 393-409. <https://doi.org/10.1177/1477370815623567>
- Horney, J., Osgood, D. W., & Marshall, I. H. (1995). Criminal careers in the short-term: Intra-individual variability in crime and its relation to local life circumstances. *American Sociological Review, 60*(5), 655–73. <https://doi.org/10.2307/2096316>
- Kingston, D. A., Malamuth, N. N., Federoff, P., & Marshall, W. L. (2009). The importance of individual differences in pornography use: Theoretical perspectives and implications for treating sexual offenders. *Journal of Sex Research, 46*(2-3), 216-232. <https://doi.org/10.1080/00224490902747701>
- Kingston, D., Federoff, P., Firestone, P., Curry, S., & Bradford, J. (2008). Pornography use and sexual aggression: The impact of frequency and type of pornography use on

- recidivism among sexual offenders. *Aggressive Behavior*, 34(4), 1–11. <https://doi.org/10.1002/ab.20250>
- Kleban, H., Chesin, M. S., Jeglic, E. L., & Mercado, C. C. (2013). An exploration of crossover sexual offending. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment* 25(5) 427–443. <https://doi.org/10.1177/1079063212464397>
- Langevin, R., & Curnoe, S. (2004). The use of pornography during the commission of sexual offenses. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 48(5), 572–586. <https://doi.org/10.1177/0306624X03262518>
- Levenson, J. S., Becker, J., & Morin, J. W. (2008). The relationship between victim age and gender crossover among sex offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 20(1), 43–60. <https://doi.org/10.1177/1079063208314819>
- Lussier, P. (2005). The criminal activity of sexual offenders in adulthood: Revisiting the specialization debate. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 17(3), 269–292. <https://doi.org/10.1177/107906320501700303>
- Lussier, P., & Cale, J. (2013). Beyond sexual recidivism: A review of the sexual criminal career parameters of adult sex offenders. *Aggression and Violent Behavior*, 18(5), 445–457. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2013.06.005>
- Lussier, P., Le Blanc, M., & Proulx, J. (2005). The generality of criminal behavior: A confirmatory factor analysis of the criminal activity of sex offenders in adulthood. *Journal of Criminal Justice*, 33(2), 177–189. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2004.12.009>
- Lussier, P., Beauregard, E., Proulx, J., & Nicole, A. (2005). Developmental factors related to deviant sexual preferences in child molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(9), 999–1017. <https://doi.org/10.1177/0886260505278024>
- Malamuth, N. M., Addison, T., & Koss, M. (2000). Pornography and sexual aggression: Are there reliable effects and can we understand them? *Annual Review of Sex Research*, 11(1), 26–94.
- Malamuth, N. M., Hald, G. M., & Koss, M. (2012). Pornography, individual differences in risk and men's acceptance of violence against women in a representative sample. *Sex Roles*, 66(7–8), 427–439. <https://doi.org/10.1007/s11199-011-0082-6>
- Marshall, W. L. (1988). The use of sexually explicit stimuli by rapists, child molesters, and nonoffenders. *Journal of Sex Research*, 25(2), 267–288. <https://doi.org/10.1080/00224498809551459>
- McGloin, J., Sullivan, C., Piquero, A., & Pratt, T. (2007). Local life circumstances and

- offending specialization/versatility: Comparing opportunity and propensity models. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 44(3), 321–346. <https://doi.org/10.1177/0022427807302664>
- Miethe, T., Olson, J., & Mitchell, O. (2006). Specialization and persistence in the arrest histories of sex offenders: A comparative analysis of alternative measures and offense types. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 43(3), 204–229. <https://doi.org/10.1177/0022427806286564>
- Nutter, D., & Kearns, M. (1993). Patterns of exposure to sexually explicit material among sex offenders, child molesters, and controls. *Journal of Sex and Marital Therapy*, 19(1), 77–85. <https://doi.org/10.1080/00926239308404890>
- Paul, B., & Shim, J. W. (2008). Gender, sexual affect, and motivations for Internet pornography use. *International Journal of Sexual Health*, 20(3), 187–199. <https://doi.org/10.1080/19317610802240154>
- Piquero, A. R., Bouffard, J. A., Piquero, N. L., & Craig, J. M. (2016). Does morality condition the deterrent effect of perceived certainty among incarcerated felons? *Crime & Delinquency*, 62(1), 3–25. <https://doi.org/10.1177/0011128713505484>
- Prentky, R. A., Knight, R. A., Lee, A. F. S., & Cerce, D. (1995). Predictive validity of lifestyle impulsivity for rapists. *Criminal Justice and Behavior*, 22(2), 106–128. <https://doi.org/10.1177/0093854895022002002>
- Quayle, E., & Taylor, M. (2002). Child pornography and the internet: Perpetuating a cycle of abuse. *Deviant Behavior*, 23(4), 331–261. <https://doi.org/10.1080/01639620290086413>
- Robertson, T., Daffern, M., & Bucks, R. S. (2013). Oral administration of the Levels of Emotional Awareness Scale. *Australian Journal of Psychology*, 65(3), 172–179. <https://doi.org/10.1111/ajpy.12018>
- Romito, P., & Beltramini, L. (2011). Gender differences, violence and victimization. An exploratory study in Italy. *Violence Against Women*, 17(10), 1313–1326. <https://doi.org/10.1177/1077801211424555>
- Schoepfer, A., & Piquero, A. R. (2006). Self-control, moral beliefs, and criminal activity. *Deviant Behavior*, 27(1), 51–71. <https://doi.org/10.1080/016396290968326>
- Seto, M. C. (2017). The motivation-facilitation model of sexual offending. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1177/1079063217720919>

- Seto, M. C., Maric, A., & Barbaree, H. E. (2001). The role of pornography in the etiology of sexual aggression. *Aggression and Violent Behavior, 6*(1), 35-53. [https://doi.org/10.1016/S1359-1789\(99\)00007-5](https://doi.org/10.1016/S1359-1789(99)00007-5)
- Shelton, J., Eakin, J., Hoffer, T., Muirhead, Y., & Owens, J. (2016). Online child sexual exploitation: An investigative analysis of offender characteristics and offending behavior. *Aggression and Violent Behavior, 30*, 15-23. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2016.07.002>
- Sim, D. J., & Proeve, M. (2010). Crossover and stability of victim type in child molesters. *Legal and Criminological Psychology, 15*(2), 401-413. <https://doi.org/10.1348/135532509X473869>
- Simon, L. M. J. (2000). An examination of the assumptions of specialization, mental disorder, and dangerousness in sex offenders. *Behavioral Sciences and the Law, 18*(2-3), 275-308. [https://doi.org/10.1002/1099-0798\(200003/06\)18:2/3%3C275::AID-BSL393%3E3.0.CO;2-G](https://doi.org/10.1002/1099-0798(200003/06)18:2/3%3C275::AID-BSL393%3E3.0.CO;2-G)
- Smallbone, S., & Wortley, R. (2004). Onset, persistence, and versatility of offending among adult males convicted of sexual offenses against children. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment, 16*(4), 285-298. <https://doi.org/10.1023/B:SEBU.0000043324.12709.4f>
- Stack, S., Wasserman, I., & Kern, R. (2004). Adult social bonds and use of internet pornography. *Social Science Quarterly, 85*(1), 75-88. <https://doi.org/10.1111/j.0038-4941.2004.08501006.x>
- Stephens, S., Seto, M. C., Goodwill, A. M., & Cantor, J. M. (2018). The relationships between victim age, gender, and relationship polymorphism and sexual recidivism. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment, 30*(2), 132-146. <https://doi.org/10.1177/1079063216630983>
- Svensson, R., Pauwels, L., & Weerman, F. M. (2010). Does the effect of self-control on adolescent offending vary by level of morality? A test in three countries. *Criminal Justice and Behavior, 37*(6), 732-743. <https://doi.org/10.1177/0093854810366542>
- Tittle, C., Antonaccio, O., Botchkovar, E., & Kranidioti, M. (2010). Expected utility, self-control, morality, and criminal probability. *Social Science Research, 39*(6), 1029-1046. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2010.08.007>
- van Wijk, A., van Horn, J., Bullens, R., Bijleveld, C., & Doreleijers, T. (2005). Juvenile sex offenders: A group on its own? *International Journal of Offender Therapy and*

- Comparative Criminology*, 49(1), 25–36. <https://doi.org/10.1177/0306624X04270788>
- Weinrott, M. R., & Saylor, M. (1991). Self-report of crimes committed by sex offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 6(3), 286–300. <https://doi.org/10.1177/088626091006003002>
- Wikström, P. H. (2014). Why crime happens: A situational action theory. In G. Manzo (Eds.), *Analytical Sociology: Actions and Networks* (pp. 74-94). Chichester: John Wiley & Sons
- Wilhite, E. R., & Fromme, K. (2017). The differential influence of drinking, sensation seeking, and impulsivity on the perpetration of unwanted sexual advances and sexual coercion. *Journal of Interpersonal Violence*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1177/0886260517742151>
- Williams, K. M., Cooper, B. S., Howell, T. M., Yuille, J. C., & Paulhus, D. L. (2009). Inferring sexually deviant behavior from corresponding fantasies: The role of personality and pornography consumption. *Criminal Justice and Behavior*, 36(2), 198–222. <https://doi.org/10.1177/0093854808327277>
- Wolak, J., Mitchell, K. J., & Finkelhor, D. (2007). Unwanted and wanted exposure to online pornography in a National sample of youth Internet users. *Pediatrics*, 119(2), 247-257. <https://doi.org/10.1542/peds.2006-1891>
- Wright, P. J. (2013). U.S. males and pornography, 1973–2010: Consumption, predictors, correlates. *Journal of Sex Research*, 50(1), 60–71. <http://dx.doi.org/10.1080/00224499.2011.628132>
- Ybarra, M. L., & Mitchell, K. J. (2005). Exposure to Internet pornography among children and adolescents: A national survey. *CyberPsychology & Behavior*, 8(5), 473-486. <https://doi.org/10.1089/cpb.2005.8.473>

ANEXOS – TESE DE DOUTORAMENTO

Anexo A – Artigo de validação preliminar da Medida de Reflexão Sociomoral-Versão Adaptada numa população forense Portuguesa

Mariana Amaral Saramago, Jorge Cardoso, & Isabel Leal¹

Resumo

O raciocínio moral constitui um processo inerente à cognição humana, que há muito vem sendo estudado na sua relação com a delinquência. Em Portugal, não existe nenhum instrumento que avalie este constructo, que esteja especificamente adaptado para a população forense. O presente estudo procurou avaliar as qualidades psicométricas da Sociomoral Reflection Measure – Adapted Measure (SRM-AV; Hornsveld, Kraaimaat, & Zwets, 2012), com recurso a uma amostra forense portuguesa. Este instrumento é composto por 20 questões, que avaliam os valores morais dos indivíduos e o estágio de desenvolvimento moral em que estes se encontram, sendo uma versão adaptada para a população psiquiátrica forense. A amostra contemplou 144 homens ($M_{idades} = 44,59$; $DP = 11,185$; $min = 21$; $máx = 75$), a cumprirem penas de prisão por crimes sexuais num estabelecimento prisional português. Realizou-se uma análise fatorial confirmatória, utilizando-se como índices de ajustamento a razão qui-quadrado por graus de liberdade (χ^2/gl), o Comparative Fit Index (CFI), o Goodness of Fit Index (GFI) e o Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA). A consistência interna foi estimada pelo Coeficiente alfa de Cronbach padronizado (α). Os resultados obtidos indicam qualidades psicométricas razoáveis ao nível da consistência interna. A estrutura multidimensional subjacente ao SRM-AV permitiu a identificação de quatro fatores, tal como é corroborado na literatura.

Palavras-chave: raciocínio moral; agressores sexuais; psicometria; estudo de validação.

Abstract

Moral judgement is an inherent characteristic in human cognition and its relationship with delinquency has long been studied. In Portugal, there is no measure that assesses this feature that is also specifically tailored for the forensic population. This study aimed to evaluate the psychometric properties of the Sociomoral Reflection Measure - Adapted Measure (SRM-AV; Hornsveld, Kraaimaat, & Zwets, 2012) applied to a Portuguese forensic sample. This scale consists of 20 questions that assess the moral values of individuals and the moral stage of development in which they are. It is a specifically adapted version for forensic psychiatric population. The sample consisted of 144 men ($M_{age} = 44.59$; $SD = 11.185$; $min = 21$, $max = 75$) serving prison sentences for sexual crimes in a Portuguese prison. We conducted a confirmatory factor analysis, using as adjustment indices the ratio chi-square for degrees of freedom (χ^2/df),

Comparative Fit Index (CFI), Goodness of Fit Index (GFI) and the Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA). Internal consistency was estimated by standardized Cronbach's alpha coefficient (α). The results showed reasonable psychometric qualities in terms of internal consistency. The multidimensional structure underlying the SRM-AV enabled the identification of four factors, as confirmed by the literature.

Keywords: moral judgement; sexual offenders; psychometrics; validation study.

Introdução

O raciocínio moral diz respeito à capacidade dos indivíduos para tomarem decisões de forma lógica, determinando aquilo que é certo e errado (Reynolds & Ceranic, 2007). A moralidade não constitui um processo inato, mas sim algo que se vai estruturando através das interações entre a maturação cognitiva e as experiências sociais (Colby & Kohlberg, 1987), estando intimamente ligada à aquisição de empatia para com os outros (Barriga, Sullivan-Cosetti, & Gibbs, 2009). Kohlberg postulou que os indivíduos desenvolvem o seu raciocínio moral ao longo da vida, desde a infância até à idade adulta, atravessando vários estágios de desenvolvimento (Colby & Kohlberg, 1987). Nesta visão, os estádios e níveis inferiores de desenvolvimento moral orientam o indivíduo para as consequências externas dos seus comportamentos, como por exemplo a ausência de punição, promotora de uma visão egocêntrica. Porém, nos estádios e níveis mais avançados, a orientação moral já envolve as relações com terceiros, a reciprocidade e o respeito mútuo (Palmer, 2003).

Apesar dos estudos terem constatado que o raciocínio moral vai-se desenvolvendo entre a infância e a idade adulta (Maeda, Thoma, & Bebeau, 2009), é comum observar-se que os indivíduos delinquentes tendem a apresentar um raciocínio moral mais imaturo do que os não-delinquentes, independentemente da idade (Nas, Brugman, & Koops, 2005; Lardén, Melin, Holst, & Långström, 2006; Barriga et al., 2009; Van Vugt et al., 2011).

Uma forma de avaliar o desenvolvimento moral é através da exposição a dilemas morais. Exemplo desta estratégia é o *Moral Judgment Interview* (MJI; Colby & Kohlberg, 1987) ou o *Defining Issues Test 2* (DIT-2; Rest, Thoma, & Lebeau, 1999). Por outro lado, um outro instrumento, o *Sociomoral Reflection Measure-Short Form* (SRM-SF; Gibbs, Basinger, & Fuller, 1992), procura medir esta competência recorrendo a imposições (i.e., “Imagine que um amigo seu corre perigo de vida e você é a única pessoa que o pode salvar.”), seguidas de questões que envolvem raciocínio moral (i.e., “Quão importante é para si salvar a vida de um amigo, sem perder a sua própria vida?”). O SRM-SF consiste numa medida de desenvolvimento para ser utilizada na avaliação de grupos de diferentes idades (e.g., crianças-jovens-adultos). Outros autores têm recomendado a utilização de instrumentos que obriguem o respondente a escrever sobre as suas reações a determinadas proposições, ao invés de selecionarem uma opção de escolha múltipla, possibilitando assim uma melhor compreensão do raciocínio moral da pessoa.

Face a isto, Hornsveld, Kraaimaat e Zwets (2012), decidiram adaptar o SRM-SF numa nova medida que avalie o raciocínio moral, direcionada para a população psiquiátrica forense, permitindo a cotação através das justificações às reações suscitadas pelo instrumento. Desta forma, estes autores desenvolveram a Medida de Reflexão Sociomoral-Versão Adaptada (MRS-VA; *Sociomoral Reflection Measure – Adapted Measure*). Consiste num conjunto de 20 questões, que medem diferentes aspetos da moralidade, repartidos por quatro fatores: o

primeiro fator - “Esperar dos outros um comportamento decente”, formado pelos itens 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 (e.g., “Quão importante é para si que os outros não falem sobre si nas suas costas?”); o segundo fator - “Abordar os outros perante os seus comportamentos”, que inclui os itens 16, 16, 18 e 19 (e.g., “Imagine que teve conhecimento que um amigo seu trafica drogas pesadas. Quão importante é para si a proibição do tráfico?”); o terceiro fator - “Demonstrar um comportamento decente para com os outros”, que inclui os itens 4, 5, 6 e 20 (e.g., “Imagine que uma criança tem que assistir todos os dias a conflitos entre os pais. Quão importante é para si que os pais não envolvam as crianças nos seus conflitos?”); e o quarto fator - “Ser prestável perante as pessoas”, que contém os itens 13, 14 e 15 (e.g., “Imagine que uma pessoa deficiente não se atreve a atravessar a rua. Quão importante é para si ajudar essa pessoa a atravessar a rua?”).

A cotação da MRS-VA é feita através de duas formas. Na primeira, o respondente classifica o grau de importância de cada afirmação que lhe é apresentada, através de uma escala de Lickert de cinco pontos (varia entre 1 = Nada importante a 5 = Muito importante). A segunda forma consiste na cotação, por um técnico treinado, das justificações dos respondentes, através de uma escala de sete pontos, enquadrando-se as justificações dos indivíduos de acordo com a sua posição nos estágios de desenvolvimento moral sugeridos por Gibbs e colaboradores (1992).

Num grupo de 80 pacientes psiquiátricos forenses, a MRS-VA demonstrou uma fiabilidade de 0.84 e uma consistência interna (α de Cronbach) de 0.94; e num subgrupo de 71 pacientes os resultados indicaram fiabilidade teste-reteste de 0.77 (Hornsveld et al., 2012). A validade foi apoiada por correlações significativas com a idade e medidas de psicopatia, altruísmo e agressão verbal (Hornsveld et al., 2012).

Dada a ausência de aferição para a população portuguesa de um instrumento que medisse o raciocínio moral, especificamente adaptado para o contexto forense, o objetivo deste estudo consistiu numa validação preliminar do MRS-VA numa amostra portuguesa que refletisse esse mesmo contexto.

Metodologia

Participantes

A amostra foi constituída por 144 participantes do sexo masculino, a cumprir penas de prisão por crimes de natureza sexual num Estabelecimento Prisional (E.P.) português, que deram o seu consentimento de forma voluntária. A realização do estudo foi autorizada pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e pelo E.P. em que foi aplicado. A confidencialidade das respostas dos participantes foi garantida, não tendo sido utilizada qualquer informação que permita a sua identificação.

Variáveis em Estudo

Para caracterizar a amostra, recolheu-se informação sociodemográfica como a idade, os crimes sexuais pelos quais estavam a cumprir pena, o nível de escolaridade, o estado civil atual e atividade laboral antes do encarceramento.

Para avaliar o raciocínio moral utilizou-se a Medida de Reflexão Sociomoral-Versão Adaptada (MRS-VA; *Sociomoral Reflection Measure – Adapted Measure*), que foi proposta por Hornsveld e colaboradores (2012) para uma população clínica psiquiátrica forense. Os

autores relataram boa fiabilidade, consistência interna ($\alpha = .94$) e validade do MRS-VA em correlações com medidas de psicopatia, altruísmo e agressão verbal.

Adaptação do Instrumento

Dado que não encontramos uma versão portuguesa do MRS-VA na literatura, dois tradutores bilingues, que exercem na área da psicologia forense, realizaram a tradução e retroversão do instrumento original para português. Para adaptar este instrumento à língua portuguesa, a tradução do MRS-VA foi realizada seguindo o acordo ortográfico estabelecido entre os países de língua portuguesa. Realizou-se um pré-teste a 10 indivíduos num contexto não-institucional, preconizando-se as correções que foram suscitadas.

Procedimento

As entrevistas foram realizadas individualmente num E.P. português, numa sala privada, para garantir a privacidade dos envolvidos. Os participantes foram selecionados após uma consulta prévia de seus registos institucionais, que continham detalhes sobre o seu percurso na prisão e sobre os seus crimes (regra geral, incluíam o acórdão judicial). Após a obtenção do consentimento informado, as entrevistas começavam com temas neutros sobre a história de vida, antes de se prosseguir para a aplicação do instrumento. Dada a baixa escolaridade da maioria dos participantes, optou-se por administrar a MRS-VA em formato de entrevista uniformemente para todos. Em média, as entrevistas duraram cerca de 15 minutos. No total, foram contactados 287 presos condenados por crimes sexuais, mas apenas 55,17% ($n = 144$) concordaram em participar no estudo. Após a administração da medida, a cotação das justificações dadas pelos participantes para cada item foi realizada por um psicólogo com treino nos estágios de desenvolvimento moral sugeridos por Gibbs e colaboradores (1992).

Análise das Qualidades Psicométricas

Para a realização das análises estatísticas foram utilizados os softwares AMOS[®] 22.0 e IBM[®] SPSS Statistics v22.

Sensibilidade. A existência de *outliers* foi avaliada pela distância quadrada de Mahalanobis (D^2) e a normalidade das variáveis foi avaliada pelos coeficientes de assimetria (Sk) e curtose (Ku) uni- e multivariada. Nenhuma variável apresentou valores de Sk e Ku indicadores de violações severas à distribuição Normal ($|Sk| > 3$ e $|Ku| < 10$; Marôco, 2014), nem se confirmou a existência de *outliers*.

Validade de constructo. Realizou-se uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC) para verificar se a versão portuguesa da estrutura, de quatro dimensões da MRS-VA, proposta por Hornsveld e colaboradores (2012) apresentava um ajustamento adequado para a amostra em estudo. Para avaliar a qualidade de ajustamento global do modelo utilizou-se a razão qui-quadrado pelos graus de liberdade (χ^2/df), o Comparative Fit Index (CFI), o Goodness of Fit Index (GFI), o Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA; e o seu p-value para $H_0: rmsea \leq .05$), e o (M)Expected Cross-Validation Index (MECVI), que valoriza valores mais baixos (Marôco, 2014). O ajustamento do modelo foi considerado bom para valores de CFI e

GFI superiores a .90; valores de PCFI e PGFI superiores a .60; e valores de RMSEA inferiores a .10 (Marôco, 2014, p.55).

Redução dos itens. Para avaliar a qualidade do ajustamento local consideraram-se os pesos fatoriais (λ) e a fiabilidade individual dos itens. Os itens com pesos fatoriais negativos ou inferiores a 0.4 foram removidos. O ajustamento do modelo foi efetuado com base nos Índices de Modificação ($IM > 11$; $p < 0.001$) calculados a partir dos Multiplicadores de Lagrange (ML), estimados pelo AMOS[©] (Marôco, 2014).

Validade convergente e discriminante. A validade convergente foi estimada pelos valores da Variância Extraída Média (VEM) e pela Fiabilidade Compósita (FC; Marôco, 2014, p.184), sendo considerados valores adequados quando $AVE \geq .50$ e $FC \geq .70$.

Para verificar se os itens que refletem um fator não estavam correlacionados com outro fator, apuramos se a VEM dos fatores era superior ou igual ao quadrado da correlação entre esses fatores (Marôco, 2014), o que resultaria na ausência de validade discriminante.

Consistência interna. A consistência interna foi avaliada com recurso ao Coeficiente alfa de Cronbach padronizado (α) para cada dimensão e para a pontuação total do instrumento. Valores de $\alpha > .70$ indicam uma consistência interna aceitável (Marôco, 2014).

Resultados

Aquando do momento da entrevista, os participantes possuíam idades compreendidas entre os 21 e os 75 anos ($M = 44.59$; $DP = 11.185$). A sua caracterização sociodemográfica pode ser consultada na Tabela 1.

Tabela 1.

Caracterização das variáveis sociodemográficas dos participantes (N = 144)

Variável	N (%)
Crimes sexuais	
Abuso sexual de crianças	57 (39.6)
Abuso sexual de menor dependente	11 (7.6)
Violação	42 (29.2)
Pornografia de menores	4 (2.8)
Misto de agressões sexuais de contacto ^a	15 (10.4)
Agressões sexuais de contacto e pornografia de menores	14 (9.7)
Importunação sexual	1 (0.7)
Nível de escolaridade	
Sem educação	6 (4.2)
Ensino primário (1º ciclo)	49 (34.0)
Ensino básico (2º ciclo)	33 (22.9)
Ensino básico (3º ciclo)	34 (23.6)
Ensino secundário	16 (11.1)
Frequência universitária	6 (4.2)
Estado civil ^b	

Solteiro	40 (27.8)
Divorciado/ separado	55 (38.2)
Casado/ união de facto	48 (33.3)
Viúvo	1 (0.7)
Atividade laboral ^c	
Agricultura/ pesca	9 (6.3)
Construção civil/ artesãos	65 (45.1)
Condutores de veículos motorizados	12 (8.3)
Serviços/ Vendedores	38 (26.4)
Técnicos	9 (6.3)
Especialistas em profissões intelectuais e científicas	5 (3.5)
Nunca trabalhou/ estudante	6 (4.2)

Nota. ^aInclui mais do que um dos seguintes crimes que envolvem contato direto: abuso sexual de crianças, abuso sexual de menores dependentes e violação; ^bsituação atual; ^cantes da condenação

A versão preliminar do MRS-VA em português é apresentada na Tabela 2.

A listagem das medidas que avaliam a sensibilidade psicométrica dos itens que compõem o instrumento pode ser observada na Tabela 3.

Todos os itens apresentaram valores de assimetria e curtose próximos da distribuição normal ($Sk = 0$, $Ku = 0$), demonstrando uma boa sensibilidade psicométrica. Não foram encontrados valores *outliers*.

A Análise Fatorial Confirmatória do modelo original apresentou um ajustamento global sofrível à amostra em estudo ($\chi^2/df = 1.347$; $CFI = .781$; $GFI = .869$; $RMSEA = .049$; $P[rmsea \leq 0.05] < .516$; $MECVI = 2.289$). Contudo, nove itens (item 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 16) apresentaram pesos fatoriais inferiores a 0.4, indicando graves limitações ao nível do ajustamento local. Não foram encontrados itens cujos índices de modificação sugerissem a sua saturação em fatores diferentes daqueles mencionados na versão original do MRS-VA.

Tabela 2.

Versão em português e inglês da Medida de Reflexão Sociomoral-Versão Adaptada (Sociomoral Reflection Measure – Adapted Measure)

Item	Inglês (Hornsveld, Kraaimaat, & Zwets, 2012)	Português
1	How important is it for people to keep promises to friends?	Quão importante é para si as pessoas cumprirem promessas feitas aos amigos?
2	What about keeping a promise to people in general? How important is it for people to keep promises, even to someone they hardly know?	E cumprir promessas feitas a outras pessoas em geral? Quão importante é para si as pessoas cumprirem as promessas, mesmo para com pessoas que mal conhecem?
3	What about keeping a promise to a child? How important is it for parents to keep promises to their children?	E cumprir uma promessa feita a uma criança? Quão importante é para si os pais cumprirem promessas feitas aos seus filhos?

- | | | |
|----|---|---|
| 4 | In general, how important is it for people to be honest? | Em geral, quão importante é para si as pessoas serem honestas? |
| 5 | How important is it for children to help their parent(s)? | Quão importante é para si as crianças ajudarem os pais? |
| 6 | How important is it for a person to stay alive, even if that person doesn't want this? | Quão importante é para si uma pessoa permanecer viva, mesmo que ela não o deseje? |
| 7 | How important is it for people not to steal things? | Quão importante é para si as pessoas não roubarem? |
| 8 | How important is it for people to obey the law? | Quão importante é para si as pessoas obedecerem às leis? |
| 9 | How important is it for judges to impose a punishment on people who break the law? | Quão importante é para si os juízes imporem uma punição às pessoas que não cumprem as leis? |
| 10 | How important do you think it is that others treat you with respect? | Quão importante é para si os outros tratarem-no(a) com respeito? |
| 11 | Imagine that two children nag another child. How important is it to see to it that these children learn to respect each other? | Imagine que duas crianças estão a importunar uma outra criança. Quão importante é para si fazer com que estas crianças se respeitem mutuamente? |
| 12 | How important do you think it is that others do not gossip about you? | Quão importante é para si que os outros não falem sobre si nas suas costas? |
| 13 | How important is it that people give their opinion in a direct way? | Quão importante é para si as pessoas darem a sua opinião de forma direta? |
| 14 | Imagine that a disabled person does not dare to cross the street. How important is it to help this person to cross the street? | Imagine que uma pessoa deficiente não se atreve a atravessar a rua. Quão importante é para si ajudar essa pessoa a atravessar a rua? |
| 15 | How important is it to help a physically disabled person when necessary? | Quão importante é para si ajudar uma pessoa com uma deficiência física em caso de necessidade? |
| 16 | Imagine that your friend would call his girl friend "bitch" in the presence of others. How important is it that these other people say something about this? | Imagine que o seu amigo chama "puta" à namorada dele em frente a outras pessoas. Quão importante é para si que alguém intervenha e diga alguma coisa? |
| 17 | Imagine that two men maltreat another man while bystanders just stand and watch. How important is it that the bystanders say something about the behavior of these two men? | Imagine que dois homens estão a maltratar um outro, enquanto há pessoas que ficam paradas a olhar. Quão importante é para si que essas pessoas intervenham e digam alguma coisa sobre o comportamento desses dois homens? |
| 18 | Imagine that you notice a friend of yours is dealing in hard drugs. How | Imagine que teve conhecimento que um amigo seu trafica drogas pesadas. Quão importante é |

	important is it that dealing is prohibited?	para si a proibição do tráfico?
19	Imagine that two lesbian women are kissing each other. How important is it that lesbian women are not discriminated?	Imagine que duas mulheres lésbicas se estão a beijar. Quão importante é para si a não discriminação das mulheres lésbicas?
20	Imagine that a child is confronted every day with quarreling parents. How important is it that parents consider their children by not involving them in their quarrels?	Imagine que uma criança tem que assistir todos os dias a conflitos entre os pais. Quão importante é para si que os pais não envolvam as crianças nos seus conflitos?

Tabela 3.

Sensibilidade psicométrica dos itens do MRS-VA aplicada numa amostra forense (N = 144)

Item	Média	Mediana	DP ^a	Assimetria	Curtose
1.	4.63	5.00	1.133	-.201	-.395
2.	4.17	4.00	1.281	.439	-.827
3.	4.29	4.00	.892	-.011	-.065
4.	4.26	4.00	1.326	-.320	-.081
5.	3.78	4.00	.829	.347	.166
6.	3.56	4.00	1.216	-.486	-.130
7.	3.81	4.00	1.172	-.353	-.382
8.	3.50	3.00	1.896	.197	-1.260
9.	2.72	3.00	1.437	.685	-.053
10.	3.71	3.00	1.064	1.280	.742
11.	4.14	4.00	.921	.646	.452
12.	3.50	3.00	.766	1.229	.677
13.	3.83	4.00	.924	.663	-.072
14.	4.78	5.00	1.241	-.027	-1.027
15.	4.87	5.00	1.324	-.231	-.794
16.	3.88	4.00	.884	.310	-.358
17.	3.69	3.00	.970	1.115	.154
18.	3.58	3.50	1.014	.074	.355
19.	4.03	4.00	1.542	.243	-.616
20.	4.31	4.00	.780	-.612	-.621

Nota. ^aDP = Desvio Padrão

Optou-se, portanto, por se refinar o modelo, retirando-se esses nove itens, obtendo-se uma nova versão do MRS-VA com 11 itens. Para este novo modelo (Figura 1), observou-se um ajustamento global adequado face à amostra ($\chi^2/df= 1.273$; $CFI= .943$; $GFI= .944$; $RMSEA= .044$; $P[rmsea \leq 0.05] < .585$; $MECVI = .766$). Adicionalmente, o modelo simplificado apresentou uma qualidade de ajustamento significativamente superior à do modelo original na amostra sob estudo ($\chi^2_{(38)} = 172,484$, $p < 0.05$), bem como um MECVI menor (2.289 vs 0.766).

A fiabilidade compósita dos fatores revelou-se adequada para o fator 1 “Esperar dos outros um comportamento decente” ($FC_{F1} = 0.700$), e fator 4 “Ser prestável perante as pessoas” ($FC_{F4} = 0.760$), mas muito baixa no que concerne aos fatores 2, “Abordar os outros perante os seus comportamentos” ($FC_{F2} = 0.375$), e 3 “Demonstrar um comportamento decente para com os outros” ($FC_{F3} = 0.360$).

A variância extraída média (VEM), um indicador da validade convergente dos fatores, revelou-se próxima do aceitável para os fatores 1 ($VEM_{F1} = 0.451$) e 4 ($VEM_{F4} = 0.410$), mas muito baixa para os fatores 2 ($VEM_{F2} = 0.162$) e 3 ($VEM_{F3} = 0.119$). A Figura 1 apresenta os valores dos pesos fatoriais estandardizados e a fiabilidade individual de cada um dos itens no modelo final simplificado.

A validade discriminante dos fatores foi avaliada pela comparação das VEM com os quadrados da correlação entre fatores. Sendo $VEM_{F1} = 0.451$ e $VEM_{F2} = 0.162$ ao $r^2_{F12} = 0.09$, podemos afirmar que os dois fatores têm validade discriminante. De forma semelhante podemos demonstrar a validade discriminante dos fatores 1 e 4 ($VEM_{F1} = 0.451$ e $VEM_{F4} = 0.410 > r^2_{F14} = 0.1936$); dos fatores 2 e 3 ($VEM_{F2} = 0.162$ e $VEM_{F3} = 0.119 > r^2_{F23} = 0.0016$); e dos fatores 2 e 4 ($VEM_{F2} = 0.162$ e $VEM_{F4} = 0.410 > r^2_{F24} = 0.0064$). Os fatores 1 e 3, e os fatores 3 e 4 não apresentaram validade discriminante, já que as suas correlações ao quadrado (respetivamente, $r^2_{F13} = 0.384$ e $r^2_{F34} = 0.2025$) foram superiores aos valores de VEM do fator 3 ($VEM_{F3} = 0.119$). A consistência interna, estimada pelo alfa de Cronbach, foi aceitável para os fatores 1 e 4 ($\alpha_{F1} = .675$; $\alpha_{F4} = .749$), extremamente fraca para os fatores 2 e 3 ($\alpha_{F2} = .363$; $\alpha_{F3} = .332$) e fraca para a medida global ($\alpha = .562$).

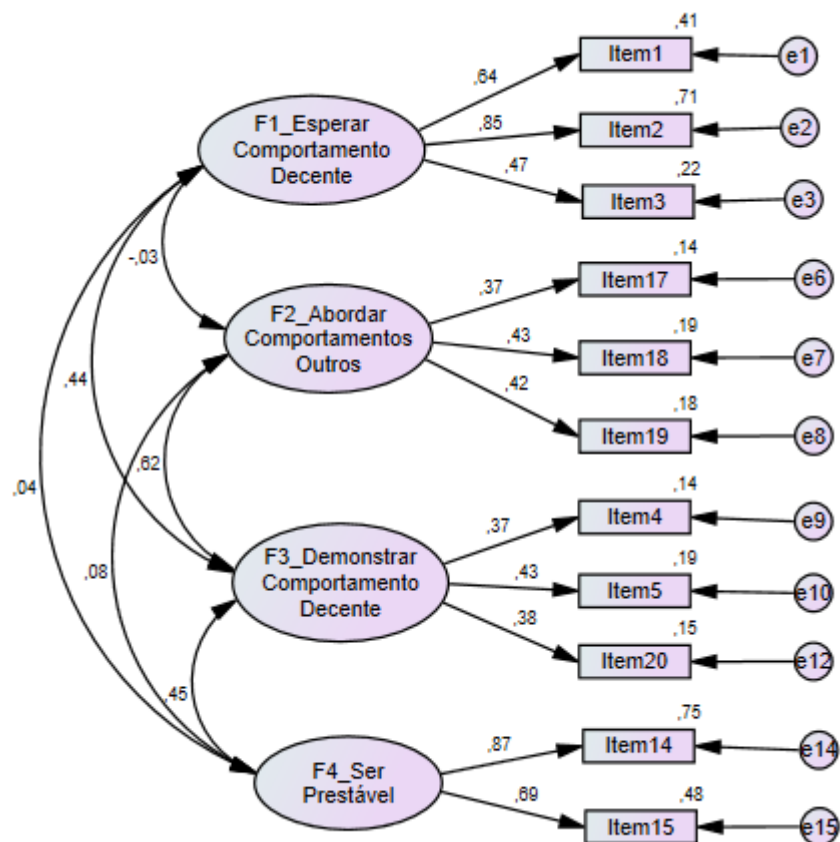


Figura 1. Modelo da Medida de Reflexão Sociomoral-Versão Adaptada ajustado a uma amostra forense de 144 participantes ($\chi^2/df= 1.273$; $CFI= .943$; $GFI= .944$; $RMSEA= .044$; $P[rmsea\leq 0.05] < .585$; $MECVI = .766$).

Discussão

Este estudo avaliou as qualidades psicométricas e a validade preliminar da MRS-VA numa amostra forense portuguesa. No ajustamento do modelo com a melhor estrutura fatorial para a amostra foi necessário retirar nove itens que possuíam pesos fatoriais demasiado baixos, ficando a versão final do MRS-VA com 11 itens no total. A nova versão do instrumento apresentou um ajustamento global adequado à amostra. Contudo, os fatores 2 “*Abordar os outros perante os seus comportamentos*” e 3 “*Demonstrar um comportamento decente para com os outros*”, apresentaram problemas ao nível da validade convergente e discriminante. Paralelamente, obtiveram-se resultados baixos ao nível da consistência interna para esses dois fatores. Esta discrepância é distinta dos resultados originais obtidos pelos autores (Hornsveld et al., 2012), que indicavam valores mais elevados. Marôco (2014) relata ser frequente a AFC não confirmar a estrutura fatorial da Análise Fatorial Exploratória (AFE) original que deu origem ao desenvolvimento do instrumento por várias razões, entre elas o facto da AFE constituir uma análise limitada à qualidade global de uma medida psicométrica.

Existem limitações presentes neste estudo. A primeira prende-se com a amostra ($n = 144$), que apresenta um número insuficiente para uma validação mais aprofundada do modelo, tendo em conta que as recomendações da literatura (e.g., Marôco, 2014) indicam serem necessárias 10 observações por cada variável manifesta. Considerando que o MRS-VA é composto por 20 itens, então uma amostra mínima deveria envolver 200 participantes. Esta reduzida dimensão da amostra poderá estar relacionada com os problemas encontrados ao nível da validade convergente e discriminante e da consistência interna da medida. Outra limitação diz respeito ao facto da cotação das justificações das respostas dos participantes ter sido feita exclusivamente por um técnico, não havendo possibilidade de avaliar a fiabilidade interexaminadores.

Este estudo administrou a MRS-VA a uma amostra forense geral, sendo, portanto, diferente das amostras de psiquiatria forense especificamente utilizadas na investigação original do instrumento (Hornsveld et al., 2012), o que poderá também justificar as disparidades nos resultados encontrados.

Para o futuro, sugere-se a extensão da aplicação da MRS-VA a outras amostras independentes, tanto forenses como da população normativa, de modo a realizar-se uma análise multigrupos para aferir com mais profundidade a validade do instrumento. De igual forma, recomenda-se, para o mesmo efeito, efetuar-se uma análise correlacional entre esta medida e outras similares (e.g., DIT2).

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer à Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e aos profissionais do Estabelecimento Prisional em que foi realizado o estudo.

Referências

- Barriga, A. Q., Sullivan-Cosetti, M., & Gibbs, J. C. (2009). Moral cognitive correlates of empathy in juvenile delinquents. *Criminal Behaviour and Mental Health, 19*, 253-264. doi:10.1002/cbm.740
- Colby, A., & Kohlberg, L. (1987). *The measurement of moral judgment. Vol. I: Theoretical foundations and research validation. Vol. II: Standard Issues Scoring manual*. New York: Cambridge University Press.
- Gibbs, J. C., Basinger, K. S., & Fuller, D. (1992). *Moral maturity: Measuring the development of sociomoral reflection*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Hornsveld, R. H. J., Kraaimaat, F. W., & Zwets, A. J. (2012). The Adapted Version of the Sociomoral Reflection Measure (SRM-AV) in Dutch forensic psychiatric patients. *International Journal of Forensic Mental Health, 11*(3), 218-226. doi:10.1080/14999013.2012.723667
- Lardén, M., Melin, L., Holst, U., & Långström, N. (2006). Moral judgement, cognitive distortions and empathy in incarcerated delinquent and community control adolescents. *Psychology, Crime & Law, 12*(5), 453-462. doi:10.1080/10683160500036855
- Maeda, Y., Thoma, S. J., & Bebeau, M. J. (2009). Understanding the relationship between moral judgment development and individual characteristics: *The role of educational contexts. Journal of Educational Psychology, 101*(1), 233-247. doi:10.1037/a0013381
- Marôco, J. (2014). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações (2.ª Edição)*. Lisboa, Portugal: Report Number.
- Nas, C. N., Brugman, D., & Koops, W. (2005). Effects of the EQUIP programme on the moral judgement, cognitive distortions, and social skills of juvenile delinquents. *Psychology, Crime & Law, 11*(4), 421-434. doi:10.1080/10683160500255703
- Palmer, E. J. (2003). An overview of the relationship between moral reasoning and offending. *Australian Psychologist, 38*(3), 165-174. doi:10.1080/00050060310001707177
- Reynolds, S. J., & Ceranic, T. L. (2007). The effects of moral judgment and moral identity on moral behavior: An empirical examination of the moral individual. *Journal of Applied Psychology, 92*(6), 1610-1624. doi:10.1037/0021-9010.92.6.1610
- Rest, J. R., Thoma, S. J., & Lebeau, M. J. (1999). DIT2: Devising and testing a revised instrument of moral judgment. *Journal of Educational Psychology, 91*(4), 644-659.
- Van Vugt, E., Gibbs, J., Stams, G. J., Bijleveld, C., Hendriks, J., & van der Laan, P. (2011). Moral development and recidivism: A meta-analysis. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 55*(8), 1-17. doi:10.1177/0306624X11396441

Anexo B – Questionário sociodemográfico e criminológico

Questionário sociodemográfico e criminológico		
No. Recluso: _____	Crime(s) atual(is) Abuso sexual de crianças <input type="checkbox"/>	Outros crimes cumulativos: _____ _____
No. Mecan.: _____	Pornografia de menores <input type="checkbox"/>	_____ _____
Duração Sent.: _____	Violação <input type="checkbox"/>	_____
Dados do agressor:		
Data de Nasc.: _____	Nacion.: _____	Sit. Conjugal: _____
Idade (atual): _____	Resid.: _____	_____
Idade (durante o crime): _____	Educa.: _____	_____
Profis.: _____	Probs saúde: _____	No. vítimas: _____
Sup. Social: _____	_____	Idade(s) e sexo(s): _____
Histórico criminal: _____	Idade na 1ª prisão: _____	No. Cond. não-violentas: _____
_____	_____	No. Cond. violentas: _____
_____	_____	No. Cond. sexuais: _____
Atitudes sobre o crime: _____	Relação vít-agressor: _____	
Atitudes sobre a vítima: _____	_____	
Tipo de comportamento durante o abuso:		Presença de pornografia desviante?
aliciamento/ sedução <input type="checkbox"/>	outros: _____	Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/>
intimidação/ameaças <input type="checkbox"/>	_____	Se sim, especificar _____
recurso à força física <input type="checkbox"/>	_____	_____

Anexo C – Ofício de autorização da DGRSP



Exmo(a) Senhor(a)
 Dra. Mariana Filipa de Amaral Saramago
 Av. D. Luís I, 14, 4º C
 Alfragide
 2610 - 061 Amadora

<i>V/ referência</i>	<i>N/ referência</i>	<i>Ofício N.º</i>	<i>Data</i>
		237/DSOPRE	1.10.2014

Assunto: Investigação académica para Doutoramento em Psicologia Clínica pelo Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz

Tenho a honra de informar V. Exa de que, por despacho do Senhor Diretor – Geral, Dr. Rui Sá Gomes, datado de 30/09/2014, e tendo em vista a realização de uma investigação académica, está autorizada a desenvolver a investigação, no Estabelecimento Prisional da Carregueira.

Considerando o interesse do projeto, este estudo, foi autorizado, mediante as seguintes condições:

- a calendarização e modo de organização da pesquisa seja acordada com a Direção do Estabelecimento Prisional, por forma a que se conciliem os objetivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação da vida quotidiana do Estabelecimento;
- a consulta aos processos individuais, se faça em conformidade com o disposto no artº 17 da lei 51/2011, de 11 de Abril;
- a participação dos reclusos no estudo deve merecer, previamente, da concordância dos técnicos dos Serviços de Psicologia e ou Educação que os acompanham;
- a execução do trabalho esteja sempre dependente da disponibilidade dos reclusos para, após consentimento informado colaborarem, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua

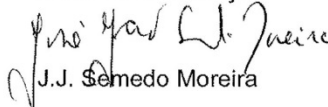


cooperação. O assentimento dos inquiridos, seja passado a escrito, ficando cópia no EP ;

- relativamente à última fase da investigação – intervenção terapêutica – tendo em conta o programa que decorre no EP, deverá a equipa do EP Carregueira fazer uma avaliação da oportunidade de aplicar um programa paralelo ou permitir que a investigadora acompanhe a aplicação do programa já existente e utilizar os dados para a sua tese;
- a investigadora fique obrigada a preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a cooperar;
- do resultado final do trabalho, deve ser remetida cópia à Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas.

Com os melhores cumprimentos

O Diretor de Serviços



J.J. Semedo Moreira

ML/2014

Anexo D – Consentimento informado**INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA
Doutoramento em Psicologia Clínica****Objetivos da Investigação**

Esta investigação insere-se no âmbito do Doutoramento em Psicologia Clínica (Instituto Superior de Psicologia Aplicada), tendo como objetivo estudar os interesses sexuais, o consumo de pornografia, a impulsividade e o raciocínio moral dos indivíduos.

Consentimento Informado

As respostas dadas pelos participantes são absolutamente confidenciais. Apenas será efetuada uma análise estatística referente aos resultados globais da amostra.

Declaro que compreendi os objetivos do estudo, consentindo voluntariamente a minha participação no mesmo:

Desde já, agradecemos a sua disponibilidade para colaborar nesta investigação.

Anexo E – Guião de entrevista semiestruturada sobre o consumo de pornografia

Guião de Entrevista

Situação atual:	<input type="checkbox"/> Recluso	<input type="checkbox"/> Arguido
	No. Recluso: _____	NUIPC: _____
	No. Mecanográfico: _____	

Crime(s) atual(is): Abuso sexual de crianças Pornografia de menores

Abuso sexual de menores dependentes Violação

Outros: _____

1. Em criança gostou de frequentar a escola primária?
2. Como era o seu relacionamento com os colegas?
3. Como era o seu comportamento na escola?
4. Estudou até que ano?
5. Como é que descreve a sua infância?
6. Qual é a sua relação com a sua família?
7. Alguma vez recorreu a um psicólogo ou psiquiatra?
8. Já usou álcool ou drogas?
9. Alguma vez fez coisas que o fizessem sentir culpado ou com remorsos? (Se pudesse mudar alguma coisa...)
10. Quantos relacionamentos mais sérios teve? (Quanto tempo duraram, porque é que terminaram, como era a relação, como era a companhia)
11. Quanto(a)s parceiro(a)s sexuais já teve? (Eram fixo(a)s ou ocasionais)
12. Que idade tinha quando iniciou a sua vida sexual?
13. Quando é que viu pornografia pela primeira vez? Tendo presente o seguinte quadro, pode-me indicar quais os tipos de pornografia que costuma ver

Conteúdos	Frequência																													
	0 Nunca					1 Raramente					2 Ocasionalmente					3 Poucas Vezes					4 Algumas Vezes					5 Muitas Vezes				
	Idade em que começou a consumir (anos)					Ao longo dos anos (dos aos anos)					Durante o(s) ano(s) em que ocorreu o crime pelo qual					Atualmente														
Adolescentes (12-17 anos)	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Adultos (a partir dos 18 anos)	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Amadora	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Anal	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Animais	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Asiáticos	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Bondage (i.e., amarrar e/ou imobilizar a pessoa)	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Branços	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Brinquedos Sexuais (i.e., vibradores, bolas,...)	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Bukkake (i.e., ejaculação sobre a face)	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Creampie (i.e., ejaculação, sem preservativo, na vagina ou ânus)	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Crianças (menores de 12 anos)	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Dupla Penetração	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Ejaculação Feminina	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Fisting (i.e., inserção do punho na vagina ou ânus)	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Gangbang (i.e., série de atos sexuais sucessivos, muitas vezes forçados, por parte de várias pessoas sobre uma única pessoa)	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Gays	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Hentai (i.e., desenhos animados)	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Interracial	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5

Conteúdos	Frequência																													
	0 Nunca					1 Raramente					2 Ocasionalmente					3 Poucas Vezes					4 Algumas Vezes					5 Muitas Vezes				
	Idade em que começou a consumir					Ao longo dos anos					Durante o(s) ano(s) em que ocorreu o crime pelo qual					Atualmente														
Lésbicas	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Locais Públicos	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Massagem	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Masturbação	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Ménage à Trois (i.e., sexo entre três pessoas ao mesmo tempo)	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Negros	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Oral	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Orgia (i.e., sexo em grupo)	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Sexo Forçado	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Shemale (i.e., travestis ou transexuais)	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Uniformes	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Vaginal	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Outro(s):	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
Formato da pornografia	<input type="checkbox"/> Fotos <input type="checkbox"/> Filmes <input type="checkbox"/> Revistas <input type="checkbox"/> Internet					<input type="checkbox"/> Fotos <input type="checkbox"/> Filmes <input type="checkbox"/> Revistas <input type="checkbox"/> Internet					<input type="checkbox"/> Fotos <input type="checkbox"/> Filmes <input type="checkbox"/> Revistas <input type="checkbox"/> Internet					<input type="checkbox"/> Fotos <input type="checkbox"/> Filmes <input type="checkbox"/> Revistas <input type="checkbox"/> Internet														
Contexto do consumo	<input type="checkbox"/> Sozinho <input type="checkbox"/> Com amigo(s) <input type="checkbox"/> Com parceiro(a) sexual					<input type="checkbox"/> Sozinho <input type="checkbox"/> Com amigo(s) <input type="checkbox"/> Com parceiro(a) sexual					<input type="checkbox"/> Sozinho <input type="checkbox"/> Com amigo(s) <input type="checkbox"/> Com parceiro(a) sexual					<input type="checkbox"/> Sozinho <input type="checkbox"/> Com amigo(s) <input type="checkbox"/> Com parceiro(a) sexual														

	Idade em que começou a consumir	Ao longo dos anos	Durante o(s) ano(s) em que ocorreu o crime pelo qual	Atualmente
Razões subjacentes ao consumo	<input type="checkbox"/> Educação sexual <input type="checkbox"/> Excitação sexual sozinho <input type="checkbox"/> Excitação sexual com o(a) parceiro(a) <input type="checkbox"/> Outra:	<input type="checkbox"/> Educação sexual <input type="checkbox"/> Excitação sexual sozinho <input type="checkbox"/> Excitação sexual com o(a) parceiro(a) <input type="checkbox"/> Outra:	<input type="checkbox"/> Educação sexual <input type="checkbox"/> Excitação sexual sozinho <input type="checkbox"/> Excitação sexual com o(a) parceiro(a) <input type="checkbox"/> Outra:	<input type="checkbox"/> Educação sexual <input type="checkbox"/> Excitação sexual sozinho <input type="checkbox"/> Excitação sexual com o(a) parceiro(a) <input type="checkbox"/> Outra:
Após o consumo	<input type="checkbox"/> Masturbava-se <input type="checkbox"/> Tinha relações sexuais com o(a) parceiro(a) <input type="checkbox"/> Tinha fantasias sexuais com o que tinha visto <input type="checkbox"/> Tentou pôr em prática o que viu <input type="checkbox"/> Pôs em prática o que viu	<input type="checkbox"/> Masturbava-se <input type="checkbox"/> Tinha relações sexuais com o(a) parceiro(a) <input type="checkbox"/> Tinha fantasias sexuais com o que tinha visto <input type="checkbox"/> Tentou pôr em prática o que viu <input type="checkbox"/> Pôs em prática o que viu	<input type="checkbox"/> Masturbava-se <input type="checkbox"/> Tinha relações sexuais com o(a) parceiro(a) <input type="checkbox"/> Tinha fantasias sexuais com o que tinha visto <input type="checkbox"/> Tentou pôr em prática o que viu <input type="checkbox"/> Pôs em prática o que viu	<input type="checkbox"/> Masturbava-se <input type="checkbox"/> Tinha relações sexuais com o(a) parceiro(a) <input type="checkbox"/> Tinha fantasias sexuais com o que tinha visto <input type="checkbox"/> Tentou pôr em prática o que viu <input type="checkbox"/> Pôs em prática o que viu

Anexo F – SFQ

Versão original: Wilson (1978)
Versão portuguesa: Saramago & Cardoso (2017)

As fantasias sexuais são pensamentos ou imagens mentais de natureza erótica que podem levar à excitação sexual. Por favor, indique a frequência com que tem as fantasias sexuais abaixo descritas, colocando um círculo em cada coluna.

0	1	2	3	4	5
Nunca	Raramente	Ocasionalmente	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes

	Fantasias durante o dia, enquanto dorme, ou no decorrer de relações sexuais/masturbação						Já fez na realidade					
1. Fazer amor num local romântico na rua (ex.: campo de flores, praia à noite).	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
2. Ter relações sexuais com um(a) companheiro(a) que ama.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
3. Ter relações sexuais com alguém que conhece, mas com quem ainda não teve sexo.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
4. Ter relações sexuais com alguém desconhecido.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
5. Sexo com outras duas pessoas.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
6. Participar numa orgia.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
7. Ser forçado(a) a fazer algo.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
8. Forçar alguém a fazer algo.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
9. Práticas homossexuais.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
10. Receber sexo oral.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
11. Fazer sexo oral.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
12. Observar outros a terem sexo.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
13. Sexo com um animal.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
14. Açoitador ou dar palmadas em alguém.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
15. Ser açoitado(a) ou levar palmadas de alguém.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
16. Despir outra pessoa.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
17. Ser despido.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
18. Fazer amor noutra local sem ser no quarto (ex.: cozinha, casa-de-banho).	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
19. Excitar-se com roupas ou materiais (ex.: látex, couro,	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5

roupa interior).												
20. Magoar o(a) companheiro(a).	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5

0	1	2	3	4	5
Nunca	Raramente	Ocasionalmente	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes

	Fantasia durante o dia, enquanto dorme, ou no decorrer de relações sexuais/masturbação						Já fez na realidade					
21. Ser magoado(a) pelo(a) companheiro(a).	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
22. Trocar de companheiro(a).	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
23. Excitar-se ao ver alguém a urinar.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
24. Ser amarrado(a).	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
25. Amarrar alguém.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
26. Ter relações sexuais incestuosas.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
27. Expor-se de forma provocadora.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
28. Travestismo (utilizar roupas do sexo oposto).	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
29. Ser promíscuo(a).	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
30. Ter sexo com alguém muito mais novo que você.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
31. Ter sexo com alguém muito mais velho que você.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
32. Ser muito requisitado(a)/ procurado(a) pelo sexo oposto.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
33. Deixar-se seduzir como se fosse inexperiente/“inocente”.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
34. Seduzir alguém inexperiente/“inocente”.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
35. Envergonhar-se devido a uma falha no desempenho sexual.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
36. Ter sexo com alguém de outra raça.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
37. Utilizar objetos para estímulo sexual (ex.: vibradores, velas).	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
38. Ser masturbado até ao orgasmo por um(a) companheiro(a).	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
39. Observar fotos ou filmes obscenos.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
40. Beijar apaixonadamente.	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5

Das várias fantasias acima descritas, por favor, indique qual o número daquela que mais o(a)

excita:

Tem alguma fantasia preferida que não tenha sido mencionada? (descreva-a sumariamente)

Anexo G – BIS-11

Patton, Stanford e Barratt, 1995

(versão para investigação desenvolvida para português por Cruz e Barbosa, 2012, com base na versão de Português do Brasil de Malloy-Diniz e col., 2010)

Instruções:			
As pessoas diferem no modo como atuam e pensam em diferentes situações. Esta escala permite avaliar algumas maneiras de agir e pensar. Leia cada afirmação e preencha o círculo apropriado no lado direito da página. Não demore muito tempo em cada afirmação. Responda rápida e honestamente.			
①	②	③	④
Nunca ou Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente	Quase Sempre/ Sempre

	Nunca ou Raramente	Ocasionalment e	Frequentement e	Quase Sempre/ Sempre
1. Eu planifico cuidadosamente as tarefas.	①	②	③	④
2. Eu faço coisas sem pensar.	①	②	③	④
3. Eu tomo decisões rapidamente.	①	②	③	④
4. Eu sou despreocupado e confio na sorte.	①	②	③	④
5. Eu não presto atenção.	①	②	③	④
6. Eu tenho pensamentos que se atropelam (mudam de forma rápida e descontrolada).	①	②	③	④
7. Eu planifico viagens com bastante antecedência.	①	②	③	④
8. Eu tenho autocontrole.	①	②	③	④
9. Eu concentro-me facilmente.	①	②	③	④
10. Eu economizo (poupo) regularmente.	①	②	③	④
11. Eu contorço-me na cadeira nas peças de teatro ou palestras.	①	②	③	④
12. Eu penso nas coisas com cuidado.	①	②	③	④
13. Eu faço planos para manter o emprego (tenho cuidado para não perder o emprego).	①	②	③	④
14. Eu digo coisas sem pensar.	①	②	③	④

15. Eu gosto de pensar em problemas complexos.	①	②	③	④
--	---	---	---	---

	Nunca ou Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente	Quase Sempre/ Sempre
16. Eu troco de emprego.	①	②	③	④
17. Eu ajo por impulso.	①	②	③	④
18. Eu aborreço-me facilmente quando estou a resolver mentalmente problemas.	①	②	③	④
19. Eu atuo no “calor” do momento.	①	②	③	④
20. Eu mantenho a linha de pensamento (“não perco o fio à meada”).	①	②	③	④
21. Eu troco de casa (residência).	①	②	③	④
22. Eu compro coisas por impulso.	①	②	③	④
23. Eu só consigo pensar numa coisa de cada vez.	①	②	③	④
24. Eu troco de interesses e passatempos (“hobbies”).	①	②	③	④
25. Eu gasto ou compro a prestações mais do que aquilo que ganho.	①	②	③	④
26. Enquanto estou a pensar numa coisa é comum que outras ideias me venham à cabeça.	①	②	③	④
27. Eu estou mais interessado no presente do que no futuro.	①	②	③	④
28. Eu sinto-me inquieto no teatro ou palestras.	①	②	③	④
29. Eu gosto de quebra-cabeças.	①	②	③	④
30. Eu sou orientado para o futuro.	①	②	③	④

Anexo H – SRM-AV

R.H.J. Hornsveld, L. Vermeulen & G. van Veldhuizen, 2009
(versão portuguesa traduzida por Saramago & Cardoso, 2014)

Questionário

Nas páginas seguintes, encontrará uma lista com afirmações. Para cada afirmação, indique o quão importante (ou não) esta é para si, explicando pelas suas próprias palavras em que medida é que concorda / discorda.

Para demonstrar o quão importante (ou não) considera a afirmação, utilize as seguintes respostas possíveis:

- nada importante
- pouco importante
- neutro
- importante
- muito importante

Por exemplo:

0. Quão importante é para si as pessoas pararem em frente a um semáforo vermelho?

Se considera isto importante, risque ‘importante’ e escreva porque é dessa opinião. Por exemplo, “porque de outra forma haverá colisões de tráfico”.

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro ~~importante~~ muito importante

Porque é que considera isso?

Porque o tráfico circula em direções diferentes e de outra forma poderá haver colisões.

.....
.....

Responda em conformidade às restantes afirmações da lista. Não existem respostas corretas ou erradas, apenas dê a sua opinião.

1. Quão importante é para si as pessoas cumprirem promessas feitas aos amigos?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....

.....

2. E cumprir promessas feitas a outras pessoas em geral? Quão importante é para si as pessoas cumprirem as promessas, mesmo para com pessoas que mal conhecem?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....

.....

3. E cumprir uma promessa feita a uma criança? Quão importante é para si os pais cumprirem promessas feitas aos seus filhos?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....

.....

4. Em geral, quão importante é para si as pessoas serem honestas?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....

.....

5. Quão importante é para si as crianças ajudarem os pais?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....

.....

6. Quão importante é para si uma pessoa permanecer viva, mesmo que ela não o deseje?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....

.....

7. Quão importante é para si as pessoas não roubarem?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....

.....

8. Quão importante é para si as pessoas obedecerem às leis?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....

.....

9. Quão importante é para si os juizes imporem uma punição às pessoas que não cumprem as leis?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....
.....

10. Quão importante é para si os outros tratarem-no(a) com respeito?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....
.....

11. Imagine que duas crianças estão a importunar uma outra criança. Quão importante é para si fazer com que estas crianças se respeitem mutuamente?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....
.....

12. Quão importante é para si que os outros não falem sobre si nas suas costas?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....
.....

13. Quão importante é para si as pessoas darem a sua opinião de forma direta?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....

.....

14. Imagine que uma pessoa deficiente não se atreve a atravessar a rua. Quão importante é para si ajudar essa pessoa a atravessar a rua?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....

.....

15. Quão importante é para si ajudar uma pessoa com uma deficiência física em caso de necessidade?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....

.....

16. Imagine que o seu amigo chama “puta” à namorada dele em frente a outras pessoas. Quão importante é para si que alguém intervenha e diga alguma coisa?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....

.....

17. Imagine que dois homens estão a maltratar um outro, enquanto há pessoas que ficam paradas a olhar. Quão importante é para si que essas pessoas intervenham e digam alguma coisa sobre o comportamento desses dois homens?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....
.....

18. Imagine que teve conhecimento que um amigo seu trafica drogas pesadas. Quão importante é para si a proibição do tráfico?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....
.....

19. Imagine que duas mulheres lésbicas se estão a beijar. Quão importante é para si a não discriminação das mulheres lésbicas?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....
.....

20. Imagine que uma criança tem que assistir todos os dias a conflitos entre os pais. Quão importante é para si que os pais não envolvam as crianças nos seus conflitos?

Risque, por favor: nada importante pouco importante neutro importante muito importante

Porque é que considera isso?

.....
.....